

Paula da Luz Galvão

"GAMBIARRAS" POLÍTICAS E ACOMODAÇÕES NECESSÁRIAS

Gerencialismo Neoliberal e
Políticas Públicas para
as mulheres em
Petrolina-PE



A presente obra analisa o modo como pressupostos feministas e os de cunho gerencialista neoliberal são operacionalizados no processo de aplicação de políticas para as mulheres em Petrolina-PE. O intuito central foi compreender como noções caras à teoria e práxis política feminista são performatizadas nestas ações políticas e como elas adquirem um caráter distinto à medida que precisam ser alocadas em um modelo neoliberal de gestão de políticas públicas. Para dar conta desta proposta, foi utilizado o método latouriano de reagregar o social por meio da formação da associação dos mediadores envolvidos neste processo. Os sentidos atribuídos pelos atores sociais às suas práticas políticas foram evidenciados por meio do trabalho etnográfico e da realização de entrevistas. Este arranjo metodológico permitiu eleger alguns atores centrais nestas políticas, assim como compreender as conexões de sentido e arranjos políticos realizados para levar a cabo seus projetos. Neste sentido, foi salientado como característica central destes arranjos a preponderância do enfrentamento à violência contra a mulher. O modelo de operacionalização das ações com este foco se baseavam em preocupações focalizadas em casos pontuais e em formatos desconectados dos debates de gênero e feminista que respaldam, pelo menos a nível nacional, as políticas neste sentido. Nesta operacionalização, também foi levantado como problemático as concepções identitárias essencializadas que respaldavam as políticas, e os modelos de empoderamento tecnicizados e individualizados. Por fim, foi possível perceber como este modo peculiar de aplicar as referidas concepções estava articulado a um modelo gerencialista neoliberal de gestão de políticas públicas, que tem deturpado demandas e noções caras aos feminismos, desencadeando “acomodações discursivas” e “gambiarras” políticas.



“Gambiarra” políticas e acomodações necessárias

Direção Editorial

Lucas Fontella Margoni

Comitê Científico

Prof.^a Dr.^a Elena Calvo Gonzalez
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Prazeres Sanches
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Prof.^a Dr.^a Salete Maria da Silva
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof.^a Dr.^a Suely Aldir Messeder
Universidade do Estado Bahia (UNEB)

“Gambiarras” políticas e acomodações necessárias

**Gerencialismo neoliberal e políticas públicas
para as mulheres em Petrolina-PE**

Paula da Luz Galvão



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GALRÃO, Paula da Luz

“Gambiarras” políticas e acomodações necessárias: gerencialismo neoliberal e políticas públicas para as mulheres em Petrolina-PE [recurso eletrônico] / Paula da Luz Galrão -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

328 p.

ISBN - 978-85-5696-773-2

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. políticas públicas; 2. mulheres; 3. gerencialismo neoliberal; I. Título

CDD: 300

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências Sociais 300

A

Niara, filha amada, que me ensina a ser uma pessoa melhor todos os dias.

Agradecimentos

Este trabalho de pesquisa não teria sido possível se não fosse a colaboração, presença, e ajuda de algumas pessoas especiais e de instituições importantes para a pesquisa e políticas públicas para as mulheres em Petrolina. Por ter sofrido transformações radicais, o projeto desta tese passou por distintos olhares e orientações. Neste sentido, antes de tudo, agradeço à minha primeira orientadora, a prof.^a Miriam Rabelo pelas primeiras orientações, pela amizade e pela humildade ao transpor a orientação para outra professora, quando os objetivos desta tese foram mudados para um tema que estava além do seu domínio. Neste sentido, agradeço especialmente à minha atual orientadora, a prof.^a Elena Gonzalez, por ter aceitado a proposta de orientação de um trabalho já em andamento. Sem a sua paciência, dedicação e insistência este trabalho não teria chegado ao fim.

Também não posso deixar de fazer referência, nestas linhas, às inúmeras mulheres que conheci ao rastrear as associações dos envolvidos nas políticas públicas para as mulheres em Petrolina-PE. Ainda nova em uma cidade tão estranha a esta nativa do litoral, estas mulheres me acolheram em todos os momentos que precisei para entrevistas, reuniões, conversas e atos públicos. Elas se tornaram muito mais que interlocutoras de campo. Elas se mostraram verdadeiras parceiras de luta, engajadas que estavam nas ações voltadas para a melhoria da situação das mulheres da cidade. As críticas que faço à operacionalização das políticas, neste trabalho, em nada têm a ver com elas, pessoalmente. Ao contrário, todas se mostraram extremamente solícitas e gentis comigo, todo o tempo. Assim como muito dedicadas aos seus trabalhos. Devo, tão somente, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço, também, aos homens engajados nas políticas para as mulheres em Petrolina. Não posso deixar de reconhecer o papel atípico que

eles têm desempenhado em uma cidade com traços ainda tão marcantes de misoginia. A todos eles agradeço com franqueza.

Além destes interlocutores de Petrolina, não posso deixar de agradecer aos meus colegas e professores da pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA. As discussões de textos, os debates metodológicos, e até as conversas de mesa de bar, tudo se somou e nutriu aos meus devaneios, criatividade, e reflexões.

Não menos importantes foram as contribuições da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelos primeiros anos de bolsa concedidos. Sem este apoio certamente não teria conseguido dar início a este trabalho. E agradeço, também, ao Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco e à Secretaria de Gestão de Pessoas desta mesma instituição, por terem aprovado meu afastamento para a escrita deste trabalho. Isso foi fundamental para que concluísse a tese de forma mais tranquila.

Agradeço imensamente aos meus amigos de exílio permanente na cidade sertaneja de Petrolina e os que permaneceram na minha amada terra de São Salvador, o apoio, os conselhos, as palavras amigas, as sugestões, os sermões e, por que não, os silêncios. Vania Rocha, Tatiana Costa, Rebeca Barreto, Helder Bonfim, Nilton Almeida, Marta Cabral, Fernando Souto, Graziela Pinto, Tainã Barros, Marta Barros, Theo Mendes, Amanda Santos, Elisia Santos, Sarah Allelujah. Vocês são especiais para sempre.

E, por fim, mas não menos importante, agradeço à minha família pelo apoio, paciência, conselhos, dedicação e amor incondicional. Obrigada mãe, pelo amor e dedicação. Obrigada Flávia, pelo companheirismo. Obrigada sobrinhos e sobrinha querida pelo carinho. Às tias, pela doçura e palavras amigas. A minha sogra, por ser meu exemplo de serenidade. Ao meu companheiro querido, e grande intelectual, Cláudio de Almeida, pelos conselhos, dicas, sugestões, carinho, dedicação, por ser a calma das minhas tempestades, por ser exemplo de amor incondicional e por ser tão sensível às causas feministas. E, é claro, à minha pequena tempestade, ao amor da minha, Niara, que tanto me ensina cotidianamente. Obrigada por me ensinar a viver minha filha.

Lista de abreviaturas e siglas

AGG	Agenda Global de Gênero
AME	Unidade de Atendimento Médico Especializado
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Branco do Nordeste do Brasil
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CDM	Conselho de Direitos da Mulher
CNDM	Conselho Nacional de Direitos da Mulher
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CHESF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CMN	Casa da Mulher do Nordeste
CRAM	Centro de Referência de Atendimento à Mulher
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DEAM	Delegacia especializada de Atendimento a Mulheres
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MIM	Mecanismos Institucionais de Mulheres
PIB	Produto Interno Bruto
PMDM	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
REDOR	Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero
RIDE	Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico
SEDIM	Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SPM	Secretaria Especial de Política para as Mulheres
UBM	União Brasileira de Mulheres
UNEGRO	União de Negros pela Igualdade
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UPA	Unidade de Pronto Atendimento em Emergências Hospitalares

Sumário

Introdução.....	15
1. A Construção da problemática.....	21
2. Antecedentes teóricos e políticos das políticas públicas para as mulheres.....	27
2.1 Os movimentos feministas e a problemática da diferença.....	27
2.2 Políticas Públicas: da perspectiva universalista de direitos às políticas focais para mulheres.....	32
3. O contexto da pesquisa: Petrolina, o subúrbio feminista do nordeste?.....	37
4. Do método de análise.....	46
Capítulo I.....	56
Políticas Públicas de Gênero: um sobrevoo pelo Brasil, Pernambuco e Petrolina	
1. Das lutas pelo Sufrágio Universal à Nova Carta Constitucional de 1988.....	57
2. Década de 90 do século XX: diversificação do movimento e reforma do Estado.....	66
3. Século XXI: institucionalização do movimento e novos horizontes para as políticas públicas para as mulheres no Brasil.....	72
4. A Secretaria Estadual da Mulher de Pernambuco.....	78
4.1 Política de Produção de Conhecimento, informação e formação em Gênero e Apoio às mulheres na Cultura e Esportes.....	83
4.2 Política de Enfrentamento à Violência de Gênero contra Mulheres.....	84
4.3 Política de Reforço Estratégico para Mulheres Rurais.....	85
5. Secretaria da Mulher do Município de Petrolina.....	85
Capítulo II.....	93
A sedução do campo, a formação das associações e os esboços conceituais	
1. Os contatos iniciais, a atração pelo campo e o “estranhamento do familiar”.....	94
2. O desenho preliminar das associações: contextos de atuação, conformação das agencias e esboços conceituais.....	103
2.1 O Conselho de Direitos da Mulher: violência, empoderamento e questões identitárias...103	
2.2 As Secretarias da Mulher e a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher: permanências conceituais e projeção para análise.....	113

Capítulo III	130
Mulheres no singular e ações sem estrutura: o <i>modus operandi</i> das políticas públicas para mulheres de Petrolina (Parte I)	
1. Ações sem estrutura: a centralidade da violência contra a mulher e o foco em casos pontuais.....	132
1.1 “O pessoal é político”: o lugar da privacidade na crítica feminista e a violência contra a mulher	142
1.2 Os fundamentos das ações: conhecimento técnico em detrimento do teórico/crítico.	152
2. Mulheres no singular: política afirmativa e negação das diferenças.....	156
2.1 Violência contra a mulher: variedade de serviços x unicidade identitária.....	161
2.2. Desconstrução identitária ou interseccionalidade das categorias?.....	171
 Capítulo IV	 182
Consciência sem corpo e empoderamento sem consciência: o <i>modus operandi</i> das políticas públicas para mulheres de Petrolina (Parte II)	
1. Origens e concepções acerca do Empoderamento das Mulheres	184
2. Conhecimento e tomada de consciência	190
2.1 Empoderamento feminino, conhecimento técnico e consciência racional	191
3. Faces e limitações do empoderamento das mulheres.....	227
3.1 Empoderamentos “pela metade”.....	230
 Capítulo V	 239
Neoliberalismo, reforma gerencialista e Políticas Públicas para as mulheres em Petrolina	
1. Desenvolvimento, neoliberalismo e reforma gerencial do Estado.....	241
2. O Conselho de Direitos da Mulher: debilidade discursiva em participações descontextualizadas.....	249
3. A Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres: violências silenciadas, “acomodações discursivas” e autonomias tecnicizadas	266
4. Secretaria Estadual da Mulher: induções discursivas de conteúdo versus preterimento de forma.....	275
5. A Secretaria Municipal da Mulher: “gambiarras” políticas e poder de fachada.....	288
 Considerações Finais	 301
 Referências	 314
 Anexos	 324

Introdução

O presente trabalho tem por intuito analisar os modos como as perspectivas feministas e a de cunho gerencialista neoliberal, são operacionalizadas nos processos de implementação das políticas públicas para mulheres em uma cidade de cunho desenvolvimentista do interior de Pernambuco¹. O pressuposto central que embasa esta questão foi entender, por meio do trabalho etnográfico de pesquisa, como os fundamentos chave dessas políticas, oriundos de processos reflexivos feministas de cunho político, teórico e epistemológico, são “performatizados”, ou seja, são vividos, pensados e ressignificados na prática da vida cotidiana dos agentes de políticas públicas da cidade de Petrolina-PE por meio de formas de aplicação caracteristicamente neoliberais.

O trabalho a seguir apresentado é fruto do meu engajamento como professora/pesquisadora/militante da área que nomeio como feminismo/gênero/sexualidade, na cidade de Petrolina, em Pernambuco. O contato inicial com o meu campo de pesquisa foi facilitado pelas relações profissionais que passei a ter com integrantes do Conselho da Mulher de Petrolina (CDM), da Rede de Enfrentamento à Violência e da Secretaria Estadual da Mulher. No Conselho, a minha participação inicial se deu como suplente da professora que assumia a cadeira referente à universidade em que leciono.² A minha participação na Rede se deu a partir do convite de uma das integrantes, haja vista que o professor da universida-

¹ O trabalho de campo foi realizado na cidade de Petrolina, no sertão Pernambucano. A caracterização desta cidade enquanto “desenvolvimentista” será discutida ainda nesta introdução. A importância de esta cidade estar em Pernambuco, estado que possui uma capital caracterizada como “Meca Feminista do nordeste”, também será debatida páginas abaixo.

² No transcorrer dos debates analíticos problematizarei a minha posição em campo não apenas como pesquisadora, mas, também, como docente e extensionista da Universidade Federal da região e membro do Conselho dos Direitos da Mulher da cidade.

de em que faço parte, o mesmo que inaugurou os trabalhos desta Rede, tinha ido embora para a sua cidade natal. E na Secretaria da Mulher do Estado, aconteceu por meio da minha participação na construção do Núcleo de Estudos de Gênero desta secretaria na universidade que leciono³. Por meio dos contatos estabelecidos nestes espaços, tive acesso à equipe e ações da Secretaria Executiva da Mulher do município.

Envolvida nos múltiplos trabalhos que surgiam nestes espaços, ora relacionados à militância feminista ora em atividades de cunho acadêmico e de consultoria informal, mergulhei fundo nos assuntos relacionados à luta feminista na região. No fazer prático da minha militância acadêmica tive acesso aos inúmeros problemas que as diversas mulheres, fossem elas integrantes de movimentos sociais, trabalhadoras ou as agentes dos governos municipal e estadual, enfrentavam. Estes problemas tinham origem, fundamentalmente, nas dificuldades cotidianas que as mulheres engajadas na luta feminista tinham para promover a equidade de direitos às mulheres na região por meio da promoção de políticas públicas.

Os desafios que me foram colocados se intensificaram a partir de algumas transformações que precisei realizar na minha vida profissional. Não me refiro, aqui, à mudança relativa ao início da minha militância acadêmica na área, como citei acima. Refiro-me, sim, à mudança de cidade e, conseqüentemente, de foco de pesquisa. Iniciei meus estudos acadêmicos na cidade de Salvador, na Bahia. Nesta cidade comecei a me interessar em estudar mulheres nas religiões afro-brasileiras. Ao mudar de cidade, e me engajar em atividade de pesquisa enquanto professora/pesquisadora não apenas mudei o meu foco, para uma abordagem feminista⁴, como, também, comecei a viver em uma nova realidade. Mu-

³ Descreverei sobre este núcleo no capítulo primeiro deste trabalho, especificamente na seção onde descrevo as políticas de gênero da Secretaria da Mulher de Pernambuco. A respeito das minhas demais participações, discorrerei de forma mais detalhada durante os relatos etnográficos.

⁴ Situio a abordagem feminista no seio da Antropologia Feminista, que Alinne Bonetti define como tendo por principal objeto “(...) alteridades complexas, oriundas da articulação de distintos feixes de marcadores sociais, sendo o gênero uma importante referência, empenhados na produção de sistemas/estruturas sociais de desigualdade” (BONETTI, 2012, p.55). O foco desta Antropologia recai nas formas como as práticas de gênero e as relações sociais empenhadas em sistemas de distribuição desigual de privilégios surgem e em que contexto social elas são fixadas e sob que condições permanecem (ibid, p. 56).

dei-me para a zona rural da cidade de Petrolina e, nos confins de uma cidade do interior do estado de Pernambuco, comecei a perceber como as desigualdades de gênero poderiam, ainda, ser mais gritantes. Constatei, na prática, apesar de já saber na teoria, que as políticas públicas para as mulheres têm um alcance físico, geográfico. E que as concepções misóginas e patriarcais fazem casa onde os equipamentos públicos são escassos. Então, depois de iniciar o contato acadêmico e militante com um novo campo, depois de ter uma vizinha que não podia sair de casa para trabalhar ou estudar porque o marido não a deixava, de conviver em proximidade com pessoas nas quais parentes próximos levavam as mulheres para zonas de mato, afastadas, para lhes “dar corretivo”, e ter empregadas domésticas que moravam próximas a mim e que tinham por vizinhos homens que matavam as mulheres com “peixeira”⁵, resolvi mergulhar à fundo nos estudos de gênero.

A minha experiência enquanto mulher na zona rural desta nova cidade e enquanto professora/militante feminista não está, de modo algum, desconectada das minhas inquietações enquanto pesquisadora. Como bem nos apresentou Donna Haraway, o projeto científico feminista deveria trazer consigo uma doutrina de objetividade corporificada. Esta objetividade prefigura uma localização dos saberes em corpos que não são fixos nem reificados. Ela carrega consigo a crítica do suposto olhar neutro, conquistador e não marcado, que não vem de lugar nenhum e que permite à categoria dos não marcados ter o poder sem ser visto e de representar escapando à representação (HARAWAY, 1995, p. 18). Desse modo, em contraposição às pressuposições de neutralidade e descorporificação da ciência, evoco o meu engajamento como professora/pesquisadora/militante como precursor das minhas inquietações de pesquisa.

Entre estas inquietações, aquelas relacionadas aos modos como as agentes das políticas públicas para as mulheres colocavam em prática as

⁵ Faca grande utilizada, normalmente, para limpar peixe. Este termo é muito utilizado no sertão do nordeste para se referir aos homens “cabras machos”, ou seja, aqueles que resolvem seus problemas “na peixeira”.

propostas de governo se mostraram centrais. Considero o modelo de aplicabilidade de políticas públicas para as mulheres inquietante devido, principalmente, às dificuldades e arranjos que precisavam ser articulados para realizar a conexão de duas propostas, a meu ver, contraditórias⁶. A primeira delas é referente à concretização de diretrizes e planos de ação para a promoção da equidade de gênero oriundas de perspectivas políticas e teóricas feministas⁷. E, a segunda, diz respeito às propostas da reforma neoliberal dos governos federal, estaduais e municipais, a partir dos anos 90 do século XX, que tinham como principais diretrizes para as ações do Estado a focalização, a descentralização, o corte de gastos, a noção de eficácia, o desenvolvimentismo e a transferência para outros setores da sociedade civil, como as organizações não governamentais (ONGs), da responsabilidade pela aplicação de algumas políticas públicas, principalmente as de caráter social.

Esta última perspectiva, chamada de gerencialismo, fez parte de uma proposta de reforma do Estado, elaborada e apresentada em 1995, pelo então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que ocupou o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Viabilizada em 1998, ela tinha como principal objetivo reestruturar o Estado brasileiro para estabilizar a economia frente à crise econômica que passava o país desde fins da década de 80 e promover mudanças no modelo patrimonialista e burocrático pelo qual o Estado estava sendo gerido. Este modelo, segundo Bresser Pereira, colocava o país em posição de inferioridade frente a um mercado global competitivo. O intuito foi o de promover uma “reengenharia organizacional” adaptada dos modelos de gestão utilizados no setor privado,

⁶ Para demonstrar a contradição das perspectivas se faz necessário uma análise pormenorizada do material etnográfico. Por este motivo explicarei melhor esta contradição nos capítulos analíticos deste trabalho.

⁷ Estas perspectivas, em voga no Brasil, pelo menos a partir do início dos anos 2000, estão diretamente relacionadas ao modo como certas noções, como a de feminismo, gênero, patriarcado, empoderamento, identidade, equidade de gênero, diferença, sexualidade, tão caras aos debates feministas, fazem parte da agenda, dos discursos e da aplicação das políticas públicas para mulheres não só em Petrolina, como no Brasil, como podem ser vistas nos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres e nos planos da Secretaria Estadual da Mulher de Pernambuco. Para acesso às três versões dos referidos planos ver: www.spm.gov.br/assuntos/pnpm. Falarei mais profundamente sobre os planos da Secretaria Estadual da Mulher de Pernambuco no capítulo seguinte.

tendo como consequência privatizações, terceirizações, instituições de agências reguladoras e a transferência de fornecimento de serviços de caráter competitivo ou sociais (como saúde, educação e assistência social) para agências privadas e organizações sociais (de PAULA, 2005, p. 37), além do foco na descentralização, eficiência, focalização e corte de gastos, como mencionados acima⁸.

A articulação da perspectiva gerencialista com os modelos feministas de políticas públicas para as mulheres tem se tornado um desafio para as executoras destas ações, haja vista que em muitas vezes seus pressupostos entram em contradição ora de forma explícita, ora implícita⁹. Os modos como as agentes públicas e organizações não governamentais estão aplicando estas políticas têm se tornado uma verdadeira peleja, como bem falam os filhos da terra que abriga minha pesquisa. Esta peleja se dá não só porque as duas perspectivas acima citadas se mostram contraditórias, mas também porque as reviravoltas políticas, teóricas e epistemológicas promovidas pelas diferentes abordagens feministas já são, em si mesmas, de difícil operacionalização. Isto ocorre porque os agentes das políticas públicas para as mulheres em Petrolina ou desconhecem estes debates, que ocorrem no seio dos movimentos sociais, da academia e das grandes conferências sobre o tema, ou preferem se apegar a certas noções essencializadas, como às de mulher, por exemplo, por motivos dos mais diversos¹⁰.

Assim, alguns elementos foram fundamentais para a construção do problema desta pesquisa. Dentre estes, as minhas experiências pessoais e profissionais no que tange às temáticas relativas às mulheres, gênero e feminismo no geral, e as políticas públicas para as mulheres em particular, se mostraram como de extrema relevância. Outra questão diz

⁸ No primeiro capítulo deste trabalho, ao discutir as políticas públicas para mulheres no período pós-constituição de 1988, analisarei com mais vagar os modos como estas políticas passaram a assumir os pressupostos gerencialistas. Voltarei a este tema, de forma mais pormenorizada, no quinto capítulo deste trabalho.

⁹ Nos capítulos etnográficos analisarei as políticas para as mulheres em Petrolina e os modos como estas perspectivas estão sendo articuladas.

¹⁰ Estas e outras concepções e formas de operacionalizar as políticas de gênero serão discutidas nos capítulos etnográficos.

respeito as minhas inquietações quanto aos modos de operacionalização destas políticas, especialmente às maneiras como as perspectivas e noções tão caras ao feminismo, são articuladas nesta operacionalização. E, por fim, os desafios em articular estas noções – já tão complexas aos arranjos do fazer prático – com as perspectivas gerencialistas de gestão do Estado e aplicação de políticas públicas, muitas vezes contraditórias às noções de gênero que embasam as ações dos organismos de políticas para as mulheres.

A partir destas questões, me propus analisar os modos como ambas as perspectivas, a feminista e a gerencialista, são operacionalizadas nos processos de implementação das políticas públicas para as mulheres na cidade de Petrolina-PE. A opção pela análise dos processos cotidianos de aplicação destas políticas se tornou relevante uma vez que é no dia a dia das experiências práticas, onde prevalece muito mais uma “atitude natural” em detrimento da atitude reflexiva¹¹, que os atores sociais se apegam aos seus “etnométodos” e aos arranjos criativos para concretizar seus projetos¹². E é assim que se torna evidente quais pressupostos e representações são por eles resgatados para que coloquem em prática políticas, projetos e ações voltadas para os direitos das mulheres.

Desse modo, nas páginas que seguem, descrevo os caminhos teóricos de construção da problemática desta pesquisa, pautados nas indagações da Antropologia do Estado; os antecedentes teóricos e políticos das políticas públicas para as mulheres, iniciando pelo modo como os

¹¹ P. Berger e T. Luckmann (2008), ao discutirem alguns pressupostos da fenomenologia para análise da realidade social, definem alguns conceitos que predominam na realidade da vida cotidiana, tal como o da “atitude natural”. Essa atitude tende a tomar a realidade como predominante e imperiosa. Ela é vista por nós como normal e evidente, ou seja, costumamos ver a realidade como um todo já ordenado e objetivado, de modo que não a questionamos em nossa atitude natural. Esta é dominada pelo que os autores chamam de “motivo pragmático”, ou seja, costumamos voltar nossa atenção para as práticas cotidianas, sem nos perguntarmos o porquê (p. 38-39). Esta atitude se difere da atitude reflexiva que, conforme canonizou Max Weber (2009), está relacionada a um modelo de ação cuja expectativa de comportamento está guiada por meios ou condições para alcançar fins perseguidos racionalmente (p. 13-14).

¹² Não quero, com a colocação deste problema, estabelecer uma separação estanque entre atitude reflexiva e atitude natural. Esta não é uma pressuposição nem da sociologia weberiana nem da fenomenologia. Gostaria apenas de colocar em questão a supremacia da ação racional nos espaços da vida política e ressaltar que a vida cotidiana, e as atitudes pré-reflexivas que lhe servem de base, são também espaços e atitudes legítimos quando falamos desta esfera de relações.

movimentos feministas começaram a pensar a temática da diferença, passando pelas formas como esta perspectiva da diferença foi adotada pelas políticas públicas para as mulheres e contraposta à perspectiva de políticas universais; o contexto no qual esta pesquisa foi realizada; e, por fim, mas não menos importante, sob quais perspectivas analíticas e metodológicas as práticas referentes a tais políticas foram analisadas.

1. A Construção da problemática

O trabalho aqui apresentado toma como princípio os pressupostos da análise de política pública pela Antropologia do Estado. Torna-se importante ressaltar a inserção desta pesquisa no seio desta disciplina, uma vez que as políticas públicas também são uma subárea da Ciência Política, que por sua vez a concebe e analisa segundo perspectivas distintas da referida área da Antropologia. Neste sentido, se faz importante trazer os principais elementos que caracterizam a análise de políticas públicas pela Antropologia do Estado, mas não sem antes traçar as suas origens e os elementos que a diferencia das análises segundo a Ciência Política.

A pesquisa antropológica sobre o Estado, a política e o poder tem sido realizada por meio de trabalhos clássicos como os de Meyer Fortes e Evans-Pritchard ([1940] 1981) com *Os Sistemas Políticos Africanos*, o de Evans-Pritchard sobre os Nuer ([1940], 1978), da África Oriental, o de Geertz sobre o Estado-Teatro de Bali ([1980] 1991), e o de Clastres ([1974] 2003) sobre as comunidades indígenas da América do Sul, só para citar alguns exemplos. Atualmente, segundo Schavelzon (2010), tem ocorrido um novo interesse da Antropologia pelos estudos sobre o Estado, principalmente na América Latina, devido às mudanças nas soberanias estatais impulsionadas pela nova geopolítica global. Transformações relativas às reformas multiculturais do Estado, devido à chegada de governos progressistas nesta região, intensificaram a atuação de grupos, que antes eram tidos como objetos de investigação, e que agora passaram a atuar junto aos Estados. Estas mudanças, segundo o

autor, não só incentivaram o trabalho de uma Antropologia técnica, como os estudos sobre estas experiências de governo (p.76).

O intuito da Antropologia do Estado está voltado para os modos como a sociedade resolve seus problemas, como ela os explica, e os conflitos que encontra para sua realização. Neste processo, suas cosmologias, instituições e modelos de organização social e política são desvendados por meio da análise dos mitos e rituais que a compõem (ibid, p.81). Sendo assim, a ênfase não recai em saber por que o Estado existe, e sim entender como ele se constitui e como o poder é exercido frente às diferentes tradições políticas (MIRANDA, 2005, p. 12). Esta perspectiva está relacionada à proposta de Michel Foucault, que lança o foco de análise do poder para as práticas e estratégias de sujeição e não para a relação poder/obediência impulsionada por um poder centralizador. O Estado excede as instituições governamentais por meio de fluxos microfísicos de um poder que circula em todo o corpo social (ibid, p. 14, FOCAULT, 2007).

Esta perspectiva sobre o poder permite aos estudos antropológicos conceberem o Estado não como um todo unificado e de fronteiras bem acabadas. Aqueles elementos vistos como marginais, ilegais ou “tradicionais” não aparecem como lugares não alcançados pelo Estado e sim como presentes no centro dos sistemas políticos estatais (SCHAVELZON op. cit., p. 91). Este modo de conceber o Estado, distinto daquele que o vê como uma entidade restrita a um território e munido do monopólio da violência e de um aparelho ideológico a serviço de uma classe, o concebe enquanto fluxo contínuo, como um fazer ser, como parte de um processo que muito raramente se faz por meio de estratégias racionais (LIMA e CASTRO, 2015, p. 36-39).

Uma das principais formas de fazer do Estado é por meio das políticas públicas. Porém, é preciso salientar que a análise de políticas públicas nem sempre possuiu o viés dado pela Antropologia do Estado¹³. Lima e Castro resgatam no ano de 1930 os primórdios da chamada *Poli-*

¹³ As especificidades da análise de políticas públicas pela Antropologia do Estado serão colocadas mais abaixo.

cy Science (a ciência da política pública), nos Estados Unidos. Nos seus escritos iniciais, as visões, tanto referentes aos estudos de formulação de políticas públicas quanto os processos de implementação de políticas, pressupunham, sempre, um cultivo da racionalidade das ações públicas. Esta ciência enfatizava a prevalência de indivíduos racionais movidos por interesses e pela maximização dos benefícios. Estes indivíduos seriam os especialistas, integrantes da administração pública dos Estados liberais democráticos, que teriam a capacidade de sintetizar os interesses construídos como gerais fornecendo respostas para as demandas sociais (ibid, p. 20-22).

No Brasil, o campo de análise em políticas públicas foi inaugurado com a Ciência Política, em torno dos anos 60/70 do século XX, como uma de suas subáreas. O intuito das políticas públicas, nestes trabalhos, se mostrava voltado para intervir e solucionar problemas da realidade, para angariar alianças e legitimidades ou como enquadramento institucional para influenciar as ações dos indivíduos (ibid, p.25; CASTRO, 2013, p. 14) O viés analítico da Ciência Política em relação a esta subárea está direcionado à racionalidade presente nas construções de programas sociais investidos pelo aparato governamental para a manutenção da ordem social. Esta racionalidade se materializa no modo instrumental como as políticas públicas são concebidas, ou seja, são vistas como um meio necessário para a consecução de determinado fim, que pode ser mensurado e utilizado como respaldo para melhorar processos e capacidades de intervenção (CASTRO, op. cit., p.15; LIMA E CASTRO op. cit., p. 25-28).

Segundo a perspectiva da Ciência Política, os contextos simbólicos e universos de valores não são relevantes para a análise de políticas públicas. A compreensão do fazer cotidiano das políticas públicas, sua aplicação e recepção pelo público alvo, as retóricas, os jogos de poder e o modo como elas constituem saberes não são o centro das preocupações das análises segundo a Ciência Política. Este modo peculiar de encarar as políticas públicas tem sido um dos objetos da Antropologia do Estado

desde a década de 80 do século XX. O foco central dos primeiros trabalhos foram, predominantemente, as políticas sociais, principalmente os modos como as classes populares recebiam os serviços do Estado (HINSHAW, 1980, p. 512; LIMA e CASTRO op. cit., p.29).

Os estudos etnográficos das políticas públicas pela Antropologia nos anos 80 do século XX se debruçavam, em sua maioria, sobre as políticas para o desenvolvimento em países antes colonizados ou países do chamado terceiro mundo. Na década de 90 do referido século, por sua vez, o foco deixou de estar centrado apenas nos países chamados de periféricos e se voltou, também, para os países considerados de centro e as reformatações dos Estados segundo os princípios neoliberais. A perspectiva analítica deste período passou a considerar as políticas públicas como “linguagem e poder”, concepção fortemente influenciada pela ideia focaultiana de poder, haja vista que as políticas se mostravam, nestes estudos, enquanto tecnologias e discursos sob os quais os poderes tomavam forma (ibid, p.32-33).

A partir deste período, trabalhos antropológicos sobre políticas públicas, de cunho teórico ou etnográfico, passaram a compor o cenário dos estudos sobre a temática para além daqueles relacionados à Ciência Política. Um deles, o de Wedel et. al., descreve em detalhes os modos de análises antropológicas da chamada *Public Policy*. Os autores definem a análise antropológica de política pública em dois sentidos: o primeiro, mais extenso, se refere a como o Estado (ou seja, os profissionais que estão habilitados a atuar em nome dele) se relaciona com a população; e no sentido mais estrito, a como as políticas de Estado e governo são experienciadas e interpretadas pela população a nível local – este local pode estar relacionado à família, cidade ou nação; pode ser um fluxo ou um lugar; às vezes um continente, ou mesmo o mundo; e, normalmente, se refere à articulação de alguns destes “locais” (2005, p. 35).

A abordagem antropológica da referida área tem o objetivo de incorporar todo o processo da política pública. Isto quer dizer que o foco de interesse não está relacionado, apenas, às formas de relação entre o

Estado e a população ou aos modos como a população local experiencia e interpreta as políticas públicas. Os pontos de vista dos profissionais engajados na formulação das políticas e o que acontece nos espaços de elaboração dos projetos, que possuem o objetivo explícito ou subliminar de manter uma visão de mundo particular por meio de deliberações e ações, são tão importantes quanto o impacto que estas decisões têm na vida das pessoas (ibid, p. 35). O foco nos pontos de vista destes profissionais que elaboram e executam as políticas – que como bem salienta Wedel et. al., não estão restritos aos governos, podendo ser também uma gama de atores, como entidades supranacionais, empresários, agências não governamentais, atores privados, e uma combinação destes (op. cit., p. 40) – se mostra de fundamental importância para a análise antropológica, haja vista que por eles temos como ter uma compreensão crítica sobre os princípios organizativos mais profundos, e não tão visíveis, que estruturam nossa sociedade. Destes princípios, aqueles relacionados aos regimes de poder e aos códigos culturais, que por sua vez moldam os comportamentos dos indivíduos e organizações, são os de maior relevância (SHORE, 2010, p. 26).

Desse modo, podemos definir a análise antropológica das políticas públicas como ocupando o patamar oposto àquele que as concebe seguindo o ponto de vista da racionalidade e neutralidade para fins de maximização da eficiência. Para muitos agentes governamentais, elas funcionariam melhor desse modo, haja vista que estariam à parte dos jogos políticos e seriam concebidas como soluções “naturais” elaboradas e executadas por meio de técnicas racionais. Oposta a este ponto de vista, a análise antropológica deve partir da premissa que as políticas públicas são ações sociais e simbólicas. Seus processos de formulação são desordenados e complexos. Elas são ambíguas e possuem múltiplos significados, que muitas vezes escapam até da precisão científica. Isto não quer dizer, todavia, que devemos nos abster da análise. O antropólogo deve questionar como as pessoas dão sentido às coisas, deve se perguntar o que as políticas significam para as pessoas, como são rece-

vidas e experienciadas por eles, como afetam suas vidas cotidianas (ibid, p. 29-35).

Dentro desta perspectiva, podemos ver, no Brasil, trabalhos na área que podem ser divididos em duas categorias: a) os que estudam a influência do Estado, por meio das políticas públicas, sobre a vida das pessoas; e b) os que adentram a burocracia estatal para entender o seu funcionamento no processo de formulação das políticas (CASTRO, 2010, p.14-15). Nestes vieses analíticos, podemos notar uma inexpressividade de trabalhos relacionados às formas como os agentes de políticas públicas agem *in loco* e os modos como articulam os conceitos e pressupostos nos momentos de execução das políticas. Pelo visto, o foco ou recai nas maneiras como as pessoas ressignificam suas vidas a partir do impacto de determinadas políticas, ou nos modos como estas são pensadas nos momentos de formulação. Como dito páginas acima, os processos racionais de formulação das políticas muitas vezes não correspondem às estratégias, típicas da “atitude natural”, dos agentes que as implementam. Como afirmado por Shore (op. cit., p. 29-35), a racionalidade é apenas um pretexto para a garantia da eficiência das políticas. O que ocorre, de fato, nos processos de sua implementação, são atitudes muito mais próximas da ambiguidade e da imprecisão.

É nesse sentido que o presente trabalho se apresenta. Não foi o meu intuito compreender os processos de formulação das políticas (apesar de ter presenciado alguns destes momentos). Também não tive como intenção principal compreender as formas como o público alvo das políticas tinham suas experiências de vida transformadas (apesar de tratar, de forma secundária, deste assunto). O interesse central desta pesquisa foi compreender o modo como os agentes que aplicam as políticas públicas para as mulheres em Petrolina-PE articulam certas pressuposições no ato em si da sua implementação, e quais as dificuldades e arranjos políticos que precisam arregimentar. Esta questão central supõe que o Estado se mostra como um contínuo de ações que excedem suas instituições e compõem o corpo social por meio de fluxos microfísicos de poder. Ela supõe,

também, – diferente das concepções da Ciência Política – que as ações dos agentes que operacionalizam as políticas públicas são ações simbólicas e de múltiplos significados, e que, por isso, constituem visões de mundo e saberes no seio de jogos múltiplos de poder.

Desse modo, a questão central que encaminha a análise desta pesquisa está baseada na ideia de que os saberes que são manipulados no fazer prático da aplicação de políticas públicas não são um conjunto ordenado e racionalmente elaborado de parâmetros de ação para a solução de problemas sociais em prol da manutenção da ordem social. Ao contrário, assim como concebe a Antropologia do Estado, o mote central das análises aqui elaboradas parte do pressuposto que estes saberes manipulados são desordenados, complexos, ambíguos e de múltiplos significados. E de que esta complexidade só pode ser percebida e compreendida no fazer cotidiano das ações do Estado, nos mais variados locais.

Assim, foi segundo este viés que as análises sobre os modos como os agentes de políticas públicas para as mulheres em Petrolina articulam pressuposições oriundas das lutas feministas, com as oriundas do gerencialismo, que embasa as políticas públicas nos Estados neoliberais da atualidade, foram realizadas¹⁴. E, como a partir desta articulação estes agentes promovem transformações e conferem novos sentidos às concepções que embasam a agenda de políticas públicas para as mulheres no atual governo neoliberal.

2. Antecedentes teóricos e políticos das políticas públicas para as mulheres

2.1 Os movimentos feministas e a problemática da diferença

O tema das políticas públicas para mulheres está imerso em uma seara de discussões que tem como principal perspectiva lançar luz sobre

¹⁴ Esta segunda concepção foi exposta páginas acima e será retomada no quinto capítulo. A primeira será discutida no tópico seguinte e, também, no terceiro e quarto capítulos desta tese.

um dos pares dicotômicos centrais debatidos no século XX: o universalismo e o particularismo, ou a busca por igualdade e a perspectiva da diferença¹⁵. Estes pontos de vista sobre as lutas por direitos embasaram as diferentes maneiras como os movimentos de mulheres e feministas, nas esferas da sociedade civil ou do Estado, desde o século XIX aos dias atuais, pensaram e efetivaram políticas em prol da equidade entre homens e mulheres. Este embate, que caracterizou as fases por qual passaram os movimentos feministas, também tem respaldado o caráter de políticas públicas no Brasil, e em outras partes do mundo, que ora se dividem em universais ou em políticas focais de gênero, conferindo um novo caráter à busca por emancipação.

A trajetória política das mulheres pode ser esquematizada nas chamadas três ondas do movimento feminista (HITA, 2002, p. 320-323; PINTO, 2010, p.15-17). A primeira onda, situada ainda no século XIX em países como Inglaterra, França e Estados Unidos, foi protagonizada por mulheres que possuíam papel importante nas lutas revolucionárias, abolicionistas e emancipatórias em seus países (PRÁ, 2014, p. 4-5). Suas perspectivas de luta possuíam influência marcante dos ideais da burguesia revolucionária de então e tinham como principal mote a luta por igualdade. Um dos objetivos centrais deste momento era garantir o caráter de humanidade das mulheres, negado na maioria das instâncias sociais até então. Demonstrar que mulheres poderiam ser vistas sob o mesmo critério de humanidade que os homens, lhes deu o aval para reivindicar direitos também iguais e, assim, uma saída da situação de inferioridade social por que passavam. Neste período, os argumentos que se respaldavam segundo a perspectiva da diferença eram protagonizados

¹⁵ É importante frisar, de antemão, a intrínseca relação entre as políticas públicas para as mulheres e as reviravoltas em torno das concepções que se referem às identidades de gênero, protagonizadas pelos movimentos feministas e pelas feministas acadêmicas. Vamos observar com melhor clareza no capítulo primeiro deste trabalho como, principalmente no Brasil, as mudanças na agenda das políticas para mulheres foram diretamente influenciadas pelas demandas colocadas pelas feministas dos movimentos sociais e da academia. Isto se deu não apenas no período pós-redemocratização brasileira (com a Constituinte em 1988). Mesmo antes, com as lutas pelo sufrágio universal, por exemplo, podemos notar a forte imbricação entre lutas políticas e políticas sociais para mulheres. Por este motivo em especial começo as discussões por meio de um resgate das lutas das mulheres por direitos e de como essas lutas se ampararam em transformações teóricas e epistemológicas.

por representantes da “direita” política e se contrapunham aos argumentos em prol da igualdade, tendo, por isso, um forte cunho conservador (HITA, 2002, p. 320-321).

A segunda onda do movimento feminista promoveu uma reviravolta central nesta forma de pensamento e, conseqüentemente, na maneira de angariar direitos e nas características que estes passaram a ter. Em meados do século XX, em um contexto de efervescentes lutas sociais desencadeadas a partir da reestruturação das sociedades após a segunda grande guerra (1939-1945), como as derivadas dos movimentos hippies, de negros, estudantes, mulheres e homossexuais, em países como Estados Unidos, Inglaterra e França, as feministas, em geral brancas, de classe média e intelectualizadas, começaram a problematizar o caráter social das diferenças sexuais. Para conceituar estas diferenças, caracterizadas como sociais, as feministas cunharam o termo gênero que, diferente do sexo, era tido enquanto mutável segundo a cultura e o momento histórico, sendo definido, acima de tudo, por relações de dominação entre homens e mulheres. Este termo implicava uma rejeição do determinismo biológico, enfatizando o aspecto relacional dos constructos acerca da feminilidade. Mulheres e homens passaram, então, a ser definidos de modo recíproco (SCOTT, 1993, p.1). Desse modo, o foco do problema foi deslocado da busca por igualdade, para uma afirmação das diferenças de gênero e para o direito de trazer à tona as especificidades entre homens e mulheres (HITA, op. cit., p. 321, PRÁ, op. cit., p. 8, e NICHOLSON, 2000, p. 9-10).

O momento marcado pelo feminismo de segunda onda promoveu importantes conquistas de direitos para as mulheres. Enquanto no período da primeira onda do feminismo, conquistas referentes a direitos iguais, como os relativos ao voto e à educação de mulheres se tornaram marcantes, no período da segunda onda a busca por direitos específicos se tornou central. Neste momento, as mulheres começaram a perceber que enquanto lutassem por direitos iguais, as disparidade de gênero permaneceriam as mesmas, haja vista o modo hierárquico e desigual

pelo qual as sociedades estavam estruturadas. Enquanto não buscassem políticas focais, as mulheres nunca alcançariam o mesmo patamar social que os homens e uma igualdade de condições real. Desse modo, demandas relativas ao funcionamento de creches, à liberdade sexual, contracepção, aborto, dentre outras, passaram a ser colocadas em pauta e conquistadas, pelo menos nos países acima citados (HITA, 2002, p. 321).

No entanto, apesar das superações políticas e teóricas permitidas por essa nova forma de encarar os direitos das mulheres e das novas possibilidades analíticas permitidas pelo conceito de gênero, alguns problemas surgiram a partir da maneira como a problemática da diferença foi concebida. Segundo esta, o gênero seria entendido enquanto uma construção social em cima de uma base sexual, biologicamente dada (RUBIN, 1993, p. 2). Este modo de pensar o gênero depositou na biologia as origens das diferenças entre homens e mulheres e, muitas vezes, despropositadamente, colaborou com a ideia da imutabilidade das diferenças. O termo gênero, assim, não substituiu o sexo, apenas o suplementou (NICHOLSON, 2000, p.11). Diferenciar homens e mulheres segundo uma base sexual “natural” teve como consequência uma generalização das semelhanças entre mulheres (baseadas em uma biologia imutável), enfatizando somente a diferença em relação aos homens. Esta maneira de pensar dificultou as problematizações referentes às diferenças entre as mulheres e criou certa desesperança entre as feministas sobre as possibilidades de mudança (ibid, p. 26-27).

Ao mostrar dificuldades em contemplar as diferenças entre as mulheres, o modo como o termo gênero foi pensado neste período abriu portas para que inúmeras demandas de grupos específicos de mulheres, como trabalhadoras, lésbicas e negras, comesçassem a ser colocadas em pauta. Além disso, para problematizar as especificidades no interior do movimento, foi preciso também que o próprio termo sexo fosse questionado. Enquanto estivesse visto como base imutável que reuniria as mulheres em uma mesma categoria, pouco poderia ser dito sobre as

possibilidades de diferenciação entre as mulheres, sustentando a noção de mulher enquanto sujeito universal, fixo e definido.

Para a superação desta forma essencializada de pensar a diferença que, mesmo tendo garantido direitos específicos para as mulheres, ainda estava conectada ao universalismo da primeira fase, foi necessário que as próprias concepções de biologia e sexo fossem questionadas. Assim, as feministas da terceira onda passaram a entender que a biologia, a anatomia, o corpo e o sexo estão enraizados, também, em relações sociais, sendo conformados e constituídos por meio de interações fundadas nas desigualdades de gênero (FLAX, 1992, p. 240-241).

Assim, a terceira onda do feminismo problematiza as concepções que teorizam o sujeito e o “eu” enquanto estáveis e coerentes. Para isso, foi necessário criticar tanto a racionalidade universal, ocidental e desprovida de relações de poder que servia de base à noção universal de mulher enquanto sujeito, quanto à ciência supostamente neutra e pautada em ideias “verdadeiras” que sustentava essa noção universal de indivíduo. As feministas dessa fase, nomeadas de pós-modernas, começaram a suspeitar das afirmações que respaldavam a construção destes sujeitos universais e vê-las como reflexo da experiência de um grupo muito restrito, ou seja, de homens, brancos e ocidentais (ibid, p. 221-225). Neste período (por volta da década de 1990 do século XX), as identidades passaram a ser vistas possuindo fronteiras fluidas e imprecisas, e dicotomias como sexo/gênero, natureza/cultura, razão/emoção passaram a ser questionadas. A perspectiva da diferença foi radicalizada, principalmente pelas teóricas feministas, lançando novos desafios aos movimentos feministas que baseavam suas reivindicações e propostas de políticas públicas em uma categoria fechada de mulher¹⁶.

A partir do acima exposto, será possível percebermos uma notável mudança na forma como as políticas para as mulheres passaram a ser concebidas tanto no Brasil, como no mundo. De uma busca por igualdade

¹⁶ As críticas teórico-epistemológicas lançadas aos fundamentos do Iluminismo e da democracia liberal, realizadas pelas feministas da terceira onda, como as referentes às ideias de igualdade, liberdade, cidadania, esfera pública e privada, serão aprofundadas no terceiro capítulo deste trabalho.

para uma baseada nas diferenças, as políticas se diferenciaram de um cunho mais universalista para um mais focal e direcionado. Isto porque sempre houve um diálogo intenso entre aquisição de direitos e os ideais e proposições dos movimentos feministas. No entanto, as diferenciações oriundas dos modos como o sujeito “mulher” são concebidas, se de uma forma mais essencializada ou de uma maneira fluida e instável, ainda têm se mostrado de difícil localização nas políticas. Além disso, demonstrar e compreender, na prática, os significados e supostos entraves nas ações governamentais, que a permanência de uma dessas formas, ou a convivência simultânea das três (a da igualdade, a da diferença e a das diferenças), tem repercutido, quase nunca tem sido peripécia de pesquisa realizada.

2.2 Políticas Públicas: da perspectiva universalista de direitos às políticas focais para mulheres

Antes de me debruçar sobre o estudo das políticas públicas para mulheres, é importante destacar que o que estou considerando como política pública diz respeito a todas as ações, decisões, leis e medidas reguladoras que os governos (municipais, estaduais e federal) implementam. É o estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos eleitorais em programas e ações que produzirão resultados em diversas esferas da sociedade. As políticas públicas envolvem vários atores e níveis de decisão¹⁷, possuem objetivos claros a serem alcançados e impactos mais imediatos, apesar de se constituírem enquanto processo de longo prazo. Antes da implementação de uma política pública é preciso que um problema seja identificado, fase que normalmente conta com

¹⁷ As políticas públicas são definidas, formuladas e avaliadas por setores exclusivos da Administração direta do Estado, que são: a Presidência da República, os ministérios, os poderes executivos estaduais e municipais e as estruturas das suas secretarias. Estas são protagonizadas por funcionários públicos de carreiras exclusivas do Estado. A execução de políticas públicas, por outro lado, pode ser realizada pelos setores executivos dos estados e municípios, ou por instituições que compõem a administração indireta do Estado, a saber: algumas empresas públicas (como a Caixa Econômica Federal, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, dentre outras), autarquias, fundações públicas, e sociedades de economia mista (QUEIROZ, 2009, p. 86-89).

a participação da sociedade civil^{18 19}, também responsável pela regulação e avaliação dos resultados das políticas. (HEILBORN et. al., 2010, p. 19-20).

Grosso modo, podemos argumentar que na cena política contemporânea no Brasil têm sido desenvolvidas políticas públicas de dois tipos específicos: universal e focal. As políticas públicas de cunho universalista²⁰, que pela sua própria natureza não devem se dirigir a um público particular, têm se fundamentado, primeiro, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Esta declaração, escrita a partir dos desdobramentos da Revolução Francesa em 1789 e no seio de um movimento social, artístico, literário e político, conhecido como Iluminismo, propunha o direito à vida, à liberdade, à igualdade, segurança, propriedade e resistência a tiranias, dentre outros direitos. Sua proposta possuía uma forte base filosófica que apresentava tais direitos como universais e pertencentes ao Homem enquanto direitos por natureza, impossíveis de subtrair ou alienar (MARRUL, 2004, p. 10). Esta fundamentação filosófica, por sua vez, estava diretamente relacionada ao direito jusnaturalista, que tinha como fundamento uma ideia de direito como natural, inerente

¹⁸ Por sociedade civil podemos entender a “arena de ações coletivas voluntárias em torno de interesses, propósitos e valores (...). A sociedade civil comumente abraça uma diversidade de espaços, atores/atrizas e formas institucionais, variando em seu grau de formalidade, autonomia e poder. Sociedades civis são frequentemente povoadas por organizações como instituições de caridade, organizações não-governamentais de desenvolvimento, grupos comunitários, organizações femininas, organizações religiosas, associações profissionais, sindicatos, grupos de autoajuda, movimentos sociais, associações comerciais, coalizões e grupos de *advocacy*” (HEILBORN et. al., 2010, p. 18)

¹⁹ O surgimento do termo sociedade civil data do século XIX, por volta de 1820, em países da Europa e Estados Unidos. O termo expressava as mudanças relativas à separação entre as esferas econômica e familiar e às relativas à diferenciação entre o Estado e a sociedade causada pela especialização do Estado moderno, e pela autonomização da economia em relação à vida doméstica, agora caracterizada como esfera da vida privada. Dessa maneira, ela surgiu em uma concepção tripartite e excludente para diferenciar as esferas do Estado e mercado em relação ao restante da sociedade (neste caso a sociedade civil). Como no Brasil esta separação de esferas não ocorreu no mesmo período, o surgimento do conceito ocorreu de forma mais tardia. Devido à associação entre interesses privados e o Estado, que perdurou durante grande parte da história política deste país, podemos considerar que a sociedade civil só começou a se prefigurar no Brasil no início do século XX, ressurgindo com mais força no final deste século em sua composição tripartite, neste caso, para dar ênfase à diferenciação em relação à esfera do mercado (AVRITZER, 2012, p. 384).

²⁰ As políticas públicas de cunho universalista no Brasil estão relacionadas, atualmente, às propostas da constituição cidadã de 1988, que tinha como principal mote a ampliação dos direitos de cidadania a toda a população. Deste modo, em suas propostas está subentendido que políticas universais, tais como o direito à educação e saúde públicas, gratuitas e de qualidade, à previdência social, ao trabalho, assistência social, dentre outras, deveriam ser um direito garantido a toda a população (THEODORO & DELAGADO, 2003, p. 122).

a todos os seres humanos. Para esta linha de pensamento, os direitos pertencem ao homem por sua condição e precedem o Estado, por isto este não lhes pode violar (CAZUQUEL, 2004, p. 39).

Embora estes direitos tenham sido concebidos como universais, o que foi percebido é que só foram garantidos e efetivados no âmbito dos Estados que os reconheceram²¹. Este feito foi corrigido com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, que definia que não apenas os cidadãos pertencentes aos Estados membros deveriam ter seus direitos humanos garantidos e, sim, todos os seres humanos. Esta declaração tinha como fim assegurar, de uma vez por todas, que os direitos humanos fossem garantidos, inclusive contra as supostas investidas dos Estados que pretendessem violá-los (MARRUL, 2004, p. 11). Os artigos da declaração primavam por valores como a liberdade, igualdade, fraternidade e segurança, sem distinção de raça, cor, sexo, idade, religião, opinião política, origem nacional ou social, ou qualquer outro tipo de diferenciação (CAZUQUEL, 2004, p. 43). O pressuposto da igualdade se mostrou fundamental, haja vista que sem ele seria impossível assegurar que os demais direitos fossem garantidos para todos, igualmente, como garantias independentes de pertencimento, sexo ou condição social.

Todavia, críticas às dimensões igualitaristas de direitos, protagonizadas por movimentos sociais, como os de cunho racial e feminista, por exemplo, possibilitaram que novos rumos fossem encaminhados no que diz respeito à busca e conquista de direitos de gênero no Brasil e no mundo. Com as críticas a noções tais como liberdade, cidadania, democracia, esfera privada e direitos, se tornou possível atentar para as dificuldades das políticas universalistas e para as formas com que os Estados estavam encaminhando seus projetos de superação das desigualdades. Como um dos protagonistas destas críticas, os movimentos feministas têm questionado a suposta neutralidade do Estado frente às contradições sociais e pressiona-

²¹ No terceiro capítulo deste trabalho levantarei outros elementos críticos importantes destes pressupostos iluministas de direitos, mais precisamente quando for me aprofundar nos seus antecedentes políticos e epistemológicos.

do a sua atuação no sentido de superação destas (VIANA, 2013, p. 378). Neste sentido, podemos notar, pelo menos no Brasil, propostas de políticas públicas focalizadas²² que possuem como pressuposto uma crítica da sociedade androcentrada, haja vista estar pautadas em elementos que contestam noções como a de igualdade, por exemplo²³.

As propostas dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil, especialmente, tinham como principal intuito chamar a atenção para a incapacidade das políticas públicas, no período que antecedeu a redemocratização brasileira, em contemplar as demandas específicas das mulheres²⁴. Este modelo universalista de políticas, segundo algumas das proponentes, só aprofundava desigualdades, colocando a mulher em espaços que as inferiorizavam, como a esfera privada da domesticidade e o âmbito da família, haja vista que eram concebidas apenas como mães, esposas e cuidadoras (ibid, p. 379).

Esta crítica, todavia, só pôde ser elaborada em decorrência de dois fatores. O primeiro diz respeito aos encaminhamentos elaborados pelo chamado feminismo de segunda onda. Este, como vimos, por volta dos anos 60 do século XX, conferiu ênfase à afirmação das diferenças e especificidades de gênero, de modo que possibilitou a reivindicação não

²² O debate sobre as políticas públicas de caráter focal ainda é objeto de controvérsias. Este tipo de política, surgida entre os Estados Neoliberais, que preconizam que a função do Estado está voltada para a garantia dos direitos individuais, fundamentalmente os direitos à liberdade e propriedade, e para a não interferência nos assuntos relacionados aos mercados, tem por objetivo central reparar as mazelas provocadas pela autogestão da economia (que não leva em consideração as consequências sociais dos seus ímpetus de lucro). Deste modo, o Estado se comprometeria a implementar políticas focadas em segmentos específicos da população para dirimir os impactos de exclusão provocados por este modelo econômico. Neste sentido, as políticas de cunho focal estão centradas, principalmente, nas ações compensatórias de alívio da pobreza. No entanto, uma das principais críticas às políticas focalizadas é que elas são apenas paliativos e não combatem as origens estruturais que geram os desiguais que as políticas buscam alcançar. Porém, é possível argumentar, por outro lado, que as políticas focais também são importantes, haja vista que as políticas universais, de fato, não atingem a todos. Elas poderiam restituir certos grupos sociais o direito a ter acesso aos direitos universais (ALMEIDA, 2011, p. 2-7). O debate referente à controvérsia sobre a opção pela focalização nas políticas para as mulheres será desenvolvido no capítulo primeiro desta tese.

²³ As propostas de políticas públicas no Brasil que questionam os pressupostos da igualdade estão se dando em diversos sentidos, como os que se referem aos programas que atendem mulheres vítimas de violência doméstica e sexual e a criação de casas abrigos para estas mulheres, à implantação de programas na área de atenção integral à saúde da mulher, às políticas de capacitação profissional de mulheres, à criação de creches, e assim sucessivamente (FARAH, 2004, p. 57).

²⁴ No capítulo primeiro exporei as principais críticas e propostas das feministas quanto às políticas públicas no Brasil.

apenas de direitos universais como também específicos para as mulheres (HITA, 2002, p. 321).

O segundo fator diz respeito ao processo de redemocratização brasileira, que propôs uma agenda de reformas construída com a participação de diversos atores nos processos decisórios e a inclusão de segmentos diferenciados da população em políticas públicas específicas (FARAH, 2004, p. 49-50). Os movimentos sociais deste período possuíam como foco os serviços urbanos, e, apesar de não se constituírem como movimento de mulheres, abarcavam muitas demandas específicas deste grupo, tais como acesso a serviços coletivos como escolas, creches e serviços de saúde e violência contra a mulher (ibid, p. 50-51). Essas lutas possibilitaram um “empoderamento coletivo” das mulheres e o surgimento de inúmeras organizações, desde a década de 70 até fins de 90 do século XX, apesar de muitas delas ainda não possuírem uma identidade feminista, ou se identificarem enquanto tal (CARVALHO, 2009, p. 18). Além disso, essas organizações enriqueceram as práticas associativas femininas, o que lhes permitiu tratar de demandas específicas de sua condição de gênero (GUZMÁN, 2000, p. 66).

A partir dessas demandas, houve uma convergência com os movimentos feministas²⁵ que, além das demandas para as mulheres dos movimentos com participação feminina, tinham como objetivo central a transformação da situação da mulher na sociedade e a superação das desigualdades entre homens e mulheres. Os movimentos feministas tiveram um papel de extrema relevância na inclusão das questões de gênero na agenda pública para alavancar, por meio das críticas à perspectiva de Estado neutro, e da proposta de política pública de gênero, a superação das desigualdades no regime democrático nascente (FARAH, 2004, p. 51).

Este contexto de demandas e conquistas políticas deu origem a um novo marco nas lutas de gênero, principalmente a partir da década de 90

²⁵ Como movimento feminista me refiro à perspectiva de Bell Hooks (HOOKS apud CARVALHO, p. 14, 2009) que o vê como um movimento que visa acabar com a exploração e opressão sexista. Para Carvalho (2009, p. 14), ele é tanto uma ideologia da liberação das mulheres quanto uma teoria crítica do sexismo (ideologia que se baseia na inferioridade das mulheres), do androcentrismo e da dominação masculina.

do século XX, caracterizado por dois fatores que considero essenciais: um se refere a uma nova institucionalidade que proporcionou novos interlocutores no Estado; e outro que diz respeito à elaboração e implementação de uma série de políticas para as mulheres nos três níveis de governança da sociedade²⁶.

O primeiro fator refere-se à atuação das mulheres em secretarias, conselhos e na sociedade civil organizada. Esta atuação promoveu uma maior complexidade nas formas de fazer política, uma vez que gerou novas interlocuções entre atores sociais e o Estado, via esferas de participação, como pelos Conselhos de Direitos da Mulher, por exemplo. Neste novo contexto se tornou possível colocar em pauta não só as políticas públicas focais, como também afetar os mecanismos que obstaculizam a igualdade de oportunidades, e o lugar da participação das mulheres nas esferas de decisão política. Estes novos atores políticos e instituições têm por objetivo promover políticas integrais por meio do diálogo com outros setores dos governos, e a partir de então resolver, primeiro, os problemas mais urgentes derivados das desigualdades, e depois, a partir de uma análise sistêmica mais atual das desigualdades de gênero, operar sobre os mecanismos geradores dessas desigualdades (GUZMÁN, 2000, p. 68-77).

Já o segundo fator refere-se à elaboração propriamente dita de políticas públicas para as mulheres em diversos setores da sociedade. A partir de pressupostos erigidos após a reforma do Estado brasileiro em finais dos anos 80 do século XX – que se referiam a uma ênfase maior na descentralização das políticas do governo federal, a uma focalização em atores específicos, às novas articulações com a sociedade civil e novas formas de gestão de políticas públicas, baseadas em noções como eficiência e efetividade – políticas públicas para as mulheres foram elaboradas e efetivadas. (FARAH, 2004, p. 52-56).

3. O contexto da pesquisa: Petrolina, o subúrbio feminista do nordeste?

²⁶ Ambos os fatores serão discutidos em detalhes no capítulo primeiro desta tese.

Apesar de as políticas públicas que reconhecem as diferenças de gênero terem sido implementadas desde a década de 1980 no Brasil, as políticas estaduais e municipais no estado de Pernambuco com este enfoque só começaram a ser elaboradas e postas em prática a partir da criação da Secretaria da Mulher do estado, em 2007, e das secretarias e organismos municipais de políticas públicas para as mulheres criados após este ano. Neste período (da década de 1980 aos anos 2000) a agenda política no Brasil sofreu transformações significativas, principalmente devido ao processo de redemocratização, com a presente influência dos movimentos sociais urbanos com importante participação feminina na sua atuação e demandas relacionadas à condição da mulher, e dos movimentos feministas que propunham a transformação das desigualdades presentes entre homens e mulheres, como vimos logo acima. Estas mudanças têm dado um caráter diferenciado ao atual momento político sob o qual as políticas para as mulheres têm sido postas em prática nos municípios do interior brasileiro. Além disso, as transformações teórico-epistemológicas trazidas à tona pelos movimentos feministas e pela academia sobre a problemática da igualdade e diferença, e seus reflexos nas concepções identitárias, têm dado um caráter diferenciado às propostas políticas.

Dentro deste contexto, minha pesquisa teve como intuito analisar as relações onde as políticas para as mulheres, em uma cidade do interior de Pernambuco, a cidade de Petrolina, no nordeste do Brasil, são efetivadas. O objetivo central foi entender não só como estas políticas estão sendo postas em prática, mas, também, como os pressupostos políticos, teóricos e epistemológicos que lhes servem de base são articulados e ressignificados, segundo o contexto de reforma neoliberal do Estado e das suas políticas sociais.

Para a realização desta investigação a escolha da cidade de Petrolina, em Pernambuco, não foi em vão. Localizada no interior nordestino, mais especificamente no extremo oeste pernambucano, ela tem se mostrado como modelo quase ideal de um processo de investimentos estaduais e

privados, objeto de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico capitaneado pelo Estado brasileiro (FRANCA, 2008). Estas políticas se mostraram, inicialmente, deslocadas de demandas populares e focadas em um projeto modernizador. Este projeto tinha como objetivo central não a realização de políticas focais para garantir uma diminuição das desigualdades de grupos específicos e, sim, um conjunto de iniciativas macroestruturais²⁷ para colocar o Brasil em um nível de concorrência econômica com os países do norte.

Este “processo de desenvolvimento econômico” ocorrido no Nordeste do Brasil tem apresentado uma situação idiossincrática quando comparado ao restante do país²⁸. Esta região esteve presente no cenário brasileiro de maneira bastante distinta das demais regiões do Brasil, desde o período da colonização. Passou pelo auge das explorações de pau-brasil, cana e tabaco; sofreu o declínio econômico e social provocado, primeiro, pela mineração e depois pela produção do café no sudeste; e, como consequência desses desequilíbrios econômicos, autores como Florestan Fernandes e Caio Prado Jr. afirmaram que o nordeste assumiu o papel de coadjuvante do processo de “aburguesamento” do país, quando da abolição da escravatura, da proclamação da República e posterior industrialização do sudeste e sul do país (FERNANDES, 2005, PRADO JR., 2008).

Além dos fatores econômicos, outro condicionante foi fundamental para que o nordeste fosse considerado coadjuvante do desenvolvimento econômico do Brasil: o fenômeno da raça e do clima. Os debates em torno dos argumentos que colocavam a seca como central para um suposto subdesenvolvimento do Nordeste em geral e do sertão nordestino em

²⁷ Estas iniciativas serão expostas mais abaixo.

²⁸Estou abordando aqui os projetos de desenvolvimento econômico elaborados para o Brasil, principalmente pelas elites brasileiras que, na maior parte da nossa história, insistiram em ver o Brasil como um país em “atraso” e que deveria galgar etapas para atingir o patamar de desenvolvimento dos países europeus e dos Estados Unidos, principalmente. Este conceito (desenvolvimento), apesar de ter sido exaustivamente problematizado – principalmente pelos teóricos críticos dos modelos de colonização –, precisa ser abordado neste momento, haja vista sua importância epistemológica no que tange à elaboração das políticas públicas no Brasil, não só às que possuem viés econômico, como todas as outras, inclusive as de gênero. A intenção é desenvolver este argumento no decorrer da tese.

particular, estavam fundamentados em pressupostos naturalistas, capitaneados, em especial, por Nina Rodrigues, no final do século XIX, e Oliveira Vianna, na primeira metade do século XX. Estes autores atribuíam à raça mestiça e negra, predominantes no Nordeste, as características de indolentes e inferiores por natureza, e ao clima, caracterizado pelas secas, pelo calor e umidade, o abatimento físico e intelectual levando à superficialidade e nervosismo. Estes fatores foram considerados os motivos pelo atraso social e econômico da região, em contraposição ao sul e sudeste, que possuíam superioridade de clima e raça, e por isso tendiam a ser mais civilizados (ALBUQUERQUE JR., 2011, p.70-75).

No entanto, a partir da segunda metade do século XX, as visões naturalistas acima colocadas já se encontravam em declínio e outros interesses vieram a somar-se à perspectiva de atraso do nordeste, justificada, neste momento, pela sua incapacidade agrícola, de modo que as justificativas de cunho racial começaram a perder força. Até os anos 50 do século XX as políticas públicas de caráter econômico para o nordeste estavam voltadas para o combate à seca, principal empecilho para o desenvolvimento agrícola. No entanto, após este período, a burguesia do centro-sul, e o Estado brasileiro, ambos com interesses de expansão dos mercados e internacionalização da economia, colocaram em debate os problemas da baixa produtividade agrícola da região. Como resultado desses debates, surgiram propostas do Governo Federal para a transformação de latifúndios improdutivos em modernas empresas agrícolas voltadas a produção de monoculturas de expressão comercial para os mercados internacionais. A partir desse diagnóstico feito pelo Estado militar, idealizou-se um projeto de modernização tecnológica do campo que visava acelerar a produtividade de culturas que seriam, inclusive, destinadas ao mercado internacional. Esta modernização estava relacionada ao emprego intensivo de fertilizantes, máquinas e defensivos na produção de monoculturas para exportação, além de políticas no âmbito da pesquisa, do crédito, da assistência técnica, da extensão rural e do ensino (FRANCA, 2008, p. 71-81).

Neste cenário é possível notarmos como Petrolina tem recebido uma atenção peculiar tanto do Governo Federal quanto do Governo do estado de Pernambuco, desde meados do século passado, principalmente com a forte presença de instituições estatais que tencionavam desencadear um programa de reestruturação produtiva para atender ao mercado interno e também externo (ibid, p.121-131). Este processo de reestruturação produtiva deu origem a diversas políticas públicas, principalmente referentes à concessão de crédito a produtores rurais, políticas voltadas para a agricultura familiar, e ao incentivo à produção e exportação de frutas, principalmente manga, uva e hoje maçã e figo, por exemplo (estas bastante atípicas para o clima semiárido de Petrolina)²⁹. A região, apesar do clima semiárido, seco e quente, tem se mostrado bastante propícia à fruticultura, haja vista possuir vantagens em relação às demais regiões, que, por meio do manejo da irrigação, advinda do rio São Francisco, possui uma capacidade de produção por ciclos sucessivos, possibilitando uma quantidade maior de colheitas por ano, quando comparada a outras cidades do Brasil e outros países do globo.

Através desse plano em torná-la um polo de agroexportação, foram desenhadas certo número de políticas públicas nacionais, estaduais e municipais para a cidade de Petrolina. Desde a década de 60 do século XX até os dias atuais, ou seja, dos períodos ditatoriais à redemocratização e reforma neoliberal do Estado, Petrolina tem mantido o perfil de cidade exportadora de fruta e de ícone do desenvolvimento do interior pernambucano, apresentando um dos maiores PIBs (Produto Interno Bruto) per capita do estado³⁰. Além disso, ela apresenta o segundo maior PIB agro-

²⁹ As políticas de incentivo à produção estão relacionadas à construção de perímetros irrigados pelo rio São Francisco, pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), a partir dos anos 1960; a partir de 1974, pela construção de sete hidroelétricas no rio São Francisco pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Chesf), para impulsionar o potencial energético da região; da implementação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Semiárido), em 1975, para impulsionar a pesquisa, gerar conhecimento e adaptar tecnologias, principalmente sobre as variedades de frutas que podem se adaptar à região; da criação do Branco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1954, que tem por finalidade atuar como agente financeiro indutor do desenvolvimento do Nordeste abrindo concessões de financiamentos para os produtores (FRANCA, 2008, p. 117-126).

³⁰ Fonte: IBGE, 2010.

pecuário do país, chegando a produzir cerca de 620 milhões de reais em gêneros agropecuários³¹. Em 2001, Petrolina passou a integrar a região polo de desenvolvimento, definida como Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE), passando, assim, a ser prioridade no direcionamento de recursos públicos, e estimulando uma articulação maior entre municípios, estados e União, para fins de exploração das potencialidades econômicas (SILVA, 2014, p. 17).

Além de receber políticas públicas de promoção do agronegócio, Petrolina, atualmente, também tem operacionalizado ações de cunho social dos Governos Federal, estadual e municipal, voltadas para demandas como moradia, saúde pública, educação infanto-juvenil, infraestrutura urbana e geração de emprego e renda, com a implantação de programas do governo federal como o “Minha Casa Minha Vida”, o de geração de emprego como o “Mulheres Mil”, e os que geraram verbas para a construção da ponte que liga a cidade ao município de Juazeiro, na Bahia, sobre o rio São Francisco; do governo estadual com criação da Unidade de Pronto Atendimento em emergências hospitalares (UPA) e a implantação de escolas de referência em tempo integral; e o programa municipal de creches, como o “Nova Semente”, por exemplo³².

Dentre estas políticas e programas, algumas se destacam por abraçarem nos seus objetivos, além da proposta relacionada ao desenvolvimento social, as desigualdades de gênero e uma possível superação deste tipo de iniquidade social, principalmente quando da implantação da Secretaria da Mulher do estado, como dito mais acima, e da Secretaria da Mulher do município, no mesmo ano, em 2007. Um dos objetivos centrais destas secretarias, além de desenvolver e coordenar políticas públicas para promover a melhoria das condições de vida das mulheres pernambucanas e petrolinenses, é também articular projetos já desenvolvidos pelo estado ou município, mas que não possuem o foco em gênero. O intuito central das secretarias é que estes passem a contemplar

³¹ Fonte: IBGE, 2010.

³² Discutirei, com mais vagar, sobre as políticas que se referem diretamente às mulheres nos capítulos analíticos.

as iniquidades entre homens e mulheres e, também, conferir um foco maior àqueles projetos que já contemplam a temática, mas que ainda parasitam alguma outra secretaria, sem um direcionamento adequado para as questões de gênero.

Deste modo, temos como *locus* de estudo uma cidade que representa de forma exemplar os projetos de desenvolvimento do Governo Federal para o nordeste, com fins de equiparar esta região às demais, no que diz respeito à riqueza e oportunidades econômicas. Por outro lado, esta cidade exemplifica, também, o que a literatura considera como descentralização das políticas públicas³³, principalmente as de gênero, fruto do processo de redemocratização do Estado (FARAH, 2004, p. 53), e que assume novas facetas com as reformas neoliberais de fins da década de 1990 e início dos anos 2000. É importante ressaltar que a opção por uma cidade sertaneja como representativa desta descentralização se faz digna de nota, haja vista que as cidades sertanejas sempre foram categorizadas como áridas, secas, atrasadas e isoladas, como vimos anteriormente. Localizar esta cidade como alvo de políticas públicas e investimentos nas mais variadas esferas ainda é um fenômeno a se destacar, principalmente para ir de encontro a certos mitos que ainda rondam o imaginário nacional sobre o sertão do Brasil.

Além disso, se faz de suma importância salientar que Pernambuco tem se mostrado um estado de destaque na cena feminista brasileira, a ponto de Recife, sua capital, ter se tornado, segundo Alinne Bonetti, a “Meca feminista nordestina contemporânea” (BONETTI, 2007, p. 70-78). A profusão de organizações não governamentais, associações, movimentos sociais e agências de cooperação internacional com foco na temática é marcante e importante na constituição de uma *práxis* feminista, na produção de saberes e na promoção de articulações e alianças políticas. Muitos destes grupos possuem uma boa infraestrutura, recursos materiais, redes de articulação com grupos nacionais e internacionais, e

³³ Por descentralização quero me referir às propostas de direcionamento das políticas públicas para os níveis estadual e municipal de governo.

acumulo de discussões sobre a temática feminista. Estes fatores repercutem na prática de uma militância bem sucedida e na concentração de um “capital de articulação política” que os permite ter acesso a recursos e colocam Recife como um dos principais alvos de investimento de agências de cooperação internacional (BONETTI, 2009, p.111-113).

No entanto, o que podemos notar é como Recife se tornou uma cidade central no que diz respeito ao feminismo no nordeste e em relação às políticas públicas para as mulheres³⁴. O impacto que as demandas feministas tiveram junto ao estado reverberaram diretamente em ações e programas voltados para as mulheres da capital, deixando as cidades do interior no geral, e Petrolina em particular, secundarizadas neste plano. Ser alvo de políticas protagonizadas por um Estado indutor do desenvolvimento econômico, como vimos, não coloca esta cidade, necessariamente, como foco de políticas para as mulheres³⁵.

Petrolina não é o local por excelência onde podemos ver as políticas públicas para as mulheres em Pernambuco sendo postas em ação. Tampouco podemos localizá-la como destaque no Brasil neste sentido. Porém, é este lugar de coadjuvante³⁶ que ela ocupa neste cenário, mesmo sendo protagonista na economia do estado, que se torna central para esta análise. É em meio às múltiplas dificuldades e carências no que se refere à estrutura do governo municipal que podemos ver a criatividade dos arranjos dos agentes de políticas públicas aflorarem. É em um espaço onde as pessoas não respiram as discussões de gênero, e onde não vemos as mais distintas organizações e movimentos sociais feministas pressionando o governo, que podemos localizar a realidade crua dos modos como as políticas públicas são levadas até as pessoas no Brasil. As políticas públi-

³⁴ Veremos o modo como Recife, por meio de sua Secretaria Estadual, tem organizado as políticas para as mulheres no primeiro capítulo deste trabalho.

³⁵ Com isso não quero afirmar que não haja políticas neste sentido em Petrolina. Tanto há que este trabalho pôde ter sido posto em prática. Importante é apenas localizar este município nesta seara.

³⁶ Todavia, não tenho o intuito de colocar coadjuvante como sinônimo de periférica. Isso porque, veremos mais abaixo, o interesse deste trabalho é, inclusive, desmontar este modelo de dicotomização (centro x periferia). Petrolina é concebida como coadjuvante aqui apenas no que tange ao seu papel secundário em relação ao montante de recursos para políticas para as mulheres, no que diz respeito à parca organização da sociedade civil, e ao preterimento dado para as políticas sociais e culturais em relação aos investimentos na economia da cidade.

cas para as mulheres das capitais do sudeste do país, ou mesmo da “meca feminista do nordeste”, provavelmente não colocam os atores sociais em face da multiplicidade de obstáculos que as limitações de recursos os colocou em Petrolina³⁷.

Com a escolha desta cidade como *locus* de estudo não pretendo, tampouco, cair na cilada de que Petrolina seria a “periferia” do nordeste, em relação a um “centro”, que seria a sua capital Recife, e/ou as demais capitais da região. E que, por esta localização, ela seria um “objeto/espço” digno de estudo pela Antropologia. Esta primazia por regiões ou povos periféricos, que tem sido atribuída aos estudos antropológicos, já vem sendo criticada com o intuito de não concebermos regiões, áreas ou povos preferidos, ou preteridos à análise. Este pressuposto, no que tange aos objetos de interesse da Antropologia, tem sido chamado por Piero Leiner como “geoantropologização” (LEINER, 2014).

Em seu estudo, o autor faz uma crítica aos modos como a Antropologia do Estado foi secundarizada enquanto subárea da Antropologia por tratar de um tema “central” demais para os agentes da “ciência dos povos periféricos”; e como mesmo dentro desta subárea certos espaços e objetos são secundarizados em prol do estudo dos ditos “oprimidos”. É como se houvesse “regiões etnográficas” mais ou menos densas, como se certas áreas indexassem mais problemas que outras. Esta perspectiva de fazer uma Antropologia das margens, em detrimento de um “centro” apenas endossa, segundo o autor, a proposição universalista e dicotômica de que existem, de uma lado, as regiões racionais, legais e burocratizadas e os desvios deste padrão (ibid, p. 93).

Na verdade, a relação centro/periferia (seja o centro os Estados do chamando primeiro mundo, ou os estados do sudeste do Brasil ou as capitais dos estados, e a periferia todo o resto), segundo o autor, não tem

³⁷ No entanto, não tenho o intuito de afirmar que as políticas públicas para as mulheres postas em prática nas capitais dos estados, ou em outras regiões que não o nordeste, sejam exemplos de aplicação “ótima” dos interesses de transformação e superação das desigualdades de gênero planejadas pelos estados. Gostaria apenas de afirmar que as carências, no que tange a orçamento e estruturas dos estados, são mais visíveis em cidades do interior do nordeste, devido às assimetrias de investimentos (dos mais variados tipos) que são direcionados a esta região.

nada de óbvia. É preciso que desnaturalizemos os “centros.” Não há de haver uma hierarquia de importância neste sentido para Antropologia, porque quanto mais destas regiões puderem ser alvo da Antropologia do Estado, mais densa será nossa percepção sobre esta esfera de nossas vidas (ibid, p. 93-95).

Dessa maneira, a escolha de Petrolina como locus válido para um estudo de análise de políticas públicas, segundo a perspectiva da Antropologia do Estado, tem por objetivo romper esta noção de preterimento dos “centros” em prol dos estudos em comunidades “periféricas”. Assim, não é por este motivo (por ser periférica em relação a um modelo central, como o colocado em prática em Recife) que Petrolina se mostra como local válido para estudo. E sim porque voltar o olhar para as cidades do interior dos estados apenas complexifica e enriquece o conhecimento acerca das análises de políticas públicas pela Antropologia do Estado, adensando, como bem afirma Leiner, nossa percepção sobre estas esferas.

4. Do método de análise

Para compreender como as políticas públicas para as mulheres são elaboradas, articuladas e vivenciadas na cidade de Petrolina, Pernambuco, me vali do método latouriano “da tarefa de descobrir associações e reagregar o social” (LATOUR, 2012). Para tanto, utilizei tanto o método etnográfico para registro e entendimento das relações desmembradas no contexto de formulação e prática destas políticas; quanto da pesquisa documental para aprimorar o entendimento de definições e agregado de projetos, programas, políticas e atores políticos; de entrevistas com alguns atores que compõem as redes que se formam para execução das políticas públicas e programas governamentais; e da análise de narrativa para entendimento dos discursos destes atores, presentes em todas as fases anteriores.

Bruno Latour em seu livro *Reagregando o Social* (2012) nos demonstra uma inovadora proposta de crítica epistemológica à concepção de “social” e de metodologia de análise do que ele vai preferir chamar de associações: a designada “teoria do ator-rede”. A sua principal crítica à noção de social é encaminhada no sentido de contraposição à noção de sociedade como algo estável, ou melhor, à própria noção prévia de que existe algo que podemos designar como sociedade. Para Latour não há uma dimensão, contexto ou esfera distinta que podemos agregar o rótulo de “social” ou “sociedade”. Designar a sociologia pela busca deste fenômeno tem sido uma tarefa dos que ele chama de “sociólogos do social”, que tomam como dado aquilo que para ele é o que se deve buscar e solucionar. Os sociólogos do social tomam o social como algo homogêneo, enquanto que a sociologia das associações, a que ele designa, toma o social como uma série de associações entre elementos heterogêneos. O que esta toma como enigma a solucionar, a primeira considera a sua solução, ou seja, a constatação de vínculos sociais distintos, que possuem forças sociais específicas (ibid, p. 17-23).

Deste modo, para Latour, o social não seria uma coisa e sim um tipo de conexão entre coisas. O social estaria limitado à busca de novas associações e ao esboço de seu agregado. Associações estas que precisam se reformular a cada instante, haja vista que a essência do social é o movimento: o movimento de relações que precisam a todo o momento ser reassociadas e reagregadas e que muitas vezes não conseguem traçar conexões. Assim, diferentemente dos sociólogos do social, que começaram pela sociedade, a teoria do ator-rede finaliza formando-a; distinta daqueles que supuseram que o social é constituído por vínculos sociais, a teoria latouriana toma como pressuposto de que as associações são formadas por vínculos não sociais (precisa haver associações para que chamemos algo de social); oposta à teoria do social que crê que este domínio está à disposição, a teoria das associações encara o social como algo não visível e que só se deixa entrever pelos traços que dissemina ao

passo em que novas associações são recorrentemente formuladas (ibid, p. 26-27).

Na sua proposta da teoria do ator-rede não podemos restringir aos atores o mero papel de informantes de casos já conhecidos. É preciso lhes devolver a capacidade de estruturar suas próprias teorias sobre a constituição do que para eles é o social. Em suas palavras:

(...) seguir os próprios atores, ou seja, tentar entender suas inovações frequentemente bizarras, a fim de descobrir o que a existência coletiva se tornou em suas mãos, que métodos elaboraram para sua adequação, quais definições esclareceriam melhor as novas associações que eles se viram forçados a estabelecer (ibid, p. 31).

Assim, antes de enquadrar os atores em categorias ou lhes impor uma ordem de antemão, a teoria do ator-rede deixa que eles se atenham ao seu próprio mundo e a partir daí pede explicações sobre o que estabeleceram. Dessa maneira, a tarefa de ordenar o social é passada para os atores, que tem a incumbência de ordenar o seu cosmo, mesmo que de maneira aparentemente irracional. A busca por um padrão, realizada pelos sociólogos, todavia, não é abandonada. Ela só é deixada para um segundo plano, posterior a este ordenamento feito pelos atores, e é articulada pelo rastrear das conexões das suas controvérsias (o que é diferente de tentar resolvê-las) (ibid, p. 31-39). Os atores ao agregar seu mundo nos deixam pistas sobre a formação e desmantelamento de seus grupos. Estas pistas e traços, segundo Latour, nos são muito mais visíveis do que supostas conexões já estabelecidas, constatadas à exaustão pelos sociólogos do social, que para o autor se tornam mudas e invisíveis (ibid, p. 51-53).

Neste sentido, de forma resumida, foi tomado como pressuposto metodológico deste trabalho a perspectiva de que o social é formado por associações de elementos heterogêneos; que ele é movimento composto de elementos fluidos e instáveis; e que os atores sociais não são meros informantes de contextos já conhecidos, que eles são os verdadeiros ato-

res que montam associações e redes, e conferem ordenamento a um emaranhado de conexões.

Dessa maneira, o ponto de partida da coleta de material a ser analisado nesta pesquisa se baseou nas associações de atores sociais e performances de formações de grupos, que, nas suas relações cotidianas teciam conexões com outros atores e grupos em formação ou que se esvaneciam. Estes atores e grupos foram localizados nos contextos de execução de políticas e programas para as mulheres na cidade de Petrolina e a partir de então foi realizada uma tarefa de trilhar as associações feitas por eles na execução e transformação destas políticas. Nesta trilha a ênfase foi dada para o que Latour chama de “mediadores”, ou seja, tudo aquilo, humano ou não (atores, grupos, programas, espaços, objetos, por exemplo), que transforma, traduz, distorce ou modifica significados nas conexões na rede que se tece. Diferente dos intermediários, que apesar de transportar algum significado, não tem força de transformá-lo (ibid, p. 65)³⁸.

A partir da localização dos mediadores foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os porta-vozes dos grupos (eleitos por eles mesmos enquanto tais), como lideranças de associações, coordenadores de instituições, presidente do conselho, secretária municipal da mulher, assim como com pessoas alvo das políticas públicas e programas elaborados e efetivados por estes agentes³⁹⁴⁰. O objetivo central neste momento foi a compreensão, por parte dos envolvidos, dos significados das políticas para a cidade e para o público alvo, o que eles esperam alcançar, como estas políticas e programas são elaborados, quais os discursos políticos e epistemológicos que as embasam, como se formam os arranjos políticos, conflitos e alianças, assim como o modo como eles pensam as transformações proporcionadas

³⁸ No capítulo segundo deste trabalho descrevo como foi o processo de localização dos principais mediadores e o rastreamento das associações.

³⁹ Em muitos momentos os papéis entre esses mediadores envolvidos se contrapõem. Por exemplo, a Associação das Mulheres Rendeiras é um dos agentes de efetivação de uma política para mulheres da Secretaria Estadual da Mulher de Pernambuco e também alvo desta política, em outro momento.

⁴⁰ O roteiro das entrevistas pode ser observado em anexo.

Para este momento da pesquisa foram utilizados dois tipos de suporte, um de cunho informacional e outro de teor teórico-epistemológico. O primeiro diz respeito ao acesso as informações disponibilizadas nos *sites* da internet dos organismos mapeados acima, no que tange aos projetos e programas para as mulheres desenvolvidos por eles, para entender de forma mais clara seus objetivos e que outros programas e mediadores a eles estavam relacionados. A busca também foi feita no sentido de mapear notícias de jornais e blogs da região sobre estes programas e políticas, para entender como eles estão sendo recebidos pela mídia e pela população mais ampla, e quais as supostas críticas a eles lançadas.

O segundo suporte diz respeito à análise das entrevistas realizadas. Para tanto, lancei mão da análise de narrativa, pois assim temos como ter um mínimo de acesso a processos de interpretação da ação e seus desdobramentos em outras ações. Isto porque, para compreender como os elementos da narrativa – como o agente, suas motivações, os outros com que ele se relaciona, e o ambiente em que ele está imerso – podem ser vistos de forma coesa é necessário que eles sejam entendidos dentro de uma estrutura temporal. E, utilizo aqui a palavra “necessário” porque essa é a única maneira pela qual nossas ações e projetos se unem: no tempo. É pela narrativa que colocamos os elementos componentes da ação em um ordenamento; é por ela que os unimos dentro de uma forma coerente⁴¹.

Além disso, a narrativa, e seu foco nas ações e intersubjetividades, nos permite superar caminhos tradicionais de análise do social. Estes caminhos, que nomeiam nosso foco de pesquisa como objeto e nos colocam como únicos sujeitos do entendimento, podem levantar alguns entraves problemáticos. Eles vão desde a invisibilidade dos sujeitos, seus arranjos e mediações no ato da pesquisa, até análises que privilegiam dimensões macro e universalistas demais para dizer algo mais do que o

⁴¹ Para a análise de narrativa e as concepções de linguagem a esta relacionada, utilizo como referência P. Ricoeur (1994) e H. Gadamer (2002).

que já foi exaustivamente mencionado em análises anteriores. Assim, estes entraves podem ser superados por meio de um caminho metodológico de análise que privilegia as experiências práticas dos atores sociais, suas interpretações e sua autonomia na constituição daquilo que, só depois desta tarefa, podemos chamar de social. Esta estratégia metodológica, que acompanhe estes atores “de perto e de dentro”, é realizada por meio da etnografia (MAGNANI, 2002).

A utilização da etnografia para a superação destes entraves tradicionais da pesquisa nos possibilita ir além de alguns sentidos epistemológicos. O primeiro deles se refere à superação da dicotomia sujeito e objeto do conhecimento. O que a análise de narrativa nos permite superar por meio da reviravolta linguístico/pragmática de Gadamer em prol de uma mudança da situação ontológica do ser, visto agora como ser-no-mundo, e que a perspectiva latouriana do social nos fez notar, a partir da sua ênfase na performance e movimento dos sujeitos, em detrimento de um social objetificado, a utilização da etnografia como método de pesquisa e coleta de dados nos faz concretizar. Segundo Magnani, a utilização do método etnográfico nos possibilita ir além de uma dicotomia bastante cara na atualidade: aquela que coloca os sujeitos como indivíduos fragmentados e despersonalizados imersos em megaestruturas que massificam e atomizam. Ir além dessa dicotomia é o que significa sua perspectiva “de perto e de dentro”, ou seja, compreender os padrões de comportamento dos atores sociais, por meio de contatos significativos, em contextos variados (ibid, p. 8).

Ao considerar os arranjos dos atores sociais, é possível identificarmos seus grupos, sistemas de troca, instituições, pontos de encontro, mediações e trajetos (ibid, p.7). Desse modo é possível identificarmos participações efetivas de indivíduos que em nada se mostram como aquela abstração proposta por teóricos que insistem em ver o período contemporâneo como ausência de sujeito, massificação e despersonalização. Ao optar por focar nos atores sociais, em seus arranjos coletivos para fins de resolução de problemas práticos, Magnani contraria as visões que

preferem dar ênfase às forças econômicas, lógicas do mercado e decisões de planejadores.

Da mesma maneira que Latour afirma podermos verificar um ordenamento tecido pelos próprios atores sociais ao concatenar suas conexões, Magnani verifica poder encontrar ordenamento nas experiências dos sujeitos. Esta totalidade verificável, ele afirma, não diz respeito a um todo orgânico, funcional, sem conflitos e que pode ser concebida a priori. Assim como não há uma única ordem a ser seguida. O que existem são ordenamentos particularizados e setorizados, reconhecidos pelos atores sociais, e contextos das suas experiências, e identificados pelo pesquisador, e só então vistos como elementos-chave da sua explicação e inteligibilidade (ibid, p. 9-10).

A perspectiva da etnografia, e a possibilidade de observar o que as pessoas de fato fazem, e não o que dizem fazer, de espreitar seus arranjos concretos e não massificados e atomizados; de vê-los como agentes da sua própria configuração do social, do ordenamento de seus sentidos e experiências e como participantes na construção de totalidades elaboradas pelos pesquisadores são centrais para a interpretação que vamos encaminhar das políticas públicas para as mulheres da cidade de Petrolina.

Esta aproximação empírica é ideal para gerar conhecimento interno e uma ‘descrição densa’ de alta qualidade que permite envolver-nos por ‘debaixo da pele’ das complexidades socioculturais que desejamos compreender (SHORE, 2010, p. 33, tradução nossa).

O olhar etnográfico na análise de políticas públicas possibilita um entendimento que passa ao largo das grandes avaliações quantitativas de resultados de ações, projetos e programas sociais. Estas abordagens geralmente não levam em consideração as mediações socioculturais e políticas que influenciam na aplicabilidade, sucesso ou insucesso das políticas nas mais diversas regiões do Brasil. Estas análises trazem nú-

meros e dados quantificáveis e não performances e interpretações simbólicas e culturais dos envolvidos nas pesquisas. Segundo Gonçalves,

(...) mediações socioculturais e políticas influenciam a performance das políticas públicas, ou seja, que o desempenho de tais políticas é mediado por fatores de ordem simbólica, porque tais políticas são ressignificadas segundo a visão de mundo das populações-alvo de tais políticas, e esta visão de mundo engendra-se nas relações que se tem entre indivíduo e sociedade (GONÇALVES, 2008, p. 18).

A perspectiva etnográfica das políticas públicas, e sua ênfase nas performances dos atores engajados em seu processo, nos possibilita ir além de uma análise que leva em conta as mediações culturais e as relações de poder imersas em suas práticas. Ela nos permite realizar análises críticas aos modelos epistemológicos pautados em ideais como de universalismo, igualitarismo, cidadania, democracia e desenvolvimento presentes na formulação destas políticas, haja vista as possibilidades de ver de perto as possibilidades de relacionalidade destas políticas com os modos de vida locais e com as interpretações dos sujeitos.

Além de tudo isso, a opção pelo recurso da etnografia me permitiu, também, superar desafios postos pelo meu posicionamento neste campo de pesquisa. A partir do meu lugar enquanto professora de sociologia, pesquisadora e extensionista da única universidade federal da região, deparei-me com momentos nos quais minha posição em campo se confundia: ora era a pesquisadora, ora uma agente das próprias políticas públicas que pretendia investigar ⁴². Essa situação me colocou desafios que só a proposta de “estranhar o familiar”, de Gilberto Velho, me permitiu superar. Segundo este autor, o costume com certa paisagem social, onde os elementos que a compõem nos aparecem como familiar, não significa, necessariamente, uma compreensão da situação e da lógica das relações. As combinações possíveis das ações humanas, apesar de limita-

⁴² No decorrer dos relatos etnográficos, nos próximos capítulos deste trabalho, deixarei mais claro as idiossincrasias desta situação ambígua que vivi em campo.

das, segundo ele, variam de modo a criar surpresas nas mais familiares das situações (VELHO, 1978, p. 40-41).

Assim, para levar a cabo os desafios desta análise, e ao mesmo tempo problematizar o meu posicionamento em campo, o trabalho artesanal da etnografia foi executado em locais distintos com públicos diferenciados. O intuito central foi entender como os sentidos e discursos políticos que embasam as políticas estavam sendo postos em prática, e como estavam sendo reinterpretados e efetivados nos espaços onde as políticas eram implementadas. Além disso, foi dada atenção, também, aos novos espaços de debate suscitados pela efetivação e discussões propiciadas pelas políticas públicas em questão. Por meio desse trabalho etnográfico, intentou-se entender a visão de mundo dos sujeitos que elaboram e executam as políticas públicas, os modos como eles as ressignificam e, também, sobre que pressupostos políticos, teóricos e epistemológicos estas políticas estavam embasadas⁴³. Este objetivo maior pôde me auxiliar a apreender os limites das políticas públicas para as mulheres em Petrolina, suas potencialidades, e como o jogo político, que também é teórico e epistemológico, interfere no desempenho dessas políticas e na consequente autonomia e bem estar do seu público alvo.

Neste sentido, para dar conta da proposta, o presente trabalho será estruturado segundo os seguintes capítulos: O primeiro capítulo se detém a uma historiografia sobre a trajetória das políticas para as mulheres no Brasil, em Pernambuco e em Petrolina, desde o início do século XX aos dias atuais; o segundo capítulo tem por objetivo traçar a rede de associações que foi formada a partir dos contatos com agentes que operam as políticas e projetos para as mulheres em Petrolina, assim como a minha inserção nesta rede; o terceiro capítulo versará sobre os modos como as concepções identitárias são concebidas na aplicação das políticas para as mulheres na cidade, como elas se fazem presentes principalmente nas ações voltadas para o combate à violência contra a mulher e como

⁴³ Em anexo pode ser observado um quadro sinóptico, onde explicito as reuniões que observei, seus objetivos, em que grupo ou instituição, e o número aproximado de pessoas presentes.

estas concepções se inserem nos debates teóricos, epistemológicos e políticos feministas, principalmente os relativos às críticas ao modelo liberal de pensamento cunhado na modernidade ocidental; o quarto capítulo tem por intuito discutir as propostas de empoderamento das mulheres que surgem no fazer prático da aplicação das referidas políticas, problematizando os modos como este conceito tem sido concebido e sua relação com as propostas feministas e as concepções sobre mudança social pela via do conhecimento; o quinto capítulo tem por objetivo analisar as formas como estas concepções, presentes nos capítulos três e quatro, se relacionam com as perspectivas gerencialistas neoliberais de formulação e aplicação de políticas públicas no Brasil, assim como fazer um panorama desta perspectiva segundo os moldes que ela foi concebida para os países latino-americanos para a superação da crise fiscal dos anos 80 e para alavancar o desenvolvimento econômico; e, por fim, nas considerações finais são traçadas as possibilidades de construção de novos “lugares de enunciação” por meio dos arranjos políticos realizados nas situações etnografadas.

Capítulo I

Políticas Públicas de Gênero: um sobrevoo pelo Brasil, Pernambuco e Petrolina

Em diversas frentes de luta no Brasil pudemos ver aflorar processos que incitaram governos a pensar, propor e colocar em prática políticas públicas com vistas a dirimir desigualdades historicamente construídas. Estes processos foram protagonizados por diversos movimentos sociais, dentre eles os movimentos feministas. Compreender a relação destes movimentos com o Estado se faz de fundamental importância para entendermos os processos políticos que levaram governos brasileiros a assumirem a pauta de gênero, e como estes processos se refletiram no tipo de política e no formato gerencialista neoliberal com o qual ela foi e está sendo posta em prática.

Para realizar um apanhado histórico e analítico das políticas públicas para as mulheres no Brasil, estabeleço uma demarcação temporal de eventos que vai desde o período anterior à redemocratização, passa pelos processos que levaram à Constituinte no Brasil e se prolongaram durante os anos 90 do século vinte e que, por fim, continuou sob novas facetas durante os anos 2000 até os dias atuais. Depois desse resgate histórico, pretendo fazer um esboço de como a Secretaria da Mulher do estado de Pernambuco e a Secretaria Executiva da Mulher do município de Petrolina-PE se inserem neste cenário por meio da proposição de políticas para mulheres.

Todavia, antes de iniciar este apanhado histórico, é de suma importância frisar uma especificidade do movimento feminista que reverbera de forma direta neste trabalho: a relação intrínseca do movimento social

feminista com a academia e suas produções teóricas. Segundo Céli Pinto (2010, p.15), o movimento feminista se caracterizou por produzir sua própria reflexão crítica devido ao tipo social de militante que o protagonizou. Segundo esta autora, principalmente na segunda metade do século XX, os movimentos feministas eram compostos por mulheres de classe média e educadas, principalmente nas áreas de humanidades, psicanálise e crítica literária. Esta imbricação entre movimento social e academia gerou uma contribuição, em uma via de mão dupla. Ora nutriu as ciências humanas de um embate saudável e crítico sobre seus pressupostos teóricos e epistemológicos, ora suplementou os debates dos movimentos feministas, que vieram a gerar demandas e propostas que visavam acabar com as desigualdades entre homens e mulheres e com a perspectiva de gênero dominante, patriarcal, misógina e androcentrada, que permeava o ideário social.

Neste sentido, é importante frisar que o caminhar político dos movimentos feministas e sua relação com o Estado se deu, e continua se dando, em meio a reviravoltas teóricas, políticas e epistemológicas que os embasam e dão o tom das propostas e políticas públicas que ressoam dos aparelhos institucionais do Estado. Compreender isso será um pontapé inicial para entendermos as propostas deste trabalho e também os modos como estas reviravoltas se dão, ou não, na cidade foco deste estudo.

1. Das lutas pelo Sufrágio Universal à Nova Carta Constitucional de 1988

Ao tomarmos como referência os ciclos da ação do movimento feminista e de mulheres por ondas, como referido na introdução deste trabalho, podemos caracterizar o período anterior à redemocratização do Brasil por meio de demandas características da primeira e segunda ondas do feminismo. Do mesmo modo como aconteceu na Europa em fins do século XIX e início do século XX, as lutas das mulheres no Brasil (ainda não consideradas feministas) se baseavam em demandas por direitos

essenciais para que pudessem ter uma cidadania equiparada à masculina. Dentre as demandas que se destacaram, o direito ao voto se mostrou central. As “sufragetes”, como ficaram conhecidas, fizeram manifestações, greves de fome e até se lançaram à morte pela causa (ibid, p.15)¹.

Segundo Jussara Prá, para além da luta pelo sufrágio universal, neste período também se destacaram demandas referentes à luta por direitos nas esferas do trabalho e educação. Essas demandas, todavia, foram invisibilizadas devido ao modo como as mulheres se encontravam no seio da estrutura patriarcal brasileira, que as mantinha excluídas dos espaços públicos e persistiam em realçar uma ideia de fragilidade feminina e sua incapacidade de adentrar espaços masculinos, na política, educação e mercado de trabalho. A sua educação, diferente da masculina, às restringia à esfera da domesticidade, do matrimônio e da maternidade (2014, p.6). Desse modo, o sufrágio feminino foi descartado na constituinte de 1891 “mediante argumentos de que a missão de esposa e mãe impedia as mulheres de conformar o eleitorado do país” (ibid., p. 6).

No entanto, segundo Prá, as mudanças provocadas pela república, como a urbanização das cidades e a modernização da economia, permitiu que muitas mulheres se inserissem em diversos âmbitos da sociedade brasileira. Esta inserção desencadeou demandas mais enfáticas em prol da educação, trabalho e voto, apesar de às vezes pautadas em concepções conservadoras como às relacionadas às ocupações em áreas eminentemente femininas e em propostas de educação para o aprimoramento da maternidade. Todavia, é importante salientar que este período foi marcado por um debate nascente que questionava o determinismo biológico que as reduzia às suas funções de mães e esposas (ibid., p. 6).

No entanto, foi só com a aproximação das feministas dos movimentos operários e de vanguarda intelectual e de setores da classe média, na década de 20 do século XX, que o debate sobre o voto feminino foi intensificado em instâncias políticas e na imprensa do país como uma porta de

¹ Para uma análise do modo como a luta pelo voto se deu em outros países, como na França e Estados Unidos, ver Jussara Prá 2014.

entrada para o acesso à cidadania feminina (ibid., p.7). Uma das protagonistas da luta deste período foi Bertha Lutz, bióloga, de formação no exterior, e uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ela levou ao senado um abaixo-assinado pedindo a aprovação do projeto de lei que concedia o direito ao voto feminino (PRÁ, op. cit., p.7; PINTO, op. cit., p.16). Com isso, esse direito foi conquistado em 1932 e incorporado à Carta Constitucional de 1934 (PRÁ, op. cit., p.7). Apesar dessa importante conquista, estudiosas apontam que o feminismo desta época não buscava se contrapor às bases que organizavam a sociedade patriarcal, levantando bandeiras relativas à emancipação feminina, por exemplo (BONETTI, et. al., 2009, p.199).

Deste período até a Segunda Guerra Mundial, o movimento feminista praticamente se extinguiu no Brasil. No entanto, a partir dos anos 60 do século XX uma série de mobilizações marcou o cenário do mundo ocidental. Neste período, nos Estados Unidos, grandes e diversas mobilizações se contrapunham a uma violenta investida deste país no Vietnã, às duras leis que restringiam os direitos civis da população negra, assim como dos grupos formados por gays e lésbicas. Em Paris, em maio de 1968, estudantes ocuparam a Sorbonne para questionar a ordem acadêmica estabelecida e também para expressar sua insatisfação com os partidos da esquerda comunista. Neste período, o movimento feminista colocou em xeque, pela primeira vez de forma direta, as relações de poder entre homens e mulheres indo além das demandas específicas relativas ao trabalho, educação e voto, apontando outra forma de dominação que não aquela relativa às classes sociais (PINTO, 2010, p.16). Vale ressaltar que a explicitação deste modelo de dominação até então negligenciado, aliado às lutas feministas do agora chamado feminismo de segunda onda, deu origem a construção do campo de estudos feministas, nos anos 70 do referido século (PRÁ, op. cit., p.8).

No entanto, enquanto que nos países do norte o cenário era propício ao surgimento de movimentos libertários, no Brasil um golpe de Estado deu origem a uma série de governos ditatoriais e dominados por milita-

res, instaurando uma situação social e política de repressões que se intensificou ao longo dos anos (PINTO, op. cit., p.16). A ditadura militar no Brasil levou os movimentos de esquerda para a clandestinidade, porém não conseguiu aniquilá-los. Desse modo, podemos notar uma profusão de movimentos sociais neste país, apesar de localizarmos uma prevalência dos movimentos de cunho classista e por melhorias urbanas.

Todavia, isso não quer dizer que não houve mobilizações de mulheres nos períodos de repressão política no Brasil. Ao contrário, elas se mostravam como presença expressiva nos movimentos sociais urbanos, atuando nos espaços públicos e publicizando temas antes restritos à esfera da privacidade. Estes temas estavam relacionados tanto à redemocratização do regime quanto aos baixos salários e custo de vida; à infraestrutura urbana e acesso precário aos serviços coletivos, ao saneamento nas periferias, à situação das escolas e postos de saúde (FARAH, 2004, p.50-51). Essas mulheres, segundo Marta Farah, ao passo que denunciavam desigualdades relativas à classe social, também aproveitavam para propor demandas exclusivas das mulheres, como as relativas ao acesso a creches, à saúde da mulher, sexualidade, contracepção e políticas relativas à violência contra a mulher (ibid., p.51; SOARES, 1998, p.39). A sua participação nestes movimentos lhes propiciou maior inserção em suas comunidades, ampliação da circulação no espaço geográfico e trocas com outras mulheres, modificando por completo seu cotidiano. Esta politização da vida as permitiu, também, se redefinirem enquanto atrizes políticas, proporcionando a transformação das normas tradicionais que circunscreviam sua atuação na esfera pública e privada e um consequente aumento de sua autoestima (SOARES, op. cit., p.40).

Foi ao salientar temas relativos especificamente à questão da desigualdade das mulheres que ocorreu uma convergência do movimento de mulheres com o movimento feminista. Farah faz uma diferenciação entre os movimentos sociais com participação feminina e os movimentos feministas. Para esta autora, este último, diferente daqueles com presença de mulheres citados anteriormente, “tinha como objetivo central a trans-

formação da situação da mulher na sociedade, de forma a superar a desigualdade presente nas relações entre homens e mulheres” (op. cit., p.51). Conferindo o tom do chamado feminismo de segunda onda no Brasil, as feministas organizadas, além de lutarem pela democracia, também rejeitavam as práticas androcentradas da esquerda e a invisibilidade das questões de gênero nos debates voltados para a transformação da atual situação social e política no país.

Em um contexto em que o Estado representava a violência exercida sobre os corpos das mulheres, o silêncio das demandas de participação e a impermeabilidade das questões de igualdade, os feminismos deste período se construíram em posição de aversão ao Estado. (...) a autonomia significava na época a independência e oposição absoluta tanto ao Estado, quanto à esquerda (MATOS & PARADIS, 2013, p.7).

Esta postura antiestatista, defensiva e de confrontação com os regimes ditatoriais, caracterizaram não só o feminismo no Brasil, como também o da América Latina do período. Este feminismo teve como principal característica a aliança com a esquerda contra o autoritarismo e os projetos modernizantes, conferindo ao movimento um caráter marxista (BONETTI et. al., 2009, p.204). No entanto, mesmo assumindo uma oposição ao Estado ditatorial, foram as feministas deste período que contribuíram para a inclusão das questões de gênero na agenda pública.

O desenrolar dos movimentos feministas no Brasil, que ganharam destaque a partir da década de 60 do século XX, sofreu influência de dois processos: um relativo às mudanças da “transição negociada” do regime autoritário para o democrático, a partir da segunda metade da década de 70 do século XX (SOARES, 1998, p.35); e o outro relativo aos eventos relacionados ao ano internacional da mulher (1975) e à década da mulher (1976-1985), sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU), que reencaminharam as lutas femininas para a garantia de direitos de cidadania (PRÁ, 2014, p.9).

No que diz respeito ao primeiro processo, a crise econômica e a abertura política gradual a partir do governo do presidente Geisel propiciaram

o surgimento de uma série de movimentos sociais e de rearticulação da oposição. Estes processos conferiram às mulheres organizadas uma maior ação política, principalmente ligada a um modelo que se contrapunha ao que estava presente no senso comum, que as associava a cidadãs despoliticizadas, apolíticas e vinculadas a movimentos conservadores, como aqueles em prol da família (SOARES, op. cit., p.35-36). As militantes deste feminismo estavam engajadas na luta pela democracia no Brasil e atuavam, também, por meio dos partidos de esquerda, ao mesmo tempo em que mantinham o compromisso de lutar pela igualdade entre homens e mulheres. Seu *locus* de atuação era os bairros, comunidades das periferias urbanas, Igrejas Católicas e associações de vizinhança. Elas trouxeram novos temas à baila, como o direito de ter ou não filhos, o aborto, sexualidade, punição para assassinos de mulheres, violência doméstica entre tantos outros. Mas, acima de tudo, estas feministas dialogaram com forças progressistas a partir de uma perspectiva não hierarquizada da teoria e prática política, visão que, conseqüentemente, questiona a sexualização das práticas no fazer cotidiano (ibid., p.37-38).

Por outro lado, os eventos relativos ao Ano Internacional da Mulher (1975), como a Conferência Mundial da Mulher (CMM), em 1975, no México, e a Década da Mulher da ONU (1976-1985), deram uma alavancada às lutas das mulheres por cidadania. Estes eventos encaminharam, aos países signatários, como o Brasil, compromissos com a igualdade de gênero, cobrando dos governos um posicionamento sobre esta questão. Além de funcionar como instrumentos de proteção aos direitos das mulheres, estes eventos, assim como outros que seguiram, funcionaram no sentido de cobrar dos Estados signatários indicadores que demonstrassem a atual situação relativa aos direitos femininos, assim como uma superação desta em prol de uma maior equidade de gênero. Os estudos que contribuíram para dar conta desta demanda por indicadores revelaram uma sub-representação feminina nos espaços de poder e uma dificuldade histórica de inclusão das mulheres em ambientes dominados por homens (como nas esferas de trabalho e educação). Além disso, eles serviram de subsídio para

proposições oriundas da referida conferência como, por exemplo, a relativa às cotas de gênero na política (PRÁ, 2014, p.8-9).

Este contexto abriu espaço para significativas transformações no movimento feminista a partir da década de 80 do século XX. Segundo Vera Soares, este movimento se tornou mais complexo e diverso ideologicamente. Neste período, a abertura democrática permitiu que muitas mulheres começassem a atuar nos partidos, levando suas demandas para os espaços de debate nas plataformas eleitorais e a proposta de políticas públicas para as mulheres na esfera do Estado (op. cit., p.43).

Esta nova forma de atuação aproximou um grupo de feministas ao Estado rompendo com uma tradição que tinha se mantido durante o período ditatorial no Brasil. Muitas feministas tinham percebido que para transformar suas propostas em políticas públicas seria necessária uma aproximação maior com as instâncias de elaboração, fiscalização e efetivação destas políticas. Segundo Céli Pinto (1994), a posição de distância em relação ao Estado, nesta situação, só podia gerar um movimento de privatização da coisa pública em um Estado que supostamente defendesse os interesses gerais. A aproximação, segundo ela, pode até comprometer a identidade e autonomia do movimento, mas é um risco necessário para aumentar o espaço de atuação, potencializar os resultados e ampliar a agenda do campo político institucional (Pinto, 1994, p.270).

A inserção das feministas nestes espaços institucionais de poder também agregou ao mundo da política as críticas que elas haviam colocado à baila desde as décadas de 60 e 70 em grande parte do mundo ocidental. Estas se referiam aos questionamentos do significado do político a partir da inserção do pessoal e da domesticidade enquanto esferas de poder, com a célebre ideia de que “o pessoal é político”. Essa ampliação do campo político questionou, conseqüentemente, a separação entre esfera pública e privada, ampliando a noção de publicidade das esferas da vida, incorporando na agenda pública questões antes restritas à esfera da privacidade. Assim, temáticas como direitos reprodutivos, maternidade e violência contra a mulher entraram na agenda de proposições de políti-

cas públicas, incorporando ao debate referente à democratização críticas que diziam respeito a elementos estruturantes das sociedades patriarcais e liberais (MARIANO, 2001, p.13)².

Já neste sentido, feministas que compunham o PMDM (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) de São Paulo propuseram e implementaram um Conselho da Condição Feminina (1983) e a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (1985) nesta cidade. Este movimento abriu brechas para a criação, nos diversos níveis (municipal, estadual e federal), de Conselhos dos Direitos da Mulher e em 1985, do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, vinculado ao Ministério da Justiça (BONETTI, 2009, p.204; FARAH, 2004, p.51; SOARES, 1998, p.44).

A criação das Delegacias especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs) deu visibilidade a uma das principais bandeiras de luta dos movimentos feministas: a violência contra a mulher. Este foi um período de uma quantidade significativa de absolvições de assassinos de mulheres sob a justificativa da defesa da honra. Estes eventos promoveram eferescência na mídia e também nos movimentos feministas. Assim, as feministas pautaram este tema na agenda política, por meio do combate à violência doméstica e conjugal sob o *slogan*: “quem ama não mata”. As investidas feministas foram bem sucedidas e esta temática se transformou no signo político do movimento – haja vista sua maior capacidade de conseguir adesões (BONETTI, op. cit., p.205).

A criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, por sua vez, foi de suma importância para a incorporação da agenda de gênero³ pelos governos e na Constituição de 1988. Este conselho promoveu, junto a importantes grupos feministas e de mulheres, uma campanha nacional para incorporar os direitos das mulheres na nova carta constitucional

² Os debates que fundam a desconstrução das esferas públicas e privadas e a sua crítica ao liberalismo e universalismo de direitos serão travados no terceiro capítulo deste trabalho com fins de evidenciar os pressupostos teóricos e epistemológicos que subsidiaram as lutas feministas e as demandas por políticas públicas para as mulheres, principalmente no período pós-redemocratização no Brasil.

³ Segundo Marta Farah, a agenda de gênero consiste na incorporação de temas e propostas levantados por mulheres e feministas de movimentos sociais com ênfase nas relações de gênero para compor uma agenda pública (2004, p.53).

(PINTO, 2010, p.17). Esta campanha, denominada “Constituinte pra Valler tem que ter Palavra de Mulher”, permitiu que durante meses acontecessem debates por todo o país. E, por meio da apresentação de emendas populares, foi elaborada a “Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes”, entregue no Congresso Nacional, em 26 de agosto de 1986, pelas mãos de mais de mil mulheres numa atuação caracterizada como “lobby do batom” (SILVA, 2012, p.61). Segundo Salette da Silva, é possível afirmarmos que este processo foi único na história do movimento de mulheres, haja vista que a Constituição de 1988 incorporou cerca de 80% das reivindicações contidas na referida carta, como o estabelecimento da igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres e a igualdade no âmbito doméstico e familiar, coibindo atos de violência nas relações conjugais (ibid., p.62). Além destes direitos, a nova Constituição também contemplou a licença maternidade, o acesso ao planejamento familiar, o incentivo ao trabalho da mulher e o reconhecimento da união estável entre homens e mulheres e de filhos concebidos fora do casamento (PRÁ, 2013, p.4-5).

Apesar dos ganhos constitucionais, Bonetti et al. destacam a forma como a mulher foi concebida na Carta Constitucional de 1988. Segundo estas autoras, o sujeito de direitos que é contemplado nesta carta é muito mais a família do que a mulher. Esta ficaria subsumida a uma entidade maior – a família – conferindo aos direitos contemplados na carta, neste quesito, um caráter mais social do que civil. É como se os direitos das mulheres aparecessem como concessões para benefício da família, sua coesão e proteção. Importante salientar que o modelo de família presente no texto constitucional é aquele compreendido como organização natural que se conforma por meio das diferenças sexuais. Este modelo pôde ser visto enquanto alegoria presente nos debates das comissões e subcomissões, nas quais se defendia a família nuclear, monogâmica e heterossexual a partir do controle feminino e sua proteção. “O foco é a família; os direitos das mulheres aparecem como concessões em prol da família” (2009, p.210-211).

Esta forma de dar invisibilidade à mulher enquanto sujeito de direitos na Constituição de 1988 no Brasil, apesar dos ganhos demonstrados, se mostra presente, principalmente no artigo que versa sobre a violência intrafamiliar. Nele a violência contra a mulher não foi tratada de forma clara, ficando subsumida no parágrafo sobre violência na família (ibid., p.214). Segundo esta perspectiva, a violência contra a mulher, uma das principais bandeiras do movimento feminista de então, era considerada apenas na esfera da domesticidade, sendo invisibilizada em todas as inúmeras formas que ela costuma se manifestar nas esferas sociais. Este ponto de vista apenas afirma a dicotomia público/privado, concebendo a mulher na esfera a que tradicionalmente pertence, sem maiores questionamentos.

2. Década de 90 do século XX: diversificação do movimento e reforma do Estado

A efervescência feminista da década de 80 do século XX permaneceu na década seguinte. A redemocratização e a abertura de espaços de participação dos movimentos sociais possibilitaram que novas vozes se mostrassem presentes dentro dos próprios movimentos, reivindicando direitos esquecidos até então. Segundo Vera Soares, um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas e ativistas católicas incorporaram elementos do feminismo e os reelaboraram segundo suas identidades particulares. Esta incorporação de novas vozes permitiu que o feminismo brasileiro se enquadrasse dentro dos moldes do chamado feminismo de terceira onda, de forma emancipada das suas bases europeias que tanto o homogeneizava, lhes concedendo novas perspectivas para a compreensão da exclusão das mulheres, nas suas várias facetas⁴ (SOARES, 1998, p.45-46).

⁴ No que diz respeito às mulheres negras, é importante frisar que elas mesmas criaram suas formas de organização e que por meio de encontros feministas pressionaram os movimentos a incorporar o viés de raça nas suas análises e demandas. O papel que as feministas negras exerceram nos grupos de mulheres se tornou educativo, complexificando o papel das diferenças nas práticas das mulheres (SOARES, 1998, p.45).

A década de 90 do século XX foi permeada por grandes Conferências Internacionais promovidas pelas Nações Unidas, das quais as feministas organizadas se mostraram presentes, estimulando o debate e fazendo proposições. Dentre estas, podemos citar a ECO 92 (Conferência do Rio de Janeiro sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, em 1992), que contou com uma rede feminista para introduzir as questões de gênero nos debates preparatórios; a Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, em 1993, que também contou com a presença de mulheres na sua preparação; a Conferência do Cairo sobre Desenvolvimento e População, em 1994, que articulou mulheres por meio da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos; os preparativos para a IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em 1995 em Beijing, que oportunizou a criação de uma rede de cooperação e que contou com a participação de vários movimentos feministas e de mulheres, como a de mulheres negras, urbanas, rurais, periféricas, de sindicatos, lésbicas, empregadas domésticas, prostitutas e feministas acadêmicas. Essa articulação de mulheres e feministas gerou uma agenda pautada na diversidade das mulheres e impulsionou um debate público sobre as desigualdades de gênero (ibid., p.46-47).

Dentre estas grandes conferências, é importante observarmos como a Conferência do Cairo sobre Desenvolvimento e População, por exemplo, foi um espaço importante para contribuições em prol dos direitos sexuais, reprodutivos, e da eliminação da violência contra as mulheres e seu empoderamento. Isto porque, nesta Conferência, foi possível localizarmos um novo paradigma no debate sobre população, que transferiu as discussões sobre as questões demográficas, para aquelas sobre direitos humanos e suas interfaces com os direitos reprodutivos. As críticas feministas se voltavam, principalmente, sobre as polêmicas acerca dos problemas do crescimento populacional e seu interesse em limitá-lo para combater a pobreza nos países periféricos. As feministas se contrapunham a este discurso com o argumento de que a pobreza estava relacionada, sim, aos modelos de desenvolvimento excludentes e não ao

crescimento puro e simples da população pobre (PRÁ & EPPING, 2012, p. 36-37).

Outra Conferência de suma importância para pensarmos o papel da participação dos movimentos de mulheres e feministas e a sua culminância em políticas públicas foi a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, de Beijing, em 1995. Esta conferência contou com a participação de 184 países e cinco mil organizações não governamentais para juntos pensarem em propostas em prol da igualdade de gênero no mundo. Suas medidas centrais versavam sobre a inserção das mulheres nos espaços de poder e das perspectivas de gênero nas legislações e em projetos estatais. Nesta conferência, também, foi reiterado o documento “Estratégias para o futuro”, proposto em umas das Conferências Mundiais sobre a Mulher, a de Nairóbi em 1985, que identificava áreas de ação a serem implementadas no período de 1986 a 2000. Este documento propunha medidas a serem levadas a cabo por governos nacionais e organismos internacionais nas áreas de educação, emprego, saúde, agricultura e indústria. Desse modo, as Conferências não apenas criavam formas de participação das mulheres organizadas, ou de apoio entre diferentes instituições para lidar com as questões de gênero. Elas também propunham tratados, acordos, protocolos e convenções propiciando um direcionamento na elaboração de políticas públicas para as mulheres no âmbito dos Estados-Nação (ibid., p.41).

A década de 1990 foi um período onde as ações feministas se ampliaram de maneira significativa, assumindo vieses específicos. Um deles se refere às novas formas de participação feminina nas esferas de poder, que foram inauguradas com o movimento de mulheres pela inclusão dos direitos de igualdade de gênero na Constituinte. Esta participação adquiriu novas facetas com a organização de mulheres nas grandes Conferências, como as acima citadas, e com a proposição de medidas de promoção da equidade de gênero para os Estados signatários. Outro viés característico do protagonismo feminista neste período diz respeito à expansão e participação de grupos e núcleos de estudos e pesquisa universitários em quase todo o Brasil (PRÁ, 2013, p.5).

Nestes grupos, muitas teóricas e estudiosas de gênero e feminismo estavam engajadas em repensar os princípios da democracia liberal, devido ao desencantamento com a prática política institucional (MARIANO, 2003, p.6). Neste período, tomou visibilidade uma corrente da teoria política, vinculada ao feminismo, que procurava demonstrar como as noções de democracia que foram popularizadas, apesar de parecerem contemplar as demandas das mulheres, ainda possuíam um viés sexista em sua origem e se baseavam em uma ideia de igualdade formal que não se mostrava suficiente, por não considerar as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres. Lançando críticas a estas perspectivas, muitas feministas, já diversas em sua composição e em suas propostas, apontaram a necessidade e a legitimidade de ações afirmativas que tinham por fim a busca pelo reconhecimento das diferenças e desigualdades⁵. Para ilustrar esta demanda, a adoção de cotas para candidatas nos processos eleitorais demonstrou como as elaborações críticas à democracia liberal podiam se converter em política pública. Além destas, políticas referentes aos protocolos especiais no atendimento na rede de saúde à mulher vítima de violência e a recomendação do Ministério do Planejamento de adotar critério de elegibilidade nos programas habitacionais para que inserissem as mulheres chefes de família, se basearam nesta crítica (idem, 2001, p.16, *ibid.*, p.7).

Quando o movimento feminista (ou parte dele) reivindica ao Estado o atendimento a questões específicas da mulher, põe em xeque alguns pilares da democracia liberal: o indivíduo como unidade política; a universalidade das regras; e a neutralidade do Estado. No bojo das reivindicações feministas, a unidade política passa a ser os grupos sociais, neste caso divididos por sexo; a universalidade das regras é substituída por direitos especiais a grupos específicos; e a neutralidade do Estado e das instituições políticas é substituída pela concepção de que este, tendo participado dos sistemas de reprodução das desigualdades deve, então, absorver demandas para a promoção da equidade entre homens e mulheres, bem como entre outros grupos (MARIANO, 2003, p.8).

⁵ Entenderemos melhor a crítica das feministas à democracia liberal no terceiro capítulo desta tese, onde serão discutidas as contestações feministas à democracia liberal e as possibilidades emancipatórias que surgiram a partir desta crítica, concretizadas, por sua vez, em políticas públicas para as mulheres.

Esta crítica à democracia liberal, e às proposições de políticas públicas que se seguiram, não aconteceram sem novas bases políticas e organizacionais. Segundo Marta Farah (2004), a crise do Estado brasileiro, de fins dos anos 80 do século XX – devido a sua baixa capacidade de investimento em um período de globalização e reestruturação produtiva –, promoveu uma mudança na agenda de reformas do Estado. Essas mudanças, segundo ela, estavam estruturadas em quatro eixos: o da **descentralização** para garantir um uso mais eficiente de recursos; o **das novas formas de articulação entre Estado e sociedade civil**, onde as organizações não governamentais e o setor privado passaram a fazer parte da provisão de serviços públicos; o referente à **eficiência** na gestão de políticas públicas; e a **focalização** que garantia prioridades de ação frente aos ajustes em tempos de crise (FARAH, 2004, p.52).

No que se refere à descentralização, esta não impactou profundamente nas políticas para as mulheres, haja vista que ainda não havia um sistema centralizado consolidado. Dessa maneira, o que ocorreu foi que o locus de pressão passou a ser redirecionado para os níveis locais de governo, principalmente aqueles relacionados à saúde e educação⁶ (ibid., p.53).

Em relação às formas de articulação entre sociedade civil, Estado e setores privados, foi possível notar, neste período a constituição de uma série de organizações não governamentais que passaram a desenvolver programas de gênero, principalmente nas áreas de saúde, educação, combate à violência, geração de renda e organização de mulheres. Estas passaram a dialogar com o Estado as diretrizes de políticas públicas, principalmente por meio de uma série de encontros sobre gênero e mulheres (ibid., p.53-54; MARIANO, 2001, p.22). Este movimento refletiu uma tendência à democratização dos processos de formulação de políticas públicas, na qual as mulheres foram tomadas não só como foco das

⁶ É importante destacar que, apesar de a perspectiva da descentralização ter sido o mote central das políticas públicas neste período, não quer dizer que a esfera Federal tenha perdido o seu papel enquanto formuladora de diretrizes e programas de âmbito nacional (FARAH, 2004, p.53).

políticas, mas também como agentes formuladores destas (FARAH, op. cit., p.54). A associação entre Estado e sociedade civil organizada também foi concebida como uma tentativa de implantação do neoliberalismo em defesa do Estado mínimo, no que se refere às suas obrigações sociais. Isto se refletiu no momento em que as ONGs passaram a ser prestadoras dos serviços do Estado, recebendo financiamentos e assumindo contratos de gestão que deveriam ser por obrigação do Governo Federal (MARIANO, 2001, p.23).

A noção de focalização, por sua vez é ambígua e vem provendo debates díspares. Se, por um alado, ela pode significar uma ênfase nos direitos e na promoção da mulher enquanto cidadã, por meio de políticas focais com atenção privilegiada e específica, como as ações afirmativas, discutidas mais acima; ela pode também refletir certa “funcionalização da mulher”. A primeira noção de focalização está associada às propostas dos movimentos feministas que dão centralidade à inclusão das mulheres nos espaços de cidadania, haja vista a sua posição de invisibilidade social. Segundo este ponto de vista, as mulheres precisariam, ao menos em um primeiro momento, de políticas específicas e “discriminação positiva” (ibid., p.56). A segunda perspectiva, que está diretamente associada à noção de eficiência, vê a mulher, pura e simplesmente, como instrumento do desenvolvimento, potencializando políticas públicas, principalmente a partir do seu lugar na família. A noção de eficiência de gastos, proposta pelo Banco Mundial e apoiada pelos partidos conservadores de direita, ligados às elites empresariais, privilegiavam os cortes de gastos, principalmente na área social, privatizações e modernização gerencial das políticas (ibid., p.52-53). Dentre as perspectivas relativas à noção de eficiência do governo, a focalização seria o “carro chefe”. Ela se ampara, fundamentalmente, na ideia de “feminização da pobreza”, que coloca as mulheres pobres como o segmento mais vulnerável da população, e se ampara em dados relativos à disparidade salarial, renda e desemprego.

A proposta de focalização baseia-se no argumento de que esta garantirá maior eficiência às políticas de combate à pobreza: a atenção privilegiada às mulheres (...) terá impacto na sociedade como um todo (ibid., p.55).

Esta proposta, apesar das benesses que pode trazer por meio das políticas baseadas na discriminação positiva, não critica nem coloca em questão os pressupostos que levaram as mulheres à condição de desiguais. Ao contrário, se respalda na reestruturação e continuidade do mesmo sistema patriarcal e neoliberal que as coloca em situação de opressão.

3. Século XXI: institucionalização do movimento e novos horizontes para as políticas públicas para as mulheres no Brasil

As grandes Conferências que aconteceram na década de 90 do século XX, como a Mundial sobre a Mulher em Beijing (1995), geraram plataformas de ações que configuraram, em diversos países do mundo, e em especial no Brasil, uma agenda relacionada às questões de gênero. Essa agenda possuiu diretrizes no campo das políticas públicas que funcionavam como um guia a ser seguido pelas diversas esferas de governo (federal, estadual e municipal) (FARAH, 2004, p.56-57). Tais diretrizes versavam sobre dez eixos centrais, a saber: violência, saúde, meninas e adolescentes, geração de emprego e renda, educação, trabalho, infraestrutura urbana e habitação, questão agrária, acesso ao poder político e *empowerment*, e incorporação da perspectiva de gênero por todas as políticas públicas (transversalidade) (ibid., p.58).

Estes eixos norteadores das políticas públicas para as mulheres a partir do século XXI não deixaram de ser, também, frutos de uma ampla mobilização dos movimentos feministas e de mulheres que, neste período, assumiram uma posição muito específica no cenário mundial e na sua relação com o Estado no Brasil. Segundo Marlise Matos, este período possui características tão idiossincráticas que seria até possível falarmos de uma quarta onda do feminismo. Esta nova caracterização se dá a par-

tir dos modos como os feminismos vêm se espraiando pelo mundo: ora eles se estendem de forma vertical, por diferentes níveis de governo e arenas políticas nacionais e internacionais; ora fluem horizontalmente por uma gama de classes sociais, de movimentos de cunho sexual, racial, étnico e por movimentos rurais e, também, por espaços sociais e culturais. Para a autora, este movimento tem renovado fronteiras transversais e transdisciplinares, difundindo-se por diferentes grupos e pela academia, e formando o que ela vai chamar de “campo feminista e de gênero” (MATOS, 2013, p.11-12). Este novo contorno político, que teve seu início nos anos 1990, conformou uma nova rede de atuação que extrapolou a esfera nacional e construiu formas novas de atuação que se concretizam por meio do uso de novos meios de comunicação, tecnologias e flui sem limites por meio do ciberespaço (ibid., p.12).

Do que está chamando de quarta onda do feminismo, Marlise Matos elenca cinco características centrais: 1) Alargamento das concepções de direitos humanos (oriundo das lutas de mulheres); 2) Ampliação das bases de mobilização por meio de uma moldura transnacional (a exemplo da Marcha Mundial das Mulheres); 3) Reafirmação do princípio de não discriminação de raça, etnia, nacionalidade, classe ou religião; 4) Dinâmicas de relacionamento com o Estado e teorização feminista pautadas na transversalidade, interseccionalidade e intersectorialidade de compreensão dos fenômenos para as teorizações, e de ações, para o Estado; e 5) Uma renovada aproximação entre teoria e movimentos feministas (ibid., p.12-13).

Destas características, a forma de relação entre movimento feminista e Estado tem gerado novos modelos de formulação de políticas públicas que vão caracterizar todo um período de democracia no Brasil. Este modelo de atuação, que Matos vai chamar de “feminismo estatal”⁷, se concretiza a partir de duas formas: pela atuação dos Mecanismos Ins-

⁷ A autora salienta que existem diversas formas de conceituar o “feminismo estatal”. No entanto, acho relevante, aqui, trazer um dos conceitos trazidos por ela: “ações dos mecanismos institucionais de mulheres para incluir demandas e atrizes do movimento de mulheres no interior do Estado, de modo a produzir resultados feministas nos processos políticos e impacto social ou ambos” (MCBRIDE; MAZUR Apud MATOS, 2013, p.13).

titucionais de Mulheres (MIM) e pela elaboração de planos, programas e políticas nacionais de igualdade de gênero.

No Brasil, o Mecanismo Institucional de Mulheres que protagonizou as mudanças acima citadas foi a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM), criada em 2002 e ligada ao Ministério da Justiça e logo após a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM), com status de ministério e ligada à Presidência da República (BONETTI et al., 2009, p.207)⁸. A atuação desta secretaria está baseada em três linhas de ação: 1) Políticas do trabalho e autonomia econômica das mulheres; 2) Enfrentamento à violência contra as mulheres; 3) Programas e ações nas áreas de saúde, educação, cultura, participação política, igualdade de gênero e diversidade. Esta secretaria tinha por objetivo assessorar a Presidência da República, em articulação com os demais ministérios, no desenvolvimento de Políticas Públicas para as mulheres. Também tinha por função desenvolver campanhas de caráter educativo, assim como projetos e programas de cooperação com organismos internacionais, nacionais, públicos e privados⁹.

Aliado a esta secretaria se encontra a atuação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) que, apesar de ter sido criado em 1985 e ter tido uma atuação marcante no processo da constituinte, como visto mais acima, tinha passado pela década de 90 do século passado quase inoperante. Desde 2003 ele passou a integrar a estrutura da SPM e sua gestão conta com a participação de 28 associações e redes de mulheres e feministas, sindicalistas, profissionais, estudantis, lésbicas e transexuais como representação da diversidade das mulheres brasileiras. Este conselho encontra ressonância no aumento dos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher. No total, o Brasil conta, atualmente, com 24 Conselhos Estaduais (somente o Ceará, Roraima e Rio Grande do Norte ainda não possuem) e 420 Conselhos Municipais, totalizando 444

⁸ No momento de escrita deste capítulo a SPM já tinha se fundido à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) e a de Direitos Humanos, se tornando Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e Direitos Humanos. E, em 12 de maio de 2016, sob a medida provisória nº 726, este Ministério se tornou extinto no governo provisório do presidente interino Michel Temer, durante a análise do processo de impeachment no senado, da presidente afastada Dilma Rousseff.

⁹ Informações presentes em: www.spm.gov.br. Acesso em 30 de maio de 2016.

conselhos (III CONFERÊNCIA..., 2014, p. 4-5). A ideia é que estes diversos conselhos atuem como mecanismos de controle na gestão pública, por meio de representações da sociedade civil e de instâncias do governo. Além disso, é objetivo dos conselhos, também, coordenar as Conferências¹⁰ de Políticas para as Mulheres, a nível municipal, estadual e federal.

As Conferências de Políticas Públicas foram criadas no governo Vargas, pela lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Com as Conferências o governo pretendia conhecer com maior profundidade as atividades relacionadas à saúde e orientar a execução dos serviços locais nesta área. No entanto, entre 1941 e 1988, só foram realizadas um total de 9 Conferências (8 relativas à Saúde e 1 na área de Ciência e Tecnologia). A prática de realização das Conferências de Políticas Públicas nacionais foi instituída como estratégia política na constituição de 1988. Desse modo, 27 delas foram organizadas entre 1988 e 2002, nas áreas de Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, Direitos da Criança e Adolescente e Segurança Alimentar e Nutricional. Em 2003, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a realização de conferências foi legitimada, as tornando amplas, abrangentes, inclusivas e uma das principais formas de exercício da democracia participativa. Elas passaram a contemplar diversos segmentos sociais, temas e diferentes demandas da população. Tinham por objetivo fazer uma interlocução com a sociedade civil para melhor debater e deliberar propostas de formulação de políticas públicas, propor ações do governo para compor o Plano Plurianual de Ação (PPA) e avaliar políticas aprovadas em encontros anteriores. Com este caráter, foram realizadas, no período de 2003 à 2010, 67 Conferências (66% do total) (FARIA et al., 2012, p.259-260).

Neste novo cenário, em julho de 2004, a Presidência da República e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (à época, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres), convocaram a 1ª Conferência Nacional de

¹⁰ FARIA et al. define as Conferências de Políticas Públicas como “espaços institucionais de participação e deliberação acerca das diretrizes gerais de uma determinada política pública podendo assumir caráter consultivo ou deliberativo. Podem ser convocadas por lei, decreto, portaria ministerial ou interministerial ou ainda resolução do respectivo conselho” (2012, p.249-250).

Políticas para as Mulheres. Esta Conferência foi antecedida por Conferências municipais e estaduais em todo o país, e contou com a participação de mais de 120 mil mulheres de todas as regiões. Ela deu origem ao I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM). Em agosto de 2007, ocorreu a 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com a participação de 200 mil mulheres de todo o país, que gerou o II PNPM. A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres aconteceu em dezembro de 2011, com cerca de também 200 mil participantes, dando origem ao III PNPM (2013-2015). Estes planos foram fruto de intensos debates que contaram com a participação de movimentos sociais feministas e de mulheres, ONGs, assim como setores dos governos municipais, estaduais e Federal e geraram, cada vez mais, a inserção da temática de gênero nas diversas frentes do governo (BONETTI et al., 2009, p.231-232, PLANO..., 2013, p.9)¹¹.

O III PNPM¹²¹³ (2013-2015) foi elaborado com o intuito de reafirmar os princípios orientadores da Política Nacional para as Mulheres, propostas nos dois planos que o antecederam. Estes princípios estão relacionados: a autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; a busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; o respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; o caráter laico do Estado; a universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; a participação ativa das Mulheres em todas as fases das políticas públicas; e a transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas (PLANO..., op. cit., p.9-10).

Destes princípios norteadores, o plano dá ênfase ao da transversalidade. Este “novo jeito de fazer política” tem por objetivo tanto

¹¹ No momento de escrita deste capítulo aconteceu a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, nos dias 11 e 12 de maio de 2016. No entanto, o IV PNPM ainda não foi elaborado e divulgado. De acordo com o cenário de crise política nacional, e devido ao desmonte do Organismo Institucional de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, não temos como afirmar se este IV Plano será realmente escrito e tomado como parâmetro para as políticas públicas para as mulheres no Brasil.

¹²Para acesso às três versões dos PNPMs ver: www.spm.gov.br/assuntos/pnpm.

¹³ Importante salientar, também, que os PNPMs são (ou deveriam ser) os parâmetros norteadores das políticas para as mulheres não só federais, mas também estaduais, municipais e distritais.

ressignificar conceitos para um melhor entendimento das estruturas e dinâmicas sociais que se mobilizam na produção de desigualdades, quanto ações e práticas para estratégias que possibilitarão o desenvolvimento da democracia por meio da inclusão sócio-política das diferenças. A transversalidade se mostra premente para a construção da cidadania por meio da reorganização das políticas públicas e instituições para a incorporação da perspectiva de gênero de modo que todo o Estado tenha suas ações com base nas políticas para as mulheres. Esta transversalidade deve ser vista do ponto de vista horizontal (entre os ministérios) e vertical (entre os níveis estaduais, municipais e distritais). A transversalidade permite superar a “departamentalização” das políticas, de modo que responsabilidades possam ser divididas de forma intersetorial e combinada. (ibid., p.10).

Concomitante à criação da SPM, e das construções dos Planos de Políticas para as Mulheres, alguns avanços são possíveis de ser percebidos no que diz respeito à equidade entre homens e mulheres. Um deles se refere à diminuição da pobreza e aumento da renda por meio do programa Bolsa Família. Este programa foi criado em 2003 unificando vários outros programas federais de transferência de renda. Este programa não foi elaborado exclusivamente para combater desigualdades de gênero, porém segue a perspectiva da transversalidade das políticas e adota este critério a fim de beneficiar diretamente as mulheres. O direcionamento desta política para as mulheres acontece por meio da titularidade dos benefícios. As mulheres são eleitas, preferencialmente, como titulares do “Cartão Cidadania”¹⁴, sob a justificativa de que as mulheres pobres sofrem mais com os problemas referentes à falta de recursos materiais e direitos básicos. Além disso, considerou-se que elas eram mais capazes que os homens para gerenciar os recursos do programa em prol do bem-estar de toda a família. Para além das críticas que se pode fazer a esta última assertiva, elas já somam 94% das beneficiá-

¹⁴ Cartão que lhes dá acesso ao benefício.

rias do programa em 12 milhões de famílias no Brasil (CINTRÃO & SILIPRANDI, 2011, p.214).

Os resultados referentes ao recebimento do benefício do programa Bolsa Família já são considerado significativos pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Ao analisar os impactos deste programa a partir de avaliação realizada para o referido ministério, Bruschini et al. destaca três deles: a) A visibilidade das mulheres enquanto consumidoras, devido à renda fixa e estável que passaram a ter acesso; b) Poder de decisão e voz aumentadas no âmbito familiar, fortalecendo relações familiares; e c) Uma maior percepção de cidadania, principalmente quando são obrigadas a tirar documentos para receberem o benefício. Estes impactos proporcionam, de forma direta, uma maior equidade de gênero para as mulheres tanto na esfera doméstica como na sua vida social (BRUSCHINI et al., 2011, p.169)¹⁵¹⁶.

É possível afirmar que o Governo Federal promoveu várias políticas e programas, diretamente ou indiretamente, por meio de políticas transversais para as mulheres. Estas políticas, frutos de reivindicações dos movimentos de mulheres e feministas, e protagonizadas por um grupo de militantes que escolheram o Estado como *locus* central de luta e busca efetiva de direitos, serão a base pela qual os agentes das políticas estaduais, municipais e distritais tomarão como espelho para suas ações em prol da equidade de gênero.

4. A Secretaria Estadual da Mulher de Pernambuco

O contexto social e político de Pernambuco, e mais especificamente da sua capital Recife, que deu origem ao processo de redemocratização e demandas por políticas públicas e sua institucionalização, não diferiu muito do contexto nacional. No entanto, algumas especificidades do

¹⁵ Para maiores informações sobre este programa vide site do Ministério do Desenvolvimento Social: www.mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia.

¹⁶ Para acesso aos diversos tipos de políticas para as mulheres efetuadas pelo Governo Federal neste período, ver CINTRÃO & SILIPRANDI, 2011, p.192-217.

campo feminista desta cidade a coloca em um lugar de centralidade se não no Brasil, pelo menos no Nordeste Brasileiro.

Em fins da década de 70 do século XX, segundo Alinne Bonetti, a cena feminista pernambucana passava por uma polarização: de um lado, havia aquelas feministas ligadas a partidos de esquerda e às críticas ao regime ditatorial, e do outro as chamadas feministas autônomas, que preferiam não se ligar a partidos políticos. Destas últimas, surge o grupo “Ação Mulher”, formado em 1978 e composto por acadêmicas, profissionais liberais e mulheres que voltavam do exílio. Este grupo, porém, não teve uma longa duração. No início dos anos 80 ele se dissolveu, e suas integrantes fundaram ONGs de destacada importância para a cena feminista do Recife atualmente. Destes grupos, podemos destacar a Casa da Mulher do Nordeste (1980), que estava voltada para organização política e de geração de renda; o SOS Corpo: Grupo de Saúde da Mulher (1981), voltado para a saúde da Mulher; e o Centro das Mulheres do Cabo (1984), voltado para questões de cidadania e política (BONETTI, 2007, p.80).

Estas organizações encontram-se entre as mais antigas e bem estruturadas do Recife. Estes grupos possuem especificidades que os fazem ganhar destaque no cenário nordestino, tais como: financiamento de agências internacionais; grande acúmulo de reflexão feminista; considerável produção na área de gênero e feminismo; estão presentes em grande número na cidade e região metropolitana; são mais antigos, em relação aos outros do nordeste; além de possuírem uma boa infraestrutura (ibid., p.71-72). Todas estas características geraram, como consequência, a sua tendência em açambarcar um montante maior de investimento para seus projetos, uma maior capilaridade na cidade e maior organização e sistematicidade no trabalho. Tal caracterização influenciou a criação do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), no período da Constituinte, com o intuito de articular o movimento de mulheres e feminista para melhor lutar por direitos para as mulheres, como, por exemplo, uma Constituição que contemplasse as questões de gênero (ibid., p.81). Este Fórum é o mais antigo do Nordeste, fundado em 1988,

com um maior número de grupos e maior montante e recursos (ibid., p.74).

Para além da impecável organização do movimento de mulheres e feminista de Pernambuco, outras características se mostram importantes para compreendermos o cenário de políticas atual. O primeiro se refere às formas de ação política destes grupos, que investiram nos modelos de cogestão, com a participação em conselhos e monitoramento de políticas e ações do Estado. E o segundo, diz respeito às consequências da influência das agências de cooperação internacional nos seus projetos, que exigiam eficiência e eficácia nas suas ações, para que trouxessem resultados concretos e passíveis de ser mensurados (ibid., p.92-93).

A primeira característica aproximou mulheres militantes de instâncias do Estado, principalmente no que tange a elaboração, efetivação e controle de políticas públicas, e o segundo, criou uma atitude frente ao modo de operacionalizar projetos que em muito se assemelha à forma como as políticas públicas estão sendo postas em prática nesse novo milênio.

Desse modo, as pressões que os movimentos de mulheres e feministas realizaram em Recife, assim como a sua proximidade com instâncias do Estado, foram cruciais para a implementação da Secretaria Estadual da Mulher no Estado. Esta contou, inicialmente, com uma secretária oriunda da Casa da Mulher do Nordeste. Sem dúvida a sua origem em uma das ONGs feministas mais antigas do Recife, e o caráter de gestão de políticas já implementado nestas organizações, via influência de agências internacionais, vai dar o tom das políticas implementadas por esta Secretaria em todo o Estado. Este tom se refere, principalmente, aos pressupostos de ação das políticas, à relação da Secretaria com a sociedade civil organizada, e seu foco na descentralização, por meio do espraiamento dos organismos de mulheres pelo Estado em geral, e em Petrolina, em particular.

A Secretaria Estadual da Mulher de Pernambuco foi criada em 19 de janeiro de 2007, pela Lei nº 13.205 sob a nomenclatura de Secretaria Especial da Mulher. Em 2011, de acordo com a Lei nº 14.264, se tornou uma Secretaria de Estado e passou a ser nomeada Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher-PE). Com o objetivo de formular, desenvolver, articular, coordenar, apoiar e monitorar políticas públicas que promovam a melhoria das condições das mulheres em Pernambuco, esta Secretaria desenvolve ações a partir de um marco conceitual claro, que afirma ter como base a teoria feminista de gênero.

Seus pressupostos de ação estão baseados em premissas desta base, tais como: I) **O gênero** enquanto princípio fundamental de organização social, responsável por definir papéis e comportamentos. Segundo esta Secretaria, a utilização deste conceito é fundamental para o entendimento crítico das relações desiguais entre homens e mulheres, pautadas no questionamento da suposta naturalização de comportamentos e no entendimento relativo ao processo de construção das relações de desigualdade entre homens e mulheres; II) **O feminismo** enquanto ação política das mulheres para a transformação social e igualdade entre os sexos, com foco na desconstrução das relações patriarcais de poder; III) **O patriarcado** enquanto sistema de dominação que coloca o homem no centro das relações sociais e que subordina as mulheres por meio do controle da sua capacidade reprodutiva, de sua sexualidade, de sua capacidade de trabalho e interdição às esferas de poder; IV) **As Políticas Públicas** como ações concretas do Estado para a garantia de vida digna a todas as pessoas por meio do acesso à educação, saúde, habitação, terra, água, alimentos, trabalho, cultura, lazer e a uma vida sem violência; V) **As Políticas Públicas de Gênero para as Mulheres** como ações voltadas para as mulheres com o intuito de lhes garantir o empoderamento e a igualdade social, política e econômica entre os sexos (ANUÁRIO..., 2015, p.23-24).

Esta Secretaria se propõe a aplicar estes pressupostos centrais em políticas de reparação das desvantagens das mulheres devido aos anos de violação dos seus direitos, de proteção à violência doméstica e sexista, e de atendimento às especificidades, relacionadas à gravidez, parto, aborto e menopausa, por exemplo. Deste modo, a SecMulher-PE confere prioridade de atendimento às mulheres vítimas de violação de direitos, em condição de exclusão (prostitutas, acampadas e portadora de DSTs/Aids, por exemplo), às chefes de família, às mulheres negras, indígenas e quilombolas, àquelas em privação de liberdade, e as vistas como agentes do desenvolvimento (ibid., p.24).

As suas formas de ação tem por objetivo ser: transversais e introdutórias de novas práticas; estruturais para que incida na transformação da cultura patriarcal e racista; e de proteção especial para coibir as ameaças à integridade física e dignidade das mulheres. O foco central para o desenvolvimento destas ações é a reestruturação da relação do Estado com a sociedade.

Refletindo as relações que já vêm se configurando no cenário nacional, esta Secretaria busca ampliar a capilaridade das relações entre sociedade civil e Estado por meio de fóruns deliberativos e consultivos; pelo reconhecimento das organizações populares de mulheres como sujeitos políticos coletivos habilitados ao diálogo com o Estado; e pelo reconhecimento dos movimentos feministas, de mulheres negras, indígenas e mulheres rurais como legítimos interlocutores do Estado (ibid., p.25).

No que tange aos projetos e programas da Secretaria da Mulher de Pernambuco, darei ênfase apenas aos que se referem ao ano de 2014, que são contemplados em Petrolina¹⁷ e destacados pelos membros da própria Secretaria no seu anuário (ANUARIO op. cit.). O objetivo será apontar como, de forma concreta, esta secretaria materializa as propostas do III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e as relaciona aos pressupostos e prioridades elencados acima, e como suas ações e programas

¹⁷ Veremos, no decorrer das análises, como estas propostas são colocadas em prática em Petrolina.

têm por objetivo impactar não só as mulheres da capital (Recife) e região metropolitana¹⁸ e sim, também, de todo o interior do estado¹⁹. Os programas serão definidos a partir dos eixos a seguir:

4.1 Política de Produção de Conhecimento, informação e formação em Gênero e Apoio às mulheres na Cultura e Esportes

Segundo a perspectiva da Secretaria da Mulher de Pernambuco, a educação é indispensável para emancipação das mulheres e para uma vida sem violência. Por isso, a equipe desta secretaria buscou contemplar programas permanentes de formação e construção do conhecimento focado nas relações de gênero e na crítica às relações patriarcais. Seu foco foi direcionado a ação coletiva e transversal, por meio de uma pedagogia de ensino-aprendizagem, que contempla as mulheres a partir de suas necessidades, condições, talentos e desejos de autonomia e emancipação (ibid., p.100-101).

Os programas relacionados a este eixo são: a) O prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero que premia em até 59 mil reais trabalhos que refletem sobre as relações de gênero e que são elaborados por estudantes de ensino médio, técnico, graduação, pós-graduação e professores do ensino técnico²⁰; b) Os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento à Violência contra a Mulher que tem por objetivo ampliar a discussão nos espaços de ensino sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres, contribuindo com a desconstrução da cultura machista e patriarcal; estimular a inserção das questões de gênero nos currículos; incentivar a produção de artigos científicos, roteiros de vídeo-

¹⁸ A região metropolitana do Recife é composta pelas cidades: Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Igarassu, Abreu e Lima, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Moreno, Itapissuma e Recife.

¹⁹ O apanhado geral desta seção servirá para compreendermos melhor os programas da SecMulher-PE que utilizaremos de base para análise neste trabalho. Desse modo, o objetivo será muito mais ter definições técnicas destes programas do que etnográficas. Feito este a ser desenvolvido a partir do capítulo terceiro desta tese.

²⁰ http://www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretariadamulher/exibir_noticia?groupId=30863&articleId=8392119&templateId=31823. Acessado em 31 de maio de 2016.

documentário de curta metragem e projetos pedagógicos, e publicar e difundir os trabalhos desenvolvidos; c) Apoio de pesquisas e realização de seminários para subsidiar políticas públicas; d) Formação sociopolítica para mulheres populares; e e) Apoio às mulheres na cultura e esporte com realização de seminários, formação de gênero em eventos culturais, formação profissional na área de cultura e projetos culturais (ibid., p.100-105).

4.2 Política de Enfrentamento à Violência de Gênero contra Mulheres

Levando em consideração que a violência de gênero contra as mulheres constitui-se como a principal queixa do movimento feminista nas sociedades contemporâneas e pelo caráter epidêmico que se apresenta (uma em cada quatro mulheres no mundo é vítima de violência de gênero (ibid., p.106), o atendimento a esta demanda se mostra um dos principais focos desta secretaria. Para tal, ela possui três instrumentos: a diretoria geral de enfrentamento à violência de gênero, o plano estadual para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres, e a câmara técnica para o enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres (ibid., p.106-107).

Estes instrumentos operacionalizam sete programas: 1) Articulação intra/inter poderes e sociedade civil; 2) Prevenção: com campanhas educativas e formação de profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência; 3) Proteção: com serviços de abrigo e estímulos à criação de centros de referências de atendimento à mulher; 4) Apoio à Punição: aprimoramento das DEAMs, aprimoramento da rede especializada no acompanhamento e julgamento de crimes enquadrados na lei Maria da Penha; 5) Apoio à Assistência: com o fortalecimento da parceria com a rede de assistência social do Estado e Municípios e a promoção dos direitos das mulheres privadas de liberdade; 6) Produção do Conhecimento: com coleta de dados e construção de conhecimentos so-

bre a temática; e 7) Justiça para as mulheres agora e sempre: com a Patrulha Maria da Penha (patrulhas exclusivas da polícia militar para dar assistências aos casos de violência contra a mulher), monitoramento eletrônico de agressores, cadastro de mulheres sob risco de morte e a campanha Maria da Penha vai à escola, dentre outras. Segundo esta Secretaria, estas políticas conseguiram reduzir em 29% os crimes violentos letais intencionais (CVLI) em Pernambuco entre os anos de 2006 e 2014 (ibid., p.107-112).

4.3 Política de Reforço Estratégico para Mulheres Rurais

A proposta de programas para mulheres rurais se dá, segundo esta Secretaria, pelo entendimento de que esta parcela de mulheres possui desvantagens históricas devido ao acúmulo de funções no seu cotidiano, com comprometimento da sua qualidade de vida e seu desenvolvimento enquanto cidadãs. Para atender estas mulheres, a Secretaria tem desenvolvido programas de formação sociopolítica, com ênfase nas desigualdades de gênero e racial, para o desenvolvimento da cidadania; formação profissional para fruticultoras, pescadoras e canavieiras²¹; e o desenvolvimento de redes de agentes de políticas públicas para mulheres rurais para uma articulação entre governo e sociedade civil em ações coordenadas (ibid., p.122-127).

5. Secretaria da Mulher do Município de Petrolina

A Secretaria da Mulher de Petrolina foi aberta em novembro de 2007, mesmo ano que a Secretaria Estadual da Mulher do estado de Pernambuco, e uma das primeiras nas cidades do interior do estado. Essa coincidência temporal não se deu por acaso. Pautado nas novas demandas por descentralização das políticas, já expostas anteriormente, o

²¹ Ambos os cursos contam com a formação de educadoras e recreadoras das crianças, filhos das mulheres que recebem os cursos, promovida por Organizações não governamentais, para valorizar as competências locais.

governo do estado de Pernambuco já tinha o interesse em expandir as políticas para as mulheres pelos municípios do estado desde a abertura da sua Secretaria Estadual da Mulher. A relação político/partidária profícuca que o governador nutria com o prefeito de Petrolina, de então, também foi crucial para a rapidez em que esta secretaria foi criada.

No entanto, ter sido inaugurada no final do ano, depois de o orçamento do município de 2008 já ter sido aprovado, gerou dificuldades no primeiro ano de funcionamento. Estas dificuldades iam desde sua estrutura de funcionamento, ao orçamento para levar a cabo políticas para as mulheres da cidade. Assim, com os poucos funcionários que a nova secretaria conseguiu, às duras penas, remanejar para vir a compor sua equipe, e com os móveis e materiais que conseguiram por meio de doações e captação de projetos, a secretaria conseguiu se manter funcionando.

Como não possuíam orçamento além do que tinha sido destinado às políticas para as mulheres de uma diretoria da Secretaria de Desenvolvimento Social do período, a equipe da recente Secretaria da Mulher precisou funcionar por meio da captação de editais do Governo Federal e estadual e por meio de parcerias com outras secretarias do município e ONGs locais²². À medida que as demais secretarias do município possuísem projetos que dialogassem com ações voltadas à aquisição de direitos e cidadania para a população feminina, logo a equipe da Secretaria da Mulher se aproximava para fazer um trabalho em conjunto. Assim, com o apoio destes agentes e a boa vontade de ONGs locais, que sempre que podiam trabalhavam em conjunto, principalmente na área de saúde da mulher, a Secretaria conseguiu se manter e até começar e finalizar o projeto de construção do Centro de Referência de Atendimento da Mulher (CRAM), projeto este oriundo de verbas diretas do Governo Federal.

No ano de 2014 a Secretaria da Mulher de Petrolina deixou de existir enquanto secretaria autônoma e passou a fazer parte da Secretaria de Cidadania, se tornando Secretaria Executiva da Mulher. A justificativa

²² Veremos nos capítulos seguintes que esta escassez orçamentária não mudou muito desde então.

para esta mudança estava toda baseada em cortes orçamentários devido às dificuldades financeiras alegadas pela gestão municipal. Para a atual secretária, essa mudança não foi de um todo ruim, haja vista que, segundo ela “não adianta existir sem força”, ou seja, não adianta funcionar como uma secretaria se não possui orçamento que lhe dê jus ao termo. Para a secretária estar submetida à Secretaria de Cidadania podia até ser positivo para elas, pois ganhariam mais destaque e se beneficiariam do orçamento desta secretaria.

Atualmente, a Secretaria Executiva da Mulher de Petrolina, diferente da Secretaria Federal e estadual, não possui tanta organicidade, não possui amplo corpo de funcionários – na verdade, compondo a secretaria só possuem a secretária, uma funcionária responsável pela área administrativa e financeira, e uma recepcionista – e ainda passa por dificuldades orçamentárias de modo que as dificulta ter um cronograma de programas e ações que possam executar por conta própria, sem a parceria com outra secretaria. O recurso que possuem normalmente é que aquele que conseguem captar por meio de editais.

Devido a estas restrições e aos arranjos políticos que se seguiram desde a sua fundação, esta secretaria se subdivide em três eixos centrais: no CRAM (Centro de Referência em Atendimento à Mulher), no projeto “Crack é possível vencer”, e na Diretoria de Direitos Humanos²³.

O CRAM (Centro de Referência de Atendimento à Mulher) surgiu por meio da demanda do Governo Federal a fim de que as mulheres, principalmente às vítimas de violência de gênero, pudessem ter um tratamento especializado. Ele é um espaço de acolhimento e atendimento psicológico, social e de orientação jurídica à mulher em situação de violência para que esta venha a superar a situação que a fez procurar o centro, fortalecendo-a e resgatando sua cidadania. O CRAM possui uma sede bem estruturada com uma recepção ampla com recepcionista, sala de reunião, sala para cursos ou seminários, sala para recreação para as

²³ O objetivo, neste momento, é trazer uma visão geral desta secretaria, sua estrutura organizacional e seus projetos. No decorrer das discussões serão levantadas as especificidades das ações e órgãos mencionados aqui, assim como a sua relação com a prática das políticas para as mulheres da cidade.

crianças que vão com as mulheres que serão atendidas, com quatro educadores e salas de atendimento às mulheres. Estas são ocupadas por uma psicóloga, uma assistente social, um advogado e a coordenadora do local. O CRAM recebe mulheres ora encaminhadas de outros equipamentos relacionados ao atendimento da mulher, como hospitais, a DEAM, pela própria Secretaria da Mulher ou por demanda espontânea (por mulheres que ouviram falar da existência do centro por meio da mídia, ou pelas campanhas realizadas nos bairros).

O projeto “Crack é possível vencer”, por sua vez, é originário do Governo Federal e possui os eixos prevenção, cuidado e autoridade. Segundo a secretária, o argumento do prefeito em alocar este projeto com a Secretaria da Mulher é que, ao fim e ao cabo, seria a mulher quem sofreria mais com o abuso do crack, sendo ela a usuária ou não, no papel de mãe, filha ou esposa. O objetivo deste programa é fortalecer os equipamentos, como os hospitais, os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), a Guarda Municipal, a Polícia Militar, e as Secretarias de Saúde, de Proteção Social, de Segurança Cidadã e de Educação, e estimular o trabalho em rede. O intuito é pensar uma aproximação ao usuário que esteja desatrelada da perspectiva ofensiva.

A diretoria de Direitos Humanos é relativamente nova para esta secretaria. Antes vinculada à Secretaria de Juventude, as demandas referentes à população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros em geral)²⁴ e à questão racial, em especial à mulher negra, passaram para a alçada da Secretaria Executiva da Mulher. Segundo a atual secretária, o trabalho para este público já havia sendo feito pela sua gestão, por meio de atividades sobre anemia falciforme, referentes ao dia da Visibilidade Lésbica e ao projeto que viria a contemplar as profissionais do sexo, em especial às mulheres transexuais.

²⁴ A receptiva à alocação desta pasta na Secretaria Executiva da Mulher não é recorrente no cenário nacional. Normalmente ela está alocada nas Secretarias de Direitos Humanos. Como o município não possui tal secretaria e como esta pasta, pelo visto, estava sendo negligenciada ou invisibilizada na secretaria anterior a que estava alocada, a equipe do executivo do município achou melhor passa-la a quem tinha um real interesse em, pelo menos, dar visibilidade à causa.

Além destes eixos centrais, esta secretaria é responsável por uma lavanderia comunitária em um dos bairros populares da cidade que contempla dez famílias; e também pelo casamento coletivo realizado para 100 casais anualmente. O primeiro passa por problemas relativos ao baixo atendimento e à enorme despesa mensal e o segundo, pelo menos em sua última versão, tem causado polêmica. Devido aos seus interesses por questões LGBT, a Secretaria abriu uma edição de casamento para casais heterossexuais e homossexuais. A iniciativa causou desgosto de uma parcela da população, principalmente os religiosos, que foram para as rádios protestar.

Devido às dificuldades orçamentárias, os eixos acima citados, e as questões relativas aos direitos das mulheres, são contemplados por meio de campanhas, muitas em parceria com outras secretarias, como a de saúde, por exemplo, ou são alocados sob a responsabilidade de outros órgãos do executivo.

Desse modo, programas federais e municipais caros às questões de gênero como o projeto “Minha Casa Minha Vida” e o “Bolsa Família”, citados páginas atrás, são alocados na Secretaria de Habitação e Secretaria de Cidadania, respectivamente. O projeto “Nova Semente”, que está vinculada ao Governo Municipal, é um projeto permanente de criação de creches e fortalecimento da educação em tempo integral, que conta com uma articulação entre executivo e as comunidades. Este projeto funciona da seguinte maneira: as comunidades, organizadas em associações de bairro, conseguem uma casa ou espaço no bairro em que se localizam (que pode ser cedido ou alugado pela comunidade). A aquisição do espaço fica sob responsabilidade da comunidade, assim como também, os móveis e os materiais de infraestrutura. O bairro deve ter uma demanda mínima de 60 crianças. A prefeitura, então, encaminha uma funcionária da Secretaria da Primeira Infância para averiguar as condições do local, assim como os bombeiros e arquitetos da prefeitura. Depois de vistoriado o local, uma associação parceira da prefeitura neste projeto disponibiliza o gerenciamento e a estrutura organizacional e operacional das novas

creches, como o material pedagógico, por exemplo. Um instituto, também parceiro, provê orientação pedagógica, apoio à equipe de coordenação, capacitação inicial e continuada dos profissionais envolvidos e instrumentos de trabalho para as unidades, as gestoras e as sementeiras (forma como são chamadas as educadoras e cuidadoras). Desse modo, os pais ou responsáveis pelas crianças podem levar os filhos às 6:40 e só pegá-los às 18 horas. As crianças podem ficar nas creches dos 6 meses aos 5 anos, idade que começam a ter acesso às escolas municipais de educação infantil. Este projeto não está sob a responsabilidade da Secretaria Executiva da Mulher, e sim da Educação e não se baseia em nenhuma discussão mais aprofundada de gênero²⁵.

As campanhas que contam com a participação da Secretaria Executiva da Mulher acontecem normalmente em datas comemorativas, como: o Mês **Internacional da Mulher** (em março), que conta com ações baseadas em atendimento psicossocial para mulheres, palestras socioeducativas em bairros, ação social, com fornecimento de serviços como retirada de documentos e procedimentos como aferir a pressão arterial, por exemplo, seminários sobre a rede de atendimento à mulher, formações de funcionários dos equipamentos voltados ao atendimento das mulheres em gênero e violência de gênero, oficinas de beleza e panfletagem sobre a violência contra a mulher (normalmente em parceria com alguns CRAS – Centro de Referência em Assistência Social – da cidade); o **Outubro Rosa** que conta com atividades educativas para pacientes e profissionais da saúde, agendamento de mamografias e citologias oncóticas por meio de busca ativa realizada pela equipe da Secretaria de Saúde, distribuição de materiais educativos e atividades esportivas públicas para as mulheres (normalmente em parceria com a Secretaria de Saúde do município); o **dia da Visibilidade Lésbica**, onde normalmente são realizados seminários e palestras sobre homossexuali-

²⁵ O fato de os referidos projetos estarem alocados nas secretarias citadas não é de um todo estranho. Normalmente é assim que estão localizados nas estruturas municipais. O que chamo a atenção, principalmente, é a infima, ou nenhuma, participação da Secretaria da Mulher do Município nestes projetos, de modo que a tão aclamada transversalidade nas políticas para as mulheres não se efetiva.

dade, homoafetividade, saúde da mulher lésbica, e violência contra este segmento da população. Ocorrem, também, exibição de filmes e debates sobre a temática; Os **16 dias de Ativismo**²⁶ período onde é realizado intensa panfletagem sobre a violência contra a mulher e divulgação dos equipamentos de atendimento às mulheres, e seminários com foco na violência contra a mulher negra e as mulheres na esfera do poder.

Estas campanhas e ações normalmente acontecem todo o ano, e quase sempre com a mesma metodologia. Além das campanhas, a Secretaria também aloca projetos. Estes podem ser do Governo Federal, como o “Mulheres Mil”, ou capitaneado pela própria secretaria, como o de “Profissionais do Sexo”.

O primeiro tem por objetivo fornecer cursos profissionalizantes para as mulheres. Na cidade de Petrolina, até o momento da minha conversa com a secretária, já tinha sido oferecidos cinco modalidades de cursos, como para cuidadora de idosos e crianças, almoxarife de obras e agentes turísticos, por exemplo. Os cursos são realizados ou no CRAM ou no Instituto Federal de Tecnologia –IF Sertão, o parceiro da Secretaria neste projeto, responsável pela seleção dos profissionais que ministram as aulas. Cada turma possui em média 35 mulheres que recebem uma bolsa para se manter no curso.

O segundo foi um projeto que tinha por objetivo ofertar formações em associativismo e cooperativismo para as profissionais do sexo cisgênero ou transgênero²⁷, que trabalham em casas de prostituição ou nas ruas. Além das formações, o projeto também visou uma palestra sobre saúde da mulher e testes de doenças sexualmente transmissíveis como HIV e Hepatite B.

²⁶ A Campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” é uma mobilização anual, praticada por atores da sociedade civil e poder público. Desde sua primeira edição, em 1991, já conquistou a adesão de cerca de 160 países. Mundialmente, a Campanha se inicia em 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, e vai até 10 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos, passando pelo 6 de dezembro, que é o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres (<http://www.compromissocatitude.org.br/16-dias-de-ativismo-uma-mobilizacao-mundial-pelo-fim-da-violencia-de-genero/> acesso em 07 de junho de 2016)

²⁷ Cisgênero significa a pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. Transgênero são aquelas pessoas que não se identificam com o gênero que lhe foi determinado (JESUS, 2012, p.10).

Para além das ações acima citadas, é possível notarmos uma atenção quase que central nos temas referentes à violência contra as mulheres. As ações de formação, os seminários, palestras, campanhas, ações nas ruas, panfletagens e preocupações cotidianas quase que em sua totalidade estão voltadas à violência contra as mulheres. Para além dos condicionantes e sentidos relacionados a esta preferência²⁸, é importante salientar que esta é uma bandeira extremamente cara aos movimentos feministas e de mulheres no Brasil, assim como para os organismos Federal e Estadual da mulher (BONETTI, 2007, p.88-93), dando o tom das políticas públicas para as mulheres em todas as esferas. O modo como este termo surgiu nos eventos acompanhados, e nas falas das agentes de políticas para as mulheres na cidade, e quais concepções a ele estavam relacionadas, serão analisadas a partir do próximo capítulo.

²⁸ Estes sentidos serão discutidos à medida que o tema for solicitado nas descrições etnográficas e suas análises.

Capítulo II

A sedução do campo, a formação das associações e os esboços conceituais

Para realizar as propostas deste trabalho, me utilizei do método latouriano de rastrear as associações realizadas pelos agentes de políticas para as mulheres de Petrolina. Tomando como pressuposto central a ideia latouriana de que o “social” só se deixa entrever pelos traços formados pelas associações constituídas pelos atores sociais e pelos significados dados por eles aos elementos componentes destas associações, a tarefa basilar deste trabalho foi encontrar padrões a partir destas conexões. Estas associações se deram nos contextos de debates e efetivação das políticas públicas para as mulheres em Petrolina-PE. E, em meio a estas formações de grupos e performances, foi possível apreender como os atores sociais teciam suas teorias, sentidos e inovações e promoviam associações e dissociações que, por fim, caracterizariam a aplicação das referidas políticas na cidade.

Assim, segundo este pressuposto metodológico inicial, me engajei no rastrear das associações nos ambientes de efetivação das políticas para as mulheres. Aliada a esta tarefa, mapeei os principais agentes e grupos presentes nestes espaços e, principalmente, me empenhei a compreender suas principais formas de ação e as concepções que eles manipulavam para conferir sentido aos seus projetos e ordenar seu mundo. Neste processo, me deparei com situações de aflição que me fizeram problematizar o meu lugar em campo, uma vez que eu também compunha a rede que via se configurar sob meus olhos.

Desse modo, a partir das preocupações relativas ao intuito central deste trabalho, de compreender os modos como as perspectivas feministas e as de cunho gerencialista neoliberal são operacionalizadas na aplicação de políticas para as mulheres em Petrolina, precisei realizar algumas tarefas elementares por meio do processo de pesquisa etnográfico, e que serão expostas no presente capítulo. Destas tarefas, saliento aqui o mapeamento dos principais agentes de políticas para as mulheres de Petrolina, suas mediações e conexões; a explicitação dos principais meios de operacionalizar as políticas para as mulheres; em meio às suas práticas cotidianas de operacionalizar estas políticas, procurei apreender as conexões de sentido e concepções orientadoras de suas práticas; porém não sem antes problematizar o meu lugar neste campo, ora como a pesquisadora, ora como a extensionista e militante, companheira das mesmas mulheres interlocutoras centrais neste trabalho, e o percurso inicial da minha inserção neste ambiente.

Esta tarefa inicial de mapear associações, agentes, práticas e concepções envolvidos na operacionalização de políticas para as mulheres em Petrolina-PE se mostra basilar para empreender a análise que proponho nesta pesquisa. Veremos como os agentes e suas localizações específicas são essenciais para compreendermos os modos como manipulam noções caras ao pensamento feminista, como a de identidade feminina e empoderamento, e como as concretizam em planos de ação e modelos de prática política configuradas por meio do combate à violência contra a mulher¹.

1. Os contatos iniciais, a atração pelo campo e o “estranhamento do familiar”

Não tenho como começar a traçar o percurso da imersão em meu campo de pesquisa por meio de uma narrativa que explicita um crono-

¹ Veremos, neste capítulo, o modo como noções caras à teoria feminista aparecem em meio à formação das associações, para, nos capítulos seguintes, analisarmos de forma pormenorizada cada uma delas, assim como suas principais formas de operacionalização. Somente no último capítulo analisarei como este modelo de prática política está associada à reforma neoliberal do Estado brasileiro.

grama fechado de visitas e caminhos a percorrer, haja vista que o trabalho etnográfico foge, ao largo, da linearidade de direções e de fatos. Por outro lado, também não posso caracterizar os caminhos tortuosos do início deste trabalho como providos de uma continuidade clara simplesmente porque ao começá-lo não sabia que estava a fazê-lo. Digo isso porque as inquietações que me levaram a me debruçar sobre uma pesquisa de doutorado eram, inicialmente, outras bem diferentes das que desenvolvi neste trabalho. Apesar de já levantar questões sobre o universo feminino, o contexto de investigação, anteriormente, era a esfera da religiosidade soteropolitana. Contudo, a minha mudança de domicílio para uma cidade do sertão pernambucano, e o trabalho como professora na Universidade Federal da região, me fizeram engajar em atividades de extensão e militância acadêmica que me levaram a ter contato com outros ambientes, outras mulheres e outros problemas, tanto de pesquisa, quanto sociais.

A universidade na qual estou lotada ainda passava pela sua infância quando eu, junto a um grupo mais amplo de professores, resolvemos nos engajar na formação de um núcleo voltado para a pesquisa e extensão na área de relações raciais e gênero. Com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão desta universidade conseguimos formar o núcleo e ainda estabelecer uma parceria com a Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco. Esta primeira parceria se deu com o intuito de assessorar as escolas da região no sentido de formar seus professores para que pudessem manejar com mais propriedade os conceitos e debates de gênero e raça. O trabalho neste núcleo nos situou em múltiplas esferas, de modo que fizemos das comunidades, bairros, Câmara de Vereadores, conselhos, secretarias, ONGs, Fundações, e escolas uma extensão da nossa universidade.

Este trabalho, logo de início, passou a assumir um caráter especial. Eu não apenas executava os trabalhos de extensão que propunha. Era também requisitada para comparecer a espaços de debates, a oferecer cursos e palestras, a compor cadeiras em conselhos municipais, ou apenas para dar opinião a projetos nas áreas de gênero e relações raciais na cidade de Petrolina. Neste início de trabalho, que chamo de militância

acadêmica, pelo extrapolar das atividades de ensino, pesquisa e extensão, típicas de um professor universitário, fui, paulatinamente, me ambientando às atividades que percebi que fariam parte da minha vida enquanto professora daquela universidade, na região do sertão do São Francisco. A impressão que tive, inicialmente, é que as mulheres com as quais comecei a ter contato com os trabalhos do núcleo careciam de braços não apenas fortes e aguerridos, mas também habilitados para moldar as novas perspectivas de mudança que elas planejavam para a região.

Estas habilidades se mostravam, fundamentalmente, relacionadas aos debates sobre teoria feminista, gênero e sexualidade. Um evento relacionado ao referido projeto do núcleo de gênero e raça pode ilustrar esta demanda. No primeiro grupo focal que realizamos em uma escola da cidade tínhamos a intenção de pensarmos o melhor formato para um projeto de extensão para capacitação de professores em gênero e raça. Neste dia tínhamos o intuito de entender quais eram as carências dos professores nas referidas áreas, para que pudéssemos nos engajar em fortalecer esses pontos. Mas, neste dia, os professores não conseguiram expor seus pontos fracos, porque, segundo eles, estavam precisando compreender “todo” o debate, pois não tinham tido acesso a quase nada de conteúdo e discussão sobre gênero, raça e suas interseções durante suas formações de licenciatura. Neste momento percebi que não apenas tinha obrigação profissional em desenvolver o trabalho que eles requisitavam. Entendi, também, como tinha uma obrigação moral de fazê-lo e não apenas isso, de encarar um desafio maior: compreender, segundo a perspectiva de gênero, a realidade que agora passava a ser também a minha e gerar informações, dados e debates sobre esta região, ainda tão carente de pesquisas na área.

Aliada a esta mudança de perspectiva, ainda tão desafiadora para mim, precisei me debruçar, cotidianamente, sobre o exercício da humildade. Tamanha era a avidez por profissionais que tivessem propriedade para falar sobre a temática, que meus interlocutores de campo, às vezes, faziam-me crer que poderia eu ser a representante do conhecimento, da

sabedoria e até das verdades sobre os assuntos que rodeiam a temática de gênero, sexualidade e afins. Este, sem dúvida, foi, e ainda é, um dos principais desafios a encarar em campo. Este desafio, que se concretiza nas mais variadas relações de poder que não apenas eu, mas todos os pesquisadores enfrentam em campo, nos colocam mais provocações e surpresas do que realizações travestidas de resoluções de problemas e busca por verdades.

Antes de tudo, partir da perspectiva da Antropologia Feminista (BONETTI, 2012) para pensar o engajamento em campo é ter, não apenas como horizonte, mas como contexto e temática de pesquisa, as relações de poder que hierarquizam e moldam todas as relações sociais. Este pressuposto, por si só, fornece o enquadramento sobre o qual a pesquisa será realizada e como os debates teóricos e epistemológicos serão traçados. Além deste pressuposto inicial, o modo como os meus interlocutores de campo me requisitavam me fez tomar consciência, na prática, que não estava apenas a tratar de relações de poder pautadas em gênero ou orientação sexual. Estas relações de poder estavam a permear desde as mais formais das relações que tinha com meus interlocutores, às mais íntimas e confidenciais que com o tempo passamos a nutrir.

Claro que não era apenas eu, enquanto professora universitária, que ocupava o polo que detinha o poder nas relações. Como bem apontou Foucault (2007), o poder tem como propriedade central a circularidade. Ele ora está localizado em um ponto ora em outro na teia das relações sociais. E assim não foi diferente nos contextos que comecei a me fazer presente. O contato com a Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco me colocou em conexão com as agentes de políticas públicas para as mulheres na região do sertão do São Francisco, que por sua vez também ocupavam espaços de poder, haja vista que executavam políticas na área. Esta execução implicava manejo de recursos financeiros e de pessoal, elaboração de projetos, arranjos de parcerias, ações que supõem, necessariamente, relações de poder. Estas relações fazem parecer aos envolvidos que um dos polos consegue transformar a realidade por meio

da agência de determinados atores e o outro é formado apenas por pessoas que são manejadas para que tal fim seja posto a cabo.

Não desejo afirmar, por meio desta assertiva, que um grupo de pessoas desejava se portar com ares de superioridade frente a outros. O intuito é tão só reiterar que não era apenas eu quem ocupava o lugar daqueles que possuem, pelos menos por ora, o poder. Além disso, é importante destacar o teor destas relações, haja vista que são centrais para o esboço da teia, rede, rizoma, ou o que quer que chamemos o emaranhado de conexões que me colocou no lugar que estou neste trabalho. E foi pelo meu lugar na relação que se estabelecia com a Secretaria da Mulher do estado, por meio do Núcleo Estudos em Gênero e Raça, que aceitei um convite, em fins do ano de 2013, para compor uma mesa na Câmara de Vereadores da cidade, em um debate sobre os 7 anos da Lei Maria da Penha. O convite se mostrou irrecusável tanto pelo compromisso que tinha com a referida Secretaria, quanto pela importância da temática para mim, pessoalmente, e para o estado de Pernambuco, que vinha passando por uma queda considerável no número de homicídio de mulheres².

Impelida por tamanho interesse e compromisso, compareci, como prometido, numa manhã de quinta-feira à Câmara de vereadores da cidade. No início achei um pouco estranho levar tal debate para este espaço. Inicialmente imaginei, com a minha perspectiva metropolitana, que esta discussão caberia melhor no espaço universitário ou na sede de algum movimento social ou ONG. Mas, após algum tempo de trabalho de campo, percebi o quão estratégico era levar aquele debate à Câmara de Vereadores. Sem sequer ouvir de uma das mulheres que passei a ter contato para a pesquisa, entendi que um dos objetivos centrais de levar debates à câmara é pela obviedade do fato: estimular que os nossos legisladores tenham contato com temas, que nem ao menos são fruto das

² Segundo dados do Mapa da Violência houve uma queda de 6,6% no número de homicídios em Pernambuco de 2003 a 2013 (Waiselfisz, 2015, p.14). No entanto, segundo o trabalho de pesquisa realizada pela SOS Corpo, é importante salientar que há variações importantes no que tange as regiões do estado. Certas regiões de Pernambuco, como a Zona da Mata, Agreste e Sertão do Pajeú, os números referentes à morte de mulheres aumentaram, assim como os referentes às mulheres negras (SOS CORPO: INSTITUTO FEMINISTA PARA A DEMOCRACIA, 2015, Recife, 2015, p.8).

suas elucubrações, para fins de formulação de projetos de lei. Comecei a compreender tal apatia quanto à temática nas intervenções solicitadas pelos vereadores neste dia.

Depois das duas únicas vereadoras mulheres que possuía o corpo legislativo da cidade terem exposto o requerimento que afirmava a necessidade do debate sobre a Lei Maria da Penha em Petrolina, os vereadores presentes passaram a pedir a fala, um a um. Nas suas demoradas intervenções, o enfado de modo algum se mostrou presente. E isto não se deu pela eloquência de suas colocações e sim pelo ar anedótico e até bizarro que possuíam. Enquanto um salientava como sua mãezinha era uma mulher de fibra na família, por ter passado, sem esmorecer, pelos mais variados problemas; outro fazia questão de se referir a como tratava bem à sua esposa, com carinho, atenção, sem violência e sem impedir-lhe de realizar trabalhos fora de casa. E assim se deram as tantas outras intervenções.

Após a balburdia que tinha presenciado antes de começarem os debates, que na audiência observava atônita, tamanha a frustração, haja vista que esperava encontrar vereadores sérios, comportados e de fala mansa e baixa ao aguardo do início da sessão especial, nada daquilo me surpreendia mais. E com este mesmo humor pareciam estar as demais colegas que compunham a mesa. Dentre elas estavam: a secretária da mulher do município de Petrolina, a presidente do Conselho dos Direitos da Mulher (CDM) da cidade, uma representante da Associação das Mulheres Rendeiras da cidade, a coordenadora da região do Sertão do São Francisco da Secretaria da Mulher do estado de Pernambuco, uma representante da União Brasileira de Mulheres (UBM) e uma representante da escola de referência da cidade que possui parceira com a Secretaria da Mulher do estado. Devido ao tamanho da mesa, as falas, como já era de se esperar, ficaram restritas a poucos minutos. Os debates se concentraram em mostrar como Pernambuco tinha diminuído os casos de violência contra as mulheres devido ao trabalho da Secretaria da Mulher do Estado e do apoio do então governador Eduardo Campos, que se dedicava e investia na causa. Segundo os dados levados pela representante da Secretaria da Mulher do estado, Pernambuco

ocupava 2^o lugar e tinha caído para 13^o em casos de violência contra a mulher naquele ano. Estes dados foram contestados pela representante da UBM que afirmava estar o estado em 5^o lugar³.

Para ir além dos debates sobre números, resolvi encaminhar a discussão, neste dia, para os móveis da violência contra as mulheres, que estariam pautados nas relações desiguais de gênero. Após o meu rápido pronunciamento tive o primeiro momento de reflexão sobre o meu lugar naquele ambiente. E, ao invés de me inquietar com os problemas de organização do evento, das superficialidades das intervenções dos representantes do povo, ou com os dados ainda preocupantes que as mulheres engajadas insistiam em debater, passei a apenas observar e a refletir sobre o meu lugar ali. Claro, sem saber eu que aquele seria o primeiro de tantos outros momentos de ambiguidade e aflição que encontraria enquanto pesquisadora, professora, extensionista e militante. Porém, a angústia provocada pela imprecisão da minha situação não me impediu de começar a entender o meu lugar, e como poderia ser interessante, e até útil, que eu assumisse outra face, não apenas a de debatedora.

Neste emaranhado de demandas e interações, onde as relações de poder, como sempre, eram quem ditava as regras, me percebi não enquanto pesquisadora de gênero na cidade de Petrolina e sim para a cidade de Petrolina⁴. Recebi um chamado sorrateiro e irrecusável dos meus interlocutores de campo. E, desafiadoramente, me debrucei sobre as relações das agentes de políticas públicas de gênero nesta cidade. O que se mostrou mais desafiador foi o modo incipiente de efetivação destas políticas públicas de gênero na região. Apesar de já estar começando a vislumbrar uma vontade política de transformar a realidade das mulhe-

³ Segundo os dados do Mapa da Violência citado acima, Pernambuco, em 2003, estava em 5^o lugar no ranking de homicídio de mulheres no Brasil. Em 2013, ano do debate na seção da Câmara de Vereadores, o estado estava em 15^o lugar.

⁴ É importante salientar que neste momento eu já havia mudado os objetivos do meu trabalho de tese e já havia transferido o meu campo de estudos para a cidade de Petrolina. No entanto, a mudança de foco de pesquisa para a análise da aplicação das políticas públicas de gênero na cidade só se deu após fevereiro de 2014. Neste momento estava mais a pensar nas possibilidades de pesquisa referentes ao núcleo que coordenava na universidade que leciono. A passagem de um interesse (o do núcleo) para outro (o da tese) fluiu de uma maneira leve e tranquila, apesar das ambiguidades metodológicas que me aplacaram e que continuarei a comentar no corpo deste texto.

res naquele local por meio do protagonismo da sociedade civil organizada e dos poderes públicos, a iluminação veio, para mim, segundo outra perspectiva. Esta não se relacionava apenas à tentativa de entender como as políticas públicas poderiam ser postas em prática em um contexto onde algumas pessoas sequer entendiam o significado do conceito “gênero”⁵, mas também de ter a oportunidade única de fazer parte deste processo, já levado a cabo em tantos outros lugares do país, e que ainda se mostrava em sua fase inicial na cidade de Petrolina.

Assim, sem saber que estava em campo, foi a forma como me inseri no campo. E, estando nele, me vi tanto como “a pesquisadora” como também como a agente que elabora e executa políticas públicas para as mulheres, haja vista a parceria do núcleo que faço parte junto à Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco. Travestida em várias faces – ora a inocente que sequer sabia que estava se desenhando o seu projeto de pesquisa, ora a agente de políticas munida de saberes a serem multiplicados, e depois a pesquisadora que buscava compreender não só o modo como as políticas públicas são executadas na região, mas também sua própria posição, ambígua, confusa e plural em campo– fui me conformando e estabelecendo as relações necessárias, tanto para levar a cabo esta pesquisa, quanto para concretizar os trabalhos da militância acadêmica que passava a executar na cidade.

Esta sobreposição de papéis, inicialmente, me inquietou. Acreditei que não teria como me inserir em um campo onde seria, além de extensionista, professora e militante, também pesquisadora⁶. Como superaria

⁵ Com esta assertiva não pretendo, de modo arrogante, diminuir meus interlocutores de campo, ao me colocar como a detentora do conhecimento acerca de um debate acadêmico e político que lhes foi vetado, por motivos mil. Que esse debate se fez de difícil acesso para eles isso é fato. No entanto, isto não se mostra como motivo para diminuí-los, principalmente porque é da escassez que a força, a habilidade e inteligência se evidenciam. Foi em meio à falta de políticas, de debates e de uma educação formal voltada para a temática que meus interlocutores “tiraram leite de pedra” e realizaram as pequenas transformações que fizeram a diferença no cotidiano de muita gente, como dos seus alunos nas escolas, das mulheres agredidas que procuravam o CDM e das agentes de políticas públicas, que quase sem recursos conseguiram mobilizar esferas do governo e da sociedade civil para, ao menos, conscientizar as mulheres sobre seus direitos e os equipamentos públicos que existem para assisti-las.

⁶ E depois membro do Conselho dos Direitos da Mulher, da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, parceira da Secretaria da Mulher do Estado e consultora informal da Secretaria Executiva da Mulher do município, como veremos neste e em outros capítulos.

esta situação de ambiguidade de papéis? Como realizaria o famigerado estranhamento em situações que seriam tão familiares? Neste sentido, optei por seguir as observações de Gilberto Velho (1978) a respeito do estranhamento do familiar. Segundo este autor, o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas nem sempre é conhecido. Não seria pelo simples fato de estar imersa, de diversos modos, nos contextos de aplicação de políticas para as mulheres que me faria conhecedora dos princípios que regeriam as interações nestes espaços. Até porque, segundo o autor, por mais que utilizemos um mapa que nos familiariza com as situações sociais do nosso cotidiano, conferindo nome e posição às pessoas, não significa que conheçamos as visões de mundo e as regras que estão por trás das interações. (VELHO, 1978, p.41-42). Por isso a necessidade de relativizar e se colocar no lugar do outro. Até porque, nas sociedades complexas existem tendências de contestação e redefinição de regras e distribuição de poder. Além disso, ele vai afirmar que:

Embora aceite a ideia de que os repertórios humanos são limitados, suas combinações são suficientemente variadas para criar surpresas e abrir abismos, por mais familiares que indivíduos e situações parecem ser (ibid, 1978, p.42).

Desse modo, a inevitabilidade do estudo de sociedades e grupos “familiares” pelos antropólogos na atualidade em nada desmerece ou deslegitima seu trabalho e considerações. Isso porque nada nos é completamente familiar, há sempre uma zona, em cada um de nós, e em nossos contextos de interação, que é obscura, até para nós mesmos. A complexidade de nossas experiências e do nosso ser nos faz revelar facetas inéditas e caminhos tortuosos que, antes de se configurarem enquanto repertórios reflexivamente orientados por padrões culturais, são muito mais criatividade em ação, contestação de princípios e aventuras multidirecionais e inesperadas.

Depois de todo este processo reflexivo sobre meu posicionamento em campo, iniciado com o referido debate na Câmara de Vereadores, e continuado durante muitos momentos em que estive em campo e que refleti

sobre o meu lugar, resolvi continuar as minhas interações e contatos. Neste dia na Câmara resolvi permanecer mesmo após os debates para conhecer melhor minhas novas interlocutoras e suas posições sobre aquele dia. A opinião a respeito do posicionamento dos vereadores foi unânime. Todas elas estavam extremamente chateadas com suas colocações, mas viram o evento como positivo, pois ao menos eles não tinham se negado a receber a proposta do debate e os futuros projetos que chegariam àquela casa no futuro. Entre um bate-papo e outro, a presidente do CDM falou-me do trabalho das conselheiras em colocar o Conselho novamente em atividade, afirmando que a UNIVASF (universidade que leciono) tem uma cadeira no conselho que, naquele período, era ocupada por uma professora do curso de administração, bastante engajada e participativa. Ela, vendo meu interesse na conversa, me convidou para estar presente em uma reunião do conselho, para conhecer as conselheiras e suas pautas. Prontamente aceitei o convite, haja vista que naquele momento já tinha me deixado tocar e levar, apaixonada que já estava com o meu novo campo. No entanto, como acho pertinente fazer com toda paixão inesperada, ainda estava a agir com cautela com a nova pesquisa. Resolvi organizar minhas ideias, o trabalho de pesquisa e traçar os caminhos das minhas futuras investigações de campo, de modo que só compareci à reunião do Conselho da Mulher de Petrolina em fevereiro do ano seguinte.

2. O desenho preliminar das associações: contextos de atuação, conformação das agências e esboços conceituais

2.1 O Conselho de Direitos da Mulher: violência, empoderamento e questões identitárias

Aproveitei para estar presente na primeira reunião do ano de 2014 do CDM, momento onde as conselheiras apresentaram o plano de ação dos seus trabalhos e discutiram possíveis reformulações. As reuniões do CDM acontecem na Casa dos Conselhos da cidade. A casa, que fica situa-

da no centro comercial de Petrolina, em uma rua secundária, porém extremamente movimentada, é um local simples e, como pode ser observado logo de início, se mostra como um rearranjo de uma casa de moradia. Notei, com os anos de pesquisa e domicílio nesta cidade, que é uma prática comum aproveitar casas de antigas moradias no centro para que sirvam de espaço de funcionamento de algum órgão vinculado à prefeitura, ou até ao Governo do estado. Assim funcionam setores da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Cidadania, a Estação do Governo Presente, do Governo do estado, o órgão da Secretaria de Educação voltado para a administração das creches municipais, entre outros. No que se refere à Casa dos Conselhos, podemos ver que na sala principal da casa funciona a recepção, com uma escrivaninha e algumas cadeiras para aqueles que precisam aguardar alguém. Depois dessa sala há um corredor com outras salas que ficam permanentemente fechadas, exceto pela sala da secretária, que tem por função administrar os documentos, reuniões e demandas em geral dos demais conselhos que lá funcionam⁷. Além desses espaços, uma sala de reunião do lado de um pequeno banheiro era um dos lugares mais movimentados da casa, haja vista que servia de espaço para reuniões de todos os conselhos que funcionavam na cidade.

Quando cheguei à sala de reuniões a presidente do conselho, que é servidora da Secretaria de Saúde, já havia chegado, assim como a vice-presidente, que é servidora da Secretaria de Acessibilidade, uma representante da Secretaria de Educação e uma representante da Associação das Mulheres Rendeiras⁸. A presidente do Conselho se mostrou muito organizada com a proposta de pauta, divulgando um papel com informes e as propostas de discussões daquela manhã. Sua preocupação com a ordem das falas, com o horário, e até com suas vestimentas e modo de portar, que com o tempo percebi estarem sempre impecáveis, me fez

⁷ Na Casa dos Conselhos de Petrolina funcionam, além do Conselho de Direitos da Mulher, o Conselho de Segurança Alimentar, o Conselho do Idoso, o Conselho da Pessoa com Deficiência, o Conselho da Criança e do Adolescente e o Conselho de Assistência Social.

⁸ Problematizarei a participação de representantes da esfera do Governo municipal no conselho mais a frente.

sentir uma atmosfera com um mínimo de pretensão de ordem. Esta pretensão, é importante salientar, repousou plácida na mera formalidade dos procedimentos. Depois de participar assiduamente das reuniões do CDM constatei, para a infelicidade do meu transtorno obsessivo com organização e ordem, que a vontade da presidente jazia em um esforço infrutífero de tentar levar a cabo pequenas pautas em longos tempos de conversas. Os debates, quase sempre, versavam sobre os mais variados temas que, apesar de pertinentes, acabavam por findar na postergação dos mais importantes assuntos.

Neste dia não foi diferente. Com o carnaval se aproximando e o mês de março (o mês da mulher) próximo, as falas das conselheiras giraram em torno dos eventos que alguns grupos iriam realizar. No carnaval de Petrolina sempre acontece a saída do bloco “Quem disse que a gente não vinha” que tem por objetivo problematizar a violência contra a mulher em meio à dança e música de cantoras convidadas. A problemática da violência contra a mulher tem sido pauta bastante cara dos movimentos de mulheres e feministas desde o seu nascedouro, como vimos no capítulo primeiro deste trabalho. Este foco tem balizado grande parte das propostas de lutas e demandas por políticas públicas em todo o território nacional já há algum tempo. Assim, não poderia ser diferente na cidade de Petrolina. Percebi, neste dia, como a violência contra a mulher orientava não apenas os debates das mulheres engajadas nas lutas para os direitos das mulheres nesta cidade, como também as ações, projetos e políticas públicas encabeçados pelos órgãos governamentais no Sertão do São Francisco como um todo. Este posicionamento se mostrou claro em muitos momentos, como quando a representante da Associação das Mulheres Rendeiras expos o evento de março daquele ano. Elas estavam organizando uma caminhada pela paz e contra a violência contra as mulheres que aconteceria nas ruas centrais do bairro onde a referida Associação possui sede, seguido de um curso sobre direitos humanos e um chá cultural, com apresentações musicais e culturais abertas a quem quisesse expor seu talento.

A Associação das Mulheres Rendeiras surgiu em 1999 a partir da iniciativa de mulheres católicas do bairro José e Maria de Petrolina. Todas as mulheres que se organizaram para fundar a associação sabiam fazer algo relacionado à costura, crochê, tricô e afins. Elas pensaram que podiam ajudar outras mulheres lhes fornecendo cursos nesta área para que além de conseguirem uma renda alternativa com a nova especialização, elas ainda pudessem utilizar a costura como terapia ocupacional. Elas desde sempre aceitaram ajuda dos maridos, filhos ou qualquer homem que quisesse colaborar, mas eram enfáticas: para se associar, precisavam ser mulheres. O que podemos observar com clareza é que suas atividades extrapolavam, e muito, os cursos na área de corte e costura. Elas estavam sempre engajadas em alguma atividade relacionada ao bem estar das mulheres e à conquista por direitos. Os eventos normalmente eram realizados em sua sede, que foi construída em um espaço doado pela prefeitura no ano de 2009. Entre esses eventos, estive presente tanto como palestrante em um curso sobre gênero no ponto de cultura sediado por elas, chamado “Os Heróis do povo Negro”, como em reuniões para debater a Conferência Municipal da Mulher, feijoadas para angariar fundos, festas juninas e reuniões para debater ações de enfrentamento à violência contra a mulher. Elas também sediavam cursos de violão, percussão, capoeira, teatro e informática. Além dos eventos na sede, elas estavam sempre presentes no Grito dos Excluídos, nos festejos do Sete de Setembro, em cirandas nas ruas para chamarem a atenção para os casos de violência contra a mulher, e em caminhadas, como a pela paz. Ao mencionar o evento, durante os informes, a representante da Associação das Mulheres Rendeiras teve a sua fala complementada com a da professora da UNIVASF, uma de suas parceiras e organizadoras do curso sobre direitos humanos a ser ofertado no dia da mulher. Ela fez questão de salientar que o trabalho realizado era importante para o empoderamento das mulheres⁹.

⁹ Analisarei, com mais vagar, o significado desta concepção (empoderamento) para as propostas feministas e para minhas interlocutoras de campo, no quarto capítulo deste trabalho. O objetivo maior deste capítulo é assinalar as

Neste dia, a professora que apresentava o referido evento, ainda afirmou sobre a importância do evento e do empoderamento das mulheres para a transformação dos homens. Segundo ela, os homens também precisavam ser tocados para que transformassem suas atitudes, se não a luta não valeria de nada. Este tema veio a se tornar polêmico em outras reuniões em que estive presente, mas neste dia as mulheres não discordaram. Apenas a presidente do conselho mencionou que o foco nos homens deve estar voltado ao abuso de drogas e álcool, para ela condicionantes da maior parte das violências cometidas contra as mulheres.

Este momento, para mim, se tornou crucial para que refletisse o meu posicionamento em campo. Aquela era a primeira reunião do CDM que estava presenciando, mas era sabido de todas que a minha posição ali não era só a de pesquisadora. Quando ela se posicionou com tanta propriedade sobre a relação das drogas e a violência contra as mulheres, tive o impulso de me colocar contra, de expor os dados de pesquisa que provam o contrário e que afirmavam que os condicionantes da violência contra as mulheres não estavam relacionados ao uso de drogas, e sim à insistente cultura patriarcal a que estamos todos submetidos. Mas, apesar do ímpeto em intervir, não fiz nada. Permaneci calada e aguardei os demais comentários sobre os informes.

A minha posição de passividade neste momento não refletiu um processo consciente dos modos como acreditava que deveria me posicionar em campo. Muito pelo contrário. Somente ao chegar em casa e refletir sobre o acontecido é que questionei o meu posicionamento sobre como as Antropólogas Feministas pensavam sobre o assunto e se colocavam nas suas pesquisas. Mas, também, não posso afirmar que a partir de então toda vez que saía para me engajar em atividades de pesquisa sabia muito bem como me posicionar. O trabalho engajado de pesquisa envolve tudo, menos certezas. Na verdade, são as certezas que a perspectiva do trabalho de pesquisa feminista deseja não só implodir, como denunciar,

até porque elas estão sempre amparadas em discursos de poder (normalmente ocidentais, brancos e masculinos) que amparam as desigualdades sociais. Eliminar as certezas do trabalho científico de modo algum anula sua cientificidade. É apenas um modo sincero de proceder para com nossos interlocutores e com a comunidade científica. Deste dia em diante passei a me colocar em campo. Não em todos os momentos. Tampouco possuo uma cartilha especificando quando ou não deveria me posicionar. Deixei que meus sentimentos me indicassem quando a interferência deveria se mostrar pertinente. E esses sentimentos não são de fácil explicação. Posso apenas afirmar que a relação entre drogas e violência contra a mulher surgiu mais umas duas vezes, e destas fiz questão de colocar outro ponto de vista e expor dados para respaldar meus argumentos, para suscitar entre as mulheres, ao menos, uma breve reflexão, nem tanto imediatista, sobre o que levava os homens a agir de forma agressiva para com as mulheres.

Mas não foi neste dia. Naquela manhã de sexta-feira, por ter sido a primeira vez que tinha estado nas reuniões do CDM de Petrolina, preferi apenas observar, escutar e me faltar com o doce do café que transbordava do meu paladar e me fazia sentir com mais intensidade o ambiente insuportavelmente quente daquela sala. Nessa atmosfera ouvi os intermináveis informes e os instigantes comentários que surgiam lá e cá, entre um comunicado e outro das conselheiras sobre as atividades do mês da mulher. Desde as fofocas sobre conselheiras que falavam demais, mas não participavam das reuniões, sobre uma mulher que superou a violência do marido e ainda conseguiu emagrecer e conseguir um emprego devido ao atendimento do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), até os problemas relacionados a pouca participação da sociedade civil no Conselho, em contraposição à participação das entidades governamentais¹⁰.

¹⁰ Era visível a participação mais intensa dos membros do governo em contraposição aos da sociedade civil organizada no CDM. Na verdade, devido a pouca atuação de movimentos feminista e/ou de mulheres em Petrolina já era de esperar essa pouca participação, haja vista que os membros da sociedade civil que compõem o conselho não estão voltados, especificamente, para as causas de gênero. Neste período, a composição do conselho abarcava as

Depois de muita conversa, a pauta do dia, que era o Plano de Ação do ano para o CDM, não foi debatida. A presidente apenas informou que ele estava baseado em atividades educativas, formação continuada para mulheres rurais e urbanas, principalmente no que se referia à violência contra a mulher e na programação do mês de março. Ela enfatizou que não era papel delas fazer uma busca ativa das mulheres vítimas de violência, indo para as comunidades para auxiliá-las em casos de violência, que esse era o papel do Núcleo de Prevenção da Violência da Secretaria de Saúde do Município. O objetivo seria muito mais conscientizar as mulheres quanto ao tema da violência.

O modelo de atuação baseado em conscientização se tornou marca registrada das atividades do CDM. Não posso afirmar que suas integrantes protagonizavam todas, ou muitas atividades, neste sentido na cidade. Na verdade, veremos nos demais capítulos que as conselheiras atuavam muito mais como coadjuvantes de outras ações, normalmente ligadas ao empoderamento das mulheres, do que como protagonistas dos eventos. É importante salientar, também, que muitas eram as dificuldades em levar a cabo as ações para as mulheres pelo CDM. Estas iam desde as dificuldades financeiras, àquelas relacionadas à captação de editais. Mas, posso afirmar com serenidade, que uma das dificuldades centrais estava relacionada à desorganização das falas das conselheiras, e o custoso trabalho em fazê-las seguir quaisquer que fossem as pautas.

No entanto, dos poucos assuntos que conseguiam ser encaminhados, aqueles relativos à violência contra a mulher imperavam. Como mencionei mais acima, o tema da violência contra a mulher não começou a se mostrar como o mais importante ou central frente a tantos outros no CDM. O tema veio se mostrando como o **único** a ser pautado como

seguintes instituições: Secretaria Executiva da Mulher de Petrolina, Secretaria de Saúde, Secretaria Executiva de Acessibilidade, Secretaria de Planejamento e Orçamento, Secretaria de Educação, Poder Legislativo, Secretaria de Segurança Cidadã, Agência Municipal de Meio ambiente, ONG Lions Club (Assistência Social sem público alvo específico. Mas que nunca frequentou), Federação das Associações do Município de Petrolina, Universidade Federal do Vale do São Francisco, União das Mulheres, Sindicato dos trabalhadores Rurais, Associação dos Agentes Comunitários de Saúde, Associação das Mulheres Rendeiras, União Brasileira de Mulheres (nunca frequentou), União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) (nunca frequentou).

importante para aquelas mulheres. De modo assistemático ele começou a me ser desenhado neste dia. E pude notar sua presença em absolutamente todos os espaços que estive presente no desenvolvimento da minha pesquisa de campo. Ele se apoderava dos lugares, das falas, dos sentimentos. As preocupações quanto a este fenômeno eram constantes. As opiniões sobre como lidar com ele eram diversas. Informações sobre os modos como as mulheres lidavam com o assunto eram riquíssimas. Infelizmente o mesmo não posso afirmar sobre os demais temas que envolviam os direitos das mulheres. Principalmente aquele referente a quem eram as mulheres vítimas de violência.

Salientei, no início deste capítulo, os objetivos centrais que o norteariam. Dentre estes objetivos, destaquei as concepções basilares das políticas para as mulheres que tinha visto surgir no contexto destas práticas. No entanto, se mostra importante ressaltar que o modo como destaquei estas concepções estava relacionado não só à frequência e importância dados aos termos nestes contextos. A invisibilidade e o não lugar concedidos a algumas concepções também foram centrais. Não trazer como importante um assunto ou concepção também evidencia muito a respeito das práticas de políticas públicas. Diz muito sobre os interesses e como os olhares são voltados para um dado problema social. Assim, me foi evidente o modo como as mulheres eram vistas por meio de uma categoria unitária e acrítica. Quando as conselheiras se referiam à violência contra a mulher, esta mulher estava sempre no singular. Não nos levavam estatísticas filtradas por cor, classe, geração ou bairro. Esta multiplicidade de identidades femininas era simplesmente silenciada¹¹.

Assim, ao ver os demais problemas relativos às mulheres, que não aqueles relacionados à violência, silenciados e, ao perceber que as mulheres eram sempre vistas no singular, inicialmente reagi com chateação. Depois de aceitar, meio a contragosto, meus sentimentos iniciais, me engajei no trabalho de compreender os moveis daquela predileção (ou da

¹¹ Voltaremos com mais vagar a este tema no capítulo terceiro deste trabalho.

falta dela) e quais seriam as consequência para a efetivação das políticas públicas para as mulheres na cidade.

Porém, antes de realizar tal empreitada, me engajei em percorrer os caminhos que aquela temática me levaria. Ou, para ser mais latouriana, resolvi seguir as associações daquelas atrizes sociais por meio das teias desenhadas pelo fenômeno da violência contra a mulher. Se, segundo este autor, são os atores sociais os responsáveis por tecer as associações que configuram o que chamamos de social, então devemos imputar a eles, neste caso, a elas, o protagonismo de nos revelar seus caminhos e conexões de sentido (LATOURE, 2012, p. 26-39). Assim, ao invés de listar todos os programas e políticas públicas que estão previstas para a cidade de Petrolina, me predispus a trilhar os caminhos que as próprias agentes destas políticas seguiam em seus cotidianos de atuação. E, com esta disposição inicial, percebi que a forma primordial pela qual elas ordenavam suas interações se referiam às ações, projetos e programas relacionados à violência contra a mulher.

Tomando esta temática central, e as ações a ela relacionadas, como fio condutor da rede de significação tecida pelas minhas interlocutoras de campo, resolvi seguir as conexões que elas estabeleciam. Inicialmente me deixei levar, feito um corpo que flutua leve nas ondas mansas de uma baía, que paira a esmo, sem refletir sobre direções e sentidos. Este vagar me levou a alguns mediadores da teia de relações que começava a se tecer. Farei algumas observações sobre estes mediadores. No entanto, é importante ressaltar que, apesar de coloca-los em uma ordem de sucessão na narrativa, nas nossas experiências práticas não aconteceram assim, de forma tão ordenada. Como teias de aranha, as associações formadas pelas pessoas, e que configuram o social, nada tem de simétricas e racionalmente ordenadas de antemão. Como bem afirma Latour, a ordenação do cosmos não precisa ter o caráter organizado e regular que, ao fim e ao cabo, só terá esta face ao final do trabalho do pesquisador. Este sim responsável por conferir padrões e um ordenamento frouxo às associações. (ibid, p. 31-39).

Tomando a violência contra a mulher como central para rastrear as associações em campo, resolvi aceitar a sugestão da presidente do CDM, quando me falou de uma reunião que aconteceria no início de março sobre a retomada da Rede de Enfrentamento à Violência contra a mulher, no Centro de Referência Especializado em Assistência Social da região do São Francisco (CREAS Regional) com a sua atual coordenadora que era, também, a assistente social do órgão. Nesta reunião do CDM ficou aprovada a minha posição enquanto suplente da cadeira da Universidade que leciono no CDM. A atual suplente era uma professora que nunca havia comparecido, quando necessitado, e as conselheiras e a professora que ora era titular da cadeira, acharam mais adequado me eleger nesta posição. Elas afirmaram que vinham notando o meu interesse pela temática e isso seria o mais importante. Não vou dizer que hesitei ou que tive algum constrangimento em aceitar. De forma alguma, até porque tive interesse em assumir a cadeira desde quando era professora substituta daquela instituição e não podia assumir justamente pelo caráter temporário da minha ocupação. Por isso não refleti sobre nenhum impedimento ético da minha aceitação, até porque isso também era, para mim, um reflexo da minha militância e engajamento na área. Vi apenas como reconhecimento.

Desse modo, como o meu primeiro contato inicial foi o CDM, resolvi considera-lo como um ponto de partida, ou nó de rede. Por ele e suas integrantes consegui ter contato com pessoas e instituições que foram cruciais para o meu trabalho de pesquisa. Além do mais, colocar o CDM nesta posição possui um caráter emblemático, haja vista a importância que os conselhos vêm adquirindo nos últimos dez anos no que diz respeito à elaboração e implementação de políticas públicas no Brasil¹². Na região nordeste, Pernambuco vem ocupando lugar de destaque no que diz respeito à tradição participativa na elaboração de políticas públicas, possuindo instâncias de participação, como conselhos, associações e ela-

¹² No capítulo primeiro deste trabalho faço referência ao modo como surgiram os conselhos dos direitos da mulher e sobre sua atuação desde a década de 80 do século XX aos dias atuais.

boração de orçamentos participativos que nos fazem considera-las como dignas de nota para este trabalho. Apesar de Petrolina ser uma cidade onde esses índices de participação não são tão significativos como nas cidades da região metropolitana, do Agreste e da Zona da Mata (AVRITZER, 2007, p. 18-25), ainda assim se faz importante direcionar o olhar para esta instância de participação, mesmo que seja para compreender os móveis das suas limitações nesta cidade.

2.2 As Secretarias da Mulher e a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher: permanências conceituais e projeção para análise

Partindo do CDM cheguei, então, até a reunião da Rede como pesquisadora e como conselheira, sempre deixando clara a dualidade do meu papel ali. Ao chegar até o local, em mais uma antiga casa de moradia que abrigava um serviço do Governo do estado de Pernambuco, prontamente fui convidada a entrar para uma das salas, que ficava ao fundo da casa. A sala era climatizada, como muitos dos espaços da árida e quente cidade de Petrolina e, por isso, mais agradável do que a sala do CDM, que nos tem a oferecer apenas um ventilador que sopra um ar insuportavelmente morno. Pode parecer irrelevante falar sobre ar condicionado em um trabalho sobre políticas públicas de gênero. Mas é importante que entendamos como é difícil existir na cidade de Petrolina na primavera e no verão, quiçá fazer trabalho de campo. Estar em um ambiente climatizado auxilia o processo reflexivo, de compreensão dos debates e entendimento dos interlocutores. Este dia estava em um ambiente perfeito, porém, como era um dos poucos ambientes climatizados do lugar, percebi que boa parte das pessoas não estava lá para fazer parte da reunião e sim para trabalhar de uma forma mais humana. Estavam presentes na sala o economista, a psicóloga, a assistente administrativa, além da assistente social e coordenadora do local e eu. Todos apertados em uma sala de três metros por cinco, mais ou menos. Além de termos que dividir o local com mesas e armários.

Mas isto não fazia do ambiente um local desconfortável, ao contrário. Senti-me muito bem, não sei se por causa do ar condicionado ou se devido à fala tão comprometida e engajada que possuía a coordenadora. Sim, senti. Senti muita coisa em campo e exporei todos os meus sentimentos nestas linhas. Não tive como não sentir um misto de alívio e felicidade toda vez que descobria uma mulher engajada na busca por equidade de gênero em uma cidade que eu, no meu etnocentrismo, achava que estava fadada a perecer na ignorância porque não possuía grupos comprometidos em pleitear o debate de gênero e lutar para mudar a situação das mulheres naquela aridez de desolação.

A explicitação dos sentimentos na pesquisa etnográfica se configura naquilo de DaMatta (1978) vai chamar de “Anthropological Blues”. Segundo este autor, a subjetividade, expressada por meio dos sentimentos e emoções do pesquisador, se tornou um dado sistemático da situação, uma vez que a etnografia não é realizada em “um vazio”. Assim, para o autor, à medida que o intelecto avança, a emoção avança com ele, porque cada descoberta é eivada de sentimentos de descoberta e vitória. Além disso, precisamos contar com uma modalidade de sentimento vindo dos nossos informantes, porque, à medida que eles passaram para esta posição, precisaram ter empatia por nós, pois, se assim não fosse, não nos contaria suas histórias. Esses sentimentos se aliam aos muitos outros necessários para vivermos o universo dos nossos interlocutores, seus códigos e padrões culturais. Para os entendermos precisamos sentir como eles e sentir com eles, esse é o diferencial possibilitado pela etnografia e pela descrição densa (DAMATTA, 1978, p.30-32).

Desse modo, em meio aos meus sentimentos de alívio e esperança, ouvi os apelos e inquietações da coordenadora do CREAS regional. A sua principal preocupação residia no fato de que elas sabiam que a denuncia de violência contra a mulher até chegava à delegacia, mas não chegava aos CREAS regional ou ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM). Estes espaços possuíam funções um tanto quanto diferentes, porém tinham como objetivo comum prestar atendimento e

acolhimento às mulheres, principalmente as que foram vítimas de violência. Estes atendimentos estavam relacionados ao de assistência social, ao serviço psicológico, jurídico e de arte e educação para os filhos das mulheres. Além disso, era função dos mesmos promover a articulação das instituições e serviços governamentais e não governamentais, que integravam a rede de proteção à mulher¹³. A coordenadora disse-me que muitas vezes elas até entravam em contato com as mulheres por meio de uma busca ativa¹⁴ e viam que as mulheres não sabiam que havia uma rede de serviços para auxiliá-la em situação de violência. Que sequer havia o conhecimento dos organismos que atendiam as mulheres vítimas de violência sobre a função de cada um deles no atendimento às mulheres, e que esse era o motivo de as mulheres, atendidas na delegacia ou no hospital, não serem encaminhadas aos serviços de atenção psicossocial. Ou, em casos de estupro, de mulheres que eram atendidas na delegacia e que não eram encaminhadas para o hospital para fazer a profilaxia de emergência¹⁵. A partir desta inquietação, o pessoal do CREAS regional e um professor da universidade que leciono, tinham criado uma Rede de Atendimento à Mulher, com o intuito de traçar um fluxograma de atendimento às mulheres vítimas de violência para que os organismos pudessem melhor dialogar e as mulheres pudessem ser atendidas de uma forma mais eficaz e completa.

Porém, o professor tinha migrado para outra cidade e os trabalhos da rede tinham ficado paralisados. O objetivo da coordenadora do CREAS regional era que pudessemos retomar os trabalhos, agora de uma forma mais sistematizada. Até então eu apenas escutava, até porque eu mesma

¹³ O CREAS regional foi extinto no decorrer do processo de escrita desta tese, mais especificamente em meados do ano de 2016, devido aos cortes de gastos realizados pelo governo de Pernambuco. Devido ao fato de ser a equipe do CREAS regional a responsável por organizar as reuniões da rede, esta teve os seus trabalhos paralisados. Além disso, acredito que a formação de uma nova rede de enfrentamento à violência contra a mulher, dessa vez protagonizada pela Secretaria Executiva da Mulher do município e pela Secretaria da Mulher do estado, em nome de sua coordenadora regional, contribuiu para o esmorecimento da primeira.

¹⁴ A busca ativa se refere ao trabalho realizado pela equipe do CREAS regional que consiste não em receber as mulheres na sua sede e sim ir ao seu encontro, normalmente em lugares de maior incidência de violação de direitos como ruas, avenidas, praças, rodovias e até residências, se necessário fosse.

¹⁵ Esta profilaxia consiste na administração de medicamentos às vítimas, geralmente contra infecções sexualmente transmissíveis e de prevenção de uma gravidez indesejada.

não tinha conhecimento da complexidade daquela rede, dos objetivos e serviços de cada equipamento. Então, com meu caderninho em mãos a ouvi falar por mais de uma hora. De forma sistemática, clara e suave ela me falou que o objetivo central era trabalhar os eixos de enfrentamento e prevenção da violência contra a mulher. O enfrentamento dizia respeito à criação de um fluxo de atendimento entre os equipamentos de atendimento às mulheres vítimas de violência, que poderia ser elaborado por meio de encontros com os componentes da rede, que consistiria em elucidar para os agentes envolvidos os objetivos e funções dos equipamentos. O intuito era que todos se conhecessem e possuíssem um diálogo que funcionasse em uníssono, para que assim as mulheres fossem encaminhadas para os devidos órgãos em cada caso especial: violência sexual, física, psicológica, moral ou patrimonial. Explicou que possuíam uma equipe que podia atender de forma especializada as mulheres que sofreram violência e que muitas delas deixavam de ser atendidas porque não tinham conhecimento daquele espaço. Assim, deixavam de ter o apoio jurídico para a abertura do processo contra o agressor, de ter o apoio para o caso de filhos menores de idade, de atendimento psicológico e da assistente social para se fortalecer, e até mesmo para denunciar, caso ainda não o tivessem feito, e de direcionamento para abrigo se fosse este o caso. O foco da coordenadora, em toda a sua fala, era de empoderar a mulher por meio do tratamento especializado ofertado pelo CREAS regional e do conhecimento dos órgãos de apoio, assistência e atendimento disponibilizados a elas por meio das políticas públicas que vêm contemplando as mulheres nos últimos anos. Mencionou também como a descentralização do atendimento especializado, por meio dos CREAS regionais no interior do estado, vinha proporcionando um atendimento a mulheres que antes não tinham quase nada para lhes amparar neste momento de violência.

Mais uma vez, podemos notar como o foco recai exclusivamente na violência contra a mulher e nas possibilidades de empoderamento. Neste sentido, a própria Rede surgiu com o único objetivo de lidar com a vio-

lência contra a mulher. Na verdade, as atividades do CREAS eram voltadas, quase que exclusivamente, ao atendimento especializado às pessoas que se encontravam em situação de risco pessoal e/ou social (violência física, sexual, psicológica, negligência, abuso e exploração sexual). Por isso o foco na violência não se tratava de uma predileção e sim de uma determinação de função. No entanto, a opção pelo empoderamento, termo tão exaltado pelas conselheiras, se mostrou enquanto uma postura da coordenadora do CREAS. Para ela, a disponibilização de uma gama de serviços de assistência às mulheres, aliado a um conhecimento dos organismos que compunham a Rede, já se configuravam, por si só, alternativas para o empoderamento das mulheres¹⁶.

Com estas perspectivas e com um tom de esperança na voz, ela me falou dos seus objetivos ao reativar a Rede. Ela disse que acharia pertinente que nos reuníssemos mensalmente e que nos dividíssemos em eixos, como o da saúde, assistência, segurança pública, educação, Secretaria da Mulher e sociedade civil organizada para pensarmos em formas de atuação nas áreas de prevenção e enfrentamento. Sempre tomando como objetivo central proporcionar o diálogo e trabalho em uníssono dos órgãos, equipamentos, instituições e grupos que podem atender ou lidar com a mulher vítima de violência. Ao final de sua explanação eu estava um pouco cansada, afinal foi mais uma apresentação do que um diálogo, mas não pude deixar de evidenciar minha empolgação. Estava decidida a entrar a fundo nesta rede e não apenas como pesquisadora. Afinal, eu assumi o compromisso de entrar como representante da universidade que leciono, no lugar do professor que desertou por motivos maiores. Fiquei excitada com as possibilidades de trabalho no eixo prevenção e por alguns minutos me esqueci da minha pesquisa. Disse a ela que naquele momento não sabia ao certo como trabalhar, mas que junto a outras representantes de instituições de ensino poderíamos fazer um trabalho bem interessante no eixo da prevenção, por meio de debates e oficinas educativas, por exemplo.

¹⁶ Também problematizarei este modelo de concepção sobre empoderamento no capítulo quarto deste trabalho.

Esses momentos de perda de memória doutoral (termo que acabei de criar para expressar os momentos que me deixei levar pela militância acadêmica) aconteceram de forma frequente no trabalho de campo. Sempre se mostrou como uma perda momentânea, porém extremamente prazerosa. Não prazerosa porque o trabalho de campo se mostrava como a parte desestimulante de tudo aquilo. E sim, porque, finalmente estava encontrando o meu lugar, estrangeira que era naquela cidade, e estrangeira que permanecia (e que precisa ser) enquanto me mostrava como pesquisadora. Entre um deleite e outro nestes momentos de perda de memória, o meu trabalho de seguir as associações ia me levando para lugares no mínimo interessantes. Assim fui convidada a falar na Faculdade que esta coordenadora lecionava. Lá recebi um convite de uma professora do SENAI para uma palestra para os alunos da instituição, e, em ação conjunta com o CDM, o CREAS regional e a Secretaria Executiva Municipal da Mulher, a participar de uma palestra sobre Anemia Falciforme e para todas as outras ações que preencheriam o mês de março, o mês da mulher, naquele ano.

Ao comparecer à palestra sobre Anemia Falciforme, em março de 2014, percebi que, a despeito de constar como atividade do CDM e da Secretaria Executiva da Mulher do município para o mês da mulher, a apresentação não fazia uma referência clara à situação da mulher que possui a referida anemia. Apesar de bastante elucidativa, a apresentação do médico hematologista tinha por objetivo expor as especificidades daquela anemia, mas sem foco exclusivo na mulher, embora tenha mencionado algumas especificidades relativas aos problemas reprodutivos que estas mulheres poderiam vir a ter. Não obstante, o momento foi bastante propício para que encontrasse algumas mulheres que vinham se tornando centrais para a minha pesquisa. O espaço estava um pouco esvaziado, haja vista que boa parte dos profissionais da área de saúde do município não tinha comparecido. Das 15 a 17 pessoas que compareceram àquele momento, pude notar algumas presenças que sempre se mostravam assíduas, como a da coordenadora regional da Secretaria da Mulher do Estado e a própria secretária executiva da mulher do município. No intervalo da apre-

sentação do médico hematologista e da funcionária da Secretaria de Saúde do município, ficamos nós três conversando sobre o assunto mais obvio que poderia ser o tema daquela manhã. Não, não foi sobre anemia falciforme ou sobre os serviços de saúde para a mulher. Este tema é sempre o preferido das campanhas do mês de março, haja vista o foco no câncer de mama e nas campanhas para a prevenção do câncer de colo de útero e os apelos para que as mulheres realizassem a mamografia e o exame Papanicolau e colonoscopia. Mas também não foi sobre estes temas que a nossa conversa versou. Novamente o bate-papo girou em torno de situações de violência contra a mulher.

Neste dia pude conversar de modo informal com a secretária que disse estar lidando com um caso de uma menina que tinha sido abusada sexualmente pelo pai durante quatro anos. Apesar de preso, ainda mandava cartas para a menina, que queria, apesar de tudo, que o pai fosse solto. Ela estava preocupada com o interesse da menina em reaver o pai e disse que estava cuidando pessoalmente do caso. Fez questão de enfatizar que, como advogada, ela se preocupava em cuidar pessoalmente dos casos que chegavam até a secretaria. Neste momento eu comecei a entender um pouco da dinâmica das situações que envolviam a atuação da Secretaria Executiva da Mulher de Petrolina. Havia realmente uma dificuldade em direcionar o atendimento das mulheres vítimas de violência aos equipamentos adequados, como bem falou a coordenadora do CREAS regional. Muitas das mulheres não conheciam estes espaços e iam diretamente para a Secretaria Executiva da Mulher de Petrolina. Muitas delas também ficavam sabendo que a secretária era advogada e isso se mostrava como um atrativo para estas mulheres. A secretária, inúmeras vezes, me disse que não podia deixar estas mulheres desamparadas, que as mulheres compareciam à secretaria e depositavam um voto de confiança nela. Assim, se elas a pediam para acompanhar o caso de perto ela não tinha opção. Não podia deixar a mulher mais fragilizada do que já estava e foi enfática ao dizer que ao agir assim não tinha suas atribuições feridas, e sim extrapoladas. Ela até podia trabalhar mais, mas valia a pena.

Este fato, e tantos outros, me evidenciaram um dos modos principais da dinâmica da atuação em políticas públicas para as mulheres em Petrolina. As agentes destas políticas, como a secretária da mulher, estavam preocupadas com as situações mais imediatas, mais visíveis. E, diante de fatos, como o narrado por ela neste dia, elas não podiam permanecer incólumes. Precisavam fazer algo, porque, segundo elas, as mulheres tinham pressa em sair da situação de violência. Então, a preocupação central era em fazer valer a Lei Maria da Penha, punir os agressores e dar suporte às vítimas, por meio dos atendimentos especializados e casas abrigo¹⁷. Este trabalho, que deveria ser feito pelos organismos que amparavam a mulher em situação de violência, como o CRAM ou os CREAS regional e municipal, muitas vezes era realizado pelos esforços pessoais da própria secretária.

Para fazer valer os esforços neste sentido, foi possível notar um diálogo constante entre a Secretaria Executiva Municipal da Mulher e a coordenadora regional da Secretaria Estadual da Mulher. Na verdade, nos eventos e reuniões que participei, alguns personagens se mostravam constantes e elas duas eram pessoas que estavam a todo o momento preocupadas em mudar a situação das mulheres do município. O intuito do processo de descentralização das políticas públicas para as mulheres, descrito no capítulo primeiro deste trabalho, era bem esse. Promover a interiorização da elaboração e execução das políticas nesta área e promover um desabono do Governo Federal neste quesito. Neste sentido, pelo que percebi nas incursões a campo e nas entrevistas que realizei, é que se mostrava de interesse central para a Secretaria Estadual da Mulher a promoção de um diálogo constante entre os mecanismos para as mulheres do Governo Estadual e os dos Governos Municipais. Até porque o estabelecimento das Secretarias Municipais faz parte de uma política da Secretaria Estadual em promover o espraiamento dos organismos para

¹⁷ Neste momento não apresentarei em pormenor a Secretaria Executiva da Mulher de Petrolina, haja vista já ter realizado este trabalho no capítulo primeiro desta tese. O intuito maior é expor o modo de atuação da sua principal agente, a secretária, e a temática principal que norteia seus trabalhos, a violência contra a mulher. Esta Secretaria também possui outros vieses de atuação que serão detalhados no decorrer desta tese.

mulheres no Estado. O intuito da Secretaria Estadual seria criar estas secretarias e fazer uma formação em gênero com as secretárias. A ideia central era que acontecesse o diálogo a fim de aperfeiçoar as ações do Governo do estado e também promover o espraiamento de um modo de pensar as políticas para as mulheres em toda Pernambuco, pautado nos debates em torno das questões de gênero e do empoderamento feminino.

Este modo de pensar a operacionalização de políticas para as mulheres no estado pode ser percebido pelo discurso e formas de atuação da coordenadora regional de políticas para as mulheres que mencionei logo acima. Ela, não só nas entrevistas, como nos momentos de execução de ações, fazia questão de evidenciar um discurso que destoava, até certo ponto, dos demais. Com a célebre frase: “precisa ter mais gênero aqui”, ela estava sempre trazendo o debate de gênero para as ações e programas capitaneados pelas agentes de políticas públicas para mulheres na cidade. Ela afirmava que não adiantava fazer milhares de ações no mês de março sobre a saúde da mulher se a preocupação central não era o empoderamento destas mulheres. Se, coadunado às ações não houvesse um momento em que essas mulheres tivessem acesso aos discursos sobre as desigualdades de gênero, o patriarcado e a dominação masculina, não poderíamos considera-las políticas de gênero.

Dessa maneira, o trabalho desta coordenadora era um incansável discurso para que se inserissem os debates de gênero nas políticas públicas, por meio, novamente, do empoderamento das mulheres¹⁸. Desde a sua elaboração à sua execução. Então pude vê-la com este posicionamento nas reuniões do CDM, nos debates da Rede de Enfrentamento à Mulher, nas conversas com a secretária executiva municipal da mulher e, principalmente, nas ações promovidas pela própria Secretaria Estadual. A insistência neste foco pode ser vista como um discurso que destoava dos demais, que insistiam em ser direcionados quase que exclusivamente para a violência contra a mulher. Não que a coordenadora não estivesse

¹⁸ Importante ressaltar que neste contexto o empoderamento tinha uma concepção um pouco distinta das demais. Ele se relacionava ao esclarecimento às mulheres sobre a dominação masculina e o patriarcado. Algo que praticamente não veremos em outros espaços. Voltaremos a esse tema em outros capítulos.

engajada em ações nesta área. Na verdade, os principais momentos de sua atuação, presenciados por mim, foram neste sentido. A diferença é que ela defendia o argumento que a luta primeira precisaria ser manter as mulheres vivas e com sua integridade física preservada, por que se assim não fosse não haveria como pensar em equidade de gênero e emancipação feminina.

Desse modo, não podemos afirmar que o interesse no combate à violência contra a mulher era secundarizado pelas ações da Secretaria Estadual da Mulher. Como disse, as ações e embates da sua coordenadora regional não nos deixam pensar assim. Mas, se existe um agente, ou grupo de atrizes, que estavam preocupadas em ampliar a noção de políticas para mulheres por meio do seu respaldo em debates teóricos, epistemológicos e políticos, estas estavam lotadas na Secretaria Estadual da Mulher. Estes esforços podiam ser notados nas ações em que elas faziam parte e operacionalizavam na cidade. Destas ações, as que mais tinham visibilidade, pelo menos nos espaços que acompanhei com a coordenadora regional, podem ser explicitadas pelos trabalhos do Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher, e das ações do programa Chapéu de Palha Mulher.

As ações do Núcleo, a despeito do seu nome, não estavam reduzidas ao enfrentamento da violência contra a mulher. O intuito desta política era promover a construção de núcleos que promovessem o ensino, a pesquisa e a extensão, nas escolas de referência, nos institutos tecnológicos, faculdades e universidades de Pernambuco, com o objetivo de promover a transformação social a partir da promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero. Com estes núcleos a Secretaria da Mulher do estado pensava ser possível contribuir com a desconstrução da cultura machista e patriarcal ampliando as discussões nos espaços de ensino, pesquisa e extensão; estimular a inserção das questões de gênero nos currículos; incentivar a produção de artigos científicos e projetos pedagógicos; e estimular a publicação dos trabalhos desenvolvidos na área.

Este núcleo foi criado em uma das escolas de referência¹⁹ da cidade de Petrolina, na Universidade Federal que leciono, a UNIVASF, no Instituto Federal de Educação Tecnológica da cidade e na Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina. No núcleo da universidade que leciono eu entrei como coordenadora, e com esta função elaborei projetos com os objetivos citados acima. Além disso, recebemos o convite para trabalharmos em conjunto com a escola de referência, haja vista que as professoras que estavam engajadas na manutenção do núcleo nesta escola estavam se sentindo desamparadas. Elas afirmavam que, por não terem tido nenhum debate na área no período de suas formações enquanto professoras, precisavam de um suporte para encaminhar seus projetos naquela escola. Deste modo, realizamos alguns grupos focais para entendermos as reais necessidades dos professores e, em parceria com outro professor do curso de Ciências Sociais da universidade que leciono, construímos um projeto de extensão com o intuito de fazer uma formação dos professores da escola nas áreas de raça, gênero e sexualidade. Apesar de nos momentos dos grupos focais localizarmos a presença de professores muito específicos, basicamente de humanidades, biologia e educação física, houve um interesse do gestor da escola, assim como da coordenadora pedagógica e das professoras que coordenavam os núcleos de gênero em ter-nos como parceiros naquele projeto.

Foi importante localizarmos os interesses destas pessoas, haja vista que muitas vezes não sentia muito estímulo ao ver que eram sempre os mesmos indivíduos que participavam dos grupos focais e reuniões que realizamos. A escola como um todo sempre foi muito receptiva ao nosso trabalho, tendo um ambiente muito acolhedor e diferente de outras escolas que já tinha estado na cidade. Não sei se pela proposta em ser uma

¹⁹ Segundo a Secretaria de Educação do estado de Pernambuco, as escolas de referência têm por objetivo a educação Integral, e estão em vigência desde 2008. “O modelo fundamenta-se na concepção da educação interdimensional, como espaço privilegiado do exercício da cidadania e o protagonismo juvenil como estratégia imprescindível para a formação do jovem autônomo, competente, solidário e produtivo.” O objetivo seria uma melhor qualificação para o mercado de trabalho e para a vida acadêmica. Este modelo de educação prima por ações educativas sistemáticas voltadas para as quatro dimensões do ser humano: racionalidade, afetividade, corporeidade e espiritualidade (<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=70>. Acesso em 03/11/2016).

escola de turno integral e, por isso, voltada para uma formação que não apenas a baseada nas disciplinas tradicionais, ou se por causa da personalidade receptiva daqueles que se importavam em discutir o tema. Quem sabe os dois fatores. Mas, a despeito de tudo isso, o mais importante foi que tivemos o incentivo de trabalhar durante um ano naquela escola com temáticas que não envolviam apenas a violência contra a mulher. As demandas dos professores giravam em torno do acesso aos debates sobre os significados do termo gênero, das origens das desigualdades entre homens e mulheres, dos debates em torno da sexualidade e os discursos de poder que o sustentavam, e sobre como a categoria raça se imiscuía em toda esta discussão.

Este projeto foi uma das minhas redensões, mas, às vezes, tornou-se o meu calvário metodológico. Digo isso porque, ao passo que estava trabalhando com uma política pública que não envolvesse apenas a violência contra a mulher, estes eram os momentos mais ambíguos nas minhas atividades como pesquisadora, professora e militante. Assim, estava como professora universitária, militante da área, mas, também, os núcleos eram uma das principais políticas públicas de gênero da Secretaria da Mulher do Estado, que era a política voltada para a educação. Logo, um dos principais locus de pesquisa para minha tese. Assim, tinha que trabalhar nos projetos do núcleo (que já era uma forma de militar na área e realizar o projeto de extensão da universidade), ao passo que também tinha que realizar os trabalhos de pesquisa de tese.

Esta ambiguidade por vezes me angustiou. Por vezes facilitou meu trabalho. Muitas vezes me confundiu. Mas, com o desenrolar das atividades do núcleo e da minha pesquisa, esta confusão de posições apenas me favoreceu. Trabalhar de forma tão constante com os professores da escola de referência e ter acesso às viagens e cursos oferecidos pela Secretaria da Mulher do estado, tanto me beneficiava com as discussões, palestras e cursos que tinha que ofertar e assistir, como me propiciava o contato com pessoas, acesso a opiniões, dúvidas e angústias que me nutriram de saberes suficientes para tecer observações sobre a prática desta política

pública. E, o principal destes saberes está relacionado ao modo como as concepções de gênero debatidas e construídas à exaustão pelas feministas intelectuais e acadêmicas do mundo, se mostravam presentes desde a concepção desta política à sua operacionalização²⁰.

Estes momentos, onde as concepções teóricas e de crítica epistemológica se mostravam como almas das políticas públicas para mulheres em Petrolina, não eram tão constantes. Raros foram os momentos onde as agentes de políticas para as mulheres desta cidade resgatavam ou se valiam destes debates para embasar suas elucubrações ou práticas. Além de algumas situações peculiares, que terei a oportunidade de trazê-las em momento oportuno, as atividades do referido núcleo e os cursos do Chapéu de Palha Mulher, são os mais emblemáticos neste sentido.

Os cursos do Chapéu de Palha, tão exaltados pela coordenadora regional da Secretaria Estadual da Mulher, se mostraram, assim como os Núcleos, um dos espaços onde se operacionalizava políticas públicas para mulheres com um foco mais ampliado do que aqueles que se direcionavam, apenas, ao enfrentamento da violência contra a mulher. Segundo esta coordenadora, o Programa Chapéu de Palha Mulher ocupava um papel diferenciado nas políticas para as mulheres do estado. Com o intuito de assegurar uma renda aos desempregados das entressafas do estado (homens e mulheres), o Chapéu de Palha em Petrolina terminou assumindo um caráter feminino, haja vista que, segundo ela, a maioria das desempregadas deste período era mulheres. E, muitas vezes, as causas do desemprego estavam relacionadas às questões de gênero, como gravidez e necessidade de as mulheres se ausentarem do trabalho por causa de compromisso com filhos. Nesta cidade, por volta de 70% dos inscritos no programa eram mulheres²¹. As inscrições e frequência nas

²⁰ Nos capítulos de análise que seguirei deixarei mais clara o modo como estas concepções de gênero embasam as ações das agentes de políticas públicas de Petrolina, pelo menos aquelas que operacionalizam as políticas da Secretaria Estadual da Mulher.

²¹ No período próximo à realização dos cursos, a Secretaria Estadual da Mulher fazia uma chamada pública, pelos principais meios de comunicação da cidade, para que as mulheres desempregadas se inscrevessem. As inscrições normalmente aconteciam na Secretaria de Cidadania do Município. No momento das inscrições elas escolhiam quais cursos queriam fazer e, aliado a esses cursos, elas precisavam comparecer ao curso de políticas públicas para as mulheres. A participação neste era uma condição para o recebimento do auxílio.

atividades garantiam um complemento, em dinheiro, por meio do Programa Bolsa Família do Governo Federal. E, para aquelas que não eram contempladas com a referida bolsa, recebiam o auxílio integral do programa, que naquele ano era igual a R\$ 231,50. A contrapartida das mulheres era a participação em cursos profissionalizantes e cursos sobre políticas públicas para as mulheres, que na prática funcionavam como cursos de formação em gênero.

O diferencial deste programa estava relacionado, primeiro, à ênfase dada à sociedade civil como parceira na execução desta política e, segundo, ao foco dado a assuntos não restritos ao combate à violência contra a mulher. O primeiro diferencial diz respeito ao modo de operacionalização dos cursos ofertados pelo programa. Quando a Secretaria da Mulher chegava à cidade que receberia o programa, o primeiro esforço era mapear os movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) que lidavam com questões de gênero e direitos das mulheres no município alvo. O intuito era garantir uma formação em gênero e políticas públicas para as integrantes dos grupos, realizada por uma ONG feminista da região metropolitana do Recife, para que as mulheres destes grupos pudessem formar as mulheres assistidas pelo programa Chapéu de Palha. Com esta metodologia, segundo a coordenadora regional, era possível empoderar, por meio do conhecimento, não apenas as mulheres que recebiam o auxílio, como, também, as mulheres dos grupos organizados do município sede do programa. Além de permitir que as mulheres da própria cidade que, em tese, conheciam os modos de vida, culturas e hábitos da região, pudessem trabalhar e garantir uma renda na execução desta política.

Os cursos ofertados para as integrantes das organizações versavam sobre políticas públicas em geral e para mulheres; conceitos de gênero, raça e classe; desigualdade social; formação da sociedade brasileira; e, evidentemente, violência contra as mulheres, suas diversas formas, assim como os modos de enfrentamento, como pela lei Maria da Penha, por exemplo. Elas recebiam um material impresso e eram incentivadas a

trabalhar em parceria com mulheres da comunidade, tanto para a escolha do local do curso, como para o beneficiamento de alimentos para o lanche e almoço que seriam ofertados às mulheres beneficiadas pelo programa²².

Neste sentido, podemos entender em que consiste o segundo diferencial desta política. O foco não deixa de ser o enfrentamento e prevenção da violência contra a mulher, porque, assim como afirma a coordenadora regional da Secretaria da Mulher do estado, uma mulher empoderada tem condições de sair ou de nem entrar na situação de violência. A política tinha como intuito central disponibilizar outras oportunidades de renda às mulheres, que não estivessem, necessariamente, ligadas ao trabalho na agricultura. Estas se concretizavam por meio de cursos que não estavam, necessariamente, relacionados aos trabalhos tradicionalmente femininos como os relativos ao artesanato e a produção de alimentos (apesar de estes também estarem presentes). Além destes, elas ofertavam cursos de pedreira e alvenaria e mecânica de motos que possuía muito sucesso entre as mulheres. Além dos cursos profissionalizantes, como já foi assinalado linhas acima, o programa tinha o objetivo de promover uma formação política das mulheres contempladas, de modo a possibilitá-las um entendimento da sua condição de subjugação e inferioridade social, e não natural, a que estavam submetidas. Desse modo, elas discutiam saúde da mulher, educação, políticas públicas, as intersecções entre gênero e raça, falavam sobre violência, mas também sobre o significado de gênero e empoderamento feminino. Este seria o grande diferencial desta política, e dos núcleos de gênero, em relação às ações que foram acima expostas.

Ao localizar os programas da Secretaria Estadual da Mulher, as ações da Secretaria Executiva da Mulher do município de Petrolina, as atividades da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e as ações do CDM, precisei, arbitrariamente, fechar a linha que intercalava as conexões das políticas para as mulheres de Petrolina. Levando em consi-

²² Falarei sobre este curso e sua metodologia em outros momentos da tese.

deração as observações latourianas, esta atividade precisa ser feita, haja vista o caráter expansivo e ilimitado das conexões. Além do mais, estes mediadores já me disponibilizavam informações suficientes para um entendimento satisfatório sobre o processo de efetivação das políticas para as mulheres de Petrolina, segundo a perspectiva que tinha me proposto a analisa-las. De modo que nesta seara temos, de um lado, políticas, ações e práticas relacionadas à promoção dos direitos das mulheres em Petrolina que resgatam, claramente, concepções teóricas, epistemológicas e políticas oriundas dos debates feministas no Brasil e no mundo (como as relativas ao empoderamento das mulheres e às questões identitárias)²³; e temos outras que, ou passam ao largo destas questões, ou as tratam apenas de forma superficial e normalmente focadas, apenas, no combate à violência contra a mulher e muitas vezes por meio de casos pontuais e tratamento personalizado.

Estas duas perspectivas, que podemos aqui classificar enquanto **conteúdo** das políticas para as mulheres nesta cidade, estão enquadradas em uma **forma** peculiar de pensar, formular e executar políticas públicas pautadas no modelo gerencialista, tão caro à perspectiva neoliberal de gestão do Estado, incentivado e promovida no Brasil, principalmente a partir da década de 90 do século XX, como assinalado na introdução e primeiro capítulo desta tese. Esta conexão entre políticas para mulheres, oriundas de debates políticos dos movimentos feministas com o Estado, e um modelo de Estado gerencialista neoliberal, configuram um caráter especial à promoção de direitos das mulheres não só em Petrolina, como, provavelmente, em todo o Brasil. Muitas foram as idiossincrasias do processo de interconectar estas duas propostas, e muitos foram os desafios a vencer, haja vista que, a primeira mão, se mostraram propostas que não possuíam a mesma visão de mundo²⁴. Não obstante, o mais importante, para nós, é entender, primeiro, como os agentes das políticas públicas de gênero operacionalizam os conceitos epistemológicos, teóri-

²³ Estas concepções serão mais bem analisadas nos capítulos que seguirão.

²⁴ Detalhes sobre a relação teórica, política e prática se darão nos capítulos que seguirão.

cos e políticos que embasam as ações e programas voltados para os direitos das mulheres; segundo, como estas políticas se intercalam ao modelo gerencialista neoliberal de gestão do Estado; e, por fim, quais as consequências desta interconexão para a efetivação das políticas públicas para as mulheres. Assim, veremos, nos capítulos terceiro e quarto, uma análise acerca da operacionalização dos conceitos aqui assinalados nas políticas para as mulheres na cidade e, no capítulo quinto, tecerei uma análise sobre as relações desta operacionalização com o modelo gerencialista neoliberal de gestão de políticas públicas adotado pelo Brasil.

Capítulo III

Mulheres no singular e ações sem estrutura: o *modus operandi* das políticas públicas para mulheres de Petrolina (Parte I)

Como assinalado no capítulo anterior, os espaços de aplicação das políticas para mulheres em Petrolina estão marcados por uma preocupação central: a violência contra as mulheres. Este tema se mostrou preponderante na elaboração e execução das políticas públicas para mulheres em todo o Brasil. Esta predileção tem se dado devido aos números alarmantes de violência perpetrada contra as mulheres neste país¹, de modo que seria até uma negligência se este tema não fosse preferido entre as ações voltadas para os direitos das mulheres em Petrolina. No entanto, o que foi por mim observado durante todo o trabalho de campo, diz respeito a uma desconsideração quase completa por outros assuntos relativos aos direitos das mulheres.

A insistência dos meus interlocutores nesta temática me fez salientá-la enquanto fundamento chave das políticas para as mulheres em Petrolina. O enquadramento deste tema como norteador das práticas das agentes engajadas nas políticas públicas me possibilitou salientar e compreender algumas categorias e elementos centrais para o entendimento das estratégias destas agentes. Dentre estes, aqueles relativos ao modelo de prática pautado na resolução de problemas pontuais e por meio de relações pessoalizadas foram preponderantes. Este formato de execução de políticas para as mulheres na cidade revelou uma perspectiva a respei-

¹ Só para termos uma ideia, Segundo o Mapa da Violência que trata do homicídio de mulheres no Brasil, no ano de 2013 houve 13 homicídios femininos diários no Brasil (Waiselfisz, 2015, p.13).

to do “sujeito”, público alvo destas ações, que se mostrou baseado em uma noção essencializada de mulher.

A centralidade deste modelo de ação e da concepção sobre o sujeito alvo das políticas é erigida aqui enquanto fundamental para entendermos os modos como as agentes de políticas públicas para as mulheres “performatizam” fundamentos chave do pensamento feminista, lhes conferindo sentidos peculiares.

Todavia, veremos, também, o modo como a peculiaridade dos sentidos destas categorias e formas de ação revela facetas problemáticas, que se traduzem em ações com pouca continuidade, planejamentos que, quando existem, não saem do papel, e em perspectivas sobre o sujeito “mulher” da política que não representam a multiplicidade real do seu público alvo. Estas limitações se baseiam, em grande medida, na desconexão existente entre as políticas para as mulheres na cidade e o debate feminista que o fundou. Este desajuste, por sua vez, repercute ações que não problematizam a dominação masculina, e em projetos que não visam ações estruturais, com fins de libertação das mulheres das relações de subjugação.

No entanto, apesar da falta de sintonia entre debates e críticas feministas e as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher em Petrolina, e dos problemas práticos que isto pode gerar, se torna premente problematizar os reais móveis desta desconexão. Seria por um problema de aplicabilidade prática da teoria feminista? Ou o problema está centrado no formato neoliberal de aplicação das políticas públicas para as mulheres, que não tem por objetivo questionar os móveis da dominação masculina ou afirmar identidades subalternizadas?

É neste sentido que os debates deste capítulo serão encaminhados. Assim, para ilustrar estas assertivas, proponho neste momento um caminho de análise que vai desde a evidência da centralidade da violência contra a mulher nas políticas para as mulheres de Petrolina e os modos de resolução dos problemas por meio das ações personalizadas em casos pontuais; passa pela análise dos fundamentos críticos da modernidade

ocidental que possibilitaram a crítica da dicotomia entre esfera pública e privada e a consequente politização do privado e alocação do tema da violência como pauta de reponsabilidade do Estado; sobre as formas como este Estado em Petrolina têm negligenciado estes fundamentos teóricos e epistemológicos das políticas, esvaziando-as de sentido político; e finalizando com as hipóteses acerca dos móveis desta desconexão entre prática e teoria.

1. Ações sem estrutura: a centralidade da violência contra a mulher e o foco em casos pontuais

A forma como a violência contra a mulher é tratada nos espaços de aplicação de políticas públicas na cidade de Petrolina pode ser vista em sua versão mais autêntica nas reuniões do Conselho Municipal de Direitos da Mulher (CDM). Nessas reuniões podemos notar qual seu principal foco, a violência física e sexual; o modo como ela é expressada, por meio de casos pontuais, e o que ela revela, ou seja, uma concepção de mulher apegada a um conceito essencializado e de certa forma excludente.

Nas reuniões que tive a oportunidade de participar, como conselheira e pesquisadora, pude notar com facilidade aquilo que caracterizaria os dois primeiros aspectos levantados acima. Em finais de agosto de 2014 seria votada na Câmara Municipal de Petrolina uma lei que instituiria o Fundo Especial dos Direitos da Mulher, destinado a gerir recursos e financiar atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher da cidade. Por isso, a presidente deste conselho convocou as conselheiras para debater a minuta desta lei, assim como outros assuntos tais como uma nova portaria que se referia ao atendimento de vítimas de violência sexual dentro de órgãos vinculados à Secretaria de Saúde, a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher na cidade e sobre uma lei municipal de 2009 que versava sobre a instituição de um sistema de coleta de dados da Secretaria de Saúde e da Mulher sobre violência no município. Neste dia estavam presentes: a presidente do conselho, eu, a

titular da cadeira da Universidade Federal onde estou lotada, a representante da Secretaria de Educação e a representante da Federação das Associações do município.

Como de costume, a reunião começou com a presidente nos deixando cientes dos informes do mês. Sistemática e organizada, ela nos falou rapidamente sobre a prorrogação do prazo de inscrição para participação no Encontro da Rede Feminista Norte/Nordeste (REDOR), sobre as atividades relativas ao dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha na UNIVASF (universidade na qual leciono), do lançamento do ponto de cultura “os Heróis do Povo Negro” da Associação das Mulheres Rendeiras e da feijoada que aconteceria na sede da associação para reunir fundos para a cobertura do seu pátio central.

Muitas vezes notei o modo um tanto apressado em que os informes eram passados pela presidente e não precisei muito esforço para compreender sua rapidez. Além de cuidar para que não demorássemos muito tempo com os informes e não deixássemos de tratar da pauta propriamente dita, ela sabia mais do que ninguém que não podia abrir espaço para divagações que não versassem sobre os reais interesses do CDM. A sua preocupação não era em vão. Inúmeras vezes presenciei momentos onde uma ou mais das conselheiras aproveitavam o gancho de algum informe para versar sobre os mais variados assuntos, normalmente polêmicos e, por isso, demorados em seu fechamento. Neste dia não foi diferente. Uma das conselheiras pediu a palavra após a leitura dos informes pela presidente do conselho para pedir a nossa sensibilidade quanto aos problemas vividos nos bairros de Petrolina, principalmente os referentes ao saneamento básico e as necessidades de asfaltamento das ruas. Ela também fez questão de frisar a situação de carência dos idosos da cidade. Apesar de o debate ter sido nutrido aqui e ali pelas conselheiras, percebi que neste dia elas preferiram abreviar a conversa dizendo que os moradores precisavam procurar os vereadores que elegeram, pois é da alçada destes os problemas relativos aos bairros que representam. Além disso, a secretária executiva da mulher, que chegou durante a leitura dos

informes, fez questão de afirmar que já existe um projeto para a construção de uma Casa do Idoso, e que este só depende da “boa vontade” do prefeito para ser aprovado.

Com este posicionamento, a presidente do conselho aproveitou a deixa para começar com a pauta da reunião. O primeiro ponto versava sobre a minuta da lei do CDM e a consequente reformulação da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município. Inicialmente pensei que discutiríamos, mais uma vez,² a própria minuta. Mas a presidente falou que a minuta já tinha ido para apreciação do promotor do município. O intuito da inclusão do ponto de pauta era a discussão referente a um dos projetos que deveria ser contemplado pelo novo orçamento, se este fosse aprovado. A ideia seria a criação de uma comissão para recebimento de denúncias de violência feita pelas mulheres do município. As conselheiras que atuariam na comissão teriam uma casa específica para isso. A casa dos conselhos, segundo a presidente, não possuía espaço nem estrutura para tal finalidade.

Entendi que o objetivo seria reestruturar o Núcleo de Prevenção à Violência, que já existia e era vinculado à Secretaria de Saúde, que por ventura era onde a presidente do CDM estava lotada, e colocar uma Assistente Social para o atendimento das mulheres e o encaminhamento destas para os equipamentos apropriados. Por trás deste objetivo, segundo a presidente, estaria o intuito da secretária executiva da mulher na criação de uma rede municipal de atendimento à mulher. Eu, então, mencionei a existência da Rede de Enfrentamento à Violência que estava ativa e organizava reuniões mensais para a elaboração de estratégias eficazes de funcionamento dos equipamentos destinados às mulheres. A presidente me falou que achava que esta rede era estadual. Eu argui afirmando que a rede possuía entidades do governo Federal, estadual, municipal e da sociedade civil, que não entendia a necessidade da criação de uma nova rede e que isso poderia desarticular a rede já existente. A

² Esta minuta já vinha sendo discutida há algumas reuniões.

presidente falou que não entendia as motivações da secretária e esta já não estava mais presente para explicar as suas intenções.

Para além das motivações referentes à criação de uma nova rede de atendimento à mulher, pude notar, mais uma vez, a insistência sobre a mesma temática: a violência contra a mulher. Como dito anteriormente, o foco dado à violência contra a mulher era marcante nas demandas feminista por políticas públicas no Brasil. A sobredeterminação da temática faz sentido ao observador mais desavisado, haja vista a necessidade de garantir, antes de tudo, a vida e integridade física e psicológica das mulheres. Sem isso, elas sequer teriam como gozar de qualquer benefício promovido por políticas públicas ao seu favor. Porém, o que observava à exaustão nas reuniões do CDM era uma prevalência quase que absoluta desta temática em detrimento de quaisquer outras. Neste caso, em especial, podemos notar até mesmo uma vontade de extrapolar as atribuições dos conselhos, em que se refere ao seu poder deliberador, proponente e fiscalizador, para uma atividade relativa à execução, que deveria estar sob a incumbência de órgãos da prefeitura da cidade. Atividade esta, inclusive, já desempenhada por órgãos já existentes no município, como o CRAM (Centro de Referência em Atendimento à Mulher), que está submetido à Secretaria Executiva da Mulher, em se tratando de violência contra a mulher, o CREAS Regional (Centro de Referência Especializada em Assistência Social Sertão do São Francisco), o CREAS municipal, e o Núcleo de Prevenção à Violência, vinculado à Secretaria de Saúde.

Não acredito que havia objetivos escusos para a criação desse novo núcleo. Pelo que entendi, haja vista as muitas mulheres que procuravam o CDM ou as conselheiras em caso de violência, estas achavam por bem conceber um espaço mais adequado para receber as denúncias. Neste mesmo dia a presidente do conselho afirmou que não estava mais conseguindo dar conta da quantidade de casos de violência sexual que chegava ao núcleo de violência, principalmente envolvendo meninas menores de idade. Neste momento, a conselheira que ocupava a cadeira destinada à representação dos agentes de saúde citou um caso de estupro contra uma

menina de 14 anos provocado pelo dono de uma rádio da cidade. Ela afirmou que mesmo a menina tendo procurado o hospital e a delegacia da mulher (DEAM), o caso não teve maiores repercussões.

Esta foi a oportunidade que faltava para que as mulheres versassem por outros longos minutos sobre este caso e outros envolvendo meninas menores de idade, muitas ainda com 14 ou 15 anos, que iam morar com homens bem mais velhos e eram vítimas de estupro provocados por seus companheiros. Neste momento cada uma das conselheiras presentes tinha uma história para narrar, enquanto as outras pasmavam com a gravidade da situação. Para quê justificativa melhor que essa para a criação de mais um espaço de atendimento à mulher vítima de violência? As mulheres se sensibilizavam com os casos, verdadeiramente. O abalo poderia ser notado em seus olhos marejados, suas falas de indignação, as batidas com as mãos na mesa, pelas histórias de ajuda pessoais, e o engajamento na solução dos casos que iam além de suas atribuições enquanto funcionárias públicas ou agentes de saúde. Este mesmo sentimento era o que as movia para a reflexão de como ser uma agente de combate àquela situação e atuar no sentido de possibilitar que mais mulheres não morressem ou fossem agredidas.

Enquanto elas eram movidas pelos sentimentos de indignação frente aos casos de violência, eu estava sempre a lidar melhor com a ambiguidade das minhas aflições. Isso porque, ao mesmo tempo em que também me indignava com cada caso emocionalmente narrado pelas mulheres, eu também me inquietava quanto à falta de reflexão tanto sobre os condicionantes daquelas violências, quanto sobre todas as outras demandas por que passavam as mulheres da cidade. Além de tudo, a diversidade destas mulheres, que eram rurais, urbanas, negras, indígenas, trabalhadoras, de classe média, ribeirinhas, quilombolas, e tantas outras, era completamente desconsiderada nos debates travados pelas conselheiras. Mas entrava e saía reunião e as temáticas se repetiam como reprises de filmes inquietantes.

Em uma delas, neste mesmo ano de 2014, porém em março, a pauta consistia em apreciar a minuta da nova lei do conselho (que ainda estava sendo elaborada) e discutir um caso de abuso sexual que aconteceu dentro de um consultório odontológico da cidade, contra uma menor de idade, e que foi negligenciado pelos funcionários da DEAM da cidade. Neste dia a sala do conselho estava estranhamente cheia. Assim que cheguei notei burburinhos na sala, e logo me dei conta que se tratava da família da vítima que estava ali para pedir ajuda para o caso citado acima. Estavam presentes a própria menina que tinha sofrido o abuso, sua mãe, pai, tia, as avós por parte de mãe e pai e uma amiga da família. Notei de início que estavam bastante tristes e chateados com toda a situação. Então, antes mesmo de entrarmos no primeiro ponto da pauta do dia, que consistia na apreciação da lei do conselho, e logo após os informes, a presidente do conselho preferiu dar voz à família que narrou todo o acontecido. O pai da menina, visivelmente transtornado com toda a situação, informou que eles não estavam revoltados apenas com o abuso do dentista, que tinha tido a audácia de sedar a menina para o procedimento odontológico e aproveitado para passar a mão por debaixo de sua saia. Ele estava muito chateado, também, pelo fato de que a DEAM tinha liberado informações, mais especificamente o nome e endereço da menina, para dois blogs da região. Somado a isso, a mãe da menina ainda nos informou que o pessoal da delegacia estava negligenciando o fato, alegando que o dentista “só” passou a mão na vagina da menina, que não fez sexo com ela. E a tia acrescentou, com um semblante muito triste: “como se isso fosse pouco minha gente!”

Nesse momento todas as conselheiras se mostraram indignadas com o ocorrido. Primeiro que afirmavam, veementemente, que o estupro já não era considerado “apenas” em casos de sexo feito a contragosto. Que casos que antes eram considerados abuso sexual, já eram caracterizados enquanto estupro atualmente. A presidente do conselho, sempre com uma parcimônia habitual na voz, fazia questão de reafirmar esta informação a todo o momento e se mostrar indignada com o descaso dos

funcionários da DEAM. Na verdade, quem não a conhecia podia até mal interpretar suas expressões macilentas e sua fala vagarosa e confundi-las com o descaso habitual que muitas vezes temos com os problemas alheios. Mas o pouco convívio que tive com esta mulher me fez crer que ela estava realmente incomodada, principalmente com a postura da delegada. Ela afirmava: “na posição que ela ocupa, devia saber disso” (que o caso era considerado estupro). Devia ter o mínimo de sensibilidade. Que não fazia mais que a obrigação.

Toda a conversa foi mediada pela presidente do conselho, que achou melhor cancelar a reunião e propôs que fizéssemos um ofício endereçado à delegada cobrando celeridade na abertura do inquérito, informações quanto ao vazamento das informações e que fôssemos até a delegacia entregá-lo pessoalmente. E lá fomos colocar em prática seus encaminhamentos. Eu e a vice-presidente, advogada e funcionária da Secretaria de Acessibilidade, redigimos o ofício e fomos, eu, ela, a presidente do CDM, uma representante da Associação das Mulheres Rendeiras e a representante da Secretaria Estadual da Mulher até a delegacia, que fica no centro da cidade, a algumas quadras da casa dos Conselhos. O calor daquele início de março nos amolecia e nos deixava à beira de desistir, haja vista que tivemos que esperar numa antessala de espera, extremamente desconfortável, que dava acesso ao interior da delegacia. Esta, repugnante desde o *hall* de entrada, escura, quente, sem ter sido submetida a nenhuma reforma havia anos, repelia qualquer ser humano que tentasse acolhida naquele lugar. Os funcionários tampouco davam ares de acolhida. Ao contrário, tinham o aspecto daqueles que não possuíam esperança na vida e nem perspectiva de morte, vivendo apenas uma existência monótona e fatigada. Naquele momento pensei na sensação das mulheres que procuravam aquele lugar, e seus funcionários, com um fio de esperança de libertação da sua situação de violência, abandono e descaso. Qual o incentivo? Qual a justiça que podiam imaginar se sentissem, e ora Deus que deveriam sentir, o mesmo que eu senti naquela manhã insu-

portavelmente quente em uma cidade que, como dizem os filhos da terra, só conhecia duas estações: o verão e o inferno.

E, quando já não suportávamos mais aquele ambiente, a delegada recebeu as mulheres presentes. Eu não estava no momento, pois tive problemas com o estacionamento do meu carro. Porém, mais rápida que eu foi a delegada ao receber as conselheiras com o ofício. Ela informou que não sabia do vazamento das informações e prometeu abrir o inquérito. No entanto, para além do que foi aquele dia emblemático, podemos apreciar com o acontecido um exemplo do modo como as conselheiras da mulher agem em Petrolina. Este caso foi apenas um de outros que sempre surgiam nas reuniões. A sua especificidade foi a presença em peso da família da vítima. Pessoas que demonstravam possuir um mínimo conhecimento sobre seus direitos e sobre a existência do conselho, um privilégio de poucos. Mas, o que via ser uma constante era a ênfase dada aos casos pontuais que se faziam presentes nas reuniões e demandavam horas de debate e discussões, nos fazendo esquecer, inclusive, das pautas do dia: ora era uma idosa que estava sendo abusada pelos próprios membros da família, ora uma mulher agredida que precisou de abrigo e não conseguiu, de brigas entre um casal de mulheres lésbicas que não sabiam que também estavam cobertas pela lei Maria da Penha, das meninas adolescentes que tinham o “habito” de morar com homens mais velhos e terminavam estupradas e que denunciavam, sem sucesso, seu agressor, entre tantos outros casos citados e discutidos à exaustão no conselho.

Não quero afirmar que casos pontuais não devem surgir em reuniões de conselhos municipais. Acredito estar na mais perfeita normalidade esse tipo de debate. No entanto, o que é importante salientar aqui não é apenas a ênfase nos casos pontuais e sim como ele deixa transparecer outros aspectos do trabalho das conselheiras. O aparecimento destes casos pontuais, em demasia, e da forma pessoalizada em resolvê-los, versam a respeito de dois elementos: um é a dificuldade em pensar os direitos das mulheres de forma estrutural, atentando para os condicio-

nantes das violências e os modos como as conselheiras podem pressionar as instâncias governamentais para mudar tal caso; e o segundo se refere ao modo como a categoria mulher é pensada segundo este modelo de ação.

Uma observação importante nos cabe no primeiro dos pontos salientados acima. Facilmente caímos em interpretações apressadas ao compreendermos os modos como as pessoas se relacionam no fazer cotidiano, principalmente no que se refere à vida política. É muito fácil ouvirmos de intelectuais que os brasileiros possuem modos personalistas de lidar com a política e com os serviços do Estado, confirmando teses exaustivas sobre o modo peculiar do brasileiro na sua vida pública, pelo famoso “jeitinho brasileiro” (DAMATTA, 1986, p. 95-108). Sem colocar em questão a aplicabilidade de tal tese, é muito importante atentarmos para a forma como os seres humanos, em geral, lidam uns com os outros. E, neste sentido, a primeira questão que nós devemos fazer é: será que a forma como mantemos relações uns com outros na nossa vida política e na nossa relação com o Estado, muitas delas baseadas em apegos pessoais, intimidade, sentimentos e resgates de situações reais que nos fazem exemplificar o que nos parece deveras abstrato, é algo especificamente brasileiro, ou até latino, no sentido mais extenso que temos de latinidade?

Esta questão é importante para que não caiamos na interpretação fácil de que o apego aos casos pontuais e pessoais, vistos na nossa vida política e nas relações que permeiam as esferas do Estado, é algo especificamente brasileiro, e que carrega com isso os vícios de uma República que nunca dará certo. Acredito que essas maneiras pessoais de relação, em muito, são tipicamente humanas. No entanto, o que podemos, e devemos salientar, é o quão estes modos de relação suprimem uma interpretação mais geral e conjuntural dos fatos pelos agentes em interação. Ou seja, até que ponto as conselheiras da mulher de Petrolina conseguem transcender as relações pessoais, o apego aos casos pontuais e a vontade de querer resolver cada caso específico das mulheres vítimas

de violência? O que pude notar, principalmente em um dia de reunião com a secretária estadual da mulher com as conselheiras, foi uma completa desinformação sobre o papel mesmo que um conselho de direitos das mulheres deve ter. Neste dia, a secretária, em uma explanação bastante pedagógica, expressou em linhas gerais em que consistia e quais eram as atribuições de um conselho. Algumas conselheiras que lá estavam, atentas e preocupadas, expuseram a demanda por um curso com as conselheiras sobre o papel do conselho e como elas poderiam agir. Apesar de a secretária ter se mostrado solícita e ter se comprometido em conseguir o curso com especialistas, este nunca aconteceu.

Este desconhecimento se refletia, cotidianamente, nos planos de ação do conselho. No entanto, os casos de violência chegavam todos os meses e eram expostos nas reuniões, em debates infundáveis, e as conselheiras sempre pensavam formas de agir em cada um deles, ou por meio de intervenções via ofício para a delegacia, hospital ou secretaria de saúde para intervenções diretas nos acasos, ou por meio de cursos de formação, palestras e capacitações nos bairros. Estes casos pontuais, e os esforços em resolvê-los, um a um, postergavam as propostas dos planos de ação para dias nunca alcançados.

E, desse mesmo modo, podemos verificar as ações da Secretaria Executiva da Mulher do município. Para além das suas especificidades quando da contemplação de outras demandas que não as relativas à violência contra a mulher, que veremos nos próximos capítulos, o foco central da sua ação estava direcionado para esta temática. Na verdade, como bem afirmou uma ex-funcionária da secretaria, o baixíssimo orçamento as impossibilitava de propor projetos e ações de longo prazo, de modo que só lhes restava realizar a mesma atividade do CRAM, órgão que era a esta secretaria submetido: atender as mulheres vítimas de violência³.

³ Ainda voltarei a este assunto relativo ao baixo orçamento e os impactos nas políticas desta secretaria nos próximos capítulos.

1.1 “O pessoal é político”: o lugar da privacidade na crítica feminista e a violência contra a mulher

O modelo de priorização dos assuntos relativos à violência contra a mulher em Petrolina, aliado a modos de ação pautados em casos pontuais e de resoluções desconectadas de um planejamento estrutural, pode revelar uma desconexão da temática com os debates que a antecederam e a caracterizaram como um problema digno de ser resolvido por meio de políticas públicas. É claro que não podemos deixar de considerar a relevância deste assunto na sua relação com a necessidade de manter a integridade física, quando não a vida, de metade da população brasileira. No entanto, a temática tem se tornado importante não apenas pela gravidade dos fatos que podem estar a ela associados. A relevância do assunto está relacionada, fundamentalmente, aos mecanismos utilizados pelas estruturas de dominação masculina para fazer valer o sistema de poder androcentrado e, também, a todo um percurso de críticas e debates que possibilitou a problematização da violência enquanto tema digno de ser enfrentado pela esfera estatal.

Assim, antes de tudo, para que a temática da violência contra a mulher pudesse ser tomada como foco de políticas públicas pelo poder estatal, foi preciso que feministas do mundo todo problematizassem uma esfera da vida até então resguardada das interferências externas: a esfera da domesticidade. A vida doméstica é evitada por relações de poder, de modo que não temos como considerá-la como não política. As relações que permeiam esta esfera respaldam padrões de autoridade e produzem subordinação e têm impacto direto no exercício de autonomia, principalmente das mulheres (mas também de idosos e crianças). É desta problematização que deriva a célebre assertiva “o pessoal é político” que tem embasado as lutas feministas desde meados do século XX. Esta máxima nos remonta à ideia, defendida pelos movimentos feministas, de que se faz necessário abandonar, de um vez, a visão de que as esferas

públicas e privadas correspondem a “lugares” e “tempos” distintos (BIROLI, 2014, p. 33). Seria preciso

(...) discuti-las como um complexo diferenciado de relações, práticas e direitos – incluídos os direitos à publicidade e privacidade – permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão sentidos na outra (ibid., p. 33).

Segundo Birole, não temos como falar em liberdade e autonomia das mulheres sem problematizarmos a necessidade de politização da esfera privada. A tipificação da violência doméstica e o estupro no casamento são exemplos claros da politização desta esfera. A defesa de relações mais justas neste espaço tem impactos diretos sobre o horizonte de possibilidades das mulheres no que diz respeito a sua participação em outras esferas sociais, como a do trabalho e das atividades na política partidária, por exemplo. Quando as feministas problematizaram as concepções naturalizadas de que as mulheres são os sujeitos mais adequados para as funções de cuidado e zelo dos mais necessitados e as portadoras por excelência da doçura e emotividade e identificaram-nas enquanto construtos sociais elaborados por e para o benefício masculino, foi possível haver um mínimo de interferência do Estado em uma esfera que antes era vista como intocável. O direito à privacidade da vida doméstica e de que o que se passa em seu interior compete apenas aos indivíduos que dela fazem parte, não devendo o Estado intervir neste espaço, serviu apenas para bloquear a proteção aos mais vulneráveis nas relações de poder e ofuscar as relações de subordinação que se faziam presentes na esfera do lar (ibid., p. 32). Ao romper a dicotomia entre esfera pública e privada, foi rompido também o isolamento da mulher nesta esfera, e as noções de autonomia feminina e mesmo as concepções de poder e política puderam ser ressignificadas.

Assim, para compreender melhor como a esfera da privacidade e domesticidade pôde ser problematizada e vista como locus de ação do poder masculino, se faz necessário acompanharmos o percurso analítico

e crítico da teoria feminista em relação à superação da dicotomia público/privado. Esta problematização se revelou enquanto crítica epistemológica e política dos fundamentos da modernidade ocidental⁴, e seus pressupostos liberais, uma vez que colocou em xeque os processos formadores, e as relações de poder a ele imbricados, que constituíam sujeitos e noções caras às nossas relações sociais, como a de igualdade, liberdade, racionalidade, neutralidade, democracia e cidadania.

Foram essas mesmas críticas que permitiram que o privado fosse questionado e que políticas específicas para a violência que acontece nesta esfera fossem demandadas e elaboradas. De forma que, se hoje concebemos políticas públicas e leis que coíbem a violência doméstica, foi porque feministas engajadas, na academia e em movimentos sociais, protagonizaram essas reviravoltas teóricas, políticas e epistemológicas. No entanto, o que veremos é que, nas ações dos grupos ora analisados, estes fundamentos e críticas não são tomados como relevantes, gerando como consequência práticas políticas pouco estruturantes, porque apregoadas em casos pontuais, de resoluções pessoalizadas e sem o alcance de médio e longo prazo esperados.

1.1.1 Esfera pública e esfera privada: seus antecedentes e princípios básicos

Já foi dito no primeiro capítulo deste trabalho que os modos como os movimentos feministas se configuraram, nos países europeus e das Américas especificamente, em suas atuações contra a dominação masculina, estiveram conectados com os debates acadêmicos, promovidos pelas feministas desta área. Estes debates se referiam, principalmente, às reviravoltas

⁴ Como modernidade entendo o período que procedeu à Idade Média, e foi caracterizado por acontecimentos como a Reforma Protestante, as Revoluções Francesa e Industriais, o Iluminismo e o aburguesamento do mundo ocidental. Neste momento muito mais importante do que definir os acontecimentos históricos que marcaram este período, será entender os elementos teóricos e epistemológicos que lhes serviram de base e que serão discutidos ao longo deste capítulo. Isto porque, é importante frisar, que um dos intuítos deste trabalho é salientar os elementos que ajudaram a construir este período (que se convencionou chamar modernidade), como estes nos ajudam a compreender este momento como um construto analítico e não como um fenômeno natural, e como estes elementos se mostraram criticáveis, principalmente segundo a perspectiva crítica feminista atual.

políticas e epistemológicas promovidas para fins de uma interpretação mais justa sobre as relações sociais de gênero (BIROLI E MIGUEL 2014, p. 8; MIGUEL 2014, p. 17). O trabalho realizado pelas acadêmicas feministas compreendeu o desvelar de concepções que, naturalizadas, fundavam e mantinham a ordem social androcentrada dominante. Neste sentido Joan Scott afirma que se faz necessário uma análise das categorias cunhadas pelos períodos históricos sob um novo ângulo para que possa ser possível modificar a representação dos outros grupos que foram deixados fora da história (em função de sua raça, classe, gênero e etnicidade) (1994, p. 14). Benhabib e Cornell argumentam no mesmo sentido ao afirmar a necessidade de enfatizar a experiência concreta das mulheres para uma mudança de perspectiva acerca das categorias fundamentais para a alteração do seu entendimento e para a explicitação dos pressupostos androcentrados que os respaldam (1987, p. 7).

Dentre estas possibilidades críticas, podemos salientar como fundamental aquela que está relacionada ao modo como o conhecimento produzido pela modernidade ocidental para pensar a si própria, julgado pelos seus próprios protagonistas como universal e neutro, na verdade possuía sujeitos muito específicos que pensavam a partir de um lugar bastante singular. Estes sujeitos, em grande medida homens, brancos, ocidentais e heterossexuais, se dispuseram a elaborar teorias e pressuposições sobre o mundo e as relações sociais pautadas em ideias basilares dentre as quais as que se referiam às pessoas como iguais em condições e direitos, livres para ir e vir e adquirir propriedades e todas merecedoras de uma boa vida. O contexto destas elucubrações se caracterizava pela tomada da burguesia ao poder, junto a todas as suas visões de mundo, principalmente às pautadas nas ideias de propriedade privada, livre comércio, democracia liberal, cidadania e, principalmente, nas noções de privacidade e publicidade e suas separações e interconexões concretizadas na separação entre esfera pública e privada.

As ideias cunhadas pelo liberalismo ocidental neste contexto influenciaram diretamente as demandas e o pensamento das feministas do

chamado feminismo de primeira onda, que tinha como principal bandeira a igualdade entre homens e mulheres. Esta perspectiva política exaltava noções como às relativas à liberdade, direitos universais e cidadania. Os movimentos feministas de meados do século XX, por sua vez, se contrapuseram a esta perspectiva, haja vista que os fundamentos de igualitarismo e universalidade que lhes respaldavam não encaminhavam as mulheres para a emancipação e sim mantinham inabaladas hierarquias e desigualdades. A perspectiva da diferença da segunda onda cunhou o termo gênero, porém manteve uma base sexual naturalizada e imutável. Este elemento abriu brechas para que as feministas da terceira onda questionassem a essencialidade do corpo, do sexo e das categorias tomadas como naturais⁵.

Este questionamento se baseou, em grande medida, em críticas profundas aos fundamentos das ideias do período Iluminista, como as noções de racionalidade e sujeito universais, igualdade, cidadania e direitos, assim como a de masculino/feminino, sujeito, identidade e a separação do mundo nas esferas pública e privada. Segundo Carole Pateman, as visões trazidas pela noção de contrato social para a formação do Estado, tão cara a este período, apresentam uma falsa noção de liberdade individual e universal na medida em que desprezavam as questões relativas ao contrato sexual que estabeleciam o patriarcado e fundamentavam a dominação dos homens sobre as mulheres, de alguns homens (brancos, burgueses e ocidentais) sobre outros e, conseqüentemente, as formas de dominação e submissão (PATEMAN, 1993). O que a teoria feminista fez foi dar gênero, raça e classe a este suposto sujeito universal, explicitando as exclusões que as concepções da modernidade ocidental, supostamente igualitária, resguardava. Uma destas exclusões diz respeito a uma das principais dicotomias cunhadas neste período: a separação entre esfera pública e privada. Segundo Mariano (2008):

⁵ Em Hita (2000) podemos ver uma revisão bibliográfica interessante sobre essa separação dos movimentos feministas e suas respectivas características.

(...) essa dicotomia associa, de um lado, a esfera pública à racionalidade e ao bem público comum e, de outro, a esfera privada-íntima ao amor e afeição e ao interesse parcial, portanto, ao pré ou anti-racional. De acordo com essa mesma lógica binária, o homem é associado ao público e ao racional, logo, a mulher é associada ao privado e irracional, emocional (ibid, p. 364).

Com a crítica a esta separação foi possível estabelecer questionamentos que se referiam desde as noções de racionalidade e objetividade da esfera pública e de todas as suas subesferas, como a da política, economia e ciência, à da prevalência do sujeito masculino e burguês no seu interior. Todavia, para realizar este trabalho crítico, foi necessário questionar, invariavelmente, as noções de sujeito que permeavam ambas as esferas (a pública e privada), que por sua vez criavam as concepções sobre as relações sociais e influenciavam as noções sobre direitos de cidadania na esfera pública e relações de poder presentes na esfera privada⁶.

Para entender melhor a reviravolta epistemológica, teórica e política por que passou estas concepções, se faz necessário atentar para dois fundamentos específicos, porém interconectados: a noção de público e sua relação com a divisão da sociedade em esfera pública e privada; e como esta reestruturação levou teóricas feministas a repensar a ideia de sujeito, identidade e atuação política⁷. Apesar de existirem, atualmente, pensamentos bastante distintos no que tange às ideias do sujeito político do feminismo, sua atuação e os modos como esta atuação se concretizam em políticas públicas, é de fundamental importância entendermos quais caminhos levaram à atual seara política do pensamento feminista. Este entendimento nos será de grande valia, haja vista que são as reviravoltas relativas às concepções de sujeito, identidade, atuação política, democracia e direitos, protagonizadas pelos movimentos feministas, que embasam, ou deveriam embasar, as políticas públicas para as mulheres no Brasil em geral, e em Petrolina, em particular.

⁶ Veremos mais abaixo a importância dos debates sobre poder na esfera privada para as problematizações sobre a violência contra a mulher.

⁷ Este segundo fundamento será analisado de forma mais pormenorizada na seção 2.1 deste capítulo.

Neste sentido, a concepção de “público”, tecida no bojo do período que se convencionou chamar de modernidade, está relacionada a uma das principais construções de dicotomias conceituais deste período: a separação entre esfera pública e esfera privada. É possível afirmar que entre todos os arroubos maniqueístas protagonizados pela história deste ocidente moderno, este par dicotômico tem um valor inigualável para a criação e manutenção de estruturas de poder baseadas em diferenciações entre os sexos. Tais diferenças perduram mesmo nas teorias e propostas mais críticas do pensamento político e social de nossa época, principalmente aquelas relacionadas às políticas públicas para as mulheres municipais, estaduais e Federal. Este par dicotômico carrega consigo fundamentos conceituais que lhe servem de base e ao mesmo tempo ajudam a moldar e caracterizar todo um período da história do Ocidente moderno até os dias atuais. O mesmo originou concepções que, naturalizadas, fundamentam nosso cotidiano, nossas teorias científicas, e nossas práticas políticas.

No período industrial, as relações econômicas, políticas e sociais sofreram transformações impactantes no que diz respeito ao que foi concebido enquanto conteúdo das esferas públicas e privadas. O avanço do capitalismo industrial desencadeou mudanças demográficas, crescimento das cidades, êxodo rural e diversificação das atividades proporcionando novas formas de produção, novas demandas por produtos, aumento do consumo, padronização das mercadorias e novas formas de distribuição. Estas mudanças alteraram os modos de vida em dois espaços centrais e, a partir de então polarizados: a esfera da casa e a esfera do trabalho (BRIOSCHI E TRIGO, 2009, p. 38-39). Se, no período pré-industrial, a família constituía uma unidade de produção chefiada pela autoridade paterna e as práticas sociais transcorriam em lugares de livre trânsito, como as ruas e casas, sem especialização dos espaços e a ideia de privado, tal qual nos temos hoje era desconhecida; no período industrial essas relações mudaram radicalmente. O processo de especialização e diferenciação das atividades esvaziou os domicílios das atividades

econômicas, que passaram a ser desenvolvidas nas fábricas e espaços específicos para esta função. Este fator conferiu a esfera doméstica, com a nuclearização da família, e sua conseqüente diminuição, uma perda de funções, restringindo-a ao espaço do cuidado das crianças, idosos, doentes. O espaço doméstico passou então a ser visto como o local da privacidade e intimidade; ao abrigo das mazelas, asperezas e dissidências do espaço público (ibid, p. 39).

A “coisa pública”, em oposição a esta esfera de proteção da intimidade, seria aquela dos vínculos por associação e compromisso mútuo, do estranho e não familiar, do trabalho e da luta pela sobrevivência. Esta distinção proporcionou uma das principais diferenciações que perduram até os dias atuais: a separação de espaços femininos e masculinos a partir da noção do público/privado (ibid, p. 39).

Com a mulher reclusa e responsável pelas tarefas domésticas e o homem exercendo suas atividades profissionais no espaço público e ocupando sua posição de mando no domicílio, a família dita moderna, apesar de reduzida em tamanho e funções, permanece com sua estrutura patriarcal (ibid, p. 40).

A separação entre esfera pública e privada da modernidade precisou vir acompanhada de concepções epistemológicas e de mundo, sem as quais essa separação não seria possível. Uma dessas principais concepções foi a de um Estado universalista e imparcial, desenvolvida a partir do século XVIII. Iris Young (1987) vai descrever como se configurou os espaços das cidades à medida que o comércio e a população cresciam no período industrial. Segundo ela, devido à modificação intensa dos espaços urbanos, diferentes classes começaram a se misturar, e, apesar da predominância de homens burgueses, os espaços públicos de discussão admitiam homens de quaisquer classes e condição. Além disto, mulheres aristocratas, através dos salões, teatros e espaços de leitura por vezes dirigiam discussões públicas (YOUNG, 1987, p. 73-74).

No entanto, como meio de suprimir os rumos que tomava o desenvolvimento dessa esfera pública incipiente, a filosofia republicana, que

ganhava fôlego à medida que a burguesia persistia no poder, fez valer uma estratégia importante para abafar as particularidades e a incipiente pluralidade dos espaços públicos de discussão. Essa estratégia estava relacionada à referida ideia de Estado universalista e imparcial que transcende a interesses particulares. Esse Estado universalista estava, para os republicanos, associado à ideia de “público cívico”, institucionalizado pela teoria e prática política da Europa e Estados Unidos em fins do século XVIII, e propunha suprimir a heterogeneidade popular e linguística do público urbano, como visto, por exemplo, em J. J Rousseau (*ibid.*, p. 74).

Compondo a perspectiva do público cívico, está o pressuposto da separação entre esfera pública e privada e, também, a perspectiva da universalidade e imparcialidade da razão, vista como oposta ao desejo, ao sentimento e às particularidades. A racionalidade deveria ter como fim o reconhecimento de interesses comuns sob a premissa de uma vontade geral. A participação em uma vontade geral configuraria a condição de cidadania e seria a expressão autêntica de liberdade. Para isso, Rousseau, por exemplo, criou métodos para fomentar o compromisso com a homogeneidade, como por meio de comemorações cívicas. Isso não quer dizer, todavia, que para ele o pensamento parcial e as diferenciações, desejos e afetividades estivessem ausentes da vida humana. No entanto, estes sentimentos deveriam estar restritos à esfera privada da vida doméstica, na qual as mulheres seriam suas guardiãs morais (*ibid.*, p. 74-75).

A crítica aos particularismos está associada a outro pressuposto central do pensamento liberal republicano: a ideia de igualdade. Os pressupostos liberais estão pautados, todos, no princípio da perfeita igualdade entre os indivíduos, e desta como condição para justiça social (DIETZ, 1999, p. 7). Por sua vez, essa noção de igualdade está diretamente associada à de liberdade, haja vista que foi relacionada, por vezes, à concepção de que os homens são iguais para eleger valores e fins, desde que estes não interferiam na liberdade dos outros em eleger seus próprios valores e fins. Essa relacionalidade entre igualdade e liberdade

evidencia a construção de uma arena na qual todo homem só pode atuar se não obstaculizar nem ser obstaculizado pelos demais (ibid., p. 7).

Segundo Dietz, as concepções de igualdade e liberdade do liberalismo estão, por sua vez, diretamente associadas à concepção do indivíduo enquanto portador de direitos formais, que têm por objetivo protegê-lo da infração e interferência dos demais, para lhes garantir as mesmas oportunidades e acesso igual. Estes direitos seriam garantidos pela justiça e não poderiam estar submetidos à regateios políticos ou interesses sociais (ibid., p. 8). Esta concepção de direitos, segundo a autora, não só reforçaria os princípios de igualdade e liberdade, como também sustentaria a construção e separação das esferas públicas e privadas. Para ela, ao passo que estes pressupostos (igualdade e liberdade) reforçam e caracterizam a noção de esfera pública, estes também abrem margem para a formulação da noção de direitos individuais, que, por sua vez, fariam referência a um âmbito de liberdade privada, distinta da pública, e não passíveis de intervenção estatal. Os direitos privados seriam invioláveis e nem o Estado, nem nenhuma outra instância, poderiam intervir legitimamente. Caracterizando o âmbito privado, quase sempre estavam noções como matrimônio, família, trabalho doméstico e cuidado com as crianças, e a ideia de que esses elementos, e os agentes que lhes pertencem, deveriam ser defendidos da interferência do âmbito público, e mantidos fora deste espaço (ibid., p. 8-9; BIROLI, 2014, p. 32).

Dessa maneira, ao passo que os princípios liberais se mostraram libertadores em um contexto de hierarquizações e obscurantismos, eles também se mostraram estéreis para uma crítica e proposições a respeito dos direitos daqueles que não se enquadravam como homens, brancos e burgueses. Suas concepções não se mostraram eficazes para eliminar as restrições que sofriam as mulheres, e nem mostraram uma linguagem ou conceitos que abarcassem uma noção de público plural e diverso, despin-do-se, assim, às críticas que ora propunham reelaborações conceituais, ora a implosão dos seus pressupostos fundamentais.

1.2 Os fundamentos das ações: conhecimento técnico em detrimento do teórico/crítico

Por meio das críticas à separação entre esferas públicas e privadas, as teóricas feministas ressaltaram a importância de problematizarmos os sujeitos que atuam na esfera pública, haja vista que este se mostrava o local por excelência do exercício da cidadania e das construções referentes ao mundo público e político. Além disso, suas críticas também se mostraram fundamentais para problematizarmos a esfera da domesticidade e privacidade. Enxergar as possibilidades de emancipação por meio de uma tomada da esfera pública pelas mulheres, mesmo que ressignificada por meio das críticas ao pensamento liberal que a criou, ainda se mostrava insuficiente para pensarmos a subordinação das mulheres e para a elaboração de estratégias políticas para a libertação da sua situação de dominação.

Com isso quero afirmar que a crítica feminista não apenas possibilitou um movimento de ocupação da esfera pública por um público antes alijado dessa possibilidade. A crítica feminista permitiu, acima de tudo, desconstruir a legitimidade relativa a esta concepção de mundo maniqueísta, uma vez que a mostrou como um construto erigido por um seletivo grupo de homens, para o seu benefício próprio. Esta crítica possibilitou, também, que as relações de poder que permeiam os vínculos em ambas as esferas fossem descortinadas, uma vez que evidenciaram que os sujeitos, elementos e categorias que as compõem estão arranjados de um modo hierárquico, logo desigual.

Assim, foi possível compreender como se deram os fundamentos das relações de poder que se estabeleciam não só na esfera pública como, também, na esfera doméstica, e como este questionamento permitiu a interferência do Estado para fins de equalizar as relações que ocorriam neste espaço. A esfera privada foi assinalada como locus central das práticas de poder e dominação masculina, uma vez que legitimava concepções naturalizadas sobre as mulheres (como a afetividade, emotividade e ímpeto natural para o cuidado) e resguardava todo e qualquer

tipo de abuso perpetrados nesta esfera das instâncias legais de julgamento e punição.

Neste sentido, podemos afirmar que, dentre as principais formas de abuso que ocorrem na esfera privada, e que têm como fundamento a subordinação das mulheres em seu interior, é a violência contra a mulher. Segundo Saffioti, a ideologia de gênero não se mostra suficiente para garantir a obediência das suas vítimas em potencial, de modo que o homem, no exercício de sua função patriarcal, sente a necessidade de fazer uso da violência (SAFFIOTI, 2001, p. 115).

Desse modo, o tema da violência contra a mulher tem sido uma das principais bandeiras dos movimentos feministas no Brasil e a sua politização tem sido vista como um dos grandes patrimônios políticos destes movimentos (BONETTI et. al., p. 218). Assim, em pesquisa realizada em 2010 pela Fundação Perseu Abramo, que traz dados sobre a violência doméstica em geral, e contra as mulheres⁸ em particular, as ideias que vinculam o espaço doméstico como *locus* de amor, afeto e emoções vêm sendo desmistificadas. Isso porque é neste espaço onde a violência atinge dados alarmantes, evidenciando formas abusivas de poder e reforçando a dependência emocional das mulheres (BANDEIRA, 2013, p. 65). Este fator, já denunciado há décadas pelo movimento feminista, por meio das críticas acima expostas, respaldaram uma das principais demandas por políticas públicas para as mulheres desde a promulgação da carta constitucional de 1988 no Brasil⁹ (BONNETTI, 2009, p. 212-214)¹⁰.

Desse modo, é possível compreendermos o foco, às vezes até exacerbado, no que tange ao combate à violência contra a mulher pensada

⁸ A definição de violência contra a mulher adotada pelo Estado brasileiro e que orienta as políticas públicas voltadas para este tema é compreendida como "...qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada" (BONETTI, 2009, p. 214).

⁹ Bonetti neste texto reflete ainda sobre como se deu de forma problemática e subalternizada a questão da violência contra a mulher na Constituição Cidadã de 1988, relegando a percepção da sua cidadania a seu pertencimento à família, deixando recair a ênfase de assunto tão caro às mulheres e ao movimento feminista a uma proteção da esfera familiar (BONETTI, 2009, p. 212-213).

¹⁰ As discussões sobre políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil foram debatidas no capítulo primeiro deste trabalho.

pelas envolvidas em políticas públicas para as mulheres em Petrolina. Além de ter sido um dos principais elementos problematizadores das relações de poder na esfera da privacidade, antes vista como intocada, este tema se torna premente porque, como bem afirma as mulheres da Rede, a preocupação central, antes de pensarmos em qualquer ação para as mulheres, é fazermos com que elas não morram.

Esta assertiva foi proferida por uma das mulheres que compunham a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher quando foi colocada a questão referente à subdivisão das atividades desta Rede nos eixos prevenção e enfrentamento. A ênfase como foi colocada expressou uma real preocupação no que tange à superação deste tipo de violência, uma vez que, se não mantivermos as mulheres vivas, tampouco podemos falar em políticas para as mulheres. A centralidade do tema da violência se respaldava, então, na gravidade dos fatos a ele relacionado. Isso não quer dizer que os problemas relativos à saúde, educação, moradia e emprego devessem ser invisibilizadas. Pelo menos não foi isso que notei nos discursos das mulheres em campo. Mas, elas deixavam claro que, frente à escassez de recursos e de agentes envolvidos, devem-se priorizar os assuntos mais urgentes.

No entanto, o que percebi era que os demais assuntos eram, sim, praticamente invisibilizados. Com exceção das políticas de saúde, que ainda tinham algum lugar, os demais temas, principalmente os que exigiam mais recursos, como os relativos a emprego e renda, e os que exigiam um conhecimento maior sobre políticas estruturais de gênero e sexualidade, como os da área de educação e enfrentamento ao sexismo e lesbofobia, eram quase que desconsiderados. As ações relativas ao enfrentamento da violência contra a mulher demandava pouco, ou quase nenhum conhecimento sobre os debates teóricos e críticos acima mencionados. Apesar de necessários para que o pessoal e privado fosse considerados políticos e para as ações estatais nesta esfera, eles não se tornaram condição para aplicação das políticas públicas neste sentido.

Como foi observado no dia da reunião do CDM que tratou do caso de estupro da menina no dentista, as conselheiras demonstravam conhecer a lei (que via o que antes era abuso como estupro). Sabiam versar sobre a Lei Maria da Penha e sobre que organismos e instituições eram responsáveis pelo o quê. As mulheres que compunham a Rede também demonstravam este tipo de conhecimento. Enquanto muitas vezes eu só observava calada por não ter nenhuma propriedade para falar sobre os assuntos, elas versavam sobre a profilaxia de emergência em caso de estupro, sobre quais seriam as portas de entrada das mulheres vítimas de violência, sobre as atribuições da delegacia, da Vara de Violência Doméstica e Familiar, de como deveria ser o atendimento psicológico e da assistente social, quais seriam as atribuições da polícia militar e civil, enfim, elas possuíam um conhecimento técnico invejável¹¹.

Isso demonstra o quanto o acesso ao conhecimento técnico, e não teórico, pode vir a direcionar as ações para as mulheres no município. As mulheres que compunham a Rede e o CDM não eram feministas nem intelectuais da área¹². As que compunham o CDM estavam lá por indicação dos seus superiores. Tanto as mulheres que representavam o Governo Municipal, quanto as representantes da sociedade civil, estavam lá porque foram indicadas pelos presidentes de associação ou pelos secretários das referidas pastas. Eles as indicavam por motivos pessoais que nem elas mesmas sabiam explicar¹³. Elas me afirmaram, apenas, que tinham interesse em mudar a situação de inferioridade pela qual passavam as mulheres em nossa sociedade.

Ao se fazerem presentes nestes espaços, as conselheiras, os membros da Rede, e a equipe da Secretaria Municipal da Mulher, perceberam

¹¹ Ainda voltarei a discutir os posicionamentos das mulheres da Rede neste capítulo.

¹² Com exceção da assistente social do Hospital da Mulher, que no ano de 2014 fez parte da turma do curso de Políticas Públicas à distância do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher (NEIM) da UFBA.

¹³ Este modelo de escolha não se deu com as representantes da Associação das Mulheres Rendeiras que foram por conta própria e por se sentirem feministas, e com a representação da universidade que leciono. Neste caso a chefe de gabinete da reitoria enviou um e-mail geral aos professores pedindo indicação de nomes para compor o assento no CDM. Assim, a então titular se colocou, afirmando ter legitimidade por já desenvolver projetos voltados para a temática de gênero. Essa professora era da área de Administração. No capítulo anterior mencionei como se deu a minha entrada.

que tinham demandas, que lhes batia à porta, literalmente, e que estavam relacionadas à violência contra a mulher. Assim, mesmo desconhecendo todo esse processo teórico e crítico, acima exposto, elas possuíam conhecimento técnico suficiente para lidar com a questão¹⁴. No entanto, percebi que quando mencionava a importância de tratarmos do eixo prevenção, de pensarmos em políticas na área de educação e que tivessem o intuito de questionar os móveis da violência, as conselheiras e agentes da Rede logo “passavam a bola” para as professoras presentes (neste caso eu, a professora de administração ou as professoras da Universidade Estadual de Pernambuco que compunham a Rede). Cabia a nós pensarmos ações neste sentido, porque elas afirmavam desconhecer os debates de gênero. Mas, apesar de alguns esforços, nossas sugestões nunca eram atendidas porque sempre tinha um caso de violência, mais emergencial, para ser resolvido¹⁵.

2. Mulheres no singular: política afirmativa e negação das diferenças

Vimos como as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres em Petrolina não refletiam as críticas e superações propostas pela teoria feminista exposta acima e como os modos como elas operacionalizavam as ações tinham mais respaldo em um conhecimento técnico, do que teórico em gênero. No entanto, não podemos deixar de constatar como é notório que estas críticas fundamentaram ações em prol da equidade social entre homens e mulher, ao evidenciar que estas não pertenciam à categoria de cidadãs de direitos como os homens. Podemos inferir, também, que as políticas no Brasil, focalizadas nas mulheres, enquanto um público que não partilha dos mesmos direitos que o grupo privilegiado, pressupõem todo este processo crítico realizado pelas femi-

¹⁴ Problematizarei essa prevalência da técnica, em relação à teoria, e sua relação com as políticas neoliberais no quinto capítulo.

¹⁵ Voltarei a esta questão mais abaixo quando citarei um evento da Rede.

nistas desde o século XIX até os dias atuais. De tal maneira que, na introdução do III PNPM do Governo Federal, podemos verificar um dos seus princípios básicos:

As políticas orientam as ações do Estado a fim de combater problemas decorrentes de práticas assimétricas historicamente configuradas que inviabilizam o processo de participação social e política democrática e igualitária, de mulheres e homens (PLANO..., 2013, p. 9).

Localizar os problemas sociais que afligem as mulheres nas práticas assimétricas historicamente configuradas é o mesmo que resgatar todo esse desenvolvimento crítico realizado pelas feministas e expostos nas seções anteriores. Além do mais, no próprio plano é evidenciado o modo como os movimentos feministas e a sociedade civil organizada, e todo o seu arcabouço crítico, político e teórico, participaram das formulações das propostas de políticas públicas, principalmente por meio da atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) (ibid, p.11).

Esta conexão fundante entre política pública e crítica feminista nos faz ter um mínimo de esperança de que as ações para as mulheres, descentralizadas nas políticas estaduais e municipais, estejam ancoradas nas argumentações feministas e nas superações epistemológicas e políticas que elas realizaram. No entanto, o que pude perceber em campo, foi que tanto nas ações do CDM, como nas da Secretaria Executiva Municipal da Mulher, e nas reuniões da Rede, além de se restringirem, quase que por completo, a um debate e enfrentamento à violência contra a mulher, nenhuma destas superações críticas foram resgatadas.

No entanto, a partir de todas as análises realizadas até agora, é possível inferir que o foco em demasia no resultado de ações machistas (como a violência) e não nos condicionantes destas ações, que estão relacionados aos modos como a sociedade patriarcal tem se justificado e mantido, tem como consequência a caracterização das políticas para as mulheres na cidade segundo um modelo de **“afirmação identitária pela negação”**. Com este termo quero alocar o modelo de políticas públicas

para as mulheres em Petrolina dentro das construções conceituais propostas por Nancy Fraser (2006), mais especificamente no debate que ela trava sobre Redistribuição e Reconhecimento.

Para esta autora, as discussões que circundam as demandas por justiça social devem dialogar com dois modelos de busca por justiça: um é aquele relativo à justiça econômica, que implica uma redistribuição das riquezas e igualdade de recursos; e o relativo à justiça cultural ou simbólica, que implica o reconhecimento e valorização positiva da diversidade cultural. Fraser vai afirmar que as lutas por reconhecimento buscam uma revalorização das identidades desrespeitadas e grupos difamados, de modo que tendem a promover a diferenciação social. Por outro lado, as lutas por redistribuição buscam abolir os arranjos econômicos que geram as diferenciações daninhas entre grupos, por meio de uma reestruturação político-econômica, tendendo a “desdiferenciar” os grupos. Essas diferenciações de propostas tem como resultado propostas de políticas totalmente contraditórias: as primeiras buscam a diferenciação e a valorização do “sentido de grupo” e as segundas buscam a igualdade social, política e econômica e a eliminação destes diferentes grupos (FRASER, 2006, p. 232-233).

Além disso, a autora vai afirmar que existem grupos bivalentes, ou seja, tanto sofrem injustiças de cunho redistributivo, quanto relativas ao reconhecimento de identidades subalternizadas. Um destes grupos, segundo ela, seria aquele baseado nas identidades de gênero. No que se refere às injustiças econômicas a estes grupos ela afirma:

O gênero, por exemplo, tem dimensões econômico-políticas porque é um princípio estruturante básico da economia política. Por um lado, o gênero estrutura a divisão fundamental entre trabalho “produtivo” remunerado e trabalho “reprodutivo” e doméstico não-remunerado, atribuindo às mulheres a responsabilidade primordial por este último. Por outro lado, o gênero também estrutura a divisão interna ao trabalho remunerado entre as ocupações profissionais e manufatureiras de remuneração mais alta, em que predominam os homens, e ocupações de “colarinho rosa” e de serviços domésticos, de baixa remuneração, em que predominam as mulheres. O resultado é uma

estrutura econômico-política que engendra modos de exploração, marginalização e privação especificamente marcados pelo gênero (ibid, p. 233-234).

Por outro lado, ela afirma que este grupo também é alvo de injustiças de cunho cultural e simbólico:

Seguramente, uma característica central da injustiça de gênero é o androcen-trismo: a construção autorizada de normas que privilegiam os traços associados à masculinidade. Em sua companhia está o sexismo cultural: a desqualificação generalizada das coisas codificadas como “femininas”, paradigmaticamente – mas não só –, as mulheres. Essa desvalorização se expressa numa variedade de danos sofridos pelas mulheres, incluindo a violência e a exploração sexual, a violência doméstica generalizada; as representações banalizantes, objetificadoras e humilhantes na mídia; o assédio e a desqualificação em todas as esferas da vida cotidiana; a sujeição às normas androcêntricas, que fazem com que as mulheres pareçam inferiores ou desviantes e que contribuem para mantê-las em desvantagem, mesmo na ausência de qualquer intenção de discriminar; a discriminação atitudinal; a exclusão ou marginalização das esferas públicas e centros de decisão; e a negação de direitos legais plenos e proteções igualitárias. Esses danos são injustiças de reconhecimento (ibid. p. 234).

Assim, a lógica do “remédio” da primeira, segundo ela, seria relativa à abolição de um modelo de relações de trabalho pautados no gênero, e a outra o “remédio” se referiria a uma mudança de valores relacionados ao androcen-trismo e sexismo. Destes “remédios”, a autora salienta aqueles de cunho afirmativo e transformativo. Neste momento, é do nosso interesse apenas os remédios para sanar os problemas de reconhecimento, haja vista que as políticas voltadas à violência contra a mulher possuem como pressuposto uma ideia de que este grupo precisa de ações específicas, pois se diferenciam dos homens, que por sua vez não sofrem violência de gênero, pelo menos não no grau que sofrem as mulheres. Assim, a autora vai afirmar que os “remédios” relativos a uma mudança de valores para os problemas de reconhecimento se baseiam numa afirmação identitária que visa compensar o desrespeito por meio da revalorização de identidades grupais, positivando-as, deixando intactos os conteúdos destas identidades

e as diferenciações grupais subjacentes. Enquanto que os “remédios” transformativos visam transformar a estrutura cultural-valorativa subjacente, desestabilizando as identidades e diferenciações grupais, tendo por consequência não apenas a revalorização da autoestima, como também a transformação do sentido do “eu”. Estas políticas se propõem a desconstruir as dicotomias identitárias, como a de homo/heterossexual, desestabilizando as identidades fixas¹⁶ (ibid, p. 237).

A partir destas saídas, podemos caracterizar as ações voltadas para o enfrentamento à violência contra a mulher em Petrolina. Vimos que, por não realizar o exercício da desconstrução por meio da desnaturalização das categorias fundantes da modernidade ocidental, as ações não podem se incluir entre as de cunho transformativo. Por outro lado, vimos que as ações de combate à violência não têm como não estar pautada em uma ideia de reconhecimento das especificidades das mulheres, uma vez que elas estão submetidas às inúmeras formas de abuso, justamente por serem mulheres. Assim, há, invariavelmente, uma afirmação da identidade específica das mulheres nas ações do CDM, da Rede e da Secretaria Municipal da Mulher. Não tem como ser de outra forma. No entanto, segundo Fraser, os remédios afirmativos buscam positivar estas identidades, para que venham proporcionar um reconhecimento dos grupos.

Como mencionado no segundo capítulo deste trabalho, as inferências realizadas em campo estavam pautadas não apenas no que era visto e ouvido, mas também no que era silenciado. E, nas ações de combate à violência, nos espaços citados acima, não foi verificado momentos onde o enfrentamento à violência contra a mulher estivesse relacionado às propostas que visavam redirecionar a visão social sobre a mulher para um aspecto positivo. Tampouco havia ações para direcionar o olhar da própria mulher, alvo das políticas, no sentido de se ver de uma maneira mais positiva.¹⁷ O que foi percebido foi que as afirmações das identidades

¹⁶ A autora localiza na política *queer* esta perspectiva.

¹⁷ Veremos no próximo capítulo como as ações estavam mais voltadas à disponibilização de conhecimento sobre os serviços disponíveis, do que a uma mudança de visão de mundo.

se concretizavam muito mais pela localização das mulheres como destituídas de informações, e por isso sem possibilidades de realizar as denúncias, do que por ações que buscassem localizá-las enquanto sujeitos de direitos específicos e portadoras de características distintas, mas especiais. Por isso localizo as políticas em um modelo de “afirmação identitária pela negação”, haja vista que a identidade específica das mulheres só é percebida por meio do destaque das suas carências informacionais.

Deste modo, a maneira como as ações para as mulheres são postas em prática em Petrolina não visam uma transformação estrutural dos códigos culturais subjacentes à subordinação feminina, haja vista que as políticas passam ao largo das superações epistemológicas e teóricas promovidas pelos feminismos. O que podemos afirmar é que até mesmo as ações que propõem afirmar as identidades possuem uma negatividade intrínseca, uma vez que não visam positivar as identidades femininas e sim marca-las enquanto privadas de conhecimento e carentes de serviços. Além disso, outro fator se soma a esta “afirmação identitária pela negação”. Os sujeitos alvo das políticas, por não estarem contextualizados nesta seara discursiva acima exposta, sequer eram problematizados. Esta carência de problematização identitária tem como consequência uma visão essencializada de uma mulher que não possui raça, idade, posição de classe e nem localização geográfica. Esta concepção pode ser verificada nas ações do CDM, como vimos acima, e nas da Rede, fundamentalmente.

2.1 Violência contra a mulher: variedade de serviços x unicidade identitária

Além da atuação do CDM, as ações da Rede se mostraram como exemplos alegóricos da predileção pelo enfrentamento à violência contra a mulher em Petrolina. Os espaços de discussão desta rede se tornaram bastante profícuos para o desenvolvimento desta tese, haja vista que

nestes momentos não presenciei, apenas, uma política pública sendo posta em prática, mas tive como viver o momento em que ela estava sendo elaborada, por uma diversidade de atores sociais, desde integrantes da sociedade civil organizada, à representantes de órgãos estaduais e municipais.

Os espaços de discussão da Rede se tornaram particularmente interessantes, também, porque nos debates travados pelos seus integrantes uma concepção do sujeito alvo das políticas passou a ser gestada. Como vimos anteriormente, os debates e propostas que surgiam no CDM de Petrolina nos traziam uma concepção bastante fechada de mulher, de modo que sua pluralidade identitária, como a composta por noções de pertencimento, raça, classe e orientação sexual se mostravam subsumidas em interesses práticos e imediatistas que diziam respeito, primordialmente, às questões de violência contra a mulher.

Nas reuniões da Rede pude perceber que, assim como nas reuniões do CDM, as questões referentes às identidades das mulheres não eram vistas como centrais nos debates. Outros elementos, tais como a problematização dos diversos tipos de violência¹⁸, que não apenas a física, e da violência para além dos casos pontuais, como vim nos debates nas reuniões do CDM, não se mostraram relevantes. Ao contrário, como o objetivo era pensar a integração de uma série de instituições e atores sociais em prol de um atendimento mais eficaz das mulheres vítimas de todos os tipos de violência, a problematização do funcionamento da Rede se mostrava muito mais importante do que o apego a casos pontuais.

De todas as reuniões da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Petrolina¹⁹, uma que organizei, junto à equipe do CREAS Regional, em uma sala da Universidade que leciono, considero como uma das mais plurais, em termos de diversidade de envolvidos, e mais profícuas, pelo menos no que se refere a sistematização do que foi debatido e à

¹⁸ Discutirei com mais vagar o silenciamento dos outros tipos de violência, que não a sexual e a física, nas reuniões da Rede no quinto capítulo.

¹⁹ Tive a oportunidade de comparecer a mais de dez destas reuniões.

organização dos assuntos tratados. No que se refere à diversidade, nesta reunião de maio de 2014, estavam presentes duas representantes do CREAS regional, uma da equipe de Serviço Social do Hospital de atendimento à mulher e gestante da cidade, uma representante do programa municipal de DST/AIDS do município, da Estação Governo Presente, do Governo do estado, uma representante da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da cidade, três policiais femininas do 5º Batalhão e um sargento, uma assistente social do Instituto Federal da cidade (IF Sertão), um funcionário da DEAM, a psicóloga do CRAM, uma socióloga professora da Universidade Estadual de Pernambuco, eu, representando a Universidade Federal do Vale do São Francisco e mais quatro alunos de psicologia desta instituição.

Em muitas das reuniões da Rede que tive a oportunidade de participar gastávamos um tempo precioso nas apresentações das instituições presentes. Apesar do enfado aparente, todos julgavam necessário este momento, haja vista que estávamos pensando na integração de serviços de atendimento à mulher, que até então não funcionavam de maneira integrada. Ao pensarmos os condicionantes desta dificuldade de integração, entendemos que muito dela ocorria porque não conhecíamos umas as outras. Assim, os momentos de apresentação das instituições, seus objetivos, equipes e modos de atuação se mostravam necessários e eficazes.

A reunião começou quando a equipe do CREAS me deu a palavra para fazer os encaminhamentos do dia. Mais uma vez procurei não me preocupar com os supostos problemas metodológicos e até epistemológicos que meu posicionamento mais atuante naquele dia poderiam gerar para a minha pesquisa, e resolvi propor algo mais sistemático e concreto para aquela reunião. Primeiro, propomos uma rodada rápida de apresentações, apenas para registrarmos as instituições que tinham encaminhado representantes para aquele dia. Ao final, e com os nomes das instituições em mãos, pude perceber que podíamos separá-las em dois grandes grupos, já que estávamos tentando pensar em um modelo

de atendimento mais eficaz às mulheres vítimas de violência: um grupo que se referia a prevenção da violência contra as mulheres e outro de atendimento a elas. As instituições de ensino, a Secretaria Estadual da Mulher (representada pela sua coordenadora regional que chegou um pouco atrasada) e até mesmo parte da equipe do CREAS regional, compunham o eixo prevenção, enquanto as outras instituições passariam a compor o eixo atendimento.

Ao separar os eixos, pensamos, inicialmente, principalmente eu e a coordenadora do CREAS regional, em ter de forma mais clara a definição do papel de cada instituição e como cada uma poderia colaborar para uma melhor assistência às mulheres vítimas de violência. No eixo prevenção pensamos que poderíamos trabalhar no sentido de tentar pensar estratégias de diminuição dos índices de violência contra a mulher em médio prazo, com ações voltadas ao conhecimento e debate dos móveis da violência. E no eixo atendimento pensamos em como tornar os serviços mais integrados e eficazes.

Depois que colocarmos nosso interesse na separação dos eixos, a opinião acerca da prevalência do eixo atendimento foi unânime. As pessoas alegaram que primeiro precisamos melhorar o serviço para as mulheres que já sofrem ou estão sofrendo violência, e até morrendo, para depois pensarmos em estratégias para que outras não venham a compor esta terrível estatística. O posicionamento da assistente social do hospital da mulher da cidade foi enfático: “as mulheres que sofrem violência tem pressa, pois isso pode lhes custar a vida.” Não tive como não concordar com esta justificativa, apesar de deixar claro que isso não inviabilizaria que as pessoas que compunham o eixo prevenção se organizassem em um grupo de trabalho para pensar em um plano estratégico. O meu interesse imediato era tentar encaminhar um debate sobre os condicionantes das violências contra as mulheres, problematizações sobre as especificidades das mulheres que sofriam violência, como a dominação masculina e a educação de gênero se relacionavam à ainda preocupante estatística de violência e mortes de mulheres no Brasil, para

que saíssemos do imediatismo das discussões. Porém, a minha iniciativa foi em vão. Não discutimos a composição do GT prevenção, tampouco encaminhamos discussões neste sentido, nem neste dia, nem nos outros que seguiram. Esta desatenção ao eixo prevenção reafirmou os meus argumentos colocados acima sobre a ênfase na disponibilização dos serviços e no conhecimento técnico sobre o assunto.

No entanto, os presentes se mostraram bastante interessados no eixo atendimento. Os interesses centrais giravam em torno dos modos de atuação em rede que fossem eficazes para o atendimento às mulheres. Este modo consistia em regularizar as portas de entrada das mulheres nos serviços da rede, assim como um caminho regular que essa mulher pudesse seguir, para não ser encaminhada mais de uma vez ao mesmo lugar, e assim ficar como “uma bola de ping pong” como bem marcou o representante da DEAM. Esta indecisão quanto a um caminho regular pelos serviços e equipamentos disponíveis às mulheres tinha um efeito nefasto: a desistência da mulher em pedir ajuda e a sua consequente permanência em situações de abuso e violência e até sua morte. O representante da DEAM também foi enfático ao mencionar que não havia naquela reunião (e na maioria das que tinha havido) um representante do Hospital Universitário. Era sabido que em casos de violência sexual a mulher era encaminhada ao Hospital Especializado em Atendimento à Mulher. Porém, em casos de violência física, as mulheres eram encaminhadas ao Hospital Universitário. E ele afirmava que este Hospital não informava à delegacia os casos de violência contra a mulher que a ele chegavam. Que não havia nenhum tipo de diálogo.

Na verdade não havia diálogo porque as equipes e serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência desconheciam o trabalho realizado pelas outras instituições, e não tinham uma visão sistemática de como deveria ocorrer o diálogo entre elas. Além disso, faltava a todos um sistema ou software integrado que possibilitasse que este encaminhamento fosse feito para além do “boca a boca”. Isso dificultava a notificação dos casos, e acarretava, muitas vezes, uma duplicidade de

notificações, indisponibilizando, em muitas ocasiões, um atendimento mais integrado. Apenas por falta de organicidade e não pela falta do serviço. Além de tudo, a equipe do CREAS regional sempre enfatizou, em todas as reuniões, que eles possuíam condições de realizar “busca ativa”. Ou seja, se a mulher que recebeu a informação sobre a existência do serviço e foi encaminhada devidamente, mas por algum motivo não compareceu ao equipamento que lhe foi informado, a equipe do CREAS, se notificada pela instituição que foi a “porta de entrada” da mulher, tinha como procurar esta mulher no endereço que a mesma forneceu na instituição e informa-lhe sobre os serviços que ela teria direito.

Este se mostrava o principal desafio daquelas pessoas: desenvolver um diálogo e circulação de informações e dados das mulheres entre as instituições de atendimento que realmente fosse eficaz. A perspectiva do *software* integrado estava por demais distante, haja vista os empecilhos financeiros para que se tornasse factível naquele momento. Assim, a assistente social do Hospital da Mulher, com seu jeito sempre enfático, nos colocou que primeiro precisávamos definir as “portas de entrada” destas mulheres. Ela afirmou que as principais portas de entrada eram os dois Hospitais: o da mulher e o Universitário, que nunca encaminhava um representante para as reuniões. A assistente social da UPA, que mostrava uma assiduidade invejável nas reuniões da Rede, nos disse que recebia de forma recorrente mulheres vítimas de violência, mas que precisava encaminhá-las para o Hospital Universitário, mas sempre o fazia com o coração apertado, porque perdia completamente notícias daquela mulher, haja vista que não havia um diálogo entre eles.

As revoltas sobre a apatia de uma das principais portas de entrada ocupou parte considerável da reunião. A assistente social do CREAS regional, ao tentar ser sintética, nos propôs que selecionássemos alguns de nós para fazer uma visita ao Hospital Universitário para tentar sensibilizá-los a comparecer às reuniões, visto que o seu papel era importantíssimo na Rede. Ela mencionou que sabia que a equipe de assistência social e psicologia do referido Hospital era reduzida, e que

achava que esse poderia ser o motivo da ausência nas reuniões, apesar da insistência no encaminhamento de e-mails convidando-os. Neste sentido, a assistente social do Hospital da Mulher e a representante do centro de DST/AIDS se prontificaram para fazer a visita²⁰.

Então, para findar com as críticas ao Hospital Universitário, que não nos estava levando a lugar algum, resolvi pegar um piloto e ir até o quadro da sala para tentar desenhar um organograma de atendimento às mulheres e assim termos algo mais palpável. Antes, a assistente social do Hospital da mulher fez uma ressalva. Ela disse que a porta de entrada poderia depender do tipo de violência que a mulher havia sofrido. Por exemplo, se ela tivesse sofrido violência sexual, a porta de entrada seria o Hospital da Mulher. Se fosse vítima de violência física, seria o Hospital Universitário. Então teríamos duas portas de entrada. Depois, segundo ela, viria a DEAM e o CRAM ou CREAS regional.

No entanto, a situação era muito mais complexa do que parecia à primeira vista. Levantei a seguinte problemática para aqueles que achavam que a situação poderia ser simplificada daquela forma: em uma situação onde as mulheres desconhecem a integralidade dos serviços, elas iriam àquele que por ventura tivesse tido conhecimento pela televisão ou informação de alguém. Assim, era sabido de todos nós, que muitas delas, mesmo em caso de necessitar de atendimento médico, procuravam, primeiro, a DEAM porque assim achavam que deveria ser. Até mesmo porque muitas eram ameaçadas de morte e precisavam de proteção da justiça. Este foi o momento propício para iniciar uma série de críticas à DEAM, que até aquele momento já se tornavam recorrentes, haja vista os problemas com o atendimento às mulheres naquela delegacia. A representante da secretaria da mulher do estado disse que muitas mulheres compareciam à DEAM e não só não eram encaminhadas aos equipamentos disponíveis, como não tinham tido o atendimento com a sensibilidade necessária aos casos. Reclamou que os profissionais não as atendiam bem, eram grosseiros e muitas vezes até “julgavam” se os casos

²⁰ Apesar de elas terem demonstrado disponibilidade, nunca nos levaram notícias desta suposta visita.

eram realmente violência ou se eram “apenas mulheres fazendo caso com os maridos”.

A indignação com o atendimento na DEAM se mostrou geral. No entanto, o mesmo não ocorreu com o atendimento feito pela polícia militar. Uma das policiais presentes nos disse que muitas vezes elas identificavam casos de violência e faziam sempre o encaminhamento necessário. O próprio sargento do 5º BPM disse lidar com casos assim cotidianamente. A presença deste sargento se mostrava bastante assídua e respeitosa nas reuniões da Rede. Apesar de desconhecer muitos assuntos relativos à violência contra a mulher, como ele mesmo afirmou, ele sempre se mostrou aberto para aprender e contribuir, pois segundo suas próprias palavras: “só quero que as mulheres deixem de passar por este tipo de violência”. Sempre notei que seu jeito simpático despertava a empatia das pessoas. Rude, embora sempre solícito e disposto ao aprendizado, também conquistava o gosto de quem com ele tivesse a oportunidade de estar. Além disso, essa imagem contrastava com a dos representantes da DEAM (todos homens, com exceção da delegada): sempre sisudos, com ares de superioridade que beiravam a arrogância e quase nunca humildes o suficiente para assumir que desconheciam determinado assunto relativo à violência contra a mulher. Neste dia, o representante da DEAM presente ainda falou em tom arrogante que o serviço deles se tornava mais estressante porque as mulheres, depois de fazerem todo o procedimento na delegacia, desistiam no final, quando sabiam que o marido seria preso e todo o serviço se daria por perdido.

O tom arrogante da sua fala fez com que o assunto gerasse polêmica. A professora da UPE ressaltou que o grande problema estava no fato de que a DEAM funcionava como uma delegacia comum. Os funcionários não trabalhavam tendo como foco o atendimento de mulheres que sofrem uma violência muito específica. Argumentou que a Rede deveria trabalhar no sentido de fazer com que esta delegacia pudesse disponibilizar a mulher uma gama de serviços para lhe dar apoio. A assistente social do CREAS regional, por sua vez, afirmou de forma enfática que a mulher

só desiste porque ela não foi fortalecida anteriormente ou de forma concomitante, pela equipe do CREAS ou do CRAM. Que aí residia a importância de a DEAM trabalhar integrada à Rede.

Tinha percebido, até então, certa prevalência de preocupações referentes à saúde física da mulher: ou se preocupavam em salvar sua vida e cuidar dos ferimentos provocados pela violência (física ou sexual) ou se preocupavam em realizar a profilaxia de emergência para evitar a contaminação por infecções sexualmente transmissíveis ou uma gravidez indesejada. Além da saúde física, havia uma preocupação relativa à denúncia. A assistente social do CREAS regional era uma das poucas que falava de um fortalecimento psicológico e social das mulheres e da importância deste fortalecimento para o empoderamento das mulheres e a saída da situação de violência, argumentando que, além da violência física e sexual, ainda existia a psicológica, moral e patrimonial que precisavam ser contempladas, até porque consistiam na maioria dos casos e ainda não tinham o mesmo peso legal que as demais.

Sua fala continuou a gerar polêmica, que numa altura daquelas (por volta das 11 horas da manhã) já inquietava aqueles que começavam a ficar com fome ou que tinham que pegar as crianças na escola. Isto porque, se a mulher precisava estar fortalecida para fazer a denúncia, significava que uma das portas de entrada não deveria ser a DEAM e sim o CRAM ou CREAS regional. Neste momento a representante da UPA ainda nos lembrou dos agentes comunitários de saúde e das equipes de saúde da família que possuíam contato direto com as mulheres em suas casas e ficavam sabendo *in loco* dos casos de violência doméstica.

Até o presente momento, as discussões versavam sobre os mais variados assuntos: sobre como a DEAM era ineficaz, sobre como o Hospital Universitário não encaminhava as mulheres para os equipamentos cabíveis, sobre a falta de importância dada aos agentes comunitários nesta seara, a como precisamos fazer dialogar os equipamentos, enfim, versavam sobre os mais variados assuntos. No entanto, ninguém questionava a respeito de quem eram as mulheres que procuravam os equipamentos.

De que bairro vinham? Qual era sua raça? Faixa etária? Classe social? Quem eram os homens que infringiam violência contra elas? Quais suas motivações? Todos estes questionamentos ficaram implícitos nos futuros debates do eixo prevenção, e ninguém estava se importando sobre quais seriam as formas de diálogo entre os dois eixos. A impressão que tive é que as pessoas presentes não concebiam, ou faziam questão de não considerar, a relação que havia entre a diversidade de mulheres, onde habitavam, a que grupo pertenciam e suas visões de mundo, e a busca por ajuda em uma situação de violência. Tampouco tinha importância o homem (quem ele era, qual sua relação com estas mulheres) para o fortalecimento destas mulheres em situação de violência. O eixo prevenção ficou de ser debatido no encontro seguinte e isto nunca aconteceu.

Findamos a reunião estabelecendo quatro modelos possíveis e simples de fluxograma de atendimento para serem publicizados entre as instituições que atendiam mulheres vítimas de violência, para que estas pudessem ser encaminhadas de forma correta. Como sabíamos que havia uma grande possibilidade de a mulher não comparecer ao equipamento que lhe foi direcionado, a ideia que tínhamos não era somente divulgar os fluxogramas nas instituições, mas também insistir no encaminhamento da ficha destas mulheres para o CREAS regional, que naquele momento era o único equipamento presente que fazia a busca ativa das mulheres, no sentido de empodera-las por meio da informação e serviços de auxílio para saíssem da situação de violência sem muitas perdas²¹.

A preocupação centrada no funcionamento otimizado dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência e o descaso frente ao eixo prevenção e aos perfis das mulheres que procuravam os serviços, nos evidenciam características muito similares àquelas levantadas no Conselho de Direitos da Mulher de Petrolina. Destas, o foco em uma concepção essencializada de mulher, porque não problematizada e considerada em sua pluralidade, e a escassez de debates a respeito da dominação masculina e das relações de gênero pode nos possibilitar a

²¹ Ver fluxogramas em anexo.

reflexão que toma o seguinte direcionamento: qual a relação que realmente se efetiva (ou que deixa de se efetivar) entre reflexão acadêmica feminista e a *práxis* política (na sua realização enquanto política pública) no que tange às recentes discussões sobre identidade e diferença verificadas nos debates feministas?

2.2. Desconstrução identitária ou interseccionalidade das categorias?

A partir do resgate dos elementos que propiciaram com que teóricas feministas problematisassem a violência contra as mulheres e a colocasse na mesma seara que questiona os fundamentos de categorias que construíram a modernidade ocidental, foi possível notarmos como esta temática se intercala aos principais elementos problematizadores da dominação masculina. Trazer a baila estes elementos permitiu que feministas engajadas pudessem questionar a ordem patriarcal por meio da implosão dos seus princípios fundadores. O desvelar das relações de poder que respaldam a dominação masculina confere ancoragem suficiente para justificar políticas de reparação das desigualdades de gênero, haja vista que comprova a assimetria das relações entre homens e mulheres e o modo androcentrado, violento e desigual pelo qual essas relações foram criadas.

No entanto, vimos que, apesar de a violência contra a mulher ser um tema central nas políticas públicas para as mulheres em Petrolina, esta temática é vista de uma forma muito peculiar. Tanto nas discussões e demandas do Conselho de Direitos da Mulher, quanto nas reuniões da Rede, a temática é pautada na forma de casos pontuais e concretos, desarticulada de políticas mais estruturantes sobre o tema. Esta forma peculiar de encarar a violência contra as mulheres ainda possui mais um viés problematizador: as mulheres alvo das supostas ações não possuíam raça, classe, etnia ou pertencimento algum. Em algumas reuniões do CDM ainda vi a presidente levar dados sobre o índice de violência por bairro e diferenças entre zonas rural e urbana. Achei interessante e tive

um fio de esperança que aqueles dados proporcionassem um debate mais profundo sobre quem seriam aquelas mulheres que sofriam violência. No entanto, esses dados não mudaram em nada a forma como as mulheres pensavam sobre o assunto. Não as fizeram debater sobre políticas específicas para mulheres específicas. Tampouco as fez problematizar sobre as origens da violência contra a mulher.

Não realizar o exercício reflexivo e crítico sobre quem é o sujeito sobre o qual as políticas públicas para as mulheres se volta, é desconsiderar todo o trabalho realizado pelas teóricas feministas a fim de respaldar as mesmas políticas que aquelas mulheres se engajavam a colocar em prática. Sem as discussões que questionaram a suposta neutralidade dos fundamentos e categorias da sociedade moderna e da democracia liberal, que vimos linhas acima, não teríamos como conceber a dominação masculina e os modos como ela construiu, de uma forma extremamente sofisticada, as concepções sobre mulher que permeiam o nosso cotidiano. E não teríamos, tampouco, como compreender as maneiras como esta categoria, a de mulher, foi concebida como o polo emocional, irracional, doce, submisso e subalterno da relação que se dicotomizou nos polos masculino/feminino (MARIANO, 2008, p.365-366).

As críticas ao essencialismo identitário levou teóricas feministas a abandonar a categoria de sujeito como entidade transparente, racional e homogênea. Isso permitiu que pensássemos os sujeitos como plurais, heterogêneos e, acima de tudo, contingentes, submetidos ao fluxo da história e das relações de poder. Sem questionar o sujeito seria impossível questionar a parcialidade do sujeito masculino, visto como universal, tornando a explicitação das diferenças no interior de cada gênero impossíveis de serem detectadas. Ao evidenciar as particularidades e as relações de poder que constituíam os sujeitos, feministas trouxeram à baila o caráter normativo e opressor das categorias desveladas, ao mesmo tempo em que tornaram visíveis os grupos invisibilizados. O descortinar destes sujeitos oprimidos (neste caso as mulheres), por meio das críticas do sujeito moderno ocidental, possibilitou, também, que ou-

tros elementos pudessem ser questionados, como, por exemplo, as relações de poder que permeavam a esfera por excelência do sujeito mulher, a esfera da privacidade, e os modos como as relações de poder operavam nesta esfera: pelos mais variados tipos de violência.

Este trabalho de crítica do sujeito feminino foi protagonizado, principalmente, pelas teorias feministas pós-estruturalistas, prevalentes, principalmente, a partir dos anos 90 do século XX, nos países ocidentais. Elas tinham como principal objetivo questionar estas categorias unitárias e supostamente universais e tornar históricos conceitos como o de homem e mulher, por exemplo. O método da desconstrução, influenciado pelos escritos de Jacques Derrida, que têm por objetivo desmontar a lógica das categorias, tem permitido às feministas que se filiam a esta corrente questionar os fundamentos e pressuposições de pares dicotômicos e essencialista de gênero. O sujeito passa a ser visto como contingente e eivado de relações de poder (MARIANO, 2005, p. 486). Mariano, parafraseando Scott a respeito da constituição dos binarismos nas categorias dos sujeitos gendrados, afirma:

A oposição binária (...) ao mesmo tempo em que contrapõe os dois termos da oposição, constrói a igualdade de cada lado da oposição e oculta as múltiplas identificações entre os lados opostos, exagerando a oposição, da mesma forma que oculta o múltiplo jogo das diferenças de cada lado da oposição. Trata-se de um jogo de exclusão e inclusão. Com isso, cada lado da oposição é apresentado e representado como um fenômeno unitário (ibid., p. 487).

Esta lógica de pensamento binário compreende que cada um dos polos (o homem e a mulher) é igual e assim se suprime as diferenças que compõem as categorias. Esta repressão das diferenças reificam as identidades de gênero retroalimentando as relações de poder que lhes são fundantes ao mesmo tempo em que solidifica as hierarquias sociais que lhes servem de base (ibid. p. 487).

Como uma das principais teóricas pós-modernas, Judith Butler se debruça para a análise crítica destas construções identitárias e da construção dos sujeitos. Baseando-se nos estudos sobre o poder de Foucault,

Butler toma como assertiva central a ideia de que os sujeitos são constituídos por ações prévias que são esquecidas na medida em que eles se tomam como fonte única de suas ações (BUTLER, 1998, p. 19). Estas ações configuram relações de poder, pois constituem corpos e verdades que, naturalizados, tem a capacidade de fazer desaparecer seus processos fundadores.

Segundo esta perspectiva de Foucault, o poder não regeu a construção de identidades a partir de um corpo de leis ou uma soberania. Os dispositivos de poder não funcionavam tampouco pelo direito. Sua análise revelou que houve e há uma maneira mais positiva de construção de corpos do que pelos efeitos de proibição. Ela se efetiva pela normalização e pelo controle que se realizam por formas que extravasam os aparelhos do Estado (FOUCAULT, 1988, p. 100-101). O poder, desta maneira, era visto por ele como uma multiplicidade de correlações de forças intrínsecas ao domínio onde se exercem e que faziam parte de sua organização. Deste modo, não se deve buscar uma existência central e primeira do poder. Há, sim, uma forma de suporte móvel das correlações de forças que induzem, de forma desigual, estados de poder instáveis (ibid., p. 102-103).

O poder que constitui sujeitos, segundo esta perspectiva, não cessa no momento da constituição, pois os sujeitos nunca são definitivamente constituídos. Eles estão sempre em um processo de construção, contínuo, que faz desse sujeito sempre uma seara de possibilidades permanentemente apta a reafirmá-lo, negá-lo, ou ressignifica-lo. Dessa maneira, o sujeito não está inserido em um campo político, ele é o próprio campo político (BUTLER, op. cit., p. 22).

No entanto, Butler vai atentar para as possibilidades críticas desta concepção de sujeito, principalmente aquela que afirma que este modo de pensar anuncia a morte do sujeito e com ele todas as possibilidades de lutas feministas e propostas emancipatórias. Segundo Butler, muitas podem afirmar que, logo agora que as mulheres se tornaram sujeitos na cena democrática, anuncia-se a morte da categoria e veem isso como

uma conspiração (ibid., p. 23). Butler vai argumentar que temos, a partir daí, duas opções: ou adotamos os mesmos modelos de dominação que sujeitaram as mulheres, não atentando para o fato de que uma das formas dessa dominação operar é por meio da regulação dos sujeitos; ou deve o feminismo exercer a autocrítica sobre os processos que constroem identidades (ibid., p. 23-24). Nas suas próprias palavras:

Tomar a construção do sujeito como uma problemática política não é a mesma coisa que acabar com o sujeito; desconstruir o sujeito não é negar ou jogar fora o conceito; (...) Desconstruir não é negar ou descartar, mas pôr em questão e, o que talvez seja mais importante, abrir um termo, como sujeito, a uma reutilização e redistribuição que anteriormente não estavam autorizadas (ibid., p. 24).

Não atentar para a construção dos sujeitos é o mesmo que ser cúmplice dos processos que os fundaram. Por mais aberto que estejamos a abraçar identidades das mais diversas, estas, se forem tomadas como fechadas e de antemão, esconderão sempre as relações de poder que a própria luta feminista pretende minar. Uma das consequências dessas relações de poder são os processos de exclusão. Todo processo de construção identitária é também um ato de exclusão. Os sujeitos se constroem mediante atos de diferenciação que criam um exterior que, ao mesmo tempo em que lhes nega, lhes constitui. A construção de sujeitos envolve, então, a criação de um domínio de sujeitos desautorizados e apagados que sempre estarão à margem (ibid., p. 21-22). Assim, concebemos a categoria “mulher” como globalizante conseqüentemente a tomamos como normativa e excludente ignorando outros marcadores de privilégios como os de raça, classe e da heterossexualidade compulsória que busca criar uma unidade do ser mulher pautada em uma estabilidade entre sexo, gênero e desejo. Somente a crítica do sujeito e das identidades revelaria a “masculinidade” por trás do sujeito universal e explicitaria a diferença interna dentro da categoria gênero (MARIANO, op. cit., p. 487). Este fator, assim como aquele que não concebe os processos de poder que estão por trás da construção dos sujeitos, lançam

novos desafios para as propostas feministas de uma democracia mais pluralista.

No entanto, o ponto de vista que toma a desconstrução dos sujeitos em geral, e do sujeito “mulher” em particular, e que por sua vez subverte a noção de cidadania liberal, ainda não é visto como consenso nos debates feministas. A ideia central que respalda o argumento da teoria feminista pós-estruturalista neste sentido entende que o construto identitário “mulher” se moldou no seio de uma estrutura de dominação masculina, sob a égide de seus conceitos e perspectivas de ação para o sujeito feminino. A mulher seria um produto das próprias relações de dominação que o feminismo desejaria abolir (MIGUEL, 2014, p. 81).

Para Luis Felipe Miguel esta perspectiva desconstrucionista do sujeito pode até ser interessante para os debates acadêmicos, mas inviabilizaria a atuação política do feminismo. Seria o que ele chama de “(...) uma contradição em termos, uma vez que o ponto de partida de toda a ação política é a produção de uma identidade coletiva (o que não quer dizer que essa identidade deva ser absoluta, imutável ou irrevogável)” (ibid., p. 82). Desse modo, se os movimentos políticos demandariam o esforço inicial de construir uma identidade para seus sujeitos de direito, seria contraproducente começar o trabalho político por um esforço de desconstrução destes sujeitos. Apesar de Butler afirmar que o esforço da desconstrução não significa eliminar de uma vez o conceito e sim entender os mecanismos de poder que o geraram, para Miguel este esforço seria problemático na medida em que dificulta os processos de construção de elementos que unifiquem a multiplicidade indenitária do ser mulher (ibid., p. 82).

Levando em consideração a crítica de Miguel ao feminismo pós-estruturalista, poderíamos ter, neste momento, uma cisão entre o conhecimento produzido na academia e o trabalho de militância do feminismo, que tradicionalmente sempre caminharam lado a lado. Para este autor, esta cisão se faz necessária, principalmente em se tratando de um movimento onde os essencialismos a respeito da categoria mulher já foram

criticados há algum tempo por feministas que trouxeram à baila outras categorias, como as de raça e classe, para pensar as identidades das mulheres²². Estas feministas da academia centralizaram os debates a respeito das especificidades das experiências das mulheres negras e trabalhadoras não contempladas pelas generalizações das demandas das feministas brancas de classe média, principalmente no que dizem respeito à ocupação do mercado de trabalho e sobre as experiências na esfera familiar. Além destas críticas, Elisete Schwade (2010) trouxe à baila os modos como a experiência de gênero também está interconectada à heterossexualidade compulsória, que reforça a perspectiva binária da sexualidade e das experiências das mulheres e, ainda, é vilipendiada em muitos nichos dos movimentos feministas. Desse modo, para Miguel, a saída do essencialismo do movimento feminista não seria pela via pós-estruturalista.

O passo central, para ele, seria considerar a interseccionalidade das categorias gênero, raça, classe e sexualidade na formação das mulheres e a pluralidade de padrões de subordinação e violências que essa amalgama traria e que por sua vez precisariam ser entendidos em sua singularidade. Claro que, ao levantar o debate sobre a necessária interseccionalidade destas categorias na formação do sujeito mulher corre-se o mesmo risco que o problematizado parágrafo atrás sobre o argumento da desconstrução e as possibilidades de fragmentação identitária. Neste sentido, Miguel, fazendo referência ao argumento de Catharine MacKinnon, afirma que é possível falar em uma unidade ao nos referirmos ao sujeito mulher. Há uma unidade fundamental da experiência feminina sob a estrutura de dominação androcentrada, de modo que, a despeito das diferenças de raça, classe e orientação sexual, as mulheres seriam unificadas em consequência do sexismo, misoginia e suas violências correlatas, as englobando, a partir destas experiências, em uma história social e coletiva comum (MIGUEL, 2014, p. 92).

²² Dentre estas podemos citar Patricia Collins (2016), Bell Hooks (2015), Angela Davis (2016), Saffioti (2013).

Todavia, é preciso realizar o contra-argumento que nos encaminha ao seguinte questionamento: conceber as especificidades dentro da categoria “mulher”, como propõe Miguel, responderia aos questionamentos sobre as concepções de poder que formaram esta categoria? Classificar as mulheres em tipos (negras, trabalhadoras, quilombolas, ribeirinhas, latino americanas, etc.) se mostra de fundamental importância tanto para pensarmos a pluralidade do movimento como a operacionalização de políticas públicas para as mulheres, haja vista que cada grupo possui problemas e demandas específicos. No entanto, tornar evidente a pluralidade dentro da categoria “mulher” de forma alguma é o mesmo que questionar os princípios fundadores desta categoria. Ao contrário, é o questionamento dos princípios fundadores da categoria que nos permite, inclusive, visualizar a variedade de mulheres que foi obscurecido por um conceito que se supôs universalizante. Desconsiderar o processo de desconstrução das categorias que foram essencializadas e universalizadas pela modernidade ocidental seria o mesmo que jogar o bebê com água do banho. Seria jogar por terra todo o debate crítico realizado até então, e o pior, seria descartar os próprios argumentos que fundamentam e legitimam as políticas específicas para as mulheres. É importante lembrarmos que estas só passaram a existir porque teóricas feministas e feministas engajadas em movimentos sociais pelo mundo questionaram os princípios que universalizavam homens e mulheres em categorias que se propunham igualitárias.

Desconsiderar estes fatores poderia ter como consequência, a meu ver, e a partir do que presenciei na aplicação das ações voltadas para as mulheres em Petrolina, políticas focadas em casos pontuais e singulares, que não se ancoram nos debates de gênero que respaldam os PNPMS do Governo Federal. Estas políticas focais não se mostram estruturantes, uma vez que não se propõem a transformar realidades em longo prazo, haja vista que se preocupam em resolver problemas imediatos e focalizados.

No entanto, além de a forma como a efetivação destas políticas estar relacionada a uma aplicação pontual, focada e acrítica quanto às concep-

ções identitárias, foi possível verificar, também, que as mulheres engajadas nestas ações não resgatavam nenhum debate de gênero em suas práticas. Nenhum elemento que dissesse respeito aos modos como os movimentos feministas compreendem a dominação masculina foi levantado nas reuniões do CDM ou da Rede. As mulheres pensavam apenas em uma aplicação técnica, pragmática e acrítica de ações voltadas para as mulheres.

Em muitos momentos a coordenadora regional questionava este modo de atuação, indagando: “precisa ter mais gênero aqui” a fim de fazer uma relação entre políticas para as mulheres e os debates de gênero que as respaldam. Mas quase nada era feito a partir de suas intervenções. Com isso não pretendo afirmar que as mulheres possuíam pouca ou nenhuma vontade política. O que percebi foi um desconhecimento geral sobre o assunto.

Não podemos desconsiderar o fato de que o tema é polêmico mesmo entre integrantes da academia como vimos linhas acima. Mas o problema que localizei estava ainda aquém deste debate. Isso porque não apenas não verifiquei um debate sobre as desconstruções identitárias. Não consegui evidenciar sequer uma preocupação com a interseccionalidade que permeia a categoria “mulher”.

Mesmo nas reuniões do CDM, que tinha pretensões de reservar os assentos que representasse, em tese, a diversidade de mulheres da cidade, não pude perceber variações neste modelo. As mulheres representavam secretarias do município, como a de educação, saúde, acessibilidade, orçamento, e da mulher. E contavam com participação assídua de representantes de agentes de saúde e de organizações não governamentais, mas poucas voltadas para grupos específicos de mulheres, como negras, lésbicas ou rurais, por exemplo. Estas organizações tinham fins que não estavam relacionados aos direitos das mulheres, especificamente²³. Com a vivência cotidiana e nos espaços de militância da cidade, pude perceber como eram escassos movimentos sociais, em

²³ No capítulo segundo faço referência às instituições que compõem o CDM.

sua diversidade de públicos e pautas, na região. As organizações se davam muito mais via sindicatos e movimentos estudantis e/ou partidários do que por meio de movimentos sociais²⁴. Essa frágil organização se refletiu na composição do conselho que não contemplava a variedade de mulheres que viviam na cidade. Havia mulheres negras, uma com deficiência, rurais e idosas. Mas elas não estavam representando esses grupos específicos. O modo como as mulheres estavam representadas no CDM refletia uma desatenção quanto à multiplicidade de identidades femininas que compunha a cidade de Petrolina e, principalmente, a relação entre essa variedade e os problemas vivenciados pelas mulheres e debatidos nas suas reuniões.

Assim, vemos não apenas uma desconsideração quanto às questões identitárias na efetivação de políticas para as mulheres em Petrolina, percebemos, também, uma falta de diversidade nos espaços de formulação e aplicação das políticas. Apesar de os PNPMs contemplarem propostas para grupos específicos de mulheres e terem como pressuposto a interseccionalidade das categorias, gênero, raça, classe, geração, dentre outras, isto não se reflete na prática em Petrolina. Não verificamos nem políticas pautadas na desconstrução, ou políticas transformativas, como nos apontou Fraser, nem políticas baseadas na afirmação das identidades das mulheres. Vimos que até aquelas políticas que se referem à mulher, no singular, ainda apresenta uma “negatividade” no seu fazer prático.

A questão que precisamos colocar, e que ainda não é possível responder de maneira indubitável, é: as questões identitárias não são consideradas na aplicação de políticas para as mulheres em Petrolina porque são de difícil apreensão pelos elaboradores dos projetos, como apontou Miguel? No entanto, vimos que até mesmo a perspectiva identitária pautada nas afirmações e não nas transformações é desconsiderada

²⁴ Depois de seis anos morando na região e tendo acesso aos espaços de militância, como passeatas, debates, assembleias e manifestações em geral, pude notar a presença da Marcha Mundial das Mulheres, do Levante Popular da Juventude, de algumas pessoas que se dizem da UNEGRO, da Marcha das Mulheres Negras e da União Brasileira de Mulheres.

nestas ações políticas. Acredito que o problema não se restringe a estas questões. Precisamos, sim, redirecionar nosso olhar para outras perguntas.

A focalização em grupos específicos, tão caro às políticas neoliberais redistributivas, tem por objetivo contemplar os segmentos excluídos, no sentido de incluí-los dentro da lógica de mercado do atual Estado gerencialista. Não tem por objetivo positivar identidades sociais estigmatizadas, principalmente se para isso for necessário criticar os pressupostos políticos que respaldam tal regime, e transformar, de forma estrutural, as relações sociais. Assim, caímos, aqui, na velha problemática: quantidade pode se configurar como qualidade? Aumentar os organismos de mulheres e espalhar políticas públicas para este grupo traz efeitos transformadores para elas? Quais são as mulheres que estão engajadas para pensar e colocar estas políticas em prática? Neste momento é claro que não me refiro à vontade política. Na verdade, não vi nenhuma mulher dos grupos que convivi tirando proveito de qualquer situação. Todavia, a forma como as políticas vêm sendo operacionalizadas possuem, a meu ver, um mal de origem, e esse tem total relação com o modelo gerencialista e neoliberal de gestão do Estado de pensar a forma de empoderamento das mulheres²⁵.

²⁵ Esse debate será desenvolvido com mais vagar no quinto capítulo deste trabalho. O intuito é demonstrar como estes elementos e pressuposto que surgem em campo nos apontam especificidades, e problemas, decorrentes do modelo gerencial de aplicar as políticas públicas. Por ora me restringi, apenas, a expor os modos como certas categorias centrais surgem na operacionalização das políticas públicas para as mulheres, qual a importância destas categorias para o pensamento feminista, e como (ou se) os agentes em campo fazem valer o debate feminista em suas práticas.

Capítulo IV

Consciência sem corpo e empoderamento sem consciência: o *modus operandi* das políticas públicas para mulheres de Petrolina (Parte II)

No capítulo segundo e terceiro deste trabalho vimos como as associações tecidas pelos agentes de políticas públicas para as mulheres de Petrolina nos encaminharam quase que exclusivamente para ações voltadas para o combate à violência contra a mulher. No processo de efetivação destas ações, notamos que as soluções encontradas para a saída das situações de violência estavam voltadas, em sua maioria, à resolução de casos pontuais que não problematizavam nem os condicionantes das violências, nem os sujeitos que eram os beneficiários diretos das políticas. Tampouco questionavam o sistema de dominação masculina e as construções de gênero que originaram o problema. A outra via encontrada para a superação da violência contra a mulher dizia respeito não apenas à formação de uma rede de atendimento a estas mulheres, mas a todo o esforço feito para que os equipamentos desta rede funcionassem de forma integrada.

O conhecimento sobre os equipamentos e serviços que compunham esta rede, por parte dos funcionários das instituições envolvidas e das usuárias dos equipamentos, tornava-se um dos objetivos centrais da rede, pelo menos em tese. Havia uma preocupação em divulgar para a sociedade mais ampla os serviços disponíveis às mulheres, e isso podia ser notado na fala de todos os envolvidos na rede, principalmente na da coordenadora do CREAS regional e na da coordenadora regional da Secretaria Estadual da Mulher. Essa divulgação normalmente era feita por

meio de panfletagens que ocorriam em ações de períodos específicos do ano, como o carnaval, nos dias 8 de março, e no período dos 16 dias de ativismo. Além disso, em palestras ou eventos promovidos pelas agentes mencionadas, e também pela Secretaria Executiva da Mulher do município. As mulheres envolvidas sempre tinham a preocupação de divulgar os serviços dos equipamentos que compunham a Rede de enfrentamento à violência contra a mulher, no sentido de “empodera-las”.

Este sentido dado ao termo empoderamento nos é interessante na medida em que envereda uma possibilidade de interpretação dos modos de atuação destes agentes de políticas públicas. Em muitas das falas das coordenadoras referidas no parágrafo acima, elas foram enfáticas ao afirmar que as mulheres precisavam se empoderar por meio do conhecimento dos serviços que hoje lhes são disponíveis graças às demandas dos movimentos de mulheres atendidas pelos Governos Federal, estadual e municipal. Este termo, **empoderamento**, apareceu incontáveis vezes nos cenários de aplicação de políticas para as mulheres de Petrolina, principalmente nas ações das secretarias aqui enfocadas e nas atividades da Rede.

Além disso, empoderar significava nesse mesmo contexto, proporcionar às mulheres conhecimentos a respeito de sua situação de subordinação, sobre a dominação masculina, e como as relações de gênero não eram naturais e sim socialmente construídas. Neste sentido, o método que notei prevalecer para propiciar este empoderamento era baseado em cursos de formação, palestras e seminários, que no geral se apresentavam desconectados de um projeto de empoderamento mais abrangente e se baseavam, em sua maioria, em uma metodologia tradicional de transmissão de conhecimento.

A partir do acima exposto, pude perceber como o termo “empoderamento” surgiu incontáveis vezes nas práticas das agentes de políticas públicas para as mulheres em Petrolina, de modo que pode ser tomado como uma categoria central, orquestradora das suas práticas. Este termo, extremamente caro à teoria e prática política feminista, foi apropriado e ressignificado em diversos contextos, conferindo sentidos aos posiciona-

mentos e arranjos políticos propostos para as mulheres. Desse modo, tomando como referência esta ressignificação de um fundamento chave da *práxis* e teoria feminista, realizado pelas minhas interlocutoras de campo, proponho neste capítulo uma análise dos modos como este conceito foi apropriado e as consequências dos entendimentos que foram a ele atribuídos. Veremos, assim, como o empoderamento foi ora associado à possibilidade de conhecimento dos serviços disponíveis às mulheres, ora atrelado a uma tomada de consciência da situação de subjugação feminina. Veremos, também, como estas associações estavam relacionadas a uma tomada de consciência individualizada e tecnicizada, em sua essência. E, quando relacionada à tomada de consciência, este empoderamento encontrava entraves relacionados a um modelo de pedagogia tradicional e racionalizado de transmissão de conhecimento. Por fim, compreenderemos como os modos em que este termo foi apropriado na efetivação das políticas para as mulheres na cidade possuem forte relação com os pressupostos do gerencialismo neoliberal presente no fazer de políticas públicas no Brasil.

1. Origens e concepções acerca do Empoderamento das Mulheres

O termo empoderamento, tão utilizado na aplicação de políticas para as mulheres, não só em Petrolina, como em todo o Brasil e no mundo¹, vem sendo atualmente objeto de reflexões e críticas, pelo menos quanto ao modo como está sendo operacionalizado no fazer das políticas públicas para as mulheres e nas perspectivas das agências financiadoras de projetos (nacionais e internacionais). Este termo, diferente de outros que vemos migrar da academia para a *práxis* política, surgiu no seio de movimentos sociais, na luta pelos direitos civis, nos Estados Unidos, na década de 70 do século passado, com o intuito de valorização da popula-

¹ Segundo Sardenberg, a equidade de gênero e o empoderamento de mulheres têm sido vistos como os “gols do milênio” para as agências de cooperação internacional e desenvolvimento, que têm incorporado esta perspectiva em seus programas e projetos, de modo que mais de 1800 portfólios de empréstimos do Banco Mundial mencionavam empoderamento em sua documentação (SARDENBERG, 2006, p. 2).

ção negra e da busca pela cidadania plena. Nesta mesma década, o termo foi apropriado pelo movimento feminista para pensar, de forma crítica, a alteração das estruturas que colocam as mulheres em uma situação de subordinação (MAGESTE et. al., 2008, p.1).

Depois de já vir sendo utilizado no seio dos movimentos de base, o termo empoderamento foi, primeiro, apropriado pelas feministas acadêmicas que o utilizaram para problematizar suas concepções sobre o poder e, depois, nos discursos sobre desenvolvimento que se apropriaram do termo, vendo-o como um meio para eliminação da pobreza, de busca pela democracia e para o crescimento econômico (SARDENBERG, 2006, p. 1-2). Segundo Sardenberg, apesar das divergências quanto ao significado do conceito, para as feministas o termo pode ser um meio ou instrumento para adquirir determinado fim, mas, ao mesmo tempo, ele é também um fim em si mesmo. Isto porque o empoderamento diz respeito a um processo de conquista de autonomia e autodeterminação e implica a libertação das mulheres das garras da opressão de gênero e patriarcal.

Para as feministas latino-americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com o a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas (ibid, p. 2).

Sardenberg vai afirmar que, apesar de existirem divergências entre as feministas quanto ao significado do conceito, há um consenso quanto a alguns pressupostos contidos no termo. O primeiro deles é que para se empoderar alguém, esta pessoa deve estar desempoderada; o segundo versa sobre o fato de que ninguém empodera ninguém, haja vista ser o empoderamento um processo auto reflexivo de empoderar a si mesmo²;

² Neste ponto ela chama atenção para o fato de que isso não inviabiliza que um “facilitador” possa ajudar no processo de empoderamento, criando as condições necessárias para tanto. Falaremos disso mais a frente.

o terceiro diz respeito ao fato de que o empoderamento tem a ver com a construção da autonomia, da capacidade de tomar decisões e de assumir o controle da própria vida; e, por fim, o empoderamento é visto como processo e não como mero produto, não existe um estágio de empoderamento absoluto (ibid, p. 3-4).

Neste sentido, o empoderamento se mostra, segundo Magdalena León, como uma mera ilusão se não está conectado a um contexto e ações coletivas dentro de um processo político. Apesar da necessidade de reconhecermos a importância do seu aporte individual, não é possível desconsiderar o seu aspecto histórico e político. Assim, ao falarmos de empoderamento deveremos ter em vista que ele se trata de uma mudança individual e também de ação coletiva. O empoderamento deve estar integrado em um processo com a comunidade em forma de cooperação e solidariedade, com fins de alteração das estruturas sociais vigentes (LEÓN, 2001, p. 97).

A perspectiva que relacionava empoderamento às relações de poder e a ação coletiva já tinha se mostrado presente desde o início da utilização do seu termo, na década de 70 do século XX. Neste período já havia uma presença considerável de mulheres nas organizações internacionais pressionando para que as questões relativas a este grupo fossem inseridas nos discursos e práticas sobre o desenvolvimento. Esta perspectiva, presente desde o pós-guerra nos países ocidentais, supunha a possibilidade de uma alavancada no desenvolvimento econômico, proporcionando a modernização e, com isso, o espraiamento dos direitos para todos, homens e mulheres. Neste sentido, técnicos/as e consultores/as da Organização das Nações Unidas (ONU) abraçaram as demandas de gênero nos projetos para o desenvolvimento, a fim de integrar as mulheres nas economias de seus países. A conquista destas demandas levou à decretação, em 1975, do Ano Internacional da Mulher na ONU e à realização, neste mesmo ano, da I Conferência Mundial da Mulher, na Cidade do México (SARDENBERG, 2015, p.14-15).

Nesta primeira conferência foi aprovado o I Plano de Ação Mundial para as Mulheres a ser desenvolvido na Década da Mulher e Desenvolvimento (1975-1985). O propósito deste Plano de Ação era integrar as mulheres ao desenvolvimento, orientado pela perspectiva do feminismo cunhado como “liberal” que pensava o desenvolvimento como um processo linear no qual os povos “atrasados” e presos às tradições partiriam rumo aos valores modernos, incorporando novas tecnologias e instituições por meio de apoio financeiro e técnico de agências de cooperação internacional (ibid, p. 15).

No entanto, segundo a perspectiva do feminismo liberal, as desvantagens vivenciadas pelas mulheres, que possuíam causas históricas e econômicas, tinham origens nas desigualdades de acesso a oportunidades no mercado. Neste sentido, o objetivo maior da luta feminista seria promover a integração das mulheres aos serviços do Estado e a economia de mercado, por meio do acesso à educação, à capacitação e ao trabalho, assim como aos recursos econômicos e produtivos. Para tal fim, as políticas de redução da pobreza teriam um enfoque central, haja vista que os teóricos que defendiam essa versão argumentavam que as estruturas econômicas seriam a base da falta de poder e da desigualdade, sustentando que a sua superação geraria uma melhora nesta condição e proporcionaria uma melhor distribuição do poder (MAGESTE op. cit., p.3).

Neste sentido, a utilização de uma abordagem liberal (mesmo que feminista), não contemplava o questionamento da própria noção de desenvolvimento presente nas propostas da ONU, desconsiderando as estruturas de poder patriarcal que fundamentam as desigualdades entre homens e mulheres, assim como suas intersecções com as categorias de raça, classe e etnia (SARDENBERG, op. cit. p. 15). O fato de estas estruturas de poder se mostrarem presentes mesmo entre mulheres de classe média e alta, e entre as mulheres do Norte global, demonstrou que o acesso a recursos básicos, como educação, trabalho, e uma oportunidade de desenvolvimento não contribuía, automaticamente, para o empode-

ramento das mulheres e para a sua saída da situação de subjugação (MAGESTE, op. cit., p. 3; SARDENBERG, op. cit., p. 16).

No período da década da mulher da ONU, movimentos feministas nos países do Sul começaram a ganhar destaque e a propor formulações críticas a respeito das abordagens sobre “mulher e desenvolvimento”. Entre os seus principais objetivos estava o empoderamento das mulheres e, por meio da incorporação de debates oriundos das feministas do norte, principalmente os referentes às interseccionalidades entre gênero, raça e classe, enfatizavam a construção social dos gêneros, as desigualdades entre as mulheres, e as relações de poder que lhes serviam de base (SARDENBERG, op. cit., p. 16). Este pensamento das feministas do sul fez coro na III Conferência Mundial de Mulheres, de Nairóbi no Quênia, em 1985, que se propunha a avaliar a década da mulher, de modo que suas participantes ressaltaram a necessidade em trabalhar o “empoderamento” das mulheres no desenvolvimento. Esta questão ressoou também na IV Conferência da Mulher da ONU, em 1995, em Beijing na China, e, no plano de ação aprovado neste encontro foi incorporado o enfoque de gênero em todos os programas e projetos de desenvolvimentos apoiados pela ONU para a promoção da participação e empoderamento das mulheres (ibid., p. 17).

No entanto, segundo Sardenberg, apesar de a perspectiva de gênero e empoderamento das mulheres ter sido abraçada pelas agências de cooperação internacional e desenvolvimento, o uso massificado do termo (empoderamento) nos projetos e políticas tem gerado uma simplificação, deixando-se perder, neste processo, os pressupostos ligados a sua perspectiva relacional e as relações de poder e a estrutura patriarcal que o fundamentam. Neste sentido, apenas o empoderamento, sob o ponto de vista liberal, prevalece. Este pensamento entende o empoderamento de mulheres como crescimento individual, sob o ponto de vista de uma ação racional de atores sociais em defesa de seus direitos. Segundo a autora, esta perspectiva contrasta com a ideia de “empoderamento para a libertação” que possui como substrato as relações de poder entre mulheres e homens e que tem como objetivo principal a conquista de autonomia e

libertação das mulheres dos grilhões forjados pelas relações patriarcais. Neste sentido, o viés crítico e transformador das estruturas de dominação se mostram centrais (ibid., p. 19).

A noção de “empoderamento para a libertação” guarda consigo algumas características centrais para entendermos seu significado e sua aplicabilidade. Sardenberg, citando Srilatha Batliwala, vai elencar três objetivos do empoderamento: 1) questionar a ideologia patriarcal, 2) transformar as estruturas e instituições que reforçam e perpetuam as discriminações de gênero, e 3) criar as condições para que as mulheres pobres tenham acesso ao controle dos recursos materiais e informacionais. Ela complementa afirmando que para atingir tais objetivos é preciso, antes de tudo, que a mulher tome consciência da ideologia que legitima a dominação masculina e a coloca em uma situação de subordinação. Neste sentido, o primeiro passo para o empoderamento seria a conscientização da situação de subordinação. Assim, o empoderamento tem de ser conduzido por forças externas, por agentes do empoderamento, para convencer as mulheres do seu direito à igualdade, dignidade e justiça (ibid., p. 8).

Estes agentes do empoderamento poderiam ser vários, como o trabalho de facilitadora de uma ativista, por exemplo, que traria ideias e informações. No entanto, o mais importante seria considerar que o processo do empoderamento não pode ser individual. O trabalho dos agentes do empoderamento é o de induzir a ação coletiva. As mudanças só são possíveis por meio de ações coletivas e não por ações individualizadas. Precisáramos de um grande número de mulheres trabalhando em uníssono para promovermos a transformação social. Assim, o trabalho se daria por meio do desenvolvimento de uma consciência crítica entre as mulheres para que assim elas pudessem se mobilizar para a ação. Na América Latina, segundo Sardenberg, já há várias experiências desse tipo, principalmente na área de educação, mas ainda temos muito pouco sendo produzido neste sentido (ibid., p. 8-9).

2. Conhecimento e tomada de consciência

Nos acompanhamentos dos eventos relacionados às políticas para as mulheres em Petrolina, por muitos momentos me deparei com situações onde brotavam preocupações, por parte das agentes das políticas, acerca da necessidade de divulgação dos equipamentos disponibilizados às mulheres vítimas de violência. Era sabido de todas estas mulheres que muitas das vítimas de violência tinham dificuldades em procurar ajuda devido ao constrangimento que sentiam e, também, pelas ameaças que sofriam dos agressores. Mas, era de conhecimento das agentes de políticas públicas para as mulheres, que muitas destas vítimas não buscavam ajuda porque sequer sabiam onde procurá-la. Muitas desconheciam os serviços da rede ou os conheciam parcialmente, não sabendo que tinham ao seu dispor algo mais que hospitais e delegacias. Muitas das mulheres que trabalhavam nestes equipamentos me falavam que por muitas vezes tiveram que fazer buscas ativas, panfletagem e divulgação boca a boca, porque as mulheres, no geral, mais especialmente as da zona rural, não sabiam que tinham ao seu dispor, e aos dos seus dependentes, atendimento psicológico, jurídico, social e de abrigo, aliado ao de saúde, oferecido pelos hospitais, e o referente a denúncia, pela delegacia.

Segundo a coordenadora do CREAS regional, este desconhecimento se tornava deveras daninho na medida em que a denúncia e/ou a saída da situação de violência, e até a sobrevivência da mulher, estavam relacionadas, muitas vezes, a um suporte psicológico, social e jurídico que ela vinha a ter em um desses equipamentos. Conhecer os serviços permitiria que a mulher sáísse da situação de violência fortalecida, porque teria conhecimento jurídico sobre o caso, apoio de assistente social para ela e sua família em um momento que muitas vezes é de desintegração familiar, e porque teria o seu equilíbrio psicológico reestruturado. Este fortalecimento se configuraria no empoderamento citado pela coordenadora do CREAS regional: as mulheres estariam empoderadas porque estariam fortalecidas para denunciar e sair da situação de violência.

Esta perspectiva acerca do empoderamento está relacionada diretamente a três características: uma delas diz respeito a uma ideia de empoderamento pela via do conhecimento (dos equipamentos disponíveis às mulheres); a uma noção de que alguém, ou algum grupo, pode empoderar outras pessoas ou grupos (o empoderamento é visto não como uma ação do próprio sujeito que se empodera e sim de outros que o empoderam); e uma concepção de empoderamento pela via individual (o indivíduo, sozinho, se empodera, não necessitando para isso de uma comunidade de pares). Nesta última característica, veremos, também, como esta via individualizada se efetiva pelo modelo de empoderamento pela via dos cursos de formação, palestras e seminários sobre gênero e assuntos correlatos. No entanto, para adentrarmos nestes pontos, é importante que destaquemos alguns elementos que exemplificam estas características em algumas situações onde as políticas para as mulheres são efetivadas em Petrolina.

2.1 Empoderamento feminino, conhecimento técnico e consciência racional

A via do conhecimento para fins de empoderamento é um caminho que tem se mostrado geral nas propostas de políticas para as mulheres em Petrolina. Empoderar-se diz respeito, antes de tudo, a conhecer: ou os equipamentos disponíveis às mulheres, ou seus direitos, ou, fundamentalmente, conhecer os fundamentos da sua situação de dominação. Neste momento é possível adentrarmos numa seara bastante cara às ciências sociais em geral, e à teoria e prática feminista em particular. Em relação às ciências sociais porque, ao travarmos o debate por esta via, entramos em uma das questões centrais desta disciplina, qual seja, o debate sobre a saída das jaulas formadas pelas concepções de senso comum e as perspectivas de mudança individual e social que isso pode proporcionar. Do ponto de vista feminista, o foco dado ao conhecimento enquanto emancipação está relacionado a todo o debate travado no capí-

tulo anterior, sobre as críticas aos pressupostos ocidentais modernos que, naturalizados, justificaram as relações de subordinação, que colocaram as mulheres e todos os não brancos, homens e heterossexuais, em situação de inferioridade na hierarquia social.

No entanto, a perspectiva de conhecimento concebida como central nas práticas das agentes de políticas para as mulheres em Petrolina passa ao largo destas concepções. Ela não se relaciona a uma tomada de consciência das relações de poder a que estamos inseridos e, sim, se refere à disponibilização de um conhecimento técnico e individualizado. E, quando o pressuposto do conhecimento para fins de libertação da situação de subjugação feminina e empoderamento é concebido como preponderante, este está relacionado a um modelo de pedagogia tradicional, racionalizada e pautado na ideia de que alguém pode empoderar outrem, que encontra vários entraves para sua efetivação, como poderemos ver nas linhas abaixo.

2.1.1 Secretaria Estadual da Mulher: o projeto Chapéu de Palha Mulher

A escolha do conhecimento como principal caminho para o empoderamento e, conseqüentemente, para a emancipação, não aconteceu em vão. Esta via é fruto de longos debates acadêmicos e políticos que, após a entrada de um partido de esquerda no Governo Federal, a partir de 2002, tem se tornado importante respaldo para a formulação de políticas públicas para minorias no Brasil. E assim não foi diferente em Petrolina. As ações da Secretaria Estadual da Mulher, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, têm como um dos objetivos centrais o empoderamento feminino. Para tal, as políticas voltadas para a inserção das mulheres no mercado de trabalho (com as ações do Chapéu de Palha Mulher), têm como objetivo o empoderamento pelo conhecimento. Este empoderamento acontece pela inserção do curso de políticas públicas junto aos cursos profissionalizantes ofertados pelo programa. Este curso

tinha o objetivo de munir as mulheres de conhecimento sobre as relações de gênero, dominação masculina, relações entre raça e gênero e sobre saúde e educação das mulheres. Neste sentido, por mais que o empoderamento não versasse enquanto uma política específica, ele surgia enquanto pressuposto básico, mesmo que subsumido nas propostas de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Desse modo, lá e cá a temática do empoderamento surgia de forma mais clara e como condição *sine qua non* para a emancipação.

Como já exposto nos capítulos iniciais desta tese, as Secretarias Estaduais da Mulher assumiram um protagonismo no nordeste, e até mesmo no Brasil, no que se refere ao espraiamento das propostas de descentralização das políticas públicas para as mulheres. No caso de Pernambuco, normalmente liderada por militantes experientes da cena feminista recifense, a Secretaria Estadual da Mulher tem se mostrado atuante em quase todo o território pernambucano, por meio de programas integrados, diálogos com instâncias municipais e por meio de políticas que realmente conseguem sair do papel. Para além de nos atermos às noções de eficácia ou não das políticas públicas desta secretaria, que não é o objetivo deste trabalho, se tornou evidente a forma como as ações desta instância governamental se propõem a vir coadunadas e integradas aos debates feministas sobre gênero, emancipação e cidadania feminista³. A impressão que tive nas minhas incursões a campo foi a insistência em aproveitar a mais simples e diminuta experiência de aplicação de políticas públicas para as mulheres para inserir a temática de gênero e proporcionar o debate para aquelas que pela sua trajetória de vida ainda não tinham tido acesso.

Já mencionei, em outro momento no transcorrer destas linhas, o modo como o movimento feminista se configurou dentro duma relação de quase promiscuidade com a academia e como, ainda hoje, podemos notar diversas interconexões entre os debates da militância feminista e as

³ Os objetivos, propostas, programas e formas de atuação desta secretaria foram expostos no capítulo primeiro deste trabalho.

contribuições da teoria e epistemologia feministas, desenvolvidas dentro de instituições acadêmicas. As propostas de emancipação e empoderamento que hoje se configuram como objetivos de políticas públicas do Governo Federal estão embasadas em críticas, desconstruções e teorias sobre gênero, patriarcado, dominação masculina, subordinação feminina, heterossexualidade compulsória e democracia feminista⁴⁵. Apesar de nem sempre os agentes de políticas públicas espalhados pelo Brasil tomarem conhecimento desta vasta produção acadêmica ou colocarem em prática, por razões das mais diversas, esta conexão, há uma gama de mulheres que estão determinadas a “seguir uma cartilha” clara para a emancipação e o empoderamento das mulheres. Dentre elas, estão agentes de políticas públicas para as mulheres do estado de Pernambuco. Claro que com isso não quero afirmar que todas as ações desta secretaria são um sucesso e alcançam todos os resultados esperados, emancipando e empoderando mulheres pelos confins de Pernambuco, independente da região, raça, condição social ou orientação sexual das pessoas. O que pretendo afirmar, é que na teoria, as suas propostas estão, em toda a sua extensão, embasadas nos pressupostos de gênero e superação da dominação masculina por meio da emancipação e empoderamento das mulheres⁶⁷.

A perspectiva do empoderamento pode ser notada, de forma clara, na insistência em ações voltadas para a educação. Para além dos programas relativos ao eixo educação propriamente dito, com propostas de formação de professores em gênero e incentivo a inserção da temática

⁴ Alinne Bonetti (2007, p. 69-104) traz importantes elementos que caracterizam essa relação entre academia e intelectuais feministas e suas atuações em ONGs em Recife, que ela mesma nomeia como a “meca feminista do Nordeste”.

⁵ É só fazer uma leitura um pouco mais demorada dos planos, projetos e políticas para as mulheres do Governo Federal que se torna fácil localizar estas contribuições.

⁶ Não desejo afirmar, com isso, que estas propostas não estejam embasadas, também, em pressupostos da democracia neoliberal e que possuam forte cunho gerencialista, que seleciona as propostas emancipatórias de sujeitos subalternizados segundo as conveniências do mercado, de lobistas e de grupos de interesses que compõe o legislativo e executivo do país. Este ponto, inclusive, será debatido em maior profundidade no capítulo seguinte.

⁷ Podemos notar estes pressupostos nos planos e propostas desta secretaria no capítulo primeiro deste trabalho. Além disso, as falas de integrantes desta secretaria, presenciadas por mim nos mais diferentes espaços, também demonstraram uma preocupação central em emancipar as mulheres e empoderá-las.

nos currículos das escolas, Institutos Federais e Universidades (municipais, estaduais e federais) do estado, é interessante como os programas desta secretária contemplam formações e cursos em gênero. Estes cursos dirigem-se a diversos públicos, estando presentes nas ações voltadas para a cultura e esporte, na formação de agentes do estado envolvidos com o combate à violência contra a mulher, na formação em gênero das novas secretárias ou coordenadoras da mulher das recém criadas secretarias e coordenadorias dos municípios do interior do estado e nos programas voltados para a qualificação profissional.

Neste último, podemos citar o caso emblemático do Projeto Chapéu de Palha Mulher. Como vimos capítulos atrás, este programa tem por objetivo principal realizar qualificação profissional de mulheres que trabalham na fruticultura irrigada de Petrolina e que durante a entressafra se encontram desempregadas. O Projeto, então, realiza uma qualificação profissional destas mulheres para lhes instruir em novas possibilidades técnicas que não exclusivamente voltada para a fruticultura, como nas áreas de mecânica de motos, pedreira e alvenaria, ou até confecção de doces, por exemplo. Estes cursos têm o objetivo de fornecer às mulheres, neste período, uma bolsa para que as mesmas possam se manter durante a formação e no período de desemprego. No entanto, para complementar o curso profissionalizante, as mulheres precisam realizar um curso de políticas públicas em gênero, que nada mais é do que um curso de formação em gênero, seus conceitos principais e interconexões (como as relativas à raça, saúde da mulher, educação e violência doméstica). A frequência neste curso é condição para o recebimento da bolsa mensal.

Além deste curso de formação, realizado com as mulheres alvo da política, ou seja, as desempregadas da fruticultura irrigada da região, a Secretaria da Mulher do estado também realiza cursos de formação em gênero com os grupos que tem por objetivo operacionalizar esta política na cidade. Com isso, a equipe da secretaria não só não se sobrecarrega com o excesso de trabalho em todo o estado, como transfere o protagonismo de operacionalização da política para integrantes de movimentos

sociais, ONGs e Fundações da própria região que, segundo elas, conhecem melhor a realidade da sua cidade do que uma equipe que viveu apenas a cena da capital e região metropolitana. As mulheres integrantes dos grupos que operacionalizam este programa recebem uma formação voltada para o conteúdo que será trabalhado com as mulheres trabalhadoras e, assim, a equipe da secretaria operacionaliza um modelo de formação que se multiplica no formato de rede. Não tive a oportunidade de acompanhar o processo de formação das educadoras dos cursos do Chapéu de Palha, mas tive a rica experiência de participar de toda uma formação realizada na turma de 2014 do curso de políticas públicas de gênero, realizado por uma das ONGs da cidade⁸.

Os encontros que presenciei ocorriam em um bairro carente da cidade de Petrolina, em uma escola pública e, sempre, nas manhãs de sábado. A escolha dos bairros sempre era feita de acordo com a quantidade de mulheres das redondezas que se inscreviam para ter acesso ao programa, sendo na cidade ou nas zonas rurais⁹. As escolas eram escolhidas de forma que contemplassem as necessidades de espaços para os cursos e o cuidado das crianças, e que estivessem de comum acordo entre as partes. Ter um número significativo de salas era importante, pois ocorriam, simultaneamente, várias aulas de formação política por sábado. Cada ONG ficava responsável por várias turmas, que dependiam da quantidade de mulheres inscritas naquela região da cidade, naquele ano. O número de salas precisava ser significativo, também, porque elas não podiam colocar muitas mulheres em uma mesma sala. Observei salas

⁸ É importante destacar que mais de 4000 mulheres são atendidas pelo programa na cidade, e que estas formações acontecem em vários polos, com várias turmas, dirigidas por diversas ONGs, durante um período de mais de um mês. Acompanhei uma turma de um dos polos, que realizava o curso de políticas públicas em uma escola de um bairro periférico da cidade, que, por sinal, está presente em todas as tristes estatísticas, desde as relativas ao tráfico de drogas e assassinato, à morte de mulheres oriunda de violência de gênero.

⁹ As mulheres das zonas rurais normalmente frequentavam os cursos nas escolas que se localizavam nas vilas dos projetos de irrigação. As políticas de desenvolvimento na cidade propiciaram o estabelecimento de lotes para o desenvolvimento da agricultura familiar e de médio porte. Estes lotes se localizam em projetos, que possuem o nome ou de Nilo Coelho ou Maria Tereza, e se diferenciam também por número, de modo que os Nilo Coelho podem ser ou N1, N2, ou C1, C3, o Maria Tereza é apenas um. Cada Projeto possui tanto os lotes irrigados para a produção, como uma vila de casas onde moram não só os donos dos lotes, como, também, aquelas pessoas que não são produtoras, mas que compraram as casas de agricultores que se mudaram. Algumas destas vilas possuem escolas, creches, quadra de esportes e postos de saúde.

com quinze, vinte mulheres, no máximo. Quanto à escolha dos sábados, estes eram os melhores dias, haja vista que muitas mulheres, apesar de não estarem trabalhando na fruticultura, exerciam outras atividades, remuneradas ou não, durante a semana, o que as impossibilitaria de frequentar as aulas.

Em um dos dias que presenciei a aula do curso a temática a ser trabalhada pela facilitadora foi a violência contra a mulher. Apesar de esta temática não possuir a centralidade que pude notar entre os outros grupos acompanhados nesta pesquisa, o assunto também se fazia presente em quase todas as propostas de políticas públicas que tomei conhecimento na Secretaria Estadual da Mulher, mesmo que de modo secundário. Neste dia não foi diferente, e nem poderia ser, haja vista as estatísticas sobre violência no bairro onde as mulheres que frequentavam este curso residiam. Como de costume fui uma das primeiras a chegar. Na escola já estavam as mulheres da ONG que seriam as facilitadoras do curso, as recreadoras que ficavam com as crianças, filhos das mulheres que frequentavam o curso¹⁰ e o motorista da ONG que levava a equipe até a escola.

Apesar da sensação ruim que o local me despertava, devido ao ambiente quente e abafado, conseguia, hora ou outra sentir prazer em estar ali. Nas primeiras horas da manhã, quando o calor ainda não causava desconforto, pensava em como ainda podia ficar feliz em presenciar um espaço onde mulheres de um bairro pobre de uma cidade do interior de Pernambuco podiam ter acesso a um curso de formação em gênero. No entanto, essa sensação agradável se imiscuiu a um pequeno desconforto, daqueles provocados pela sensação de constrangimento que sentimos pelo outro todas as vezes que estes são colocados em uma situação que lhes provoca vergonha. E isso sentia durante todas as manhãs que ali me

¹⁰ Importante destacar que as recreadoras também recebiam um curso de formação em gênero, até porque o intuito da sua presença era cuidar das crianças para que as mulheres não tivessem motivos deste tipo para faltar o curso. Mas elas não tinham como função apenas cuidar das crianças e sim cuidar segundo uma perspectiva emancipatória de gênero. Infelizmente também não tive condições de acompanhar a formação das recreadoras, nem o momento do cuidado e recreação com as crianças. Entretanto, acredito que este poderia ser um momento riquíssimo para a compreensão das políticas públicas para as mulheres na cidade.

encontrava. Essa sensação começava desde o momento que entrava na sala de aula e encontrava as mulheres aguardando, sentadas nas cadeiras dos estudantes, caladas e com expressão resignada. Elas não conversavam umas com as outras e nem com a professora. Apenas aguardavam como se estivessem esperando uma consulta em um posto de saúde, ou como se estivessem em uma fila de banco. Elas não liam nada, não olhavam o celular e nem observavam, curiosas, ao redor. Nem mesmo olhavam com curiosidade a minha presença ali. Constrangida pelo silêncio provocado por esta situação, aguardei enquanto as mulheres iam chegando.

Por volta das 08h45min, a professora resolveu começar a aula para que tivesse tempo de trabalhar todo o conteúdo destinado àquele dia. No momento havia seis mulheres na sala. Antes de começar as aulas, a professora começou um momento de relaxamento, de forma a tentar incentivar um mínimo de consciência corporal nas mulheres. Depois do relaxamento, a professora pediu que as mulheres sentassem em círculo e lhes mostrou uma imagem no computador de uma mulher multiuso, que ao mesmo tempo em que limpava a casa, cuidava dos filhos e parecia trabalhar no computador, e lhes perguntou se aquela situação tinha mudado. Apesar dos esforços da professora em incentivar a participação das mulheres, quase todas respondiam sem nenhum tipo de satisfação na fala ou olhar. Era como se um cansaço generalizado as tivesse tomado de assalto, e a letargia dominasse a sala. Com este ânimo, a maioria das mulheres respondeu que aquela situação ainda permanecia. Percebi que o intuito da professora era explorar aquela cena e o modo como as mulheres de hoje têm de dar conta de uma múltipla jornada de trabalho. Mas, devido à forma como as mulheres estavam se portando, ela não tardou em mostrar-lhes uma nova figura.

Esta figura era um slide que apenas possuía frases que evidenciavam alguns mitos sobre a violência contra a mulher, como por exemplo: “uso de roupa curta pelas mulheres incentiva o estupro”. A professora então falou: “Nós somos homens ou mulheres, nós temos corpos. Quan-

do um homem está sem blusa na rua falam dele? Ele é estuprado?”, indagou às mulheres. Percebi que ela estava querendo dizer para as mulheres que os corpos tanto dos homens como de mulheres deviam ser vistos de forma natural e não necessariamente sexualizada. Neste momento houve uma maior participação das mulheres que se mostraram mais afetadas com a situação, apesar de parecer estar longe da participação almejada pela professora. Elas disseram que pensar segundo este modo era uma forma de preconceito contra a mulher. Neste momento, a professora falou que a violência muitas vezes está associada ao álcool, drogas e doenças mentais e que os homens possuíam uma tendência a bater no rosto. Ela não explicou essas assertivas, bastante problemáticas por sinal, mas foi complementada por uma das mulheres que afirmou ser o rosto o principal alvo por ser a parte do corpo mais visível. Outra mulher asseverou que os homens agrediam mulheres independentes, por medo de perdê-las. Então a professora lhes perguntou; “Então por que a mulher não reage e ainda continua com o agressor? Por medo?”. As mulheres, então, concordaram.

A forma como a professora encaminhou o debate possuía uma característica peculiar. Para que não se tornasse um monólogo, ela tinha que fazer perguntas e as responder, de modo que as respostas saíssem em tom de pergunta, para não parecer que ela estava lhes dando todas as respostas (“Por medo...?”). Mas, também, para não ter que esperar durante toda a manhã para ouvir algo das mulheres. Depois de ter confirmadas suas respostas com pouco sonoros “sins”, ela lhes oferecia alguma solução para os problemas. No caso da violência, ela lhes foi enfática: “É preciso denunciar os casos de violência contra a mulher”. Assertiva confirmada pelas mulheres.

A partir deste momento, a professora falou da “Lei Maria da Penha”, e da necessidade em melhorar a autoestima e os recursos financeiros das mulheres para que estas não dependessem mais dos homens e pudessem se emancipar tanto financeira quanto emocionalmente deles. Além disso, ela se posicionou quanto ao mito de que os homens possuíam mais dese-

jo sexual e que isso poderia levar a algum tipo de violência sexual. Os assuntos, então, foram tratados levando em consideração os tipos de violência que as mulheres poderiam estar expostas e como a lei Maria da Penha poderia auxiliá-las para a prevenção e punição do culpado. As mulheres não demonstraram saber sobre violência patrimonial e moral, de modo que a facilitadora precisou explicar em detalhes os conceitos. Também falou das delegacias da mulher, das medidas protetivas, como se proteger, e às crianças, em caso de violência doméstica, e de como a violência contra as mulheres podem causar dor, angústia, e até uma vontade de não mais existir, e que isso era normal. Ela fez circular um pequeno panfleto que trazia de forma resumida as definições que ela tinha discutido. Ela aproveitou para fazer as perguntas que estavam presentes no panfleto, onde elas podiam encontrar ajuda em caso de violência e sobre o que significava as medidas protetivas. As mulheres não responderam e ela novamente explicou do que se tratava. Ao final, ela perguntou às mulheres o que elas poderiam levar daquele dia sobre violência contra a mulher, e não obteve nenhuma resposta, só olhares desviantes e feições envergonhadas.

Às 10h00min da manhã, ela deu uma pausa e serviu um lanche. As dez e quinze ela retomou as atividades com uma música e dança típicas do nordeste. Neste momento, a sala tinha oito mulheres. Ela tentou incentivar uma dança entre as mulheres, mas sua tentativa foi frustrada, devido a permanente apatia das mulheres no recinto. Para “quebrar o gelo”, a professora perguntou se as mulheres conheciam músicas que degradavam a mulher e incentivavam a violência contra elas, e citou algumas músicas de funk e pagode, as perguntando se conheciam as músicas que mencionavam termos como “um tapinha não dói”, por exemplo. Novamente um silêncio generalizado tomou o local, até que uma das mulheres falou, de forma desconectada em relação ao que estava sendo perguntado, que “os homens tinham mesmo que sustentar as mulheres”. A professora aproveitou aquela fala e questionou às outras mulheres o que achavam, se isso seria bom para elas. Então outra mu-

lher falou que o ideal é que as mulheres ficassem em casa, cuidando dos afazeres domésticos e dos filhos. Afirmou, também, que é devido aos salários baixos dos homens que as mulheres precisavam trabalhar fora. Que era por isso (e não pela emancipação) que as mulheres precisavam sair de casa para um trabalho remunerado. Outras concordaram com ela. Rapidamente, então, a professora asseverou que o ideal era que ambos pudessem trabalhar e que o cuidado das crianças fosse garantido por meio de creches públicas, de modo que mais nenhuma mulher se posicionou sobre o assunto.

Logo após essa discussão as alunas foram se engajar em uma atividade de artesanato. O projeto “Chapéu de Palha” já contemplava cursos específicos de artesanato, mas a professora achou pertinente reservar um espaço da aula para isso, haja vista que as mulheres, em outros encontros, insistiram em demandar por atividades mais práticas e menos teóricas. Elas diziam que as aulas mais teóricas eram cansativas, e que seria interessante se pudessem fazer algum trabalho manual. Para introduzir esta atividade, a professora então perguntou às mulheres? “Por que as mulheres gostam tanto de arte?”, e novamente teve de responder a sua própria pergunta: “porque nós fomos educadas ao trabalho manual. No entanto, isso não quer dizer que não podemos trabalhar fora. A arte pode ser acrescida de outras atividades”.

Logo após a confecção de pesos para porta, a professora leu e comentou um poema sobre uma mulher que sofria de violência doméstica e que morreu sendo vítima do marido e um cordel que versava sobre a lei Maria da Penha. Ela então reiterou a importância da denúncia para que a violência não terminasse em homicídio. E, logo após este momento, foi servido o almoço e as mulheres foram liberadas.

Segundo uma das integrantes da ONG, que foi a responsável pelas turmas desta escola, os cursos deveriam findar por volta das 15h00min. No entanto, elas liberavam as mulheres após o almoço porque sabiam que, se assim não fosse, as mulheres iriam embora de qualquer jeito, pois tinham que colocar o almoço dos maridos que, aos sábados, chegavam

logo após o meio dia em casa. A impressão que tive era que as mulheres esperavam, ansiosamente, o momento de irem embora, e que só permaneciam nas salas porque a frequência era necessária para o recebimento do benefício.

Este desinteresse e indiferença quanto às atividades das aulas perdurou durante todo o curso que presenciei. As mulheres chegavam à sala e ficavam sentadas durante todo o tempo, com ares de resignação e apatia. Só se levantavam quando a facilitadora lhes pedia com insistência. Nas atividades lúdicas citadas, as mulheres realizavam os comandos da facilitadora com o entusiasmo de um enfermo. A facilitadora até se esforçava para inserir elementos que dinamizassem as aulas, pois me afirmou, em um dia, que sabia que elas não gostavam de aulas teóricas. Mas seus esforços eram vãos.

Também era factível a dificuldade que ela tinha ao tentar relacionar as dinâmicas com os conteúdos de gênero. Em vários momentos a facilitadora demonstrou ter conhecimento sobre o assunto tratado, mas era visível que ela não conseguia relacioná-los com as atividades práticas. Vimos como os trabalhos de artesanato, as danças e músicas na maioria das vezes não contemplavam o conteúdo do dia. Ela mesma já tinha me falado, em outra situação, como era premente a necessidade de uma formação, feita para elas, que contemplassem não apenas conteúdos e sim também discussões e sugestões sobre didática e práticas pedagógicas feministas. Isso porque ela tinha consciência, assim como eu, que aqueles conteúdos estavam sendo de difícil assimilação.

A indiferença das mulheres nos cursos de formação, as suas dificuldades em transformar as relações domésticas pautadas na subjugação feminina e os entraves das facilitadoras em associar teoria feminista com as dinâmicas executadas nos fazem questionar este modelo de empoderamento proposto pela Secretaria da Mulher do estado. Apesar de estar clara, entre suas propostas, uma ideia de empoderamento pautado na emancipação e autonomia das mulheres pelo conhecimento da sua situa-

ção de subjugação, é possível perceber como este empoderamento se mostrou de difícil execução pelas agentes de políticas para as mulheres.

As dificuldades quanto a este modelo de empoderamento estavam relacionadas, fundamentalmente, ao *modos operandi* dos cursos que, ao fim e ao cabo, ainda pressupunha a possibilidade de alienar as possibilidade de empoderamento à outrem que não as mulheres alvo das políticas. Da maneira como era encaminhado, o curso que visava o empoderamento das mulheres reproduzia um modelo de educação tradicional, individualizado, que pressupunha uma detentora do conhecimento e um público de “ignorantes” que estaria ali para absorver conteúdos. Os conteúdos ofertados até dialogavam com as propostas da pedagogia feministas, pois eram bastante críticos do modelo androcentrado de sociedade que vivemos, das relações de poder a que somos submetidas e propunham o empoderamento pelo conhecimento da situação de subjugação pela qual passava as mulheres. Mas as aulas não contemplavam dinâmicas problematizadoras, na qual todas pudessem expressar saberes, igualmente válidos e, também, não estimulavam a crítica, a reflexividade, a autonomia e o engajamento político como pressupõe a pedagogia feminista (SANTOS & BONFIM, 2010, p. 2; PINTO & MONTENEGRO, p. 9-10) . Na verdade, até que a facilitadora tentava promover o diálogo e interação, como vimos. Mas seus esforços não geravam resultados. O resultado deste modelo racionalizado e individualizado de conhecimento era uma apatia generalizada e um desânimo só superado nos momentos de lanche, almoço e na hora que findavam as atividades.

Desse modo, o modelo de pedagogia empregado até se propunha libertador e transformador, em tese, como visa a pedagogia feminista, mas estes pressupostos não conseguiam ser postos em prática. Como bem salientou uma das facilitadoras: os cursos de formação que elas tinham com a ONG da região metropolitana do Recife lhes fornecia um cabedal teórico bastante robusto, mas a *práxis* pedagógica para a promoção da autonomia e empoderamento das mulheres era falha. Assim, na ausência

de um conhecimento sobre o modelo de pedagogia feminista, elas se apegavam ao modo tradicional de educação, que pressupunha a transferência de conhecimento, a dissociação entre teoria e prática e entre racionalidade e corpo, e que era pautado, essencialmente, pela ideia de que existem detentores legítimos do conhecimento e os despossuídos das informações. Esta falha na forma de executar a política implicou em um modelo de empoderamento das mulheres de pouco alcance, haja vista que as suas vidas domésticas continuavam baseadas nas mesmas relações desiguais de gênero.

2.1.2 Secretaria Estadual da Mulher: Os Núcleos de Formação em Gênero

Da mesma maneira que os cursos de políticas públicas do Chapéu de Palha Mulher, os Núcleos de Formação em Gênero, da Secretaria Estadual da Mulher tinham como objetivo o empoderamento pela via do conhecimento. As atividades dos núcleos buscavam empoderar duplamente as mulheres. O primeiro modo de empoderamento se dava pelas formações em gênero e assuntos correlatos aos professores, coordenadores dos núcleos nas instituições de ensino contempladas. Estas formações aconteciam de forma intensa, em dois ou três dias de atividade, com palestras de professoras universitárias e especialistas no assunto. O segundo modo se dava pelo empoderamento que estes professores e gestores realizariam em suas unidades de ensino, com seus alunos. O intuito era que, a partir das formações que eles recebiam pelas atividades ofertadas pela Secretaria Estadual da Mulher, pudessem pensar reformulações nos currículos das suas instituições e reelaborações das suas *práxis* pedagógicas.

Os encontros dos Núcleos de Formação em Gênero ocorriam de maneira esporádica durante o ano, e quase sempre na capital do estado,

na cidade do Recife¹¹. Para participar dos encontros era preciso ser um dos representantes das instituições que sediavam os núcleos, que eram ou escolas de referência em ensino médio (escolas de tempo integral) ou instituições de ensino superior. Durante mais de dois anos eu fui a coordenadora do Núcleo da Universidade que leciono. Dessa maneira, tinha como dar conta de demandas acadêmicas e, também, contemplar o trabalho de campo necessário para o desenvolvimento da presente tese. Assim, com passagem, translados, hospedagem, alimentação, e diárias garantidos pela Secretaria da Mulher do Estado, nós professores pudemos participar dos encontros do Núcleo que duravam, em média, dois dias, durante a manhã e tarde.

Em um desses encontros, a programação estava repleta de atividades. Na primeira manhã, houve uma mesa de abertura e uma palestra sobre os estudos de gênero no Brasil e em Pernambuco e outra sobre as experiências exitosas de núcleos de estudos em gênero e sua relação com as contribuições do feminismo, com professoras de universidades de Pernambuco e da Paraíba. Na tarde deste dia, houve uma palestra sobre esportes e trajetória das mulheres sob uma perspectiva de gênero e outra sobre mulheres nos movimentos culturais, com apresentação de maracatu. Na manhã do dia seguinte houve uma apresentação da gerência de formação em gênero da Secretaria da Mulher do estado e à tarde uma palestra, com exercícios práticos, sobre formulação de projetos.

Para além de todos os detalhes que compuseram essa experiência, gostaria de salientar alguns momentos específicos. O primeiro deles aconteceu antes mesmo do início do curso. Logo na chegada ao hotel, onde aconteceram as atividades e aonde todos que viemos de outras cidades, que não Recife, ficamos hospedados, nos deparamos com os procedimentos para o *check-in*. Em meio ao aglomerado de pessoas que aguardavam em frente ao balcão do hotel, uma das funcionárias da secretaria auxiliava para a distribuição dos integrantes do curso nos

¹¹ Durante o período de trabalho de campo, os encontros aconteceram, também, na cidade de Olinda, em Garanhuns e em Arcoverde, no estado de Pernambuco.

quartos. Como um dos integrantes do núcleo na minha instituição era também o meu marido, pedi, gentilmente, para a funcionária da secretaria que nos colocasse em um mesmo quarto, não sabendo eu os problemas que aquele pedido poderia repercutir. Ela, logo de início, e em tom delicado, tentou me justificar que não poderia fazer aquilo, pois as reservas estavam feitas para os quartos triplos, e que não poderia me colocar em um quarto duplo. Eu então sugeri, de forma gentil, que nos colocassem em um quarto triplo, mas que nós ficássemos juntos. Ela, imediatamente, censurou o meu pedido, afirmando que não teria mulher alguma que quisesse ficar em um quarto com um homem que não fosse seu namorado ou marido. Não querendo acreditar, de primeira, em sua colocação, ainda tentei investigar se teria alguma mulher que quisesse dividir conosco o quarto. Neste momento estava menos querendo passar a noite com meu marido, algo que já fazia quase todos os dias do ano, do que explorar aquela situação. Pouco tempo após observar possíveis candidatas a dividir o quarto conosco, uma das colegas de Petrolina, a da escola de referência, vendo o tumulto que aquilo estava gerando, se propôs a dividir conosco, mas desde que ficasse junto com a outra professora da escola que veio com ela. A funcionária da Secretaria disse, em um tom não tão gentil como de início, que ia falar com a recepção do hotel para colocar mais uma cama no quarto, mas não saberia se isso seria possível. Eu então indaguei: “Bem, se você pode tentar uma articulação de colocar outra cama em um quarto triplo, você também pode tentar articular um quarto de casal, que não necessita a remoção de cama, e ainda é mais barato”. Ela, inicialmente, não gostou da minha sugestão e ficou visível pelo seu modo de proceder que ela não queria imaginar uma situação que envolvesse alguma demonstração possível de sexualidade ou mesmo sexo. Seu olhar desviante para mim e meu marido, o suor no seu rosto, mesmo no frio do ar condicionado, e o contorcer involuntário de sua boca, evidenciavam que ela não estava gostando da situação provocada pelas minhas requisições. Depois de muito tempo de negociação e reclamações da parte dela para conosco, ela conseguiu um

quarto de casal e foi enfática: “Lembrem-se que é só por essa vez. Isso não acontecerá nos próximos encontros”. Como não aconteceu.

Depois do pequeno tumulto, mal sabia eu que criaria outro desalinhamento. Logo após a mesa de abertura, houve duas falas a respeito dos estudos de gênero no Brasil e em Pernambuco. A primeira professora falou das temáticas específicas destes estudos, da articulação de pesquisadoras do Norte e Nordeste e do aumento dos grupos de pesquisa na área nas universidades. A segunda, que se mostrou como membro da REDOR (Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero)¹², direcionou seus comentários às origens do conceito de gênero e como as feministas o interpretaram ao longo da história do conceito, indo até os modos como as feministas pós-estruturalistas o desconstruíram e também o sexo. Após a sua fala, lhe fiz uma pergunta a respeito do modo como as pesquisadoras da REDOR veem a perspectiva pós-estruturalista da desconstrução dos sujeitos. Logo após a minha pergunta, a referida professora pegou o microfone já, inicialmente, demonstrando exaltação. Em uma fala não muito longa, mas demasiadamente enfática, ela asseverou que a perspectiva da desconstrução tira o protagonismo da mulher na luta e que há uma diferença muito grande entre o que a filosofia considera enquanto performance de gênero e sexualidade e como as mulheres vivem na prática. Disse que, inclusive, a identidade feminina vem sofrendo com esta perspectiva da desconstrução. Logo após sua fala, a outra professora se manifestou sobre o surgimento de várias identidades femininas, como a das negras e lésbicas, mas que isso não queria dizer que as identidades

¹² A REDOR - Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero foi criada em setembro de 1992 com o objetivo de congregar, articular e desenvolver os estudos sobre a mulher e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro. Agrupa mais de 30 Núcleos e Grupos de Estudos vinculados às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa das duas regiões, com objetivo de incentivar a formação de novos Núcleos de Estudos e Programas de Estudos sobre a mulher, não só nas Instituições Federais de Ensino Superior como também nas demais instituições estaduais e particulares; impulsionar a produção teórico-metodológica na questão de gênero na região; fomentar o desenvolvimento de estudos e pesquisas intra e inter-regionais; implementar o intercâmbio de informações e conhecimentos; divulgar a produção científico-acadêmica regional; estimular a capacitação de pessoal docente e técnicos envolvidos/associados aos núcleos e grupos de estudo; promover a realização de seminários de pesquisas em torno dessa temática, visando a sua divulgação, intercâmbio de informações e aprofundamento das questões teórico-metodológicas entre os Núcleos das Universidades do Norte/Nordeste.

fossem fluidas. Que é importante pensar a identidade como algo estabelecido e que “só as mulheres privilegiadas podem se dar ao luxo de performar suas identidades o tempo inteiro”. O principal de tudo seria fazer com que as mulheres tivessem consciência de sua opressão, e não de que as identidades fossem fluidas. Que essas são apenas questões conceituais e não práticas.

É importante salientar, aqui, que meu intuito neste momento não foi questionar as insuficiências dos discursos das professoras, e as brechas e deslizes teóricos que por ventura eles apresentassem. Gostaria, sim, de entender seu posicionamento frente ao assunto, mais especificamente sobre a identidade feminina, e se seu posicionamento geraria alguma repercussão entre a audiência. É claro que o meu modo inflamado de me responder me trouxe mais elementos interpretativos do que eu imaginava, mas também gerou um mal estar que não tinha a intenção de provocar. Minha questão, então, terminou gerando duas outras: “A pós-modernidade é feminina?” perguntou uma professora. Uma das palestrantes então respondeu: “Assim como performance, a pós-modernidade é apenas uma questão conceitual”. E outra professora perguntou: “Como, então, interferir no espaço escolar?”. A mesma palestrante respondeu que é preciso atentar para as especificidades dos ambientes empíricos, que não há uma resposta pronta. Esta fala abriu margem para uma professora que, recorrentemente, menciona a necessidade de ver o gênero como categoria relacional, e não como algo focado apenas na mulher. É importante observar que esta professora, em quase todos os encontros, criava brechas para levantar esta questão. No entanto, é mais importante ainda salientar que ela era a única pessoa que insistia neste assunto, a ponto de se enfezar e se contorcer na cadeira perante o silêncio das colegas.

Outro ponto de importante destaque foi que, apesar de o debate ter sido inflamado e até desconfortável, notei que essa foi a primeira vez que a temática de gênero foi tratada de forma um pouco mais crítica. Em todos os outros encontros, apesar de a temática ter estado presente em

mesas relativas à educação e políticas públicas, por exemplo, os assuntos que sempre saltavam aos olhos eram os relativos à participação das mulheres na elaboração destas políticas, a como elas estavam ocupando as universidades, a como elas estavam presentes em movimentos sociais, e como precisamos combater a violência contra as mulheres, e assim por diante. O gênero era visto como sinônimo de mulher, e era concebido, apenas, como compondo uma assertiva maior, referente às iniciativas para garantir igualdade, por meio, fundamentalmente, da emancipação pelo conhecimento e do empoderamento da mulher.

No outro dia de encontro, as discussões se voltaram para assuntos mais práticos, tais como a construção de projetos, ou quais elementos deviam ser eleitos para compor os projetos referentes aos nossos núcleos. Todavia, se não fosse um acontecimento em particular, todo esse dia teria transcorrido sem maiores novidades. Esse acontecimento foi desencadeado pelo horário do nosso *check-out* do hotel. Para não ter que pagar mais uma diária, a Secretaria da Mulher acordou com o hotel que todos nós deveríamos deixar os quartos ao meio dia do segundo dia de curso. Para facilitar nosso descanso e para termos um lugar para deixar as nossas malas, a secretaria reservou apenas alguns poucos quartos, e deixou que nós mesmos nos organizássemos para saber quem iria descansar e guardar seus pertences nos quartos disponibilizados. Isto foi o estopim para uma professora já insatisfeita com o fato. Quando eu e mais duas colegas e outras professoras chegamos para guardar nossas malas em um dos quartos, felizes e sorridentes por termos conseguido montar um projeto que pretendia fazer um diálogo entre as instituições de Petrolina envolvidas, e cheios de ideias para debater, fomos recebidos por uma professora em alvoroço. Ao mesmo tempo em que via televisão deitada em uma cama, e parecendo querer ocupar todos os espaços do quarto com suas malas, ela protestava quanto à atitude da secretaria em colocar quartos mistos para descanso e não parava de se indagar: “o que meu marido vai pensar?!”. Eu a provoquei, dizendo que precisamos superar isso, e ela, de forma enfurecida, me disse que a sua “forma de pensar é a

lógica”, que não existe outra. Ela ficou tão chateada que parecia querer chegar às “vias de fato” e apelar para a violência com quem a contrariasse. Preferimos, então, sair do quarto a ficar e provocar uma situação ainda mais constrangedora. Sua fúria em relação a este assunto perdurou a ponto de me destratar, à noite, na saída do hotel para o aeroporto. Ela foi grosseira com o taxista que ia levá-la e saiu dizendo que nunca mais voltaria a um encontro do núcleo. E realmente a sua presença nunca mais foi notada nos outros encontros.

O posicionamento desta professora, aliado ao da funcionária da secretaria, demonstraram uma total dissociação entre o que estava sendo proposto pela secretaria, com seus cursos e políticas, e as práticas que estavam sendo executadas. No entanto, essa observação só é válida para aqueles que esperam que realmente haja uma associação entre estes dois fatores. Esta suposição não pode ser evidente, porque foi possível perceber, em vários contextos, que o fato de as mulheres terem passado por uma formação em gênero não influenciava, diretamente, comportamentos libertários e o empoderamento. A mesma situação foi percebida com as mulheres dos cursos do Chapéu de Palha. Elas em várias situações tinham posicionamentos extremamente conservadores, como uma das participantes que bradou sobre a mulher ter que ficar em casa cuidando dos filhos, apesar da formação em gênero que tinha tido.

Uma situação aparentemente divergente pode também ilustrar esta questão. Nos momentos de perguntas referentes à explanação sobre gênero neste evento narrado, uma das pessoas da audiência perguntou como colocar em prática aquela teoria. No momento do seu questionamento observei que a audiência quase toda observava as palestrantes na mesa, aguardando ansiosos uma resposta que elucidasse aquela dúvida, que parecia ser de todos. Nas atividades relativas à exposição sobre elaboração de projetos, percebi também como as dúvidas sobre como operacionalizar aquelas categorias eram gerais. As pessoas paravam para questionar, umas as outras, como fazer um projeto para suas escolas que contemplasse os debates críticos de gênero.

Nessas situações, as referentes aos constrangimentos com a funcionária da secretaria e com a professora que me distratou, e as dúvidas da audiência, demonstravam uma completa dissociação entre teoria e prática. Ou melhor, evidenciavam uma total dificuldade das pessoas em realizar tal associação. Mesmo com todos os cuidados das palestrantes em não insistir em temas deveras abstratos, como os relativos à teorias feministas da desconstrução, essa associação entre teoria e prática ainda se mostrava dificultosa.

Nos eventos do núcleo até que podemos notar uma diferença significativa no que diz respeito às assimilações das aulas teóricas. As pessoas não demonstravam enfado, ao contrário. Ficavam atentas na maior parte das exposições, faziam perguntas, não esvaziavam as salas e quase não dispersavam. Isso não se mostrou de um todo estranho, uma vez que a audiência era composta por professores que já tinham se adaptado a um modelo de educação tradicional. Já tinham “treinado” a sua atenção e disposições corporais para ficarem horas em cadeiras desconfortáveis ouvindo exposições teóricas e abstratas. No entanto, era notório que, apesar de conseguirem “absorver” aqueles conteúdos, não conseguiam incorporá-los às suas práticas educacionais e de vida.

Esta dissociação entre conteúdo e prática se equiparava àquele visto nos cursos do Chapéu de Palha Mulher e compartilhava dos mesmos problemas de alcance de propostas. O objetivo central dos cursos do Núcleo era empoderar as mulheres pelo conhecimento sobre gênero e assuntos correlatos. No entanto, vimos que, apesar de esta audiência não se mostrar tão enfadada quanto à dos cursos do Chapéu de Palha, ela ainda tinha dificuldades em associar a teoria com suas práticas cotidianas. Elas não sabiam muito bem como elaborar projetos com este foco e, quando fizeram este questionamento a uma das palestrantes, esta apenas afirmou que cada caso seria um caso e que não existiam fórmulas prontas. Apesar de a equipe da secretaria ter ofertado uma formação em elaboração de projetos, o palestrante da vez não era especialista em gêne-

ro. A sua aula não dialogava com os conteúdos teóricos expostos, se mostrando muito mais técnica do que crítica.

Estes fatores resultam em um modelo de empoderamento pela via da educação tradicional e racionalizada. Este modelo tem como característica central a dissociação entre teoria e prática e dialoga muito pouco com as propostas de pedagogia feminista expostas anteriormente. Apesar de ainda se basear em uma ideia de trabalho em grupo, que era estimulado em cada momento do curso, e no diálogo entre as mulheres, ainda conseguia exercer pouco alcance quanto aos seus objetivos de empoderamento. Este alcance limitado se mostrou decorrente da ênfase em um conhecimento técnico dissociado do teórico e nos pressupostos de “alienação” do empoderamento que a pedagogia tradicional, com seu modelo de transmissão de conhecimento, ainda pressupõe.

2.1.3 Secretaria Municipal da Mulher

A Secretaria Executiva da Mulher de Petrolina não se distancia muito deste modelo de empoderamento pelo conhecimento realizado pela Secretaria Estadual da Mulher. Com algumas especificidades que a distingue desta, a Secretaria de Petrolina, representada pela sua pequena equipe, investiu grande parte do seu fôlego em ações que visavam a divulgação do conhecimento para as mulheres. O foco na violência contra a mulher não deixou de ser premente. No entanto, com o decorrer dos meses consegui perceber que esta secretaria vinha, a cada dia, incorporando outras demandas de mulheres que passaram a ser vistas de uma forma um pouco mais diversa. À medida que esta equipe começou a abraçar bandeiras, como a LGBT e a das mulheres negras, o foco do seu público começou a se diferenciar. Todavia, o modelo baseado na transmissão de conhecimento continuava inabalado. Assim, o dia da Visibilidade Trans e da visibilidade lésbica (29 de janeiro e 29 de agosto, respectivamente) passaram a ser integrados no calendário desta secreta-

ria, sem, contudo, deixar de serem tratados por meio da principal forma das suas ações: por meio de palestras.

O foco nas mulheres trans também foi visto nos objetivos do curso de associativismo e cooperativismo, que teve por meta contemplar as mulheres profissionais do sexo cisgênero e transgênero. Este curso teve por intenção possibilitar uma formação às mulheres sobre as possibilidades de associação na sua carreira ou, se fosse da sua vontade, possibilidades de organização por meio de uma cooperativa para desempenhar outra profissão. Os objetivos que se mostraram explícitos neste projeto estavam relacionados a proporcionar informações sobre direitos, e unir as mulheres em um grupo coeso¹³.

Aliado ao interesse em contemplar as mulheres trans, que foram destaque no projeto sobre cooperativismo e associativismo descrito acima¹⁴, a Secretaria Executiva da Mulher também passou a contemplar nas suas ações, no ano de 2014, as mulheres lésbicas e as mulheres negras, sempre por meio de seminários e palestras. Dessa forma, tanto no projeto com as profissionais do sexo, quanto nas atividades do dia da visibilidade trans, assim como nas ações dos 16 dias de ativismo e aquelas que contemplavam as mulheres lésbicas, todas elas estavam sendo operacionalizadas por meio deste formato. Em uma delas eu mesma fui convidada a palestrar. A própria secretária me pediu que preparasse uma apresentação que contemplasse as mulheres lésbicas. Eu prontamente aceitei o convite e preparei uma palestra que versava sobre a heterossexualidade compulsória e a visibilidade lésbica. Sem saber ao certo como seria meu público, haja vista que ela me falava sempre que divulgava os eventos da secretaria nos mais diversos meios, desde o rádio e TV, até nas Secretarias e Conselhos, preparei algo mais simples e didático, mas o formato palestra sempre nos oferece algumas limitações, como aquelas

¹³ O foco, desta vez, não foi a violência contra a mulher. Mas, pelos bate-papos que surgiram, o tema da violência, apesar de não ter sido levado pela equipe da secretaria, foi trazido à tona pelas mulheres trans que, desta vez, debateram as especificidades da violência para este grupo. Este fato nos deixa evidente a importância do tema não apenas para os agentes de políticas públicas, como também para as mulheres, em todas as suas especificidades.

¹⁴ O curso de associativismo e cooperativismo tinha como foco as profissionais do sexo e ficou bastante claro, nas conversas que tive com a secretária, que ela tinha um interesse profundo em contemplar as mulheres trans.

relacionadas à interação com a audiência, por exemplo. Esta fica limitada a perguntas e respostas ou, como é mais comum, a uma apatia geral.

Neste dia a audiência estava heterogênea. Tinha alguns alunos das universidades da região, membros de Secretarias e pessoas que tinham procurado a Secretaria Executiva da Mulher do Município para a resolução de algum problema e a secretária tinha convidado para a palestra. A minha fala durou menos de uma hora, porque antes foi exibido um filme e posteriormente a própria secretária falou sobre a importância de discutirmos a visibilidade lésbica. Ela mencionou o fato de que, mesmo entre o público LGBT, as mulheres lésbicas são secundarizadas, por serem, acima de tudo, mulheres e que por isso se fazia necessário discutirmos as especificidades desta identidade sexual.

Percebi que neste ano de 2014 a secretária estava a se engajar cada vez mais no debate sobre a diversidade de mulheres que as políticas públicas deveriam contemplar. Ela vinha em um diálogo com estudantes das universidades da cidade que discutiam gênero e sexualidade e isso vinha conferindo um novo viés às ações da secretaria. Claro que o tema da violência não deixava de ter centralidade nas suas ações, mas aliada a este tema mais geral os discursos da secretaria deixava transparecer uma preocupação com uma diversidade maior de mulheres.

A abertura da secretária no que diz respeito à expansão das possibilidades de identificação do público alvo das políticas repercutiu diretamente em suas ações e nas novas parcerias que ela conseguiu conquistar. É importante ressaltar que estas parcerias se davam em um modelo informal, muito longe do que seria esperado para uma Secretaria da Mulher, e a sua proposta subjacente de transversalidade¹⁵. No entanto, eram parcerias bastante profícuas. Estas, como dito, se referiam a contatos com alunos e ex-alunos das universidades da região, que, na maior parte das vezes, tinham trabalhos de pesquisa nas áreas de gênero e sexualidade. Alguns deles estagiaram na secretaria, outros foram por

¹⁵ Veremos no próximo capítulo como podemos interpretar esta forma de fazer parceiras e realizar a transversalidade no contexto de políticas neoliberais.

mim apresentados e outros foram indicações dos primeiros alunos que com a secretária tiveram contato. Estas relações proporcionaram novos horizontes de atuação para a secretária, que afirmava, com todas as palavras, a importância de ter aquelas pessoas ao seu redor. Ela se apropriou dos discursos referentes à invisibilidade das mulheres lésbicas, transexuais e negras, de modo que sempre estava pensando em incluir estas categorias em suas ações.

Neste momento não posso deixar de salientar a importância da Universidade Federal para esta transformação. Dentre os alunos que tiveram contato com a Secretaria, a maior parte deles vieram desta universidade, dos cursos de Ciências Sociais, Psicologia e Artes¹⁶. Um dos pré-requisitos para a graduação em Ciências Sociais nesta Universidade, por exemplo, é o estágio obrigatório. Uma das alunas da primeira turma de Ciências Sociais se enveredou para os debates de gênero e foi até a Secretaria da Mulher do Município para pedir que elas sediassem seu estágio. A partir desse dia ela estagiou, se formou, e foi contratada como funcionária desta Secretaria. Estando lá, ela mencionou que sua posição enquanto pesquisadora de gênero e “conhecedora” do assunto foi crucial para mudar o ponto de vista das mulheres sobre algumas políticas. Segundo ela, era ela quem conferia o caráter de gênero às propostas que ainda estavam no papel. O contato com esta aluna abriu portas para que outros estudantes estagiassem lá e mantivessem contato com seus funcionários. Foi extremamente interessante observar esse percurso, pois foi bastante nítido o modo como a secretária foi mudando suas percepções sobre gênero e orientação sexual. Veremos mais a frente como até no casamento coletivo, realizado pela Secretaria Municipal da Mulher, ela conseguiu inserir estes debates. Ela falava, sempre orgulhosa, que colocou a obrigatoriedade de um pequeno curso para os casais, que versava sobre algumas questões de gênero e violência contra a mulher, e ainda ampliou o público alvo, passando a contemplar uniões homoafetivas.

¹⁶ Verifiquei, também, o contato da secretária com duas ex-alunas do curso de Direito da Universidade Estadual da Bahia, campus Juazeiro.

No entanto, mesmo com outras perspectivas relativas ao público alvo das políticas, as formas de realizar as ações continuavam as mesmas. Assim, apesar de nos eventos da secretaria ter sempre uma exibição de filmes e mesas com diversidade de falas, o formato palestra/seminário/conferência sempre prevalecia. Mesmo na proposta do casamento coletivo. É claro que este modelo, acima de tudo, envolvia um custo baixíssimo. Haja vista as dificuldades de orçamento da secretaria, que já tinha sido rebaixada à secretaria executiva da Secretaria de Cidadania do município, e com isso tinha tido uma baixa considerável no seu orçamento¹⁷, esse modelo se mostrava conveniente. No entanto, apesar da conveniência do modelo frente às dificuldades orçamentárias, percebi que esta era uma forma típica de aplicação de ações para as mulheres no município. Isso foi bastante perceptível nas ações do projeto com as profissionais do sexo. Mesmo possuindo um orçamento confortável com o projeto citado, e, mesmo constatando um desinteresse do público alvo em assistir palestras, por meio da sua apatia e das falas dos seus agenciadores, a equipe como um todo preferiu manter o modelo palestra para falar sobre a temática em questão.

O objetivo último deste formato era transmitir um conhecimento ainda escasso para a população e com isso suscitar a reflexão e debate sobre os temas que eram levantados. Assim, além do modelo palestra/conferência/seminário, muitas das ações das secretarias e de alguns órgãos que compunham a Rede, como o CREAS regional e o CRAM, consistiam em panfletagem e adesivação¹⁸ no centro da cidade para a divulgação de serviços voltados às mulheres (principalmente voltados à violência contra a mulher) e esclarecimento sobre este tipo de violência.

¹⁷ Por meio de bate-papos informais com antigos integrantes da secretaria, tive a informação que a equipe trabalhava apenas com dinheiro que conseguisse captar de projetos ou de alguma verba que por ventura viesse dos Governos Federal ou estadual.

¹⁸ O adesivação consistia em sair em grupo para colar adesivos de campanhas das secretarias nos ônibus da cidade e carros em que seus condutores aceitassem. Neste momento, as pessoas engajadas em tal tarefa aproveitavam para esclarecer os condutores sobre em que consistia a violência (ou a importância em realizar a mamografia, por exemplo, a depender da campanha) e sobre a importância em dar visibilidade a tal questão.

O fim último era divulgar conhecimento àqueles que não tinham acesso a outros meios de obtê-lo, como pelas palestras, por exemplo.

Diversas foram as vezes que excedi meu lugar enquanto pesquisadora para dar palpites sobre este modelo, haja vista que via não funcionar em muitas situações, principalmente quando envolvia um público mais carente, pouco escolarizado e que não possuía o hábito de estabelecer este tipo de atenção. Em todas as situações parecia que era ouvida, porém meus conselhos, neste sentido, nunca eram contemplados. Em momentos de entrevista com uma ex-funcionária da secretaria, esta me afirmou que a equipe possuía vontade política e pensava em vários modelos de políticas para as mulheres, mas que não possuíam quase nenhuma verba para colocar seus planos em prática. Em conversas com a própria secretária, ela me afirmou que só tinha como executar qualquer programa se elas conseguissem captar algum edital dos Governos Federal ou Estadual. No entanto, no mesmo dia que tivemos esta conversa, ela me falou que tinha conseguido captar um projeto voltado para as profissionais do sexo e que estava bastante feliz, pois poderia realizar um projeto pessoal de contemplar as mulheres trans. O projeto tinha por objetivo fazer uma formação na área de associativismo e cooperativismo com estas mulheres para que elas aprendessem a lidar melhor com a profissão e, se quisessem, possuísem informação suficiente para mudar de atividade¹⁹.

No mesmo instante que ela me falou do projeto, pensei: mais um curso de formação. E dessa vez estava nas mãos da própria equipe o poder de elaborar o modelo de ação que quisessem. E mais uma vez a formação foi a escolhida. Tentei não me apegar às minhas pressuposições e entender suas motivações e as formas como as mulheres receberiam a sua proposta. Na verdade, diferente das ações da Secretaria Estadual da Mulher, as atividades da Secretaria Municipal nem sempre se mostravam atreladas às perspectivas de gênero. A proposta mesmo da fundação da Secretaria não vinha com este viés. O intuito era pensar políticas que

¹⁹ Este projeto já foi definido parágrafos atrás.

beneficiassem as mulheres e as tirassem da situação de subjugação. Pelo visto, essa retirada não precisava, sempre, estar atrelada a uma conscientização política. Por vezes a coordenadora regional da Secretaria Estadual da Mulher criticou as atividades do mês de março da Secretaria Municipal afirmando: “precisa ter mais gênero aqui. Não estou vendo gênero aqui”. Com esta assertiva ela estava querendo se referir ao fato de que as ações só se propunham a trazer benefícios e não possuíam uma reflexão a respeito do que vinha levando as mulheres às situações de subordinação, nem tampouco estavam propondo formas de conscientizar as mulheres público alvo das políticas desta situação.

Seguindo, então o mesmo formato de sempre, o projeto voltado para as profissionais do sexo estava relacionado a uma formação sobre associativismo e cooperativismo e tinha como objetivo, também, conscientizar as profissionais do sexo acerca das doenças sexualmente transmissíveis e realizar exames para detectar estas doenças. A primeira ação deste projeto consistia em fazer um cadastro das profissionais do sexo. Segundo o edital, a equipe da secretaria precisaria ter 100 nomes cadastrados para ter a liberação da verba. Assim, os dois estagiários da Secretaria, uma funcionária, a própria secretária, eu, um dos meus orientandos e uma recém-advogada e parceira da equipe, fomos às ruas de Petrolina para realizar o cadastro. A ideia era ir aos pontos de prostituição à noite e, durante o dia, visitar prostíbulos e bares onde as mulheres aguardavam os clientes. Destas visitas, fui a duas delas, uma nos prostíbulos e a outra nos bares. A visita que ocorreu nas ruas, e que não tive como comparecer, me pareceu ter sido tensa, devido às cenas de violência que a equipe presenciou. Pelo que me narraram, extremamente excitados no dia seguinte, a noite foi repleta de emoções. Um dos fatos narrados estava relacionado à tentativa de agressão de um menino a uma das mulheres trans que aguardava por clientes em um dos pontos. Segundo a própria secretária, o menino jogou pedras na mulher e eles revidaram com a mesma pedra, que foi novamente arremessada para

ferir a mulher. Esta não contente com a tentativa de agressão, pegou a bolsa que estava a tira colo e lançou sobre o garoto que saiu correndo.

Além disso, um homem apareceu com um facão para agredir uma das profissionais do sexo, mas, segundo a secretária, ela tinha solicitado a presença da guarda-municipal para ir com a equipe, já imaginando situações de risco. A presença do guarda constrangeu o homem que saiu correndo. Os fatos narrados, sob gargalhadas de nervoso de toda a equipe, ao mesmo tempo em que deixava evidente o que eles estavam querendo me dizer, que o trabalho daquelas mulheres era por demais perigoso e que elas precisavam de uma alternativa àquilo, também deixava transparecer, de forma bastante sutil, uma felicidade de quem de fato estava realizando um trabalho tão raro para eles. A raridade do trabalho de forma nenhuma se relacionava à indolência da equipe. Como disse linhas atrás, as dificuldades orçamentárias os impedia de executar projetos mais complexos, e aquele se mostrava um evento raro no ano.

Depois de narrados os eventos da visita anterior, ficamos conversando sobre como deveríamos abordar as mulheres no bar. A preocupação da funcionária da secretaria era que a cafetina das mulheres, que às vezes estava presente, não se chateasse com nossa presença por pensar que estávamos levando uma proposta de vida alternativa à prostituição para as mulheres. Se ela se aborresse com nossa presença, não conseguiríamos falar com nenhuma profissional do sexo do centro da cidade, pois, segundo a funcionária da secretaria, ela controlava toda aquela área. Assim, ela nos instruiu a falarmos do curso de forma bastante genérica, algo como “curso de saúde da mulher e gênero”.

Enquanto conversávamos, uma das parceiras da secretaria, quem iria ministrar o curso, chegou e se juntou a nós na conversa. Ela estava inquieta com o curso, pois estava com dúvidas sobre como deveria se reportar às mulheres. Qual seria a linguagem mais adequada e se tivesse cafetinas presentes, como ela deveria falar a respeito do tema. Formada em direito, temia que a sua linguagem fosse formal demais para as mulheres. Falei para ela tentar utilizar uma linguagem simples e não se

preocupar muito com os termos técnicos, que encaminhasse os debates como se fossem bate-papos. Ficamos algum tempo conversando, até porque entendia perfeitamente a sua preocupação. A ênfase dada em cursos de formação que seguem o modelo tradicional de sala de aula tem os seus agravantes quando estamos lidando com um público que não está habituado ao cotidiano da universidade. Já mencionei anteriormente como eu insistia em criticar este modelo, mas mesmo assim as mulheres das diversas instituições que trabalhei o repetiam, apesar dos muitos fracassos. Pareceu-me que a jovem advogada estava pressentindo este fracasso e por isso sua inquietação. Mas, neste momento, a secretária chegou e pediu que nos apressássemos para ir aos bares cadastrar as mulheres, porque tínhamos muito trabalho pela frente, haja vista que elas só tinham, até então, trinta nomes de mulheres cadastrados. Ainda precisávamos de mais setenta para alcançar a meta prevista no edital.

Desse modo, não nos demoramos a ir às ruas do centro para fazer o cadastro das mulheres. Inicialmente percebi que tanto nas minhas abordagens às mulheres do bar que fomos inicialmente, como na dos outros integrantes da equipe, pairava certo constrangimento. Isso porque as mulheres, no geral, não se mostravam muito interessadas, pelo menos no primeiro momento. Elas tinham que ser convencidas por meio dos nossos argumentos. Precisávamos argumentar que aquele curso era uma oportunidade dentre poucas e que elas estariam ganhando não só em informação sobre como se unir e até buscar outra profissão, se quisessem, mas também que ganhariam um brinde²⁰ ao final e ajuda de custo para lanche e transporte. No geral conseguimos convencê-las, mas a forma como concordavam, com ares de resignação, apatia ou até desprezo, me fez não sentir muita confiança naquele compromisso que firmavam. Além disso, depois de ter visto as respostas que davam a uma das perguntas das fichas, a sobre a perspectiva de trabalho, caso elas saíssem da prostituição, me fez sentir mais descrença. Na maior parte

²⁰ O brinde era uma bolsa, uma camiseta e uma sandália, que foram confeccionadas a pedido da secretária que já previa o desinteresse das mulheres pelo curso. Ela via aquele brinde como um chamariz para que as mulheres comparecessem.

das vezes ou elas diziam não saber responder àquela pergunta, ou afirmavam que nunca tinham pensado sobre isso. A minha tristeza em ouvir/ver aquelas respostas me fez sentir uma espécie de indiferença com tudo aquilo. Mas, quando via a felicidade de toda a equipe, logo recobrava meu entusiasmo e partia para mais uma abordagem. Então, depois de termos preenchido cerca de 20 fichas naquele bar, partimos para outro no final da mesma rua. Neste bar, preenchamos mais dez fichas, somando um total de trinta naquele dia. Segundo a funcionária da secretaria, elas completaram as 100 em outra visita a uma casa de prostituição que não compareci.

No dia de realização do curso, no período da manhã, não passei muito bem de saúde e não pude comparecer. Pela manhã, a formação foi dada em um dos prostíbulos da cidade. Em um dos dias de cadastro, tinha ido com a equipe até lá, mas tivemos que deixar as fichas para cadastro posterior, pois chegamos por volta das 5h da manhã, e neste momento as meninas ainda estavam dormindo. A dona da casa, e também a mulher que agenciava as meninas, nos disse que elas iam dormir muito tarde, por volta das 5h da manhã, e que seria injusto acordá-las. Compreendemos prontamente e a funcionária da secretaria se comprometeu em pegar as fichas em outro dia. Assim, no dia que a funcionária foi pegar as fichas, ela acertou com a dona da casa que a formação se daria lá mesmo pela manhã, pois a agenciadora das meninas foi enfática ao afirmar que seria muito pouco provável que as meninas saíssem da casa para ir até o outro lado da cidade para fazer o curso. Ela até foi um pouco ríspida ao afirmar que as meninas não se preocupavam com nada, a não ser em colocar silicone no corpo e com ganhar dinheiro.

Foi justamente neste dia na formação no prostíbulo que não pude comparecer. Mas a jovem facilitadora conversou comigo, em tom de desabafo, narrando-me como foi frustrante o dia da formação com as moças. Ela disse que as meninas foram acordadas pela dona da casa às 5h da manhã e que por isso ficaram com um mau humor horrível. O modo como se sentaram à mesa para tomar café e ouvir a facilitado-

ra do curso, bufando e debruçando o queixo sobre as mãos com faces de resignação por não ter outra opção a não ser estar ali, deixaram a jovem advogada constrangida e decepcionada. Ela me disse que diante desta situação o que preferiu fazer foi se apressar e terminar logo com aquilo.

A sensação de constrangimento e inquietação por que passou a jovem advogada não me foi estranha. Não apenas já tinha presenciado outras pessoas vivenciando esta sensação em outras ações das Secretarias municipal e estadual, como eu mesma já havia sentido. O desconforto é provocado pelo desinteresse das mulheres público alvo das políticas em “receber” o esclarecimento sobre sua situação de subordinação ou assuntos correlatos. O modelo de “transmissão” de conhecimento, tão conhecido por nós ocidentais devido à tradicional forma de aplicação dos processos pedagógicos nos espaços formais de ensino, continua se mantendo nos modelos de políticas públicas que estão pautados no “esclarecimento” de determinados grupos, em dadas situações de vulnerabilidade social. Apesar dos já inúmeros debates acerca de metodologias alternativas de educação para a emancipação dos indivíduos²¹, normalmente pautadas na ideia de autonomia do educando pela busca de seu próprio conhecimento, estes debates ainda estão muito distantes da realidade da aplicação das políticas para as mulheres em Petrolina.

Além disso, como já discutiu Bourdieu (2007, p. 199-229), o processo de dominação, seja ele qual for, acontece por meio de um *habitus* que se efetiva nos corpos e pelos corpos. Estas construções de modos para ações, sejam elas configurando corpos dominantes ou dominados, não se descontroem por um simples esforço de vontade consciente e racional. Elas não são apenas ideias incutidas em nossas cabeças. Elas são disposições que se fazem corpo durante o processo de construção das experiências dos indivíduos em suas esferas de socialização primária e secundárias. Assim sendo, não serão apenas os processos racionais e racionalizantes, pautados em ideias e desconstruídos por ideias, que farão desaparecer os móveis da dominação masculina e suas consequên-

²¹ Principalmente aqueles influenciados pela pedagogia da autonomia de Paulo Freire no Brasil, por exemplo.

cias²². Por estes motivos podemos notar como os cursos de formação estão praticamente fadados ao fracasso.

Em muitas situações até presenciei cursos com público alvo atento e questionador. No entanto, nestas situações o público alvo normalmente era formado por ativistas da sociedade civil organizada e por agentes do Estado, como as assistentes sociais dos Centros de Referência em Assistência Social da cidade, por exemplo. E, mesmo assim, não era incomum observar comentários a respeito de como todo o debate de gênero era interessante, mas que ainda era muito difícil para elas romperem com alguns modelos de gênero que se efetivavam em suas casas, como, por exemplo, as suas relações com os maridos, os ciúmes nas relações, os papéis de meninas e meninos e a libertação sexual. Dentre os assuntos tratados em cursos de formação, os mais digeríveis pelo público alvo, sem dúvida, ainda era o da violência contra a mulher. Era sempre consenso a vontade política de erradicar este tipo de violência. Todavia, compreender e mudar os modelos de dominação masculina, aqueles mesmos que moviam a violência, era um assunto bem mais difícil de ser pautado.

Mas acredito ainda haver uma luz no fim do túnel. No dia que houve o curso de formação com as profissionais do sexo, no CRAM visualizei esta luz difusa e distante. Esse otimismo só veio se fazer presente dias depois, quando já me debruçava sobre meu caderno de campo para compreender o que tinha ocorrido. No dia deste curso um pessimismo tomou conta de mim. Quando cheguei à sala do curso, notei que grande parte do público que foi timidamente enchendo a pequena sala de atividades do CRAM não era composto por profissionais do sexo. Na verdade, havia uma profissional do sexo cisgênero, uma ex-profissional do sexo transgênero, outra mulher trans que foi enfática ao afirmar que não precisava se prostituir, dois representantes da Secretaria de Cidadania, cinco estudantes das Universidades locais, dois funcionários da Secretaria Executiva da Mulher e a secretária, a advogada que ministrou o curso e

²² Voltaremos a esse debate mais à frente.

dois profissionais da região. Ou seja, de todas as mulheres que cadastramos na rua e nas casas de prostituição, apenas uma compareceu.

O fracasso na presença do público alvo não foi comentado no momento, mas foi visível nos rostos da equipe envolvida. Como se não tivesse bastado a apatia do curso da manhã deste dia, a tarde também já estava sendo um fiasco antes mesmo de começar, haja vista que as principais beneficiadas não tinham comparecido. Apesar de eu já esperar aquela situação, também fiquei desanimada, porque sabia dos esforços que a equipe da secretaria tinha feito e a empolgação que os movia. Mas a secretária não esmoreceu e se colocou à frente das cadeiras dispostas em semicírculo em uma sala pintada de lilás e com cartazes de campanhas antigas sobre o fim da violência contra a mulher. Ela iniciou sua fala descrevendo o projeto, dando foco à saúde da mulher e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, e mencionando o quanto as profissionais do sexo estão vulneráveis no seu ambiente de trabalho. Ela falou, também, sempre de forma clara e emocional, que o objetivo maior era unir as mulheres, haja vista a situação de disputa e os problemas de associação que as profissionais do sexo tinham.

A falta de união entre as profissionais do sexo foi enfatizada por uma das mulheres trans que estava presente, haja vista que o interesse pecuniário era o que prevalecia naquela profissão já tão perigosa. Este momento de fala foi importante, pois abriu caminho para um debate bastante participativo. O curso ainda não havia começado, mas os ânimos já tinham sido aguçados. A conversa foi protagonizada, basicamente, pelas duas mulheres trans que estavam presentes: Rosa e Camélia²³. O tema central debatido nesta tarde não foi sobre associativismo e cooperativismo e sim sobre a violência e exclusão das mulheres trans. Segundo Rosa, que tinha uma fala muito comovida e por vezes austera, o corpo trans já era excluído em todas as esferas: em casa, na escola, na rua. Essa situação já se configurava como de maior violência

²³ Os nomes foram trocados para manter em sigilo a identidade das pessoas presentes.

É interessante notar como as pessoas presentes concordavam com a necessidade de esclarecimento sobre as questões ligadas à prostituição e aos direitos das mulheres trans. Acredito que esta vontade de se informar não devesse ser apenas das que estavam ali presentes. Penso que o problema não estava na vontade de obter o conhecimento e sim nos modos como esta informação lhes chegava. Algumas das vezes que conversamos nos bares com as profissionais do sexo, ou nas casas de prostituição, muitas se mostravam interessadas no assunto. Outras não davam tanta importância, principalmente porque estavam mais atentas em conseguir ou não perder clientes. De fato as mulheres trans que estavam presentes nas visitas se mostravam mais comunicativas e atentas

O debate seguiu protagonizado por Rosa. Sua ênfase na violência contra as mulheres trans, em especial, ocupou quase todas as falas daquele debate, de modo que a secretária precisou, gentilmente, interromper para que o curso começasse. Neste momento atentei para a advogada que ministraria o curso. O debate estava tão intenso que tinha, por alguns minutos, esquecido dela. Sentada ao canto da sala, com todo o seu material de *Power point* preparado, todas as apostilas distribuídas, ela aguardava, não muito paciente e empolgada, o momento que começaria seu calvário.

Dias depois, quando tivemos a oportunidade de conversar, ela me confidenciou como ela estava esmorecida naquela tarde. Não apenas pelo que tinha acontecido pela manhã, mas como o debate estava tomando o seu tempo de fala. Pensei comigo mesma como eu tinha ficado feliz por estar presenciando um debate tão interessante que, apesar de estar sendo protagonizado por Rosa, permitia que outras pessoas se expressassem ou tivessem acesso ao debate pela voz de uma mulher trans. Esse momento tinha sido para mim um dos mais importantes. Sabemos que as mulheres trans são invisibilizadas e que suas falas são silenciadas, ora por aqueles que não querem sua existência, ora por agentes do Estado que fazem questão de falar em seu nome. Aquele para mim era um momento singular. Mas pelo visto não foi para ela. Não penso que ela não se

colocava a favor do protagonismo das mulheres trans. Já a conhecia de outros espaços e sabia da sua militância, inclusive enquanto mulher lésbica. Ela estava apenas preocupada em realizar um trabalho que ela estava vendo acontecer enquanto um fiasco.

Assim, depois de uma hora de debates iniciais ela começou a sua fala. Ela iniciou comentando sobre a escassez do público alvo naquele dia e como isso dizia muito sobre a situação de uma suposta falta de interesse das mulheres pelo tema e para se informarem sobre seus direitos. Depois disso, ela deu início a uma fala bem sistematizada, mas não tão formal, sobre a origem da prostituição, sua regulamentação no Brasil, sobre os direitos das prostitutas, sobre aposentadoria e contribuição previdenciárias. Ela insistiu nas vantagens da regulamentação, principalmente para fins de aposentadoria. Que ainda existia a possibilidade de as mulheres desenvolverem uma atividade paralela ou se associar para trabalhar e garantir direitos.

Percebi que esta era a sua deixa para entrar no tema Associativismo e Cooperativismo propriamente dito, mas ela foi interrompida por inúmeras falas. A única profissional do sexo presente se desinibiu neste momento, acredito por ser a única com certa propriedade para falar. E como ela viu que as atenções estavam todas voltadas para ela, discorreu sobre alguns temas. O principal foi sobre os benefícios e malefícios da prostituição. E, depois de toda essa conversação, a palestrante findou sua participação sem ter terminado os seus slides.

Apesar de ter tido momentos onde realmente senti esperanças quanto às ações da secretaria, como expus mais acima, o esvaziamento do espaço, a apatia dos participantes, e o enfado das meninas da casa de prostituição me fez ter as mesmas conclusões que já tinha tido nos outros eventos da secretaria. O modelo de cursos de formação pode até ser válido. Mas muitos elementos precisam ser considerados. Entendo que o curso sobre associativismo e cooperativismo tinha o objetivo de unir as mulheres, o que é louvável e importante, haja vista a desunião das mulheres na profissão foco do projeto. Mas vários outros elementos não

foram considerados, como os reais interesses delas, por exemplo. Apesar de isso ter sido problematizado pela equipe da secretaria, e por isso elas foram até a casa (e não exigiram que as mulheres saíssem de lá), o horário e o próprio formato palestra não foi problematizado. Ficar parada vendo o passar vagaroso e enfadonho de slides, que nem imagens possuía, seria pedir demais. Muitas vezes, o simples fato de a audiência ser formada por mulheres semianalfabetas (como aconteceu com os cursos do Chapéu de Palha) foi desconsiderado e o modelo mantido. Por mais que, no caso do Chapéu de Palha, as facilitadoras tivessem passado por formações com especialistas vindos da capital pernambucana, elas afirmavam ser muito difícil ainda pensar em um modelo de educação que tirasse as mulheres da apatia política. Mesmo quando tratamos de uma política do cotidiano.

3. Faces e limitações do empoderamento das mulheres

Diante do exposto, vimos que a forma como as propostas de empoderamento das mulheres eram postas em prática consistiam, basicamente, em cursos de formação, palestras/seminários/conferências, panfletagem e adesivação. O objetivo último era promover a transmissão de conhecimentos ainda pouco difundidos e, com isso, possibilitar o empoderamento das mulheres. Este empoderamento estava relacionado tanto às possibilidades de saída da mulher das situações de violência, que por ventura lhes tivessem acometendo, quanto informações sobre direitos ou à promoção de um conhecimento mais geral sobre as formas como a dominação masculina se materializou em nossa sociedade e com isso submeteu as mulheres, em suas especificidades, a uma situação de inferioridade social.

O modelo de empoderamento por meio da transmissão de um conhecimento teórico sobre gênero, dominação masculina e afins, se enquadra em uma proposta tradicional de educação que supõe um grupo seletivo detentor e proprietário de um dado conhecimento, e uma popula-

ção que ainda não teve acesso a essas informações. Este modelo se efetiva, normalmente, em um espaço onde o detentor do conhecimento assume posição de destaque, ou em um palanque, palco, ou à frente da audiência, que, enfileiradas, observam, caladas, o perito da vez palestrar. Este modelo, ainda presente em muitas escolas e universidades, já vem sendo há algum tempo alvo de críticas, principalmente voltadas para a suposição de que a audiência se constitui em um público de ignorantes que não possuem nenhum conhecimento a ser partilhado. As críticas também se voltam ao modo mesmo como o conhecimento é formado. O modelo tradicional supõe que o conhecimento se dá apenas pela via do intelecto (cérebro), desconhecendo todo o processo corporal e holístico de sua construção.

O apego a este modelo tradicional de transmissão de conhecimento no encaminhar das políticas para as mulheres é o fundamento que caracteriza as três perspectivas do empoderamento mencionadas algumas páginas acima. O empoderamento está relacionado à transmissão de um dado conhecimento e, acima de tudo, à ideia de que alguém, ou algum grupo, pode empoderar outrem e que para isso é desnecessária a inclusão deste outrem em uma comunidade de pares ou rede de solidariedade. Esta última noção supõe que o empoderamento das mulheres se dá por uma atitude individualizada e para fins de benefícios ao indivíduo. O grupo (mulheres) é pressuposto apenas de uma forma difusa (enquanto público alvo) e não como condição *sine qua non* de possibilitar o empoderamento. Além disso, essa forma difusa de conceber o grupo secundariza suas especificidades (culturais, raciais, de classe e pertencimentos múltiplos), fazendo com que a ação seja elaborada de forma genérica (por desconsiderar essas especificidades), deixando, assim, de contemplar elementos que seriam chave para o empoderamento das mulheres em sua diversidade²⁴.

²⁴ Apesar de ter contemplado profissionais do sexo cis e trans, as palestras dos projetos sobre associativismo e cooperativismo não contemplaram, em seu conteúdo, essas especificidades. Trataram o tema de forma genérica.

Os problemas relativos a este apego às formas de empoderamento por transmissão de conhecimento teórico pode ser visualizado facilmente quanto atentamos para o esvaziamento dos espaços, ou para a presença daquele público assíduo (normalmente estudantes universitários), aquelas mesmas faces, que na verdade não estão ali para se empoderar, haja vista já estarem empoderados; pela apatia da audiência, evasão e a dispersão na maior parte do tempo de duração das palestras; e pela dificuldade de dar continuidade ao processo do empoderamento, haja vista que a audiência é concebida como indivíduos que se dispersam ao final, e não enquanto um grupo que necessita de ações continuadas.

Estes elementos puderam ser vistos à exaustão nos espaços de aplicação de políticas para as mulheres em Petrolina. Muitas vezes as mulheres envolvidas nas ações (e posso me incluir neste grupo) se frustravam ao ver como os espaços estavam esvaziados. Principalmente se os eventos aconteciam em locais que não as universidades. Normalmente nestes lugares o público era mais numeroso, uma vez que a audiência já se mostrava adaptada àquele modelo tradicional de transmissão de conhecimento. Em outros espaços, como o local onde aconteceu o curso de associativismo e cooperativismo, ou a Câmara de Vereadores, ou nos cursos do Chapéu de Palha, ou qualquer outro auditório, normalmente tinha um público que não condizia com a expectativa. O público que comparecia muitas vezes externalizava uma indiferença visível que se tornava um desestímulo ao palestrante e ao organizador do evento.

E, no que tange à continuidade das ações, para além de outros elementos como as dificuldades orçamentárias²⁵, o modelo de transmissão de conhecimento se mostrou uma ação que se basta, por si mesma. Normalmente não se encontrava integrada a outras ações de empoderamento. Com exceção das palestras das formações dos Núcleos de Gênero, que se mostraram integradas a um projeto mais abrangente de formação de professores e das possibilidades de inclusão do gênero

²⁵ Veremos, em outros momentos deste trabalho, como a dificuldade em dar continuidade às ações estava relacionada a um modelo gerencialista neoliberal de aplicar políticas públicas.

nos currículos, as palestras/seminário e formações não se conectavam a uma proposta maior de transformação grupal.

3.1 Empoderamentos “pela metade”

Os cursos do Chapéu de Palha Mulher em Petrolina estavam programados para acontecer durante os dois turnos dos sábados de março de 2014, com pausas para os lanches da manhã e tarde e para o almoço ao meio dia. No entanto, na prática, os cursos só aconteciam durante o período da manhã, e, normalmente, com atraso. O motivo principal: as mulheres estavam, pela manhã, engajadas em preparar o café da manhã para seus maridos, e preocupadas em estar presentes no final da manhã para providenciar o almoço e lhes colocar o prato na mesa. Sim, a maioria dos homens, segundo conversas informais que tive com as mulheres participantes dos cursos, não colocavam seus pratos, sequer levantavam da mesa para ir até o fogão. E, como nos sábados os trabalhos dos homens geralmente findam ao meio dia, eles estavam presentes em casa nas tardes de sábado e exigiam a presença das mulheres com eles. Assim, cientes da realidade, as facilitadoras do Chapéu de Palha sequer insistiam em manter as aulas nos períodos da tarde e ainda tinham muitas dificuldades em fazer com que as mulheres permanecessem até o meio dia nas salas de aula.

Desse modo, por mais que as mulheres concordassem com os argumentos da facilitadora sobre a tripla jornada feminina, sobre as violências cotidianas que passam as mulheres e a exploração doméstica, na prática elas não conseguiam transformar seu cotidiano. Claro que muitas das concordâncias que aconteciam em sala se davam pelo simples ato de dizer sim àquilo que a facilitadora falava, sendo ela considerada por aquelas mulheres uma autoridade no assunto. Até porque, como vimos mais acima, muitas mulheres concordaram quanto ao fato de que os homens deveriam sustentá-las, enquanto elas cuidavam da casa e dos filhos. Acredito, de forma sincera, que aquelas mulheres não necessariamente compactuavam com a

exploração gerada pela sociedade patriarcal. Todavia, na prática, elas não conseguiam se desvencilhar de certos *habitus* corporificados.

Da mesma maneira aconteceu no dia narrado mais acima, no episódio do *check-in* do hotel que sediou os cursos de formação do Núcleo de Formação em Gênero da Secretaria da Mulher do Estado com a discussão com uma das funcionárias da Secretaria sobre os quartos mistos. A minha esperança em encontrar no local, preenchido, em sua maioria, por educadores e técnicas da Secretaria da Mulher do Estado, supostamente preocupados com as questões de gênero e da dominação masculina, uma atmosfera mais libertária e com concepções mais progressistas sobre gênero e sexualidade, jorrou água abaixo. O que notei foi uma funcionária extremamente conservadora, que não conseguia sequer problematizar os fundamentos relativos aos tabus sobre sexo e sexualidade e uma professora deveras preocupada com o que o marido iria pensar quando soubesse que ela descansara em um quarto misto. Essas duas mulheres, apesar de estarem em um local onde estávamos problematizando a dominação masculina e as normas de gênero e as concepções sobre sexualidade que a acompanham, não conseguiram pensar as suas experiências práticas de uma forma outra que não aquela tradicional, que coloca a sexualidade da mulher em um invólucro incólume dos desejos alheios e que precisa ser preservado para o desfrute conjugal, apenas. Trataram, de toda aquela situação, do modo como tradicionalmente costumamos conceber a educação formal: a partir de uma separação estanque entre teoria e prática; racionalização e experiência cotidiana.

Assim, apesar de ter visto intervenções interessantes na palestra que ocorreu neste dia do curso de formação, como sobre a interseccionalidade das categorias gênero e raça, ou sobre mulher e pós-modernidade, por exemplo, na prática, nas conversas de corredor ou de mesa de bar, os discursos permaneciam os mesmos. Sentia que era como se as mudanças pudessem acontecer, mas só até determinado ponto²⁶. E, além disso, a

²⁶ No capítulo seguinte discutiremos o modo como as Políticas Públicas são operacionalizadas nos Estados gerencialistas neoliberais, pautadas em ações brandas, porque menos estruturantes e tabuizadas, colocadas em prática de maneira focalizada e esparsa. Não impactando nas raízes dos problemas e nem mencionando assuntos mais

maneira como essas mulheres defendiam seus interesses, de forma enfática, ou até agressiva, deixou transparecer que para elas o que ocorria era a defesa de ideais, de modos de vida, para não dizer de mundos e verdades que fundamentavam lugares existenciais.

Não conseguia perceber, nas atitudes das mulheres citadas, um esforço racional e deliberado em não compactuar com os debates de gênero travados naquele curso. Elas sequer notavam como problemáticas aquelas situações. Era como se não houvesse conexão entre suas atitudes e os debates travados nos espaços das formações (do Chapéu de Palha e dos Núcleos de Formação em Gênero). O mesmo aconteceu em um dos grupos de trabalho da Conferência Municipal da Mulher de 2015. Estávamos discutindo sobre licença parental e, uma das integrantes do GT, aluna da universidade que leciono, de forma cautelosa, argumentou com uma das mulheres presentes que não concordava com tal licença. Esta alegou que os homens, beneficiados com a licença paternidade, apenas receberiam seus salários e, no lugar de ajudar as mulheres com o recém-nascido, iam gastar tudo com bebida nos bares. No momento em que a menina estava a falar sobre a necessidade de pensarmos políticas mais estruturais de gênero, que também reeducassem os homens para relações mais igualitárias, uma das vereadoras presentes, parceira do CDM na Câmara dos vereadores, interviu de forma ríspida, afirmando que ali não era lugar de falar de feminismo, com intuito de encerrar aquele debate. Eu, a menina, e outra estudante presente, ficamos atônitas, e a aluna prontamente lhe perguntou: “se não é esse o espaço de falar de feminismo, qual então seria?”. E a vereadora, sem ter o que falar, resmungou algo para si mesma e encaminhou o debate para outra direção.

Essas situações nos evidenciam os modos como, no fazer das políticas públicas para mulheres, podemos ver, tanto entre as agentes das políticas como entre as mulheres que seriam seu público alvo, uma disso-

polêmicos, como o aborto e a liberdade sexual da mulher, por exemplo. Os limites de ação transformadora das mulheres supracitadas se encaminham no mesmo sentido: elas se transformam até um dado limite. O limite do que pra elas e seus grupos pode ser aceitável e não polemizado. Voltaremos a esse tema de forma mais delongada no capítulo seguinte.

ciação entre discurso e prática. Muitas delas queriam mudar a situação de subjugação das mulheres e nutriam um discurso neste sentido e concordavam, nos momentos de formação e discussão, com aquilo que as ações, projetos e falas propunham. No entanto, seu fazer prático, só perceptível em um trabalho de pesquisa qualitativa, se contradiziam com seus discursos. Essa dissociação entre discurso e prática pode ser compreendida quando analisamos a dominação sobre um viés que transcende a concepção que a pensa na sua forma negativa (no sentido de proibição) e a vemos enquanto constitutiva de um *habitus* corporificado no sentido bourdiesiano do termo.

Segundo Bourdieu, é importante que compreendamos como se exerce o que ele vai chamar de “poder simbólico”, e a “violência simbólica” que lhe constitui, para podermos pensar as formas de libertação que sejam realmente eficazes. Para este autor, o poder simbólico estaria relacionado à incorporação (no sentido mesmo de se fazerem corpo) “automática” das estruturas sociais, que são inculcadas, enquanto princípios de visão e divisão, como estruturas cognitivas e avaliativas em um consenso pré-reflexivo sobre o sentido do mundo. Se apropriando do conceito fenomenológico de “atitude natural”, ele vai afirmar que a apreensão do mundo é vista, neste sentido, como algo evidente e natural, e pressupõe uma adesão à ordem estabelecida e uma “submissão frequentemente insuperável” que vincula os agentes sociais ao mundo social de que são produto, tanto para melhor quanto para o pior (BOURDIEU, 2007, p. 209-210).

Bourdieu vai se utilizar da sua apropriação do conceito de *habitus* para melhor explicar essa forma de poder. Visto como esquemas de apreciação, percepção e ação, ele funda, aquém das decisões da consciência e vontade relações de conhecimento e reconhecimento que se mostram obscuras. Obscurecidas porque os agentes sociais, mesmo agindo da forma como agem, o fazem devido a essas disposições corporificadas e não por um simples ímpeto de vontade consciente. Fruto das educações cotidianas o *habitus* se faz corpo na medida em que se constitui enquanto

costume e dever, e assim sendo, não precisa do arbítrio para garantir sua eficácia (ibid, p. 204-207).

Na medida em que os efeitos do poder se inscrevem nos corpos dos dominados sob a forma de disposições corporificadas, de modo a contribuir, mesmo que a uma suposta revelia, para a sua própria dominação, os sujeitos estão submetidos ao que ele vai denominar como “violência simbólica”. Em suas palavras:

Violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (portanto, à dominação), quando dispõe apenas, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, ou melhor, para pensar a sua relação com ele, de instrumentos de conhecimento partilhados entre si e que fazem surgir essa relação como natural, pelo fato de serem, na verdade, a forma incorporada da estrutura da relação de dominação(...) (ibid, p. 206-207).

Com estas definições Bourdieu nos fornece um interessante caminho para refletirmos sobre a forma como a concepção de empoderamento tem sido operacionalizada nas políticas para mulheres em Petrolina. Vimos, por um lado, o modo equivocado como o termo empoderamento tem sido posto em prática nas ações dos agentes de políticas públicas nesta cidade, visto segundo modelos de transmissão de conhecimento (como os cursos de formação, palestras e seminários) sobre serviços e direitos ou mesmo sobre a dominação masculina. Vimos, também, como isso reflete um modo peculiar de aplicação de políticas públicas, como isso já vem ocorrendo, principalmente nos países do sul global, que acontece pelo incentivo de agências de cooperação internacional que vem deturpando o termo (empoderamento) lhe conferindo um sentido desconectado das propostas feministas. Como reflexo disso, notamos que tanto as agentes de políticas públicas, como mulheres vistas como o público alvo, até conseguem entender o que é proposto nas palestras, seminários e cursos, indagando e reproduzindo, mas não operacionalizando nas ações cotidianas.

Ora, se temos, segundo Bourdieu, por um lado, uma concepção de poder que é vista em sua forma positiva, ou seja, como constituindo disposições corporificadas que se mostram como esquemas de percepção, cognição e ação (não racionalização), que incide sobre os corpos para além de sua vontade; e, por outro lado, temos, não só uma apatia frente a esta forma de poder, mas também uma adesão desses corpos, que não podem agir de outra forma, porque dispõem apenas de instrumentos de conhecimento partilhados e forjados no seio da própria relação de dominação, que é em sua essência naturalizada, para pensar essa relação, então é possível que compreendamos as situações acima narradas. Se a dominação se faz corpo, pelo *habitus*, logo a libertação não pode ser buscada por um simples esforço de tomada de consciência. Segundo Bourdieu, as condições de eficácia do *habitus* estão inscritas de modo durável nos corpos sob a forma de disposições que se expressam pela lógica do sentimento e do dever. Do mesmo modo que as mulheres dos cursos (do Chapéu de Palha e dos Núcleos) achavam que deviam agir daquela maneira que “era a lógica”, como bem afirmou uma delas (ibid, p. 2018).

Desse modo, ele afirma que, se o poder simbólico, e a violência que lhe é inerente, não estão localizados fundamentalmente no mundo das ideias (e por isso ele bane o termo ideologia), logo não seria possível neutralizar os efeitos da dominação e sua naturalização por uma simples tomada racional de consciência. Esta tomada de consciência, tão aclamada nas propostas de empoderamento citadas, estaria, segundo esta linha argumentativa, fadada ao fracasso. Ela não transformaria as disposições, fazendo com que práticas que conformam e fortalecem a dominação masculina permaneçam, tanto entre os dominadores, quanto entre os dominados (ambos sujeitos à mesma lógica). Por isso, então, vemos as palestras e afins funcionarem apenas com aqueles que já estão empoderados.

Temos, assim, dois problemas: um, diz respeito à forma como as políticas para o empoderamento são encaminhadas, ineficazes, uma vez que propõem uma emancipação por meio de uma tomada de consciência, racionalizada em sua essência; um segundo diz respeito ao modo

individualizado e tecnicizado como essa empoderamento é posto em prática, de forma totalmente dissonante da sua proposta originada nos movimentos feministas. Assim, vemos que o problema não se encontra em ver na educação uma forma eficaz de encaminhar as políticas baseadas no empoderamento de mulheres. Muito pelo contrário. Esta é tanto uma forma eficaz e válida que o próprio movimento feminista já dispõe de uma pedagogia própria para operacionalizar ações neste sentido. No entanto, a pedagogia feminista está muito longe de compactuar com as propostas e ideias que, infelizmente, tem sido vistas nas ações em Petrolina e em outros lugares, como já nos evidenciou Sardenberg linhas atrás.

Como vimos com esta autora, o empoderamento para a libertação está relacionado, fundamentalmente, a busca pela autonomia contra a dominação masculina, por meio da ação coletiva, que deve se efetivar desde o processo de tomada de consciência, até as ações em busca da libertação. Este modelo está completamente distanciado da proposta liberal de empoderamento, que pressupõe uma tomada de consciência individual e não concebe ações coletivas. Este modelo, como vimos, está relacionado às políticas em prol do desenvolvimento dos países do sul, e, se atentarmos, conforma, sob um viés positivo, tudo aquilo criticado por Bourdieu para fins de emancipação da violência simbólica.

A perspectiva da racionalidade e individualidade pressuposta nas ações para o empoderamento citadas acima, e vistas como a saída para a situação de dominação, não é só criticável porque ineficaz para a superação de uma violência e poder que são, em essência, corporificados. Ela também é alvo de críticas porque se mostra como o fundamento político de um sistema social que se configurou na modernidade ocidental, como vimos no capítulo anterior. Estes fundamentos foram criticados à exaustão pelas teóricas feministas e seus pressupostos androcêntricos, ocidentais e brancos foram desmascarados décadas atrás. Estes pressupostos desconsideram, além do sistema misógino, sexista e racista que o fundamenta, as idiosincrasias culturais dos diferentes povos, o respeito às diferentes formas de saberes, a corporificação dos *habitus*, as possibili-

lidades de reflexão crítica, a curiosidades daqueles que estão sendo educados, o diálogo e, acima de tudo, a autonomia das pessoas envolvidas no processo²⁷.

Assim, podemos resumir as ações voltadas para empoderamento de mulheres em Petrolina segundo os seguintes vieses: pela divulgação dos serviços voltados para as mulheres (empoderamento por um conhecimento técnico), por uma tomada de consciência que não prima pela autonomia (haja vista que é concebida como transmissão de conhecimento de uma para outra em uma lógica de educação tradicional), que é racionalizada (porque vista apenas segundo concepções de conhecimento teórico “passado”) e individualista (porque não prima pela/para ação coletiva). Este modelo se mostra um caminho de saída da situação de dominação por meio de concepções liberais e gerencialistas que, ao fim e ao cabo, obscurecem os reais moveis da dominação de gênero (e suas intersecções), desresponsabilizam o Estado e o capital no que diz respeito às mazelas que são ao mesmo tempo fundadoras deste sistema e fruto dele, e enfraquecem as possibilidades de agrupamentos para fins de sublevação desta ordem.

Como consequência deste modelo temos sujeitos empoderados “pela metade”, haja vista a incorporação de um discurso raso e de práticas que não condizem com este discurso; políticas “descafeinadas”²⁸, porque pouco estruturantes e transformadoras; ações focalizadas e sem continuidade; e uma sociedade civil desarticulada e esparsa. Essas consequências se mostram muito aquém das propostas feministas de empoderamento pela via da autonomia e ação coletiva e, até mesmo, das propostas de políticas públicas da Secretaria da Mulher do Estado e do Governo Federal, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho. Estas propostas se mostram, em seus objetivos, progressistas e em concordâncias com os supostos básicos dos feminismos. Porém, em forma e

²⁷Estes pressupostos caracterizam a pedagogia da autonomia (FREIRE, 2013), especialmente caras à pedagogia feminista, que busca, acima de tudo, o empoderamento das mulheres em respeito às suas diferenças culturais e emancipação autônoma e coletiva.

²⁸ Devo esta apropriação extremamente cabível neste contexto à Cecília Sardenberg (2015, p. 33).

aplicabilidade, completamente dissonantes destas propostas. Isto porque há um mal de origem, e este se dá na aliança infértil entre gerencialismo neoliberal e políticas públicas para emancipação das mulheres.

Capítulo V

Neoliberalismo, reforma gerencialista e Políticas Públicas para as mulheres em Petrolina

O modelo de aplicação de políticas públicas para as mulheres em Petrolina assumiu várias facetas e características moldadas pelas ações do CDM, da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, pela Secretaria Estadual da Mulher e pela Secretaria Executiva da Mulher do Município. Em meio às práticas das agentes engajadas nesta aplicação, concepções, fundamentos e estratégias de ação se tornaram centrais. Destas, as referentes à concepção identitária do sujeito das políticas, as mulheres, e as noções de empoderamento para superação da condição de desigualdade pelo qual elas passavam, se tornaram basilares. Por elas vimos como se tornou problemático o fato de que a concepção sobre o sujeito “mulher” se mostrou desprovida de todo o debate teórico, epistemológico e político que a respaldava. E, também, como as denominações sobre o “empoderamento das mulheres”, foco central a ser alcançado, estavam relacionados à busca de um conhecimento tecnicizado, individualizado e pautado em um conhecimento racional e superficial da dominação masculina, quando esta era mencionada¹.

Além desses elementos referentes às formas de operacionalização das ações, outros condicionantes se mostraram de suma importância nesses contextos. Dentre estes, o baixo número de profissionais engaja-

¹ Será necessário retomar alguns elementos centrais dos capítulos anteriores, como a noção de empoderamento pelo conhecimento técnico, e a noção essencializada de mulher, por exemplo. No entanto, o intuito, aqui, não é mostrar a relação entre os modos como estas concepções são operacionalizadas em Petrolina e sua relação com os debates feministas, como foram os objetivos dos capítulos 3 e 4. A ideia é demonstrar como esta frágil conexão traduz um modelo gerencialista neoliberal de aplicar as políticas para mulheres.

dos de fato nas ações, os contratos por regime temporário (principalmente nas secretarias), as reuniões que não geravam nenhuma deliberação ou proposição, as dificuldades técnicas de elaboração de projetos, as ações submetidas ao fluxo dos editais federais e estaduais e o pouco diálogo com a sociedade civil organizada (e ainda pouco expressiva), se tornaram cruciais para caracterizar as ações para as mulheres protagonizadas pelos atores sociais mencionados².

O que podemos notar, todavia, é que esse modo peculiar de operacionalização das ações para as mulheres caracterizam um modelo de aplicação de políticas públicas que tem sido praxe nos governos que passaram pela reforma neoliberal gerencialista a partir de fins da década de 80 e início de 90 do século XX. Esta reforma, surgida no Brasil para conferir mais eficiência ao Estado, que se mostrava abalado pela crise fiscal dos anos 80, tomou alguns pressupostos como “carros chefes” para operacionalizar de forma efetiva as políticas e assim fazer com que os estados se inserissem de uma maneira mais competitiva em um mercado mundial cada vez mais globalizado. Algumas autoras feministas (ALVEREZ, 2014, MARIANO, 2001, PISCITELLI, 2005, SARDENBERG, 2015) já vêm apontando esta relação (Estado neoliberal gerencialista x políticas públicas para as mulheres), todavia se faz de suma importância trabalhos etnográficos que ilustrem a questão e tragam as características desta relação observada *in loco*.

Dessa maneira, vimos, até aqui, os principais elementos, categorias, atores e formas de atuação das ações para as mulheres em Petrolina. Vimos, também, as características relativas a cada uma das situações levantadas, onde as referidas concepções se tornaram centrais. Neste capítulo o intuito é entendermos como estas características, elementos e categorias centrais configuram um modelo de aplicação de políticas públicas típico de um Estado Gerencialista Neoliberal. Além disso, tenho o intuito, também, de demonstrar como pressupostos e práticas caras às políticas feministas precisam ser ressignificados e rearranjados para que

² Estes elementos ainda serão analisados com mais vagar neste capítulo.

sejam alocados neste modelo, e mesmo assim ainda inseridos de modo rudimentar, configurando o que caracterizei como verdadeiras “gambiarrras”³ políticas.

Para efetuar esta discussão, traçarei um percurso analítico que partirá dos modos como o Estado brasileiro, em especial, realizou a reforma gerencialista da sua máquina, os pressupostos teóricos e políticos que embasaram esta reforma, e como esta reforma foi pautada em suas características centrais (como a ênfase conferida à focalização, descentralização, “onguização”, eficiência, participação da sociedade civil e o foco em demasia no indivíduo). Logo após, trarei casos empíricos para demonstrar como estas características são percebidas no fazer das políticas para as mulheres em Petrolina, as críticas já lançadas sobre esta relação (gerencialismo x políticas para as mulheres) e como (ou se) estas críticas também se mostram pertinentes nos casos aqui analisados.

1. Desenvolvimento, neoliberalismo e reforma gerencial do Estado

As ideias sobre desenvolvimento, que estão por trás da reforma neoliberal gerencialista do Estado brasileiro dos anos 90 do século XX, fazem parte de um fluxo de concepções sobre o Estado e a sociedade brasileira que remontam ao período escravocrata e colonial. Já é sabido pelos estudiosos brasileiros das Ciências Sociais em geral, e sobre a formação da sociedade brasileira em particular, o quanto de páginas foram escritas a respeito dos óbices deixados pelo tradicionalismo na economia e nas relações sociais oriundos, principalmente, da nossa herança lusitana e colonial. Nestes estudos, a tese de que a formação do Estado brasileiro se caracterizaria por relações de patrimonialismo, autoritarismo e dependência do capital estrangeiro se tornou consenso entre as

³ Em momento oportuno explicitarei o sentido deste termo. Neste momento é importante, apenas, elucidar que com este termo (gambiarra) não tenho a intenção de resgatar um sentido pejorativo do *modus operandi* das políticas para as mulheres em Petrolina. Ao contrário, o intuito é tão somente mostrar como, na prática, os modelos ideais, propostos nos planos de políticas para as mulheres, só são efetivados por meio de arranjos improvisados, que geram resultados muitas vezes desordenados e ambíguos, muito distantes da pressuposta racionalidade das políticas públicas.

principais referências de estudiosos sobre o Brasil (HOLANDA 1995, FAORO, 2008, PRADO JR. 1994).

Devido a este passado lusitano, colonial e escravocrata, o Brasil teria herdado o patrimonialismo nas relações entre Estado e sociedade, além de ter configurado sujeitos desprovidos dos sentidos e *habitus* de classe que deveriam ter sido configurados pelo modo de vida capitalista do período pós-escravidão. Estes sujeitos estariam relegados a viver segundo padrões de relacionamento permeados pela emotividade, informalidade nas ações e por burlarem, a todo o tempo, a linha tênue entre as esferas públicas e privadas. As análises sobre os modos brasileiros de gerir suas relações interpessoais e com as instituições do Estado foram perenizadas pelas concepções do “homem cordial” de Buarque de Holanda (1995) e sobre o “jeitinho brasileiro” de Roberto DaMatta (1986, p.95-108). Ambas as noções se associam ao processo de formação socio-política do Brasil, que, por outro lado, também gerou um Estado dependente do capital internacional, patrimonialista, e uma burguesia que não conseguia assumir o protagonismo do desenvolvimento econômico modernizante pelos entraves provocados por este modelo de Estado. Esta configuração social, política e econômica teria dificultado o desenvolvimento e gerado pobreza e entraves estruturais para a formação de um país estável economicamente.

Seguindo esta lógica de superação da tradição rumo ao progresso modernizante, no período do pós-guerra, por volta das décadas de 50 e 60 do século passado, foi capitaneado pelo Estado nacional um projeto de modernização pela via da industrialização, urbanização e substituição das importações⁴, com base no desenvolvimento técnico. Este processo foi chamado de “modernização brasileira” e tinha por objetivo promover a acumulação capitalista, baseada na industrialização, no crescimento econômico e modernização das relações produtivas, por meio do trabalho

⁴ A política de substituição das importações estava relacionada a um processo de industrialização capitalista, voltado para o mercado interno e dependente de políticas protecionistas do Estado à indústria nacional. Ele implicava em um estímulo à manufatura e tinha como objetivo promover a acumulação de capital interno que proporcionaria um desenvolvimento autossustentável e duradouro (IVO, 2012, P. 191).

assalariado e elevação do padrão de vida da população, sob a liderança do empresariado nacional. Para tanto, foi realizada uma coalizão entre a burocracia estatal, as elites empresariais e os trabalhadores assalariados, que ficou conhecida como aliança desenvolvimentista (IVO, 2012, p. 191).

No entanto, segundo análises oriundas da sociologia do desenvolvimento, é possível afirmar que a modernização proporcionada por este modelo assumiu um forte cunho conservador. O conservadorismo adviria do fato de que o progresso técnico e crescimento econômico concentrador não alteraram significativamente a concentração de renda e a cultura patrimonialista e autoritária do Estado. O caráter centralizador e clientelista da cultura política brasileira, assim como um modelo de capitalismo periférico (porque dependente e submetido ao mercado internacional) relegou o país à extrema pobreza, aos altos índices de desigualdade social e um estado de “bem-estar”⁵ incompleto, porque deixou à margem da cidadania a maioria dos trabalhadores que não foram contemplados pelos direitos trabalhistas (ibid, p. 194-195).

No entanto, a crise que assolou muitos países do globo na década de 80 de forma geral, e os países da América Latina, em particular, provocando estagnação econômica e descontrole inflacionário, ajudou a alavancar a crítica liberal relativa ao pacto redistributivo e ao modelo de Estado de bem-estar social. Segundo estas críticas, este modelo apenas desencadeou a estagnação econômica, a retração da produção industrial, alto nível de conflitos sociais (com a consequente emergência de diversos movimentos sociais em prol de direitos por cidadania) e o aumento do trabalho informal. Neste sentido, a posição dos liberais caminhou no sentido de uma maior liberação dos mercados e uma menor interferência dos Estados na regulação do capital (ibid, p. 1960).

⁵ Por estado de bem-estar social, Anete Ivo define como girando em torno de quatro campos principais: “a *socialização da economia*, pelos direitos da cidadania, que reconhece que o capitalismo não é apenas constituído por fatores de produção e pelo mercado, mas por sujeitos sociais com necessidades básicas; a *política do Estado*, que atribui aos Estados nacionais o marco normativo e institucional pelo qual se regula o conflito entre economia e sociedade, capital e trabalho; a *segurança civil* dos cidadãos contra a violência e a garantia da vida; e uma *identidade nacional*, de modo a sustentar uma legitimidade ampliada” (2008, p.6).

O posicionamento, diagnóstico e recomendações, principalmente aos países latino-americanos que mais sofreram com a crise, foram formulados pelas agências internacionais multilaterais, voltadas para orientar o capitalismo global e culminaram nas recomendações do Consenso de Washington⁶ sobre as reformas dos Estados. Esta reforma estava assentada na ruptura do pacto nacional desenvolvimentista (Estado, elites empresariais e trabalhadores assalariados) em prol de um modelo de Estado gerencial que estava assentado em critérios baseados em estratégias de mercado, como os de eficiência e competitividade, para o equilíbrio das contas públicas. Segundo esta perspectiva, os Estados nacionais ficariam responsáveis pelas reformas em favor do mercado por meio de privatizações, pela descentralização das políticas sociais para a ênfase em dinâmicas locais, na passagem das responsabilidades públicas para a esfera da sociedade civil, e transferindo o papel de Estado protetor e de caráter universalista para um de assistência focalizada sobre os mais pobres e necessitados (ibid, p. 197-198).

No entanto, diante das consequências perversas provocadas por este ajuste fiscal, o Banco Mundial, em 1989, introduziu em seu relatório sobre o desenvolvimento a noção de *local governance*. Este termo consistia na criação de espaços de intermediação entre os diversos atores da sociedade civil, do mercado e do Estado por meio de conselhos, comissões e fóruns. Esta conexão teria por objetivo a construção de arranjos entre diferentes atores sociais para formulação de projetos para o desenvolvimento. (ibid., p. 199)⁷.

⁶ Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. As conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington" (<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>, visto em 20/03/2017).

⁷ Para uma análise mais economicista do processo de reforma gerencial do Estado ver trabalho de Bresser Pereira, Ministro da Fazenda do Estado brasileiro no ano de 1987 e responsável por planejar a reforma gerencial do Estado brasileiro (BRESSE PEREIRA, 1996).

A reforma gerencialista para fins de desenvolvimento, principalmente dos países da América Latina, estava ancorada em pressupostos neoliberais de gestão das economias do mundo. Todavia, este neoliberalismo não se constitui enquanto um corpo teórico e coerente. O que ele faz é reinventar o liberalismo, com um toque maior de conservadorismo político, e com propostas de primazia do mercado sobre o Estado, por meio de afirmações genéricas de liberdade, de uma ênfase do individual sobre o coletivo e de um Estado mínimo que não intervém na economia. Ele se constitui muito mais como um conjunto de regras práticas para ação dos governos, que devem basear seus procedimentos na flexibilidade, eficiência e na suposição de uma política “despolitizada” e “desideologizada”. Segundo esta perspectiva, o mercado se constituiria o agente mais eficiente para alocar recursos, em detrimento do Estado. As políticas sociais de um Estado interventor seriam, segundo a perspectiva neoliberal, as responsáveis pela ampliação dos déficits públicos, pela inflação, pelo desestímulo da concorrência e pela diminuição da produtividade (DRAIBE, 1993, p. 86-90).

Segundo a perspectiva neoliberal, os programas sociais deveriam passar por uma reforma segundo alguns vetores estruturantes. O primeiro deles seria a descentralização, que estaria relacionada a um modo de aumentar a eficiência nos gastos públicos por meio da interação com os níveis locais de governo, entre os recursos públicos e os não governamentais para financiamento das atividades sociais e para operação de serviços, principalmente nas esferas municipais. A segunda delas, a focalização, direcionaria os gastos sociais com programas e públicos específicos escolhidos segundo a sua urgência, normalmente os setores mais pobres da população. E, por fim, as privatizações, que deslocariam a produção de bens e serviços para o setor privado lucrativo, evitando uma suposta irracionalidade no uso de recursos, induzida pela gratuidade de certos serviços públicos (ibid, p. 90).

No entanto, segundo Anete Ivo, a reestruturação produtiva neoliberal e o ajuste fiscal promovidos pelas reformas, para superação das crises

que abalaram a América Latina a partir dos anos 80, só aumentaram a pobreza e as desigualdades sociais. Desse modo, as agências internacionais foram pressionadas no sentido de pensarem outras vias para o desenvolvimento. Foi assim que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) trouxe, no início do século XXI, algumas metas a serem cumpridas pelos países para luta contra pobreza e as desigualdades sociais. Dentre estas metas, podemos destacar aquelas que estão relacionadas ao fim da extrema pobreza, a promoção da igualdade entre os sexos, a erradicação das doenças e o fomento às bases para um desenvolvimento sustentável. As teses liberais que estão por trás destas metas estão assentadas em pressupostos que propõem a mobilização dos pobres e excluídos na luta para o enfrentamento da sua pobreza, com base em um empreendedorismo social. Esta perspectiva se assenta no paradigma liberal de “autonomia do sujeito empoderado” que, segundo Ivo, se assenta na tese que reforça noções de autonomia e responsabilidade individual. Além de proporcionar o desenvolvimento pela individualização, converte a inserção individual dos pobres no mercado, como produtores e consumidores, como virtudes emancipatórias. Não se referindo, por outro lado, às condições estruturais que geraram o sistema que colocou aqueles mesmo pobres na sua condição de pobreza e exclusão (IVO *op. cit.* p. 203).

Sonia Alvarez vai chamar este período, que pressupõe uma maior inclusão daqueles grupos subalternos (negros, mulheres, pobres, indígenas, etc.), como fase II do neoliberalismo, que ao contrário da primeira que construiu um exército invisível de excluídos que arcaram com os ajustes estruturais, pressupõe a inclusão de grupos da sociedade civil organizada (pelo menos alguns deles) como parceiros do desenvolvimento. Foi nessa segunda fase que se consolidou o que a autora vai chamar de Agenda Global de Gênero (AGG) que consistia em:

(...) um conjunto hegemônico, ainda que contestado, de posições normativas e prescritivas sobre gênero e desenvolvimento, participação das mulheres,

equidade de gênero e outras questões concernentes às mulheres, especialmente mulheres “pobres e vulneráveis” (ALVAREZ, 2014, p. 59).

Esta inclusão da perspectiva de gênero nas agendas pro desenvolvimento será, segundo Alvarez, o resultado da confluência de dois fatores muito específicos: ela é ao mesmo tempo uma resposta às demandas feministas internacionais em prol da justiça racial e social; e, também, foi criada pela confluência entre as agendas feministas e a defesa da agenda da “nova pobreza” pelo neoliberalismo global que propunha uma abordagem tecnocrática de gênero, principalmente para as mulheres pobres. O mote central desta abordagem estaria relacionado à construção de um “capital social” para a promoção do desenvolvimento de mercado mais eficaz (ibid, p. 59).

A incorporação da AGG pelos projetos de desenvolvimento neoliberais na América Latina foi uma conquista dos movimentos feministas que desde o período do pós-guerra ajudaram a tornar visível a pobreza das mulheres, principalmente depois dos ajustes estruturais em prol do desenvolvimento. Desse modo, a “feminização da pobreza” se tornou tema de conferências mundiais e as demandas relativas à maior participação das mulheres no desenvolvimento e a ampliação do crédito, foram motes centrais. Estas demandas estiveram relacionadas às propostas de “corresponsabilidade”, as de “capital social”, “empoderamento das mulheres” e “participação” para o fim das desigualdades sociais e para uma melhor governança política (ibid, p. 62-63).

No entanto, o que tem sido visto, segundo a autora, é uma inserção apenas de “sujeitos autorizados”, por meio da transferência de políticas e serviços do Estado para o setor privado ou para o terceiro setor, por meio, muitas vezes, de doadores internacionais. Assim, o que temos visto é a subcontratação de ONGs para administrarem programas de desenvolvimento em um processo de total despolitização da agenda política feminista para fins de se tornar mais consonante com a governabilidade neoliberal. Desse modo, segundo Alvarez, ao mesmo tempo em que este novo engajamento feminista pode fornecer empregos, carreiras e credibi-

lidade às feministas engajadas, ele pode, também, trazer efeitos perversos ao comprometimento crítico do movimento (ibid, p. 64).

Assim, com as propostas de incumbir às mulheres formas de superação das desigualdades pelos seus próprios esforços (noção equivocada de autonomia), por meio de subcontratos ou trabalhos voluntários de ONGs especialistas em gênero, este modelo de engajamento tem provocado uma acomodação quanto aos aspectos críticos do movimento em prol dos aspectos mais técnicos e profissionais. Além disso, tem havido uma tendência dos Estados em ver as ONGs como substitutas, e ao mesmo tempo intermediárias, da sociedade civil, desconsiderando todo o rol de movimentos sociais espalhados pelos países. Esta “onguização” do Estado pode vir a reforçar a implantação do neoliberalismo em defesa do Estado mínimo, além de ter prejudicado sua capacidade de monitorar criticamente as políticas e defender as propostas que possuem um cunho mais radical, e muitas vezes não condizentes com a proposta neoliberal (ALVAREZ, op. cit, 67; MARIANO, 2001, p. 23). Este fato está relacionado a um processo de “acomodação discursiva”⁸, que significa:

(...) adaptar o próprio perfil discursivo aos requisitos explícitos ou implícitos do interlocutor envolvido no conflito. (...) isto pode levar a um quadro de autodeterminação do ‘que é possível dizer’ que opera como uma censura auto imposta, tornando difícil articular uma linha autônoma de argumento que explicita e sustente os nós [discursivos] mais problemáticos: sexualidade, família, conceito de gênero (ALVAREZ, op. cit., p. 67).

A partir de todo esse processo sociopolítico, podemos afirmar que as políticas neoliberais para o desenvolvimento, colocadas em prática a partir das reformas gerenciais dos Estados da América Latina em geral, e do Brasil, em particular, estão embasadas em alguns pressupostos centrais que as caracteriza e condiciona sua aplicabilidade. Estes pressupostos podem ser resumidos em seis características centrais: a focalização, a descentralização, a “onguização”, o foco no indivíduo e em

⁸ A autora vai tomar de empréstimo este termo que na verdade foram colocados pelas críticas feministas chilenas Olga Grau, Francisca Pérez e Raquel Olea.

sua autonomia, a participação, e a eficiência. Estes pressupostos têm respaldado a formulação e aplicação de políticas sociais no Brasil, principalmente às voltadas para a eliminação da pobreza, para a equidade social e para a inserção dos grupos subalternizados (mulheres, negros, indígenas) enquanto sujeitos de direitos⁹. Assim, um dos objetivos centrais neste momento será entender como estes pressupostos estão presentes nas ações e políticas para as mulheres em Petrolina, quais elementos novos eles nos trazem, haja vista a sua aplicação no contexto específico da cidade, e qual a relação deste modelo com os pressupostos feministas localizados nos capítulos terceiro e quarto deste trabalho.

2. O Conselho de Direitos da Mulher: debilidade discursiva em participações descontextualizadas¹⁰

Um dos motes centrais da incorporação da AGG para enfrentar os problemas relativos à “feminização da pobreza” diz respeito às relações entre sociedade civil organizada e Estado, por meio de ideias como a de “corresponsabilidade” e “participação”. A primeira destas ideias faz referência às possibilidades de conferir às mulheres organizadas um protagonismo frente às ações de superação da sua própria condição de pobreza e subordinação. E, a segunda ideia, diz respeito às novas formas de participação e relação da sociedade civil organizada com o Estado. Como vimos acima, a transferência de responsabilidade para execução de políticas para ONGs é uma delas. Outra, que ganhou bastante ênfase a partir de 2002, como vimos no capítulo primeiro, foi a atuação dos conselhos. Os conselhos seriam responsáveis por fiscalizar, monitorar e propor políticas públicas para as mulheres, pois é tomado como pressuposto que eles seriam formados por grupos que representam a

⁹ Estes pressupostos já foram levantados e detalhados no primeiro capítulo deste trabalho, enquanto discorria a respeito da diversificação do movimento feminista na década de 90 e da reforma do Estado Brasileiro.

¹⁰ Poderá ser notada uma assimetria no que diz respeito ao volume de informações referentes às ações do CDM em relação às demais instituições aqui analisadas. Isto se deu devido a possibilidade de realização do trabalho de campo, haja vista que o CDM era a instituição que mais mantinha regularidade em suas ações, principalmente no que tange às suas reuniões.

diversidade de mulheres dos locais onde estariam situados e que por isso teriam legitimidade para propor as ações que mais beneficiassem seu público alvo¹¹.

Vimos anteriormente, com Alvarez (2014), como esta nova forma de participação pressupõe a inserção apenas de sujeitos autorizados nesta seara política, principalmente por meio da atuação de ONGs que melhor se relacionam com o Estado. No entanto, os Conselhos de Direitos da Mulher seriam espaços nos quais poderia haver a inserção de outras vozes, como de movimentos sociais deixados à margem ou grupos subalternizados de mulheres, como as trans e negras, por exemplo. No entanto, foi possível perceber, em Petrolina, uma modelo de atuação do CDM que foge, ao largo, de uma proposta de participação, baseada na inclusão de distintas vozes. O conselho era composto por mulheres que não representavam a diversidade da cidade, e estas mulheres se mostraram, ainda, completamente alheias aos objetivos e propostas dos conselhos de direitos das mulheres no geral, e dos objetivos relativos à luta feminista em particular.

Na verdade, durante muito tempo o CDM sequer aceitava representação de grupos que não fossem institucionalizados por meio de CNPJ. Este critério feria por completo a autonomia de movimentos sociais que representam as mulheres em sua diversidade, e que optavam por não se institucionalizar segundo este requisito. Somente em 2014 esta norma foi alterada, devido ao protesto, principalmente, da representante da Associação das Mulheres Rendeiras. Esta dificuldade em representar às mulheres, para garantir uma participação mais equânime nas relações com o Estado, e o desconhecimento quanto às funções do conselho e da AGG, desencadearam algumas consequências de suma importância. Destas, podemos salientar o modo de atuação do conselho. As formas de levar a cabo as ações estavam desarticuladas dos debates sobre gênero, feminismo e participação, de modo que as atividades e projetos propos-

¹¹ No capítulo primeiro deste trabalho faço referência à atuação dos conselhos de direitos da mulher, e como vem sendo seu espraiamento e atuação pelo Brasil desde o início do Governo do presidente Lula.

tos se mostravam pontuais e, acima de tudo, focados em uma noção essencializada de mulher.

Esta concepção sobre a identidade feminina teve como consequência central uma parca interseccionalidade entre demandas das mulheres e especificidades baseadas em raça, orientação sexual, geração, bairro e zonas (rural e urbana). Tínhamos problemas genéricos demais e que só tinham como ser resolvidos com ações do mesmo tipo. Estas tinham uma alcançabilidade reduzida devido ao fato de que os principais elementos que possibilitam uma interpretação mais pormenorizada dos fatos (as categorias de mulheres expostas linhas acima) eram desconsiderados. Além disso, as dificuldades relativas à baixa fundamentação teórica e política do CDM geraram ações resolvidas por meio de contatos pessoalizados, com soluções de curto prazo.

Estes elementos vão caracterizar um modelo de atuação muito mais baseado em “gambiarras¹² políticas” do que em uma atuação que realmente reflete, ao menos, o modelo proposto pelo neoliberalismo gerencial. Este, que já nos ofereceu soluções bastante problemáticas para a superação dos entraves gerados pelo seu próprio modelo político, econômico e social, ainda se realiza de modo bastante precário na cidade de Petrolina no geral, e na atuação do Conselho de Direitos da Mulher, em particular.

Este modo rudimentar de operacionalizar as políticas para as mulheres na cidade me conferiu certo desalento. Ao final do trabalho de campo eu comecei a ir às reuniões do CDM em Petrolina com muito pouco ânimo político. Este desânimo estava relacionado às insatisfações quanto as minhas ideias a respeito das atribuições de um Conselho da

¹² Berenice Bento (2014) vai utilizar o conceito de “gambiarras legais”, que seriam soluções “à brasileira” que proclamam mudanças, porém sem alterar substancialmente a vida da população. Neste quesito ela está falando mais especificamente sobre os direitos das pessoas transexuais. Segundo esta autora, no Brasil não há nenhuma lei que garanta às pessoas trans o direito de mudar de nome e de sexo nos documentos. O que existe, segundo ela, é uma “gambiarra legal”, ou seja, o “nome social”. Assim, Universidades, escolas, ministérios e outras esferas do mundo público garantem às pessoas trans a utilização do “nome social”. Mas, nas outras esferas estas pessoas terão que continuar com o nome de nascimento. Desse modo, ela define, pelo referido conceito (gambiarra legal), formas de agir à margem das regras, leis, e consentimentos políticos. Com este conceito procuro dar conta das inúmeras práticas que são realizadas no universo de aplicação de ações para as mulheres de Petrolina, que, por não estarem assentadas nos procedimentos legais, legítimos ou condizentes com a forma “ideal” proposta pela reforma neoliberal do Estado de aplicar políticas, precisam se realizar segundo procedimentos as vezes pouco convencionais.

Mulher e como este espaço, tão importante, estava sendo subutilizado na cidade. Este desânimo, todavia, não me fez desistir, e sim mudar a estratégia, ou melhor, o foco do meu olhar. Ao invés de me dedicar a observar e registrar as ideias, propostas e debates que surgiam, passei a dar uma ênfase maior às expressões, aos silêncios, ao não dito e/ou ao que era apenas mencionado e não problematizado. A tudo aquilo que imaginava ser da função de um conselho e de suas conselheiras, e que não era sequer mencionado. Desse modo, acredito, pude problematizar melhor algumas questões.

Em uma das reuniões cheguei a ficar esperançosa. A presidente do conselho nos enviou a pauta por e-mail: dados sobre a violência contra a mulher, solicitação de assentos no conselho (pelas representantes das mulheres com deficiência e da União de Mulheres de Petrolina) e apresentação do CRAM para um maior conhecimento deste órgão pelas conselheiras. Com estatísticas em mãos acreditei que finalmente conceberíamos as mulheres segundo algum tipo de distinção e com isso políticas específicas para cada seguimento seriam pensadas. Se o debate não acontecesse neste momento, certamente apareceria a partir da apresentação da coordenadora do CRAM que falaria sobre a instituição. Finalmente iríamos discutir as ações deste órgão e como poderíamos pensar em algo integrado.

Ao chegar à reunião, que aconteceu no espaço do CRAM, haja vista que seria o dia que a sua coordenadora iria falar sobre o órgão, nos acomodamos em uma confortável e ampla sala que se localizava em seus fundos. Verifiquei, logo ao entrar, que a sala tinha alguns brinquedos para crianças e depois tive confirmado a minha intuição inicial: aquele era o espaço onde as crianças das mulheres que buscavam o Centro ficavam com as psicólogas. Pensei: “bem, pelo menos não é um espaço hostil”. Ao contrário, me senti acolhida. Este acolhimento inicial logo se transformou em desconforto. Isto aconteceu devido a uma resposta extremamente preconceituosa advinda da representante do povo na Câmara legislativa da cidade. Mas antes preciso elucidar algumas questões.

Pouco tempo antes daquela reunião fiquei sabendo da organização da versão municipal da Marcha das Mulheres Negras em Petrolina¹³. A pessoa responsável pela organização da Marcha na cidade já era conhecida e me chamou para participar dos debates que a equipe organizadora estava promovendo na cidade. Ela, muito preocupada com o racismo, e diante da falta de debates na cidade sobre a questão e de um Conselho de Promoção da Igualdade Racial que encabece as demandas desta parcela da população, me convidou para incitar a população quanto a essas questões e arregimentar mulheres para a Marcha que aconteceria em Brasília. Assim, prontamente aceitei seus convites e ofereci a minha contrapartida como palestrante nos encontros que ela e a equipe montada realizariam. Dentre as atividades estava a divulgação do comitê da Marcha das Mulheres Negras da cidade, assim como suas propostas e objetivos na Câmara de Vereadores.

Não tive como estar presente a este evento na Câmara, devido a compromissos de trabalho, mas, logo depois do acontecido, procurei saber com a organizadora como tinha sido a recepção dos vereadores em relação à questão. Ela, extremamente chateada, me disse que depois de terem comparecido pontualmente na câmara, uma das vereadoras (a citada mais acima) tinha pedido uma mudança na ordem da pauta do dia, colocando uma apresentação de homenagem ao bispo da cidade como primeiro ponto da pauta e elas no final. Ela me disse que a homenagem ao bispo durou muito tempo, a ponto de a sessão se esvaziar e muitas das mulheres que tinham ido, inclusive alguns vereadores, terem deixado o lugar. Levando em consideração que as sessões estavam ocorrendo à noite e os problemas de transporte público da cidade, pude entender a evasão. Ela me disse que a apresentação aconteceu, mas sem o impacto que ela imaginava que teria.

¹³ A Marcha das Mulheres Negras foi idealizada em 2011, no Encontro Ibero-Americano do Ano dos Afrodescendentes, que aconteceu em Salvador, e promovido por várias entidades ligadas ao movimento negro. O objetivo era aglutinar o máximo de organizações de mulheres negras, assim como outras organizações, do Movimento Negro e da sociedade, que apoiassem a equidade sociorracial e de gênero. Dessa maneira, foi organizado diversos comitês impulsores da Marcha em todo o país para organizar uma marcha nacional em Brasília, que aconteceu em 18 de novembro de 2015, e contou com a participação de mais de 50 mil mulheres (<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/37211>, visualizado em 20/02/2017)

Diante deste fato, aproveitei a presença rara da referida vereadora na reunião do CDM¹⁴ para lhe questionar sobre o ocorrido no dia da apresentação da Marcha das Mulheres Negras. Ela, visivelmente constrangida, haja vista o rubor da sua branca face, me disse que aquilo tinha sido um erro da sua parte, e que ela havia se arrependido daquilo. Ela continuou dizendo que naquele momento ela achou por bem inverter a pauta, pois sabia que os assuntos costumavam se delongar nas sessões e não queria que o Bispo, que julgava ser uma autoridade maior e figura de maior importância e prestígio que as mulheres da Marcha, ficasse muito tempo esperando e se enfadasse com aquilo. Sem nem saber o que falar naquele momento, diante de tal atitude preconceituosa, inicialmente apenas fiquei empasmada. Todavia, meu estarrecimento não me imobilizou a ponto de permanecer naquele estado. Com poucas palavras e da forma mais educada que minha indignação me permitiu, eu lhe disse que a atitude dela tinha sido no mínimo preconceituosa, e que tal comportamento prejudicou a divulgação do comitê. Que seria mais apropriado para a reputação dos representantes do povo que aquilo não mais se repetisse.

Este fato foi apenas um dos exemplos de demonstração de desinteresse pelas demandas de grupos específicos de mulheres. Além de o CDM não ter resguardado um assento sequer a grupos que representam alguma categoria de mulheres¹⁵, ainda tivemos uma atitude extremamente preconceituosa advinda de uma vereadora e conselheira da mulher. Além disso, este fato ilustrou um completo desconhecimento da vereadora quanto à demanda das mulheres negras, e das possibilidades de interseccionalidade das categorias de mulheres e o reflexo que esta pode ter na formulação de projetos de lei, que deveriam ser encabeçados por ela e pelos demais vereadores¹⁶.

¹⁴ A Câmara de Vereadores da cidade possui assento no CDM, mas a sua representante quase nunca comparecia as reuniões, nem tampouco mandava um assessor ou representante em seu lugar.

¹⁵ Há apenas um assento ocupado pela representante de mulheres do sindicato rural da cidade.

¹⁶ Em nenhum momento tomei conhecimento de projeto de lei que, no mínimo, fizesse referência à diversidade de mulheres na cidade de Petrolina.

Após a conversa com a vereadora, tudo prosseguiu dentro do esperado. Acredito que até demais. Isso porque, já nos informes, observei a repetição do mesmo modo de lidar com os casos de violência. Mais uma vez, ao levarmos como ponto de pauta a incapacidade dos equipamentos em encaminhar as mulheres que passaram por tentativa de suicídio aos espaços disponíveis para atendimento psicológico e social, a saída foi a mesma. A secretária executiva da mulher, que estava presente, disse que ela iria acompanhar uma representante do CRAM e uma do núcleo de violência da Secretaria de Saúde, à casa das referidas mulheres. O intuito era entender suas motivações e lhes encaminhar aos equipamentos. Novamente presenciei mais um instante de excesso de boa vontade, porém falta de conhecimento das atribuições. Ou seja, em mais uma situação a secretária estava se predispondo, ela mesma, a ir à casa das mulheres. Sua atitude não deixava de ser louvável, porém ela possuía outras atribuições, que não esta. A preocupação com as motivações do suicídio de mulheres é importante para entendermos a violência e como tentar superá-la, no entanto existem outros meios para chegar a essas informações, que passam ao largo da presença física da secretária na casa das mulheres. Esse foi mais um exemplo de como as soluções de casos concretos e pontuais são aplicadas por ações da mesma ordem. E de como as conselheiras e agentes do Estado desconhecem os pressupostos que fundamentam a sua atuação.

Logo após os informes, a presidente do CDM, que também faz parte do Núcleo de Violência da Secretaria de Saúde do município, nos apresentou os dados sobre violência contra as mulheres dos anos de 2014 e 2015. Os dados se referiam, de forma geral, à violência física, sexual, psicológica, moral, negligência e tortura¹⁷. Ela argumentou, diante dos dados, que em 2014 havia registrado 1781 casos de violência contra a mulher e que de janeiro à agosto de 2015 já tinham registrado 1079. Apesar da possível queda, os dados ainda eram bem alarmantes. Eu

¹⁷ Esses dados eram oriundos do Sistema de Informação Nacional, do Sistema de Saúde do Governo Federal, que recebia os dados de notificação dos municípios. No caso de Petrolina, os dados ainda não eram representativos, haja vista que, das 80 unidades de saúde do município, apenas 26 faziam notificação de violência doméstica.

perguntei, então, sobre os filtros referentes à raça, bairro, geração e zonas (rural e urbana). Ela me disse que a secretaria dispõe desses dados, e que eu poderia mandar um ofício solicitando-os. Ora, é claro que aqueles dados eram importantes para mim enquanto pesquisadora, mas ela não entendeu que eu chamava a atenção para o nosso interesse enquanto conselheiras. Falei-lhe, então, que precisamos saber dos dados segundo esses filtros, porque assim poderíamos pensar em ações e propostas de acordo com o bairro, zona, geração e raça para as mulheres. Mas a minha fala foi completamente desconsiderada.

Logo após esse momento, a coordenadora do CRAM começou a apresentar a instituição. Com o decorrer da sua apresentação sobre o órgão, ela mencionou que um dos seus objetivos centrais era empoderar as mulheres para que estas denunciassem à violência sofrida. Isso por meio de atendimento psicológico e jurídico. A psicóloga do local é a responsável por tentar amenizar o trauma da mulher, e o advogado a lhes prestar informações e apoio jurídico no caso. Ela disse ser esta tarefa premente, haja vista que normalmente as mulheres vêm da delegacia alegando ter passado toda sorte de constrangimentos pelas pessoas que a atenderam, de modo que muitas sequer chegavam a realizar a queixa.

Mais uma vez a noção de empoderamento foi levantada como central no que tange às atribuições de uma das instituições responsáveis por aplicar política para as mulheres. E, mais uma vez a noção de empoderamento estava referida apenas ao fornecimento de informações e ao atendimento psicológico. Ela, em toda a sua fala, sequer mencionou algum assunto relativo às subjugações oriundas da dominação de gênero, ou aqueles relativos aos móveis da violência contra a mulher em nossa sociedade. E, mais uma vez, foi a representante da Secretaria estadual da Mulher, a sua coordenadora da região do sertão do São Francisco, que pressionou para fazermos um ofício ao Conselho Estadual da Mulher, cobrando que intercedessem nas já inúmeras denúncias de casos de abuso na DEAM de Petrolina.

Apesar de mais uma vez não termos entrado na temática relativa às interseccionalidades da identidade feminina, este tema foi tratado na reunião seguinte do CDM. Essa reunião foi particularmente interessante, porque foi a primeira vez que vi a secretária da mulher de Petrolina nos levando uma demanda para opinarmos sobre quais ações seriam cabíveis. Apesar de ser uma das atribuições dos Conselhos a proposição de ações e políticas públicas, não tinha visto, até então, nenhum momento onde isto tinha acontecido. Muito menos tinha presenciado um momento onde a própria secretária tenha lançado esta demanda.

Este dia peculiar aconteceu em meados de outubro e estávamos todas em alvoroço, pois além de ser um mês recheado de ações, devido ao outubro rosa, ainda era o mês que precedia o que começa os 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Diante desta situação, a secretária pediu nossa ajuda para darmos ideias sobre as ações deste período. A sua única sugestão foi que contemplássemos as mulheres negras. De certa forma fiquei feliz com esta sua demanda. Já havia algum tempo que vinha presenciando momentos onde esta secretária demonstrava preocupação com as mulheres trans e lésbicas. E, neste dia, percebi que ela vinha sofisticando seu olhar quanto à multiplicidade de mulheres do nosso município e expressando preocupação em contemplar a todas. Assim, logo que ela nos colocou esta demanda, uma profusão de propostas se seguiram. A representante da Secretaria Estadual da Mulher propôs um debate nas comunidades sobre o assunto, a presidente do CDM propôs que o debate fosse com as educadoras do programa Nova Semente¹⁸, a representante das Mulheres Rendeiras sugeriu as escolas, outras sugeriram que fizéssemos nos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), AMES (Unidades de Atendimento Médico Especializado) e agentes de saúde e, quando a representante da Federação das Associações do Município de Petrolina nos sugeriu alguma ação com os homens, porque acreditava que também precisávamos mudar suas formas de pensamento e ações sobre as mulheres, um burburinho geral

¹⁸ Este projeto já foi descrito no capítulo primeiro deste trabalho.

tomou conta do espaço. Ninguém conseguia ouvir mais ninguém, tamanho o alvoroço provocado pelas mulheres presentes. Visivelmente iradas com a sugestão, elas argumentavam que a Secretaria era da mulher e não do homem, que nenhum recurso deveria ir para eles, que elas estavam ali para empoderar as mulheres e pensar em ações para o benefício delas e não para beneficiar os homens.

Sem oportunidade para defender o seu argumento, a representante da federação calou-se e não mais ouvi sua voz durante aquela reunião. Eu tampouco me expressei. Preferi me calar para melhor ouvir e entender os argumentos. Até a representante da Secretaria Estadual da Mulher, normalmente defensora da perspectiva de gênero nas propostas, não teve uma opinião contrária a das demais mulheres. Obviamente entendi suas preocupações. Diante de tamanha escassez de recurso, fizeram valer o velho dito popular: “Farinha pouca, meu pirão primeiro”. No entanto, percebi nas entrelinhas, que não era essa a única motivação daquele alvoroço. Ficou claro que para elas políticas para as mulheres, eram políticas para as mulheres e ponto final. Elas não se baseavam em perspectivas de gênero, tampouco citavam os debates do feminismo para respaldar qualquer iniciativa ou proposta. Como vimos, páginas atrás, estamos lidando com concepções de mulheres que não apenas passam ao largo das interseccionalidades, como também desconsideram, categoricamente, a perspectiva de gênero, e seu caráter relacional, para discussão, planejamento, proposição e fiscalização de políticas públicas para as mulheres. Depois de todo o alvoroço, o assunto desvaneceu por completo.

Depois de muita discussão, e das ressalvas quanto ao evento ocorrer em escolas ou creches, haja vista o final do ano letivo, ficou acordado que faríamos um seminário na Câmara de Vereadores que contemplaria debates sobre a violência contra as mulheres negras, na qual mais uma vez eu seria a responsável pela fala; sobre a inserção das mulheres nos espaços formais de poder, que ficaria à cargo de uma advogada, conhecida da secretária municipal da mulher; e sobre gênero e sexualidade, que

ficaria à cargo de uma recém formanda da área de psicologia da Universidade Federal da região. Eu, mais uma vez retorqui a respeito do formato “seminário”, mas as mulheres insistiram, principalmente porque seria na Câmara de Vereadores, espaço importante a ser ocupado. Não discordei, apesar de saber que, quando acontecem eventos fora dos horários das sessões da câmara, os vereadores nunca estão presentes.

Logo após fecharmos a proposta dos 16 dias de ativismo, a representante da Associação das Mulheres Rendeiras, uma senhora já idosa, porém muito aguerrida e enfática em suas posições, pediu a fala para fazer com que constasse em ata uma queixa sobre os serviços da campanha do Outubro Rosa. Ela contestou à secretária da mulher que a campanha, que consistia em um mutirão feito em bairros carentes e da zona rural para marcação de exames de mamografia e preventivo para as mulheres, era uma falácia porque havia falta de maquinário para os exames de mamografia nas Unidades de Atendimento Médico Especializado (AMEs). Que as mulheres chegavam e não conseguiam realizar os exames. Assim, era dada visibilidade a um serviço que sequer poderia ser posto em prática.

Antes mesmo de a secretária responder ao seu questionamento, a representante da Secretaria Estadual da Mulher se posicionou com um tom de afetação na voz: “gente o foco da discussão está errado. **Está tudo rosa demais**”¹⁹. Vocês estão esquecendo das questões políticas que estão por trás. É preciso empoderar as mulheres nestas ações”. Ela, nesse momento, se referia mais uma vez ao apego técnico das campanhas protagonizadas pela Secretaria Executiva da Mulher e pelas secretarias parceiras, em detrimento das discussões políticas e teóricas que envolviam os condicionantes das relações de dominação de gênero. Ela sempre deixou claro que apesar de as outras secretarias – como a de Saúde, Educação e Cidadania, que são as que mais dialogam com a da mulher pelas campanhas, ações e projetos que realizam juntas – não trazerem os temas políticos relativos às discussões de gênero, seria uma obrigação da

¹⁹ Nesse momento ela fazia referência à cor dos *slogans* da campanha do Outubro Rosa, que era, obviamente, rosa.

Secretaria da Mulher fazer esta conexão. Mas, mais uma vez suas palavras foram em vão. Neste sentido específico acredito que não foi por uma falta de comprometimento político da secretária. Muitas vezes presenciei a delicadeza com que a secretária da mulher da cidade teve que tratar membros de outras secretarias, principalmente quando eram eles que estavam sobre o domínio das verbas e orçamentos das campanhas e ações. Não era tão fácil estar nos jogos políticos com capacidade de barganha se as atrizes envolvidas não dispunham do capital econômico para tanto.

Este debate não se delongou, porque, neste dia, todas estavam com os humores um tanto afetados, pois dias atrás tinha havido um caso de dificuldade de abrigamento de uma mulher vítima de violência, e elas acreditavam que era devido a um problema de falha de comunicação com a coordenadora da casa abrigo. A secretária contestou, dizendo que o problema aconteceu porque a mulher procurou o abrigamento sem o boletim de ocorrência, documento necessário para tal. E tudo isso porque ela procurou a DEAM no final de semana e esta estava fechada²⁰. E, mesmo depois que ela realizou o Boletim de Ocorrência, ela ainda precisou se submeter a uma entrevista com a coordenadora da casa abrigo, procedimento de praxe para o abrigamento das mulheres e seus dependentes. Este caso foi bastante emblemático, porque antes desta reunião, muito já havia ocorrido. Como de costume, a própria secretária se envolveu pessoalmente no caso, quase colocando a mulher e os seus filhos dentro de sua própria casa. Ela me disse, em uma conversa, que só não o fez porque conseguiu uma casa de uma conhecida para a mulher e as crianças ficarem até resolverem os tramites burocráticos.

Neste momento não mais me surpreendia com os modos pessoais de resolver as questões de políticas para as mulheres, que por ventura tenham encontrado algum empecilho no caminho. As mulheres que tive

²⁰ A DEAM de Petrolina funciona, apenas, de segunda à sexta, das 8 às 18 horas. Este fato já foi alvo de inúmeros protestos e demandas ao Estado de Pernambuco, mas até a presente data a situação continua a mesma e muitas mulheres deixam de ser atendidas e continuam em situação de vulnerabilidade (haja vista que grande parte dos casos de violência, ou ameaça, acontecem nos finais de semana ou à noite).

contato nesta pesquisa se envolviam, emocionalmente, em demasia, e muitas vezes era muito difícil não estar envolvida assim. Estávamos falando de mulheres muito carentes, e que corriam risco de vida. Além disso, sabíamos das falhas que tinham os equipamentos para as mulheres, principalmente a DEAM, e como não podíamos esperar as vontades políticas dos governantes para mudar a situação. Neste caso, elas faziam o possível, sacrificando muitos momentos de suas vidas e das suas famílias para resolver, ou amenizar, o sofrimento das mulheres. Mesmo que isso envolvesse comprometimento pessoal, e mudança de foco de uma ação que deveria ser estruturante, porque oriunda de uma política pública.

Por meio de algumas pistas, presentes nos casos narrados, podemos inferir sobre alguns pressupostos políticos que estão por trás das ações, assim como sobre algumas características basilares que conformam as ações para as mulheres em Petrolina segundo um viés peculiar. Entre estas características, podemos verificar três que se mostram centrais. A Primeira delas se refere àquilo já exposto nos capítulos anteriores, que diz respeito ao modo como as ações em geral, e o empoderamento das mulheres em particular, são pensados de forma desarticulada dos debates sobre gênero, dominação masculina e empoderamento pela tomada de consciência coletiva. Vimos, mais uma vez, como as campanhas da secretaria executiva da mulher da cidade estavam voltadas para o fornecimento de um serviço e pelo empoderamento por meio da disponibilização do conhecimento dos serviços para as mulheres disponíveis na cidade. A coordenadora regional da Secretaria Estadual da Mulher já demonstrava sinais de cansaço ao ter que sempre demandar o mesmo da Secretaria Municipal: que tivesse mais gênero em suas ações. Que não separassem ações técnicas e relativas a serviços, das questões políticas (formato já utilizado pela Secretaria Estadual).

Ainda pudemos ver o modo como as perspectivas relativas às ações para as mulheres estão desarticulados dos debates de gênero, quando foi colocada a demanda pela educação de gênero para os homens. As conselheiras, em uníssono, protestaram, afirmando que políticas para as

mulheres não deveriam contemplar os homens, de maneira nenhuma. Este evento me recordou o acontecimento, já mencionado, na reunião de um dos grupos de trabalho da Conferência Municipal da Mulher, onde uma das mulheres presentes, que se apresentou como sendo da zona rural, protestou sobre a licença paternidade. Seu protesto não era apenas no sentido de que os homens gastariam todo o dinheiro dos seus salários no bar, deixando as mulheres sozinhas em casa com o bebê recém-nascido. O protesto maior dizia respeito ao fato de que o orçamento destinado às políticas para as mulheres deveriam ser para as mulheres.

Neste sentido, foi vã a minha esperança de que as conselheiras pensassem de forma diferente das mulheres, donas de casa, da zona rural. Como vimos anteriormente, as mulheres que compõem o conselho não possuem uma história de inserção em movimentos sociais, feministas ou de luta por direitos das mulheres. Elas são mulheres comuns, que possuem uma sensibilidade diferenciada para as desigualdades das mulheres. Isso, de todo modo, não as faz especialistas em gênero, tampouco feministas conhecedoras dos debates que permeiam os movimentos sociais com foco nas mulheres. Este fator precisa ser considerado ao pensarmos na aplicação de ações para as mulheres em cidades do interior dos estados.

Podemos relacionar esta constatação à segunda característica por trás das ações do CDM: a dificuldade de realizar as interseccionalidades de gênero. Não posso dizer que este elemento apareceu em demasia nas minhas observações, e sim que não apareceu. E foi justamente a sua ausência que se mostrou como central para caracterizarmos as ações do CDM. As diversas categorias de mulheres não só não estavam presentes na composição mesma dos assentos do conselho, como não eram alvo de debates, mesmo quando apareceu a demanda da Marcha das Mulheres Negras solicitando o assento²¹ no CDM. Ao contrário, o que aconteceu foi um silenciamento e uma atitude preconceituosa da conselheira, ocupante do assento referente ao poder legislativo. Sua atitude apenas demonstrou

²¹ Este fato aconteceu logo após a formação do Comitê impulsor da referida Marcha na cidade.

uma total falta de comprometimento ao seguimento de mulheres negras da cidade, ainda tão pouco expressivo.

As dificuldades em realizar as interseccionalidades de gênero também se mostraram evidentes por outra ausência: a referente a preocupação em expor os dados de violência por algum tipo de filtro, qualquer que seja. Os casos sempre eram vistos de uma maneira globalizante, sem especificações de mulheres por raça, geração, classe, bairro ou zonas, de modo a causar empecilhos na reflexão e planejamento de ações de prevenção e combate à violência. Mesmo havendo uma mínima preocupação do CRAM em recolher esses dados e propor ações específicas por bairro, o pedido dos dados e as ações nunca aconteceram.

No que tange à terceira característica, verificamos, mais uma vez, um modo pessoal de lidar com os problemas relativos às políticas para as mulheres na cidade. As maneiras como a secretária, e as conselheiras em geral, agiam diante de um problema que lhes chegasse, quase sempre estava relacionado a um envolvimento pessoal. Mais uma vez reitero que de forma nenhuma sou contra este procedimento (até porque não era essa a minha função ali), tampouco acredito que os comportamentos supostamente ideais dos agentes de políticas públicas sejam apenas caracterizados pela frieza da racionalidade instrumental e o apego aos procedimentos técnicos²². O que gostaria de enfatizar são as dificuldades em sustentar ações e projetos de longo prazo, que este modelo pessoal de lidar com os problemas gera. À medida que me apego aos imediatismos do cotidiano, deixo de pensar, elaborar e executar ações de longo e médio prazo²³.

Estes elementos, no entanto, não pairam em um vazio político e epistemológico. O que venho reiterando, desde a introdução deste trabalho, é que os modos aparentemente inocentes de realizar as “gambiarras” políticas para levar a cabo as políticas e ações para as mulheres em uma

²² Crítica, inclusive, já realizada pela Antropologia do Estado, como visto na introdução deste trabalho.

²³ Isso tampouco quer dizer que resultados positivos não possam ocorrer. Voltarei a este ponto nas considerações finais deste trabalho.

cidade de médio porte do interior de Pernambuco estão conectados a um projeto de Estado muito maior. Se atentarmos para os elementos que caracterizam as ações para as mulheres, acima expostos, poderemos verificar rudimentos de percepções que têm como fundamento as concepções gerencialistas dos Estados que passaram por uma reforma neoliberal para fins de inserção competitiva em mercados internacionais.

À primeira vista podemos até refutar esta hipótese, alegando que o problema central de efetivação das políticas para as mulheres esteja relacionado à parca densidade discursiva presente na cidade. Isto porque a mesma possui em seu seio raros movimentos sociais com bandeira de gênero, ONGs que dialogam apenas de forma secundária com a temática (e por influência direta da Secretaria Estadual da Mulher) e um Estado que secundariza as políticas para as mulheres. Não estou, de modo algum, desconsiderando estes fatores. Ao contrário, menciono em vários momentos os problemas relativos às rasas percepções sobre gênero e feminismo presente nos discursos e práticas das minhas interlocutoras em ação.

Este fator não pode ser desconsiderado quando analisamos cidades do interior dos estados. Principalmente aquelas que se ergueram por meio de fortes relações patrimonialistas e clientelistas, normalmente protagonizadas por famílias tradicionais²⁴. Com intuito de levar o progresso para a região, em meio a um cenário de conservadorismo político, estes velhos representantes das oligarquias tradicionais investiram em projetos ligados ao desenvolvimento industrial, ou ao agronegócio, como é o caso de Petrolina, deixando de lado os diversos elementos que deveriam compor o que muitos autores chamam de modernização. Como vimos, este processo de modernização e desenvolvimento esteve, e está, muito mais relacionado à inserção

²⁴ Em Petrolina a família Coelho ainda goza do mesmo status político que possuía outrora, quando da inserção de Nilo Coelho na vida política como deputado estadual pela ARENA. A família Coelho, que já ocupava lugar central dentre as oligarquias do Nordeste, fez nome por meio da sua inserção em partidos conservadores e pela influência que passaram a exercer no Congresso Federal e no Senado, captando vultosas quantias de dinheiro para que fossem investidas no estado de Pernambuco em geral, e em Petrolina, em particular. Com as articulações realizadas nestes partidos conservadores, a família ganhou prestígio na cidade, e hoje quase duas dezenas de espaços em locais públicos recebem o nome da família Coelho (<http://pontocritico.org/13/05/2016/oligarquia-coelho-uma-historia-de-opportunismo-patrimonialismo-e-apoio-a-golpes-de-estado/>, acesso em 21/03/2017).

da Federação, estados e município na lógica do capitalismo global do que à um desenvolvimento humano, cultural e político. Assim, raros são os momentos que vemos políticas de longo prazo neste sentido. O que percebemos são editais lançados pelos governos (principalmente pelas Secretarias de Cultura), que ocorrem de forma esporádica e com fins de promover ações pontuais relacionadas à cultura ou a visibilidade de grupos marginalizados (negros e mulheres, por exemplo).

Esta realidade, associada a um modelo de participação que prima muito mais por um diálogo com ONGs do que movimentos sociais, não incentiva a formação de grupos em prol de reconhecimento social. Mesmo as ONGs locais têm dificuldades em se inserir nos debates de gênero. É importante que seja assim, até porque os debates questionadores presentes nos movimentos sociais não são bem quistos nas instituições que promovem políticas para mulheres, pois o que se espera é a inserção das mulheres na lógica do capital, e não seu empoderamento para fins de transformação das estruturas de relações de gênero. Assim, é compreensível que não haja ações em prol do reconhecimento das mulheres acerca da sua situação de subordinação.

Esta visão, desarticulada das noções estruturantes de gênero e dos contextos de dominação, inevitavelmente será refletida em uma maneira também pouco conjuntural de realizar políticas para as mulheres. Esta característica pode ser percebida tanto no apego a casos pontuais, desarticulados das lógicas de dominação que estão inseridos, quanto no modelo de envolvimento pessoal para solução de casos. Este modelo apenas reflete uma dificuldade em pensar ações estruturantes, uma vez que se mostra desconectado de um contexto histórico e político. É demasiadamente conveniente que o processo se dê desta maneira, haja vista que os projetos de políticas para as mulheres de governos liberais não possuem como intenção acabar com a estrutura social baseada na dominação masculina.

Não que esta forma de pensar a política tenha sido planejada em seus mínimos detalhes pelos agentes dos estados. O que acontece é que o

habitus e as estruturas cognitivas dos envolvidos já são formados e conformados por meio das perspectivas patriarcais, e esta estruturação apenas se reflete nos modelos de pensamento e ação dos agentes²⁵. E isto fica claro quando vemos as dificuldades de pensar as mulheres em suas diferenças. O que prevalece é uma visão universalista das mulheres, e qualquer relação com o racionalismo e universalismo liberal iluminista não é uma mera coincidência.

Assim, o que podemos notar é que até mesmo o modelo neoliberal de políticas públicas é operacionalizado de um modo rudimentar. Isso porque, o foco em uma noção essencializada de mulher caminha na contramão da focalização nas mulheres pobres. Esta categoria de mulheres, e tantas outras, são desconsideradas em prol de uma ideia universalizada do sujeito das políticas. Além disso, o modelo de participação do CDM, enquanto instância fiscalizadora e propositora de políticas públicas, não se efetiva, haja vista a falta, completa, de ações neste sentido. O conselho não só tem problemas em representar os diversos grupos de mulheres presentes na cidade, como as conselheiras que lá estão, tampouco, têm noção dos atributos de suas funções. Esta maneira simplificada de operacionalizar os pressupostos neoliberais das políticas para as mulheres caracterizam as “gambiaras” políticas que precisam ser feitas, haja vista estas limitações citadas.

3. A Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres: violências silenciadas, “acomodações discursivas” e autonomias tecnicizadas

Temos visto que a atuação dos agentes de políticas para as mulheres de Petrolina está, em grande parte das vezes, desconectada de um debate mais crítico sobre dominação masculina e subordinação das mulheres. A dissociação das ações para as mulheres dos condicionantes estruturais que o geraram, tem sido fruto de um modelo neoliberal e gerencialista de

²⁵ Vimos com Bourdieu, e seu conceito de *habitus*, no capítulo anterior, como isto acontece.

aplicar políticas públicas, que tem como fim último não desconstruir os moveis que levaram às relações de subordinação, e sim “reparar”, superficialmente, os danos que este mesmo sistema causou. Esta reparação tem como fim último apenas inserir uma parte dos excluídos dentro do sistema neoliberal de consumo, como vimos na primeira seção deste capítulo, e não possibilitar que sujeitos desautorizados tenham vez e voz.

Este modelo de aplicabilidade de políticas públicas tem gerado o que algumas feministas têm chamado de “acomodação discursiva”²⁶, ou seja, ele tem possibilitado a inserção, apenas, de debates e propostas “aceitáveis”, porque pouco radicais. Por isso vimos pautas como a violência física contra as mulheres ganhar destaque, e outras, como aborto e violência obstétrica ficarem silenciadas das propostas de políticas públicas para as mulheres, em todos os âmbitos da federação.

Além da inserção de debates “descafeinados”²⁷ na seara política em prol das mulheres, esta “acomodação discursiva” tem gerado, também, um modelo de discurso que passa ao largo das propostas feministas mais radicais. O que quero dizer é que os modelos neoliberais de aplicação de políticas para as mulheres autoriza determinados tipos de discursos e também, disponibiliza apenas uma forma de enuncia-los. Esta forma está relacionada, fundamentalmente, aos discursos tecnicizados realizados pelas ONGs autorizadas a dialogar com os Estados. Para que os discursos destas ONGs se tornem consoantes com a governabilidade neoliberal, seus projetos precisam ser despolitizados e seus discursos precisam ser acomodados, deixando de lado os aspectos críticos dos debates e demandas, em prol dos aspectos técnicos e profissionais.

Este modelo de políticas públicas, pautado na acomodação discursiva e no linguajar técnico, em detrimento do político, foi visto em demasia nas interações da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Petrolina. Apesar de não vermos este modelo de debate protagonizado

²⁶ Este termo foi definido na primeira seção deste capítulo.

²⁷ Neste sentido, Sardenberg vai se referir a como as demandas feministas que possuíam caráter transformador e estruturante precisaram ser substituídas por aquelas de consensos mais aceitáveis, e menos censuráveis, por isso “descafeinadas” (2015, p. 33).

por ONGs, e sim por instituições que representam o Estado, podemos ver como o linguajar técnico, e a acomodação discursiva, permanecem em sua essência. A sua ênfase na violência física, e às vezes apenas, na psicológica, deixou invisibilizadas outras bastante frequentes na cidade, como a obstétrica e a realizada no seio das relações conjugais, por exemplo. Além disso, a ênfase em um empoderamento técnico, porque baseado apenas no conhecimento e diálogo dos equipamentos, impossibilitou um debate e políticas mais fundamentados, conjunturais e de longo prazo.

Além disso, tenho que admitir que o trabalho de campo realizado nas reuniões e encontros da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher foi o mais desafiador. Afirmando isso porque, ao mesmo tempo em que precisava fazer os registros de uma das principais ações voltadas para as mulheres na cidade, também estava presenciando, e de certa forma protagonizando, a formação de um grupo inédito na cidade. A Rede ainda não estava plenamente configurada, e foi justamente por este fator que surgiu a necessidade de arregimentar reuniões e encontros para fazer dialogar os equipamentos para as mulheres na cidade. O principal problema localizado se referia às dificuldades de atendimento integral às mulheres vítimas de violência devido a esta falta de diálogo.

Assim, muitas mulheres até registravam a queixa e o boletim de ocorrência, mas não compareciam ao hospital para realizar a profilaxia de emergência, em casos de violência sexual; outras compareciam ao hospital, mas não realizavam a queixa, porque deixaram de ser encaminhadas ao CREAS regional ou CRAM para receber atendimento psicológico, social e jurídico, para assim se “empoderar” e realizar o boletim de ocorrência; ou mesmo chegavam até o CREAS, CRAM, ou mesmo Secretaria da Executiva da Mulher do município, mas não compareceriam à delegacia, porque esses órgãos não continuavam a manter contato com a mulher, incentivando-a à denunciar. Enfim, muitos eram os problemas relativos à conexão entre os serviços para as mulheres na cidade e os trabalhos desta Rede em formação era fazer exatamente esta conexão.

Vimos que um dos principais problemas relativos a esta dificuldade de conexão estava relacionado a um desconhecimento geral dos funcionários de cada um desses equipamentos sobre o trabalho do outro e como as reuniões se baseavam, quase que exclusivamente, à apresentação de cada equipamento, seus objetivos e funções. E que, empoderando estes agentes as mulheres seriam empoderadas, por uma consequência inevitável. Desse modo, exaurimos as possibilidades de apresentação dos equipamentos e a paciência de muitos dos envolvidos, que muitas vezes deixaram claro que aquelas reuniões eram improdutivas. Este fator fez com que a assiduidade destes agentes caísse drasticamente no decorrer das reuniões mensais, e alguns chegaram até a desaparecer por completo dos encontros.²⁸

No entanto, o foco dado na apresentação das instituições desvelou alguns sentidos sobre a percepção destes agentes envolvidos no atendimento das mulheres vítimas de violência. Além, é claro, do foco exclusivo na violência (e não podia ser de outro modo, haja vista que esta era sua preocupação central), vimos como houve certo interesse em uma separação dos trabalhos em dois eixos: o da prevenção e do enfrentamento. Isto demonstrou certa preocupação com os condicionantes da violência e na real necessidade de debatê-los e publicizá-los. Mas, vimos, também, que o eixo prevenção foi terminantemente secundarizado. No entanto, esta secundarização permitiu que déssemos ênfase a fase de apresentação dos equipamentos, e, nestes momentos, informações interessantes vieram à baila.

Certa manhã, em que voltaríamos nossa atenção para a apresentação do Hospital da Mulher de Petrolina, algumas informações apareceram, e da mesma maneira que surgiram, foram invisibilizadas. Na fala de sua representante, que discorria sobre o destacado papel que o

²⁸ A rede deixou de existir em 2016, principalmente quando o CREAM regional foi extinto, por medidas de contenção de gastos do Governo do Estado. Como era este órgão que presidia as reuniões e as organizava, com sua extinção ninguém mais se propôs a fazê-lo. No entanto, outra rede com o mesmo teor foi organizada e composta quase que exclusivamente pelos membros do CDM, a Secretaria Estadual da Mulher, representantes da recém inaugurada Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, pelo 5º Batalhão da Polícia Militar, pelo Estação Governo Presente, UPA (Unidade de Pronto Atendimento) e CRAM.

Hospital tinha na região, por ter 82 anos de existência, ser referência em obstetrícia de alto risco e oncologia (câncer de mama e colo de útero) e violência contra a mulher e infantil, ela destacou um dos problemas centrais do hospital: a sua dificuldade em lidar com o aborto e com a violência obstétrica. Já tinha tomado conhecimento dos casos de violência obstétrica que ocorriam neste hospital, por meio de queixas realizadas por integrantes da Marcha Mundial das Mulheres na cidade e pelos trabalhos que li ao participar de bancas de trabalho de conclusão de curso. Mas, preferi me manter em silêncio nas reuniões, para melhor observar se este tema seria levantado por ela. E aconteceu. Ela nos afirmou que a equipe do hospital ainda possuía muitos preconceitos neste sentido, apesar de sediarem o programa “superando barreiras” que versava sobre abortamento legal em situações de violência sexual e estupro.

Além disso, ela nos falou, de forma resignada, haja vista ser uma defensora bastante combativa do hospital, que a violência obstétrica também ocorria nos casos de parto, não só de abortamentos. Que as mulheres eram tratadas com descaso e tinham seus direitos violados pela equipe como um todo, mas principalmente pelas enfermeiras. Ela afirmou que havia um embrutecimento geral entre a equipe de enfermeiras, e que tinham uma necessidade urgente de humanização da equipe.

Sua fala foi o pontapé inicial para que uma das mulheres presentes na sala, uma enfermeira da área de Saúde Coletiva e professora da Universidade Estadual de Pernambuco, campus Petrolina, localizasse um dos principais problemas que ela tinha notado nos hospitais da região, principalmente no que referia as percepções dos médicos recém-formados. Este problema estava relacionado com a perspectiva destes médicos sobre seu ofício. A maior parte deles, segundo ela, chegavam aos hospitais querendo curar doenças. O interesse central destes novos profissionais estava voltado para a doença e não para a saúde. O foco em demasia sobre a enfermidade os fazia desconsiderar os outros aspectos relativos à profissão, como a atenção que deveria ser dada ao enfermo e as suas

multiplicidades de experiências de adoecimento que passavam ao largo de um diagnóstico frio de uma doença isolada.

Aproveitando o ensejo das críticas, uma das funcionárias da Secretaria de Saúde, do setor de testagem e aconselhamento, falou de uma preocupação central que rondava a equipe: a maioria das mulheres que chegavam até eles, portadoras do vírus da AIDS, tinha contraído o vírus dos respectivos maridos, que insistiam em não usar camisinha, alegando que, se precisassem, desconfiariam que elas os estivessem traindo. Mencionou que deveríamos considerar esta situação como violência contra a mulher e que precisaríamos de muita campanha educativa para tornar evidente esta violência, que acomete as mulheres nos seus próprios lares, e que ainda é tão silenciada.

Estes fatos narrados, tanto aqueles sobre a insensibilidade das equipes hospitalares e a violência obstétrica que a acompanha, quanto as perspectivas racionalistas e retrógradas dos médicos, assim como o silenciamento e falta de conhecimento da população como um todo sobre a violência doméstica provocada pela obrigação do sexo sem preservativo, expôs uma real necessidade de trabalho voltado para a prevenção das violências, e não somente para um combate. Não apenas as equipes dos hospitais, mas também os funcionários dos demais equipamentos não apenas desconheciam as funções e objetivos dos equipamentos, como também estavam completamente alheios no que dizia respeito aos condicionantes das violências, suas várias formas de expressão e como, até mesmo eles, podiam estar sendo violentos com as mulheres sem sequer saberem disso.

A partir das falas citadas e outras que a seguiram e antecederam, principalmente relativas ao atendimento da DEAM e o comportamento hostil dos seus funcionários, não fizeram com que os membros da Rede focassem no eixo prevenção. O foco em demasia no combate à violência teve como consequência uma ênfase no empoderamento baseado nos esclarecimentos sobre os procedimentos técnicos dos atendimentos, na divulgação dos órgãos de atendimento à mulher, e em proporcionar a

integração dos órgãos que compunham a Rede. Ninguém resguardava tempo para pensar sobre o perfil das mulheres vítimas de violência, nos móveis que levavam os homens a cometê-la, nos tipos de violência que ainda estavam silenciadas (a obstétrica nos partos e abortos, no tratamento frio, ríspido e rápido dos médicos para com as mulheres, dos homens que não usavam camisinha) e como poderíamos mudar esta situação na nossa cidade.

Fazer com que os equipamentos dialoguem e se conheçam e divulgar esse atendimento especializado para a população se torna de suma importância para o combate à violência contra a mulher. No entanto, estas ações não proporcionam a visibilidade das violências silenciadas, como a do estupro doméstico e, tampouco, promovem atitudes de conscientização da própria equipe médica e da segurança pública sobre a violência que eles perpetuam. Este fato apenas nos salienta aquilo que outras pesquisadoras de gênero já evidenciaram. Sob o termo “acomodação discursiva” ou “políticas descafeinadas”²⁹ Alvarez e Sardenberg, respectivamente, mencionaram o modo como as políticas públicas para as mulheres foram abraçadas pelos governos neoliberais. Muitas das demandas das feministas e das mulheres organizadas foram contempladas, porém, aquelas que possuíam um caráter mais transformador e estruturante, ou tocavam em assuntos cercados de tabus (como os relativos ao aborto e a violência perpetrada por um dos profissionais mais bem quistos pela nossa sociedade, por exemplo) foram silenciadas e deixadas de lado³⁰. É possível que pautemos assuntos nos quais os consensos são “aceitáveis”, porque pouco censuráveis. No entanto, quando nos referimos a temáticas que proporcionam, ou demandam, mudanças de mentalidades, e ameaçam as estruturas de poder e padrões de comportamento existentes (SARDENBERG, 2015, p.33), os assuntos são rapidamente silenciados, em prol de debates que promovam uma mudança mais rápida, porém menos estruturante.

²⁹ Sônia Alvarez (2014), Cecília Sardenberg (2015).

³⁰ Voltaremos a este ponto mais à frente.

Assim, os trabalhos da Rede prosseguiram, as apresentações dos órgãos se delongaram por mais alguns meses e as propostas de formação e empoderamento pela via do conhecimento tecnicizado foi mantida. Ninguém mais tocou nestes assuntos, as professoras da universidade, citadas acima, não compareceram mais as reuniões e o eixo prevenção praticamente deixou de existir. Deixando ficar entre nós apenas a perspectiva de que a violência é uma doença que precisa ser exterminada do corpo social por meio de ações de combate. E, qualquer semelhança com a perspectiva médica, mencionada pela professora da UPE mais acima, que criticava a noção de medicina que focava no diagnóstico de uma doença e no tratamento farmacológico e pontual dela, desconsiderando todos os outros aspectos físicos, psicológicos e sociais dos sujeitos adoecidos, se tornou uma mera coincidência.

O foco no combate à violência e nas ações sobre os esclarecimentos técnicos dos equipamentos para as mulheres, que não contemplavam os debates a respeito da dominação masculina e das consequentes desigualdades de gênero, espelham um modelo de aplicação de políticas para as mulheres baseados em um conhecimento tecnicizado e, por isso, despolitizado. Este modelo reflete uma perspectiva de empoderamento que não prima pela ação coletiva e as transformações que estas ações podem proporcionar e se apegam a uma noção individualizada de emancipação pelo conhecimento dos equipamentos. Este modelo não apenas não emancipa as mulheres, que por ventura busquem os equipamentos, como também não emancipa as mulheres, funcionárias dos hospitais que, talvez até a sua revelia, continuam perpetuando as desigualdades de gênero, uma vez que são elas mesmas que são as agentes da opressão naqueles espaços.

Este modelo que promove emancipação por uma via individualizada e tecnicizada tem como pano de fundo uma noção neoliberal de autonomia que em nada reflete às perspectivas emancipatórias propostas pelos feminismos. Este discurso, que neste caso não é proferido por ONGs vinculadas ao Estado, como vimos quando falamos das políticas neolibe-

rais, e sim pelos próprios agentes do Estado, tem se mostrado acrítico e com pouca capilaridade tanto no que se refere à sociedade civil, como entre as próprias instâncias do governo. E isto não ocorre, apenas, pelo seu caráter enfadonho, como notado em várias reuniões. Sua baixa capilaridade e a parca criticidade do discurso são decorrentes da baixa, ou nenhuma, ancoragem a uma proposta de emancipação e empoderamento que integre as diversas instâncias da sociedade civil e do Estado e, também, pelas crescentes dificuldades orçamentárias que lhe acompanha. Assim, a transversalidade, tão estimada pelas feministas no poder, e tão mencionada nos PNPMS do Governo Federal, se mostra de modo tacanho, haja vista que não é pensada como um plano de governo, que parte direto do gabinete do prefeito.

A transversalidade se mostra uma proposta democrática por contemplar a ação de diversas vozes, de diversas instâncias dos poderes municipais, estaduais e Federal, mas só possui eficácia se vier como uma proposta desde o poder central. Este não apenas tem demonstrado completo desinteresse pelas políticas para as mulheres, devido à ausência em reuniões do conselho, o descaso em transferência de verba para a Secretaria Executiva da Mulher, e pelo inexistente interesse em promover formações dos seus profissionais, no que tange às desigualdades de gênero, como não tem relegado um espaço sequer para pensarmos formas de articulação entre as secretarias para elaboração de políticas mais transversais e integradas. Os esforços dos componentes da Rede até repousam no conhecimento sobre as necessidades da transversalidade, mas, quando teimam em avançar nos debates, os empecilhos financeiros impedem qualquer tentativa de inovação. Afirmo isso porque muitas foram as vezes que os integrantes da Rede propuseram a elaboração de um programa, vinculado à internet, para fazer dialogar os equipamentos, e para que todos soubessem das entradas das mulheres e sobre as notificações feitas. Mas, não tínhamos nenhuma esperança quanto ao sucesso na demanda por verbas para a contratação de tal serviço.

Estas dificuldades estão relacionadas à economia de gastos, promovida sob a justificativa de tornar as políticas mais “eficientes” e que resultam nas chamadas “gambiarras” políticas, faladas parágrafos atrás. No que diz respeito à Rede, estas “gambiarras” precisam ser arregimentadas sob a forma de troca de informações sobre os equipamentos, em reuniões intermináveis; com a confecção de cartões de cada um dos órgãos, que são distribuídos na DEAM para que as mulheres possam ter conhecimento deles; e, quando da falta de uma sociedade civil organizada para protagonizar o discurso, mesmo que tecnicizado, sobre a violência contra a mulher, com próprio executivo “tomando as rédeas da situação”.

Assim, esta noção de eficiência tem gerado como consequência, principalmente nos municípios do interior do país, mais pobres e com menor poder de barganha, um total descaso para com as políticas de caráter social. E no que tange às ações baseadas em “gambiarras”, estas se caracterizam, quase sempre, pela pouca capilaridade, pela efemeridade das propostas, pela falta de capacitação continuada dos profissionais do Estado e pelos regimes de subcontratos e contratos temporários, que afetam diretamente no sucesso das ações e políticas para as mulheres.

4. Secretaria Estadual da Mulher: induções discursivas de conteúdo versus preterimento de forma

A experiência de gestão da Secretaria Estadual da Mulher de Pernambuco reflete não apenas um modelo de administração neoliberal e gerencial como venho afirmando desde o início deste trabalho. Na verdade, é possível verificar um projeto de aplicação de políticas públicas que se coaduna, em muitos aspectos, a este modelo, porém vemos que esta associação, na maior parte das vezes, acontece apenas do ponto de vista das suas propostas. Com isto quero afirmar que, se lermos os planos de ação da Secretaria para a região do Sertão do São Francisco, que é onde se localiza Petrolina, veremos como há vários aspectos que caracterizam esta relação, como, por exemplo, a “onguização” no processo de execução

das políticas, noções de cidadania relacionadas à inserção das mulheres no mundo capitalista como consumidoras e produtoras de produtos de baixo valor no mercado, a ênfase no processo de descentralização das políticas pelo estado por meio do incentivo à criação de organismos para mulheres, e assim por diante.

No entanto, do ponto de vista prático, o que foi possível perceber nos momentos de observações em campo, relatos e em entrevistas é que este modelo gerencial e neoliberal de aplicação de política para mulheres tem sido posto em prática de uma forma um tanto quanto rudimentar. Claro que esta afirmação pode ser feita para todos os outros atores e instituições expostas neste trabalho, mas acredito poder afirmar que esta efetivação rudimentar tem sido vista de forma mais clara nas ações da Secretaria Estadual da Mulher. E, acredito também, que esta constatação tem se dado devido ao fato de ser esta Secretaria, dentre as outras instituições analisadas, a mais preocupada em estabelecer parâmetros claros e bem fundamentados de estratégias de ações para as mulheres e de possuir um diálogo mais direto e claro com os PNPMs³¹. À medida que elas faziam questão de demonstrar, de forma clara, a relação das suas ações com as propostas de políticas para as mulheres do Governo Federal, ao mesmo tempo enfatizando seu compromisso com as mulheres de base, os desvios deste modelo se tornaram mais evidentes do que aqueles promovidos por atores sociais que não se preocuparam em deixar esta relação tão clara assim.

Dentre as propostas presentes nos seus planos, e que por sua vez refletiam um modelo neoliberal de aplicação de políticas públicas, está a relação estabelecida com as ONGs e os modelos de empoderamento que estas costumam operar. Já vimos, no capítulo quarto deste trabalho, os problemas relativos às formas como o empoderamento tem sido concebido nas ações para as mulheres dos grupos aqui analisados. A sua perspectiva racionalizante, individualista e pautada em uma metodologia tradicional de ensino, que não enfatiza a autonomia do seu público alvo,

³¹ Estas ações e seus pressupostos foram expostos no final do capítulo primeiro deste trabalho.

não incentiva ações coletivas e nem proporcionam um ambiente prazeroso de aprendizado, já foi apontada como totalmente dissonante das propostas de empoderamento segundo a perspectiva feminista. No entanto, para além das críticas que podemos lançar à perspectiva e os modos de empoderamento postos em práticas nas políticas para as mulheres em Petrolina, o modelo como tem se dado à relação e os arranjos estabelecidos entre os principais agentes multiplicadores das ações do Governo do Estado (as ONGs) e a Secretaria da Mulher do Estado tem sido, no mínimo, problemática.

Uma das principais políticas públicas para as mulheres na cidade foi o programa Chapéu de Palha Mulher³². Antes de acompanhar o andamento das turmas dos cursos de políticas públicas, realizei uma entrevista com a coordenadora regional da secretaria na região. Em vários momentos mencionei a sua postura em outros espaços, como nas reuniões do CDM, que ela comparecia de forma assídua, apesar de sequer possuir assento no conselho. Seus posicionamentos sempre foram no sentido de incluir os debates de gênero e os relativos à dominação masculina e patriarcado nas ações e políticas de gênero da cidade, afirmando que não podíamos realizar ações para as mulheres sem empoderá-las, ou seja, sem ser um veículo para lhes proporcionar uma tomada de consciência da sua situação de dominação. Este seu posicionamento se coadunava com sua formação política. Ela atribuiu o início da sua vida política ao seu trabalho em uma associação que maneja produtos orgânicos. Logo depois ela começou a fazer parte da Casa da Mulher do Nordeste³³ e foi a partir da inserção nesta ONG que ela passou a ter contato com a Secretaria da Mulher do Estado.

³² Em vários momentos deste trabalho eu esclareço em que consiste este programa e as suas principais características.

³³A Casa da Mulher do Nordeste (CMN) é uma organização não governamental feminista localizada no Recife / Pernambuco. Fundada em 1980, seu objetivo é fortalecer a autonomia econômica e política das mulheres, afirmando a agroecologia com base no feminismo e na igualdade racial. Assim, a CMN pode ser considerada a primeira organização brasileira voltada para a transformação da condição feminina incorporando, à sua missão, questões econômicas relativas à mudança das relações das mulheres com a produção (<http://www.casadamulherdonordeste.org.br/quem-somos.php>), acesso em 14 de março de 2017).

A relação da Secretaria Estadual da Mulher com as ONGs sempre se deu de forma constante e intensa. As secretárias que fizeram parte desta Secretaria vieram, elas mesmas, de ONGs. Segundo a coordenadora citada, a relação da Secretaria com as ONGs veio de um interesse em inserir a sociedade civil organizada no planejamento e ações para as mulheres no estado, haja vista que as mulheres da secretaria sempre pensaram que deveria sair deste espaço (da sociedade civil) as propostas de políticas públicas, porque só as mulheres engajadas possuíam o conhecimento real das suas demandas. Para além das observações que podemos tecer sobre este seu comentário, visto que este modelo, coincidentemente, também faz parte de um formato neoliberal de aplicação de políticas, e que está ligado diretamente à contenção de gastos por meio de subcontratos, e de cerceamento discursivo, ele refletiu o que ela chamou de um modelo democrático a ser posto em prática em Petrolina.

No entanto, segundo ela, quando chegaram à cidade elas não encontraram movimentos sociais ou organizações não governamentais que tivessem como bandeira o feminismo ou os direitos das mulheres. Com exceção da Associação das Mulheres Rendeiras, nenhuma outra pôde ser percebida. Elas, então, estavam com um problema. Como iriam operacionalizar o Chapéu de Palha Mulher? Diante de tal indagação, veio uma alternativa. A equipe da secretaria mapeou as ONGs, fundações, associações e movimentos sociais da cidade e localizaram doze instituições. Muitas delas discutiam emprego e renda e possuíam trabalhos com mulheres (apesar de não ser este o foco central). No entanto, as pessoas envolvidas nestas instituições possuíam sensibilidade para a causa, mas nenhum acúmulo de discussão política sobre as questões de gênero. Tampouco tinham formação em gestão. Então, a equipe da secretaria contratou uma ONG da região metropolitana do Recife para realizar uma formação sociopolítica e de gestão com as organizações encontradas. O material que serviu de base para o curso ministrado pela ONG foi elaborado pela equipe da Secretaria da Mulher do estado.

Então, o que vemos foi a formação de ONGs para que abraçassem a temática de gênero em suas instituições, realizada por outra ONG, voltada para as mulheres, que utilizavam todo o material didático formulado pela Secretaria da Mulher do Estado. Esta “gambiarrá” política, realizada para criar um ambiente político minimamente democrático, se deu com um intuito extremamente nobre, qual seja, o de ter a sociedade civil como principal interlocutora na efetivação das políticas públicas. No entanto, em sua entrevista, a coordenadora afirmou que esta interlocução se dava porque a equipe da secretaria acreditava que a sociedade civil tinha total competência e legitimidade para falar e atuar em nome das mulheres alvo das políticas. Porém, ao vermos como o processo se deu em Petrolina, é possível notarmos diversas incongruências neste argumento. Isto porque a sociedade civil não só teve que ser formada por uma ONG de outra cidade e com material didático da própria secretaria, como, inicialmente, sequer foi percebida como existente na cidade. Ora, se deveriam ser estas ONGs, formadas pelos cursos da ONG estrangeira, quem formariam as mulheres assistidas pelo programa Chapéus de Palha, por serem elas as legítimas conhecedoras de sua realidade, como se daria este processo, se levarmos em consideração que estas mesmas ONGs sequer tinham lançado seu olhar para as desigualdade das mulheres frente aos homens? Quiçá possuir o conhecimento necessário para encaminhar estas mesmas mulheres para a emancipação da dominação masculina?

O que vimos, na prática destas ONGs em atuação nos cursos do Chapéu de Palha Mulher, foi um discurso da ONG da região metropolitana e da Secretaria Estadual da Mulher. Com isso não quero afirmar que os discursos destas instituições sejam passíveis de críticas no que se referem ao seu conteúdo sobre gênero, dominação masculina e empoderamento. Muito longe disso. Tive acesso a todo o material do curso, e este apresenta, de forma didática e fluida, os elementos centrais dos debates de gênero na atualidade. O que pretendo afirmar é que a forma, ou a proposta de aplicação prática desta metodologia é que se

mostrou muito mais como um rearranjo rudimentar do que uma inclusão da sociedade civil nas políticas públicas propriamente ditas.

A partir deste formato, podemos analisar como foram postos em prática os pressupostos da descentralização das políticas, e da participação da sociedade civil na execução das mesmas. À medida que a reforma neoliberal do Estado toma como um dos principais pressupostos a ideia de descentralização, o intuito por trás desta estratégia é, acima de tudo, a utilização mais eficiente dos recursos e a democratização das decisões, haja vista que confere um maior poder para elaboração e aplicação das políticas aos estados e municípios. E, se focarmos nas propostas da Secretaria da Mulher do Estado, poderemos notar um diálogo visível com as proposições do Governo Federal de políticas para as mulheres³⁴. No entanto, se atentarmos para as idiossincrasias do processo de operacionalização do Chapéu de Palha Mulher, veremos que este modelo de descentralização pode gerar novas práticas no que diz respeito à configuração da sociedade civil organizada.

Como vimos, uma das características centrais do modelo de operacionalização das políticas no atual Estado neoliberal se dá pelo processo denominado como “onguização”. Em suas relações com o Estado, estas instituições aplicam, segundo perspectivas brandas de gênero, as ações para as mulheres. No entanto, vimos que em Petrolina sequer havíamos a formação de uma sociedade civil minimamente organizada para realizar tal função. E, vimos também, como o Estado, representado aqui pela Secretaria da Mulher, pode desempenhar outro papel neste jogo: o de, ele mesmo, criar e conformar demandas e perfis da sociedade civil organizada, de modo que se torne sensível as causas de gênero³⁵. Desse modo, não vemos ONGs que “acomodaram” seus discursos frente às demandas das propostas desenvolvimentistas de políticas públicas. Vimos o Estado, talvez já

³⁴ É só atentarmos para as propostas dos PNPMs e as da Secretaria Estadual da Mulher, descritas no primeiro capítulo, para notarmos a inter-relação das propostas.

³⁵ Na introdução deste trabalho trago uma definição bastante ampla de Sociedade Civil. Neste momento, no entanto, me refiro às organizações não governamentais, fundações e associações, mais especificamente. Esta circunscrição conceitual se dá, apenas, porque foram estes tipos de instituições que a Secretaria Estadual da Mulher manteve contato e realizou formações em gênero.

“viciado” por esta “acomodação discursiva”, formando as ONGs. Seria uma aplicação direta dos discursos neoliberais nas políticas públicas?

Este questionamento precisa ser contemporizado por um elemento central, que diz respeito ao modelo de diálogo entre o feminismo e o Estado no novo milênio na América Latina. Segundo Marlise Matos (2013) tem ocorrido uma modelo de relação das feministas com as esferas dos Estados nacionais a fim de que estes contemplem suas demandas. Este modelo hoje se realiza, fundamentalmente, pela atuação dos mecanismos institucionais de mulheres que, em sua maioria, elaboram e operam planos, programas e políticas de igualdade de gênero. A autora afirma que, apesar de a maior parte das autoridades máximas destes mecanismos não possuírem uma trajetória vinculada aos movimentos sociais, grande parte deles operam em consonância e diálogo com a sociedade civil (p. 13-18). No caso aqui analisado vemos não apenas o diálogo com a sociedade civil, como, também, que diferente do geral, este mecanismo tem sido liderado por integrantes de importantes ONGs do estado de Pernambuco. Já mencionamos, na introdução deste trabalho, a posição de Recife na cena feminista do nordeste, e da importância da sociedade civil organizada para esta posição.

Estes fatos nos fazem contemporizar pressuposições apressadas sobre o modelo de “conformação” da sociedade civil pelo estado em Petrolina. Vemos, pelo exposto nas linhas acima, que este estado não é qualquer um, sendo que uma feminista ocupa o mais alto grau no escalão da hierarquia da Secretaria da Mulher e que, mesmo tendo que adequar seu discurso às propostas neoliberais, possui claras preocupações em realizar o empoderamento e autonomia das mulheres segundo os pressupostos feministas. O que vemos, no processo de aplicação das políticas com este foco, é que, frente às especificidades e “problemas” encontrados na cidade, elas rearranjaram o modelo, para que este não se distancie da proposta inicial de conexão direta com a sociedade civil.

Claro que com isso não temos, ainda, as possibilidades de “indisciplinar” os discursos por meio da ação dos feminismos ante globalização

do novo milênio³⁶, haja vista que ainda temos uma sociedade civil bastante incipiente neste sentido, mesmo tendo a presença de um dos grandes movimentos que caracterizam este feminismo, que é a Marcha Mundial das Mulheres. Vemos, por outro lado, o Estado induzindo a formação da sociedade civil. É claro que com isso presenciamos um modelo de participação um tanto quanto estranho, para não dizer bizarro. Uma vez que a sociedade civil, que opina e executa as políticas, é formada pelo Estado. Mas, visto a escassez de possibilidades emancipatórias por este viés, a alternativa de indução da sociedade civil por meio de um organismo de mulheres, liderado por uma feminista de renome na sociedade pernambucana, não se torna assim tão problemática. Antes essa alternativa do que nenhuma outra.

No entanto, a questão maior não foi localizada por esta relação de “promiscuidade” entre sociedade civil e Estado. A questão central não estava nas noções de gênero que permeavam as concepções do Estado e sim na metodologia de aplicação das políticas. O problema se mostrou muito mais de **forma** do que de **conteúdo**, neste quesito em especial. E este fato não deixou de repercutir na prática das aulas e ações das ONGs. Muitas das educadoras das ONGs reclamavam que os cursos que recebiam eram bons, mas o problema maior não estava no conteúdo, que elas até aparentavam ter entendido. O problema maior estava centrado na metodologia de aplicação daquele conteúdo. Uma delas me falou que as aulas eram muito teóricas e que elas sabiam que iam se encontrar com grupos de mulheres cansadas, desestimuladas, cheias de perspectivas machistas de gênero e muitas até analfabetas e que não tinham ideia de como trabalhar aqueles conceitos em sala de aula, visto as características do público. E este desconforto foi notado por mim diversas vezes nos

³⁶ Estes feminismos, presentes fundamentalmente na América Latina, possuem, como características centrais a transversalização por diferentes níveis de governo e arenas políticas nacionais e internacionais; assim como também por uma gama de classes sociais, academia e outros movimentos (de caráter racial, rural, cultural, etc.); o aprofundamento das concepções sobre direitos humanos, a ampliação das bases de mobilização, que passam a assumir uma moldura mais transnacional, uma renovada aproximação entre a teoria e o movimento feminista e uma dinâmica de relação com o Estado pautada nas interseccionalidades e transversalidade (MATOS *op. cit.* 12-13, ALVAREZ, *op. cit.*, p. 68-71).

cursos do projeto Chapéu Palha. Desde o primeiro dia de contato com a turma, onde elas não tinham que ministrar aulas, apenas introduzir o tema de forma lúdica, pude notar esta dificuldade em chegar até as mulheres.

Neste dia o objetivo seria organizar as mulheres no pátio de uma das escolas que sediaria o curso. O pátio era amplo e possuía um palco. As cadeiras foram arranjadas de modo que ficaram em frente ao palco e ao lado de uma parede onde a equipe da ONG que organizou o encontro colocou algumas gravuras de frases sobre racismo e violência contra a mulher. O esperado era que aparecessem cem mulheres, mas, quando começaram as atividades, havia apenas vinte mulheres no pátio. Quem começou a fala foi uma das integrantes de uma das ONGs que ofereceriam os cursos. Ela começou falando sobre os direitos que as mulheres haviam conquistado e dos muitos que ainda faltavam conquistar para a garantia da equidade de gênero. Sua fala foi breve, assim como todas as outras falas neste sentido, haja vista que precisavam ser assim para que as mulheres não se dispersassem em cochichos, com as crianças presentes, com o celular, ou com o que quer que fosse.

Assim, logo após a sua fala, houve algumas apresentações e, logo após, a coordenadora da ONG tomou o microfone para expor os objetivos do programa Chapéu de Palha e como o curso de políticas públicas promovia o empoderamento delas. Falou das atividades da ONG com hortas comunitárias e fabricação de polpas de frutas e como esta poderia ser uma via de trabalho além do emprego na fruticultura. Enfatizou também como era importante a independência da mulher para a saída da sua situação de violência.

Sua fala foi bastante lúcida e estava em consonância com o discurso e propostas da Secretaria da Mulher. No entanto, seu discurso foi preenchido pelas múltiplas conversas paralelas, de modo que ao perceber o desinteresse das mulheres, ela abreviou o que tinha a dizer e passou para o próximo momento do dia. Neste, pediu que as mulheres fossem olhar os cartazes que tinham colado ao lado das cadeiras. A leitura dos cartazes

não foi acompanhada de nenhum comentário ou discussão por parte de alguma integrante da ONG. Em seguida houve um momento de dança das cadeiras, onde as mulheres tiveram que ser coagidas por brindes para participar, e logo depois houve um momento de exposição de palavras que começavam com as letras da palavra “mulher”. E, neste momento, também não houve nenhum debate de gênero relacionado à brincadeira.

Logo após este momento, a coordenadora do projeto Chapéu de Palha tomou a fala e foi esclarecer alguns elementos do projeto. Falou da sua importância e de como se daria o pagamento das bolsas. Esse foi o único momento de silêncio no salão. As atenções estavam todas voltadas para ela. Nenhuma criança chorava ou gritava, nenhuma mulher cochichava. Todas elas queriam saber como receber o benefício. Em seguida, houve uma apresentação teatral onde os atores, estudantes da Universidade Estadual de Pernambuco, atuavam propondo uma inversão dos papéis de gênero na esfera doméstica. Neste momento houve uma interação muito maior do público, até porque o formato da peça implicava em uma interação com a audiência, com perguntas e provocações jogadas. Neste momento uma das mulheres da audiência se levantou e, com a voz alta, disse que as mulheres não queriam aquilo, não queriam ser superiores, só queriam igualdade.

Em seguida foi servido um lanche e logo após foi começada outra dinâmica que consistia em um quiz, com perguntas sobre igualdade de gênero e as conquistas das mulheres, como a lei Maria da Penha, por exemplo. Esta dinâmica teve grande participação, até porque as mulheres demonstraram claramente estar interessadas nos brindes distribuídos para cada acerto. Achei aquele modelo interessante, até porque tenho total consciência da importância da contrapartida (brindes, lanche, bolsas...) neste tipo de ação. Mas, logo após este momento interessante, as mulheres da ONG colocaram músicas de pagode, que depreciavam as mulheres, e chamou-as para a dança. Pensei que fossem debater a misoginia presente nas músicas, mas nada foi feito, mais uma vez. Neste

momento as mulheres já estavam bastante dispersas. Na verdade, sempre que presenciava dinâmicas deste tipo, havia um esvaziamento quase geral depois de servido os lanches. E, neste dia não foi diferente. As integrantes da ONG, já resignadas com a dispersão, encerraram as atividades com um poema de uma das crianças.

Neste dia aconteceram atividades atípicas, até porque era o dia de inauguração do projeto no ano de 2014, e ainda coincidia com a semana da mulher de março. Elas tinham como proposta não se apegar a conteúdos formais e sim trazer a temática da desigualdade de gênero por meio de atividades lúdicas. Por este motivo achei pertinente trazê-lo. Ele se mostrou como a apoteose das tentativas de inserir uma metodologia mais participativa nos debates de gênero.

Este caso, somado aos outros fatores narrados em outros capítulos, podemos ver certa desarticulação entre as propostas da Secretaria Estadual da Mulher e as dinâmicas que as facilitadoras da ONG propuseram. A sensação que tinha era como se elas tivessem uma dificuldade visceral em unir os conteúdos teóricos às dinâmicas que propunham. Ou, por um lado, faziam brincadeiras, ou, por outro, discutiam gênero segundo um modelo de pedagogia tradicional. E até este modelo tradicional se mostrava dificultoso, porque, como vimos no capítulo quarto desta tese, as mulheres da audiência tinham dificuldades imensas em ouvir e “absorver” os assuntos, como manda a proposta deste tipo de metodologia. E, quando a facilitadora pedia que fizessem algo artesanal, ou alguma dinâmica, como a confecção dos pesos de porta, narrados no capítulo anterior, ou um caderno com retalhos, em outro dia do curso, os debates de gênero não eram inseridos no contexto. Do mesmo modo, nas dinâmicas narradas, as mulheres não conseguiam fazer esta conexão. A sensação real que tive era a mesma que temos quando alguém nos conta uma história que não possui um desfecho final. As ações ficavam como que inacabadas, em aberto. E, ao observar as mulheres da audiência, conseguia ver apenas apatia, dispersão e resignação por ter que estar ali para receber uma presença e poder ter direito ao benefício.

Com estes exemplos podemos ver, de forma ilustrada, como o problema é muito mais de forma do que de conteúdo. Digo isso porque, na teoria, as propostas da Secretaria da Mulher do Estado conformam um discurso feminista amplo e interseccionado³⁷. No entanto, e segundo afirmam as facilitadoras do programa, as formações realizadas pela ONG da região metropolitana foram insuficientes para que elas aprendessem mais sobre uma pedagogia alternativa ao modelo racional que estavam acostumadas. De acordo com a literatura, vemos como o discurso deste “feminismo de Estado” foi disciplinado pelos pressupostos neoliberais para o desenvolvimento. No entanto, muito pouco ainda tem sido dito sobre os modelos de aplicação das políticas³⁸. Este déficit se dá pela ainda escassez de trabalhos etnográficos a respeito da aplicação destas políticas, e de modo nenhum sobre uma suposta raridade desta discussão dentro do movimento feminista. Este já vem discutindo propostas de pedagogias para a emancipação e já cunhou perspectivas de uma pedagogia já considerada como feminista³⁹.

No entanto, acredito que estas propostas pedagógicas, diferentes de outras que vêm sendo apropriadas pelos Estados, ainda estão muito res-

³⁷ Apenas para termos uma ideia, os livros confeccionados pela Secretaria Estadual da Mulher, e utilizados nos cursos de formação das integrantes das ONGs, se referem a três temas gerais, cada qual com uma discussão bastante detalhada sobre seus respectivos subtemas. Assim, temos um livro que versa sobre Políticas Públicas (concepções, formas de construção, políticas para as mulheres e políticas setoriais); outro que debate a violência contra as mulheres (concepções de violência, mapeamento da violência contra as mulheres e legislações sobre o tema); e, por fim, outro que discute as desigualdades (história do conceito, formação da sociedade brasileira, e sobre contexto atual das desigualdades).

³⁸ SARDENBERG, por meio de debates sobre a atuação em um projeto de consultoria, desenvolve este temática (SARDENBERG 2006, 2015).

³⁹ Segundo Sardenberg “Por pedagogia feminista, entende-se o conjunto de princípios e práticas que objetivam conscientizar indivíduos, tanto homens quanto mulheres, da ordem patriarcal vigente em nossa sociedade, dando-lhes instrumentos para superá-la e, assim, atuarem de modo que construam a equidade entre os sexos. Seu principal objetivo, portanto, é libertar homens e mulheres das amarras das ideologias e hierarquias de gênero, ou seja, da construção social das diferenças/desigualdades entre os sexos, objetivo esse que se aplica a todas as metodologias desenvolvidas para o trabalho com mulheres. (...) porém, há várias abordagens distintas nessas práticas educativas, razão pela qual não se pode falar de “pedagogia feminista” no singular. No seu todo, contudo, as pedagogias feministas integram as chamadas “pedagogias críticas” ou “pedagogias libertadoras” - conjunto de teorias e práticas educativas e de aprendizado, formuladas para propiciar a conscientização dos educandos quanto às condições de opressão em que vivem. Seu propósito maior é desencadear um processo de liberação pessoal por meio do desenvolvimento de uma consciência crítica, como um primeiro passo essencial para ações coletivas transformadoras” (p. 1-2). (http://s3-cu-west-1.amazonaws.com/pathwaysofempowerment-org-staging/downloads/consideracoes_introdutorias_originalf0d6475f0950cf0bfe39b58c169a59b9.pdf . Acesso em 20/03/2017).

tritas às atuações protagonizadas pelos movimentos feministas. Em nenhum momento do meu trabalho de campo ouvi um comentário sobre este assunto (pedagogia feminista), em nenhuma das instâncias institucionais estudadas. Este exemplo, somado aos dos capítulos anteriores, só reforçam a ideia relativa a uma insatisfatória crítica ao modelo das aplicações de políticas para as mulheres. Criticam-se os conteúdos das propostas, de forma legítima, é claro, mas ainda há um vazio quanto às análises das metodologias de aplicação destas políticas. Esta insuficiência tem impactos diretos no que diz respeito à eficácia das políticas. Em um contexto de restrições orçamentárias para as políticas sociais, qualquer verba desperdiçada repercute de forma muito daninha no universo relacionado às propostas de emancipação feminina pelas políticas públicas.

Apesar das críticas que podemos lançar ao conteúdo das propostas desta Secretaria, principalmente as que ainda pensam a emancipação pela inserção das mulheres como empreendedoras de segundo escalão, uma vez que inseridas no mercado de trabalho por meio de ocupações desvalorizadas, porque mal pagas e com baixa reputação⁴⁰, não podemos classifica-las como agentes do Estado neoliberal sem fazer antes esta análise pormenorizada. A inserção do curso de políticas públicas nas turmas dos cursos profissionalizantes foi um diferencial que quase todas as funcionárias da Secretaria que tive contato fizeram questão de exaltar. E o fizeram baseando seu discurso nas propostas de empoderamento das mulheres pelo conhecimento de sua situação de subordinação. No entanto, o modelo da pedagogia empregada é discutível, justamente por se apegar, ainda, a um modelo racionalizante tradicional. Quando visto de uma maneira diferenciada e mais lúdica, ainda se mostra recheado de insuficiências, como vimos acima. Mas, este modelo de pedagogia não é

⁴⁰ Dentre esses cursos, podemos citar todos aqueles oferecidos pelas ONGs, tais como artesanato em geral; beneficiamento de frutas e produção de licores; bijuterias e bolsas; corte e costura; culinária regional; curso de produção de pão caseiro e integral; horta orgânica; jardinagem; móveis em madeira e papelão; ornamentação de festas; produção de doces; produção de sabonete e sabão ecológico; recepcionista; turismo Rural. Os oferecidos pela rede SEST/SENAT (Manutenção em motocicletas; pedreira de alvenaria; pedreira de revestimento com argamassa; técnicas de pintura imobiliária; instalações elétricas prediais; técnicas de administração; fundamentos da Informática (Ministrado pelo SENAI) se referem a ocupações com pouco mais de renome social e são menos desvalorizados. Mas, muitas destas ocupações ainda possuem menor prestígio social.

apenas discutível no que tange às ações da Secretaria Estadual da Mulher. Como vimos, ele se tornou problemático nas ações de todas as instituições aqui analisadas.

5. A Secretaria Municipal da Mulher: “gambiarras” políticas e poder de fachada

O processo de descentralização das políticas públicas no Brasil em geral, e das políticas para as mulheres em particular, têm possibilitado o espraiamento de secretarias e coordenadorias de mulheres por todo o país, não só nas capitais, mas, também, no interior dos estados. Esta demanda, para além de fazer parte de um modelo de gerir e operacionalizar as políticas públicas, também tem sido prioridade dentre as pautas feministas, uma vez que esta descentralização permite com que mudanças efetivas sejam realizadas na vida das mulheres que mais carecem de políticas, que são as mulheres do interior dos estados, das zonas rurais, ribeirinhas, quilombolas, assentadas, indígenas aldeadas, principalmente do norte e nordeste do país. Já falamos, capítulos atrás, sobre o trabalho pioneiro da Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco neste sentido. Desde a sua implantação em 2007, até 2014, elas já tinham conseguido implementar 194 organismos para as mulheres, faltando apenas 25 para cobrir todo o estado, segundo a coordenadora regional do Sertão do São Francisco. O incentivo da Secretaria Estadual consistia em fornecer um kit de escritório, com bureau, computador, telefone e impressora. A contrapartida da prefeitura estava relacionada ao pessoal capacitado e ao espaço.

Assim, a Secretaria da Mulher do município foi criada no mesmo ano que a estadual, em 2007, com o objetivo de elaborar e executar as políticas para as mulheres. A atual secretária entrou na secretaria em 2011 e encontrou uma pequena equipe composta por uma recepcionista, uma funcionária da prefeitura, ligada ao administrativo financeiro, outra do administrativo e a equipe do CRAM, que é subordinada à secretaria,

que possui uma psicóloga, uma assistente social, um advogado e quatro recreadores por contratos temporários de um ano, renovável por mais um.

Todavia, a descrição de uma Secretaria e dos seus objetivos não faz dela e de seus funcionários um corpo vivo e integrado segundo os pressupostos das políticas públicas para as mulheres do Governo Federal. Afirmando isto porque, ao me aproximar da Secretaria para entender como eram efetivadas as políticas para as mulheres, me deparei com situações pautadas em arranjos diversificados para fazer valer a sua existência. A primeira das notáveis especificidades que localizei dizia respeito ao modo como o orçamento era articulado pelas suas funcionárias. Na verdade, pelo que consegui compreender nas entrelinhas – e as inferências tiveram que ser assim haja vista ser este tema por demais delicado para ser discutido de forma aberta – a Secretaria praticamente não possuía orçamento próprio. Nas entrevistas que realizei com a secretária, e com uma antiga funcionária, consegui perceber que a forma como a secretaria atuava estava arranjada da seguinte maneira: por meio de projetos federais, pelos projetos municipais, pela captação de projetos por meio de editais, pelas campanhas em datas comemorativas e pelo acompanhamento de casos⁴¹.

Vimos, no primeiro capítulo deste trabalho, que este modelo de atuação ou está relacionado a projetos que possuem verba do Governo Federal (e destes apenas o “Mulheres Mil” está sob a responsabilidade da secretaria atualmente), ou fazem parte das atividades contempladas pelo escasso orçamento que a prefeitura lhes disponibiliza. Destes, o projeto “Nova Semente”, voltado para criação de creches para crianças de até 5 anos, está alocado na Secretaria de Educação, sobrando para a Secretaria Executiva da Mulher apenas o referente à lavanderia coletiva em um bairro popular da cidade, o casamento coletivo que é realizado uma vez ao ano, o programa do Crack, que tem por objetivo fortalecer os equipa-

⁴¹ Já foi realizado um detalhamento mais pormenorizado sobre os eixos de atuação desta secretaria ao final do capítulo primeiro deste trabalho.

mentos existentes para o atendimento das pessoas que fazem abuso da substância, e o CRAM, que trabalha com o atendimento de mulheres vítimas do violência. Destes, o projeto do crack foi “dado” para a Secretaria por uma determinação do prefeito⁴². O CRAM possui verba municipal e funciona em dias e horários comerciais. O casamento coletivo não implica grandes orçamentos, e o principal problema só surgiu quando a Secretaria implementou o casamento homoafetivo, que ganhou repercussão na comunidade cristã da cidade. Mesmo quando ela implementou um curso de três dias antes do casamento com o intuito de abordar questões sobre o relacionamento de casais, mas com o objetivo de levar discussões de gênero, a repercussão não foi proporcional ao dos casamentos homoafetivos. Neste caso, ela precisou ir às rádios e TV se justificar e se respaldar na legislação para manter o casamento. Quanto à lavanderia popular, ela disse que sempre tem problemas por esta possuir um orçamento de 5000 reais e só conseguir contemplar dez famílias. Até a nossa última conversa, ela ainda encontrava entraves para contemplar mais famílias (não me informando os tipos de entraves). E, por fim, o programa “Mulheres Mil” que não se mostra problemático. Apenas tiveram dificuldades no cadastro de mulheres, porque os cursos demandavam pelo menos nível fundamental, e muitas das mulheres não eram alfabetizadas. Mas como os cursos são profissionalizantes e demandavam uma mínima leitura, este não foi um problema que poderia ser solucionado.

A geração de renda era uma das principais bandeiras da Secretaria, segundo me falou uma antiga funcionária. Elas até pensavam em fábricas de couro, de derivados de leite, da abertura de um salão de beleza no CRAM para oferta de cursos para cabeleireira e manicure, mas o grande entrave era o mesmo: a falta de orçamento. Segundo esta funcionária, a Secretaria não tinha nenhuma outra verba que não para a realização

⁴² A impressão que tive nas entrevistas e falas das envolvidas na secretaria é que, pela falta de uma secretaria, gerência ou diretoria que lide diretamente com assuntos relativos ao uso e abuso das substâncias psicoativas na cidade, o prefeito incumbiu à Secretaria Executiva da Mulher porque, como ele mesmo falou, segundo a secretária, as maiores atingidas pelos casos de abuso do crack são as mulheres. Por isso, este projeto caberia àquela Secretaria.

destes projetos citados. Se quisessem implementar qualquer outro projeto teria que ser por meio de editais disponibilizados pelo Governo Federal ou estadual. O máximo que conseguiam era alguma verba para o *coffee break* de algum evento que organizassem.

As ações das campanhas, por sua vez, eram realizadas por meio de parcerias. Assim, o mês da mulher, em março, possuía eventos, normalmente em formato de palestras para policiais e funcionários dos CRAS e AMES. Elas tinham que contar com a participação de parcerias para que conseguissem tanto os palestrantes (normalmente advindos da Secretaria Estadual e das universidades da região), como para as campanhas de divulgação dos organismos voltados para o atendimento das mulheres, que contavam com os carros da Secretaria de Cidadania, que possuía uma van para divulgação e prestação de informações sobre o “Bolsa Família” e sobre os serviços vinculados a esta secretaria. No Outubro Rosa a dinâmica era a mesma. E, neste período, contavam com uma participação mais intensa da Secretaria de Saúde, para ir com seu veículo às comunidades rurais e assim marcar os exames de preventivo ginecológico e mamografia. Nos 16 dias de Ativismo, no dia da Visibilidade Lésbica, ou qualquer outra campanha na qual resolvessem fazer uma atividade, normalmente tinham que se utilizar do formato palestra/seminário e contar com as parcerias já mencionadas, ou contatos pessoais de amigos que pudessem ajudar.

Marlise Matos, ao fazer uma análise dos mecanismos de mulheres na América Latina, verificou que há um problema geral de orçamento e de pessoal nestas instituições. Ela afirma que há uma “justificativa” para esta situação. Ela diz que para a consecução de uma agenda feminista e de gênero se faz de extrema necessidade uma transversalidade entre os setores do governo, de modo que, muitas vezes, estes mecanismos não ficam responsáveis pela implementação de políticas que contemplam as mulheres, e por isso são preteridos no direcionamento das verbas (MATOS, op. cit., p. 18). E este modelo de funcionamento não ocorre

apenas nos mecanismos Federais. É esperado que todas as instâncias de governo funcionem segundo esta perspectiva.

Todavia, não podemos afirmar que isto ocorre de um modo ideal em Petrolina. Se o baixo orçamento fosse justificado pela alta transversalidade das políticas para as mulheres, não teríamos um problema, e sim uma operacionalização ótima destas políticas. Mas, o que vemos é um total descaso das ações para as mulheres pelo poder municipal, e aquelas que existem nas outras esferas, como a de educação com o programa de creches municipais (que é a que recebe maior reconhecimento, inclusive estadual e federal pela proposta relativamente inovadora) e de saúde, não são pensadas segundo as perspectivas feministas, ou seja, segundo as propostas de empoderamento, autonomia, e equidade social para as mulheres. Tampouco podem ser executadas em consonâncias com as propostas dos PNPMS, haja vista a baixa capilaridade⁴³ e a falta de orçamento. A impressão que temos é que existência da Secretaria se justifica apenas enquanto um número, um dado nas estatísticas de espriamento dos organismos de mulheres pelas propostas de descentralização das mesmas pelo Governo neoliberal. Mas, de fato ela é um reflexo da perspectiva da “eficiência” nas propostas de políticas públicas neste governo. Corta-se gastos, impõe-se um trabalho a partir do mínimo, e assim se aproveitam de dados estatísticos vazios para manter a imagem de um Estado promotor da igualdade de gênero, como sempre fizeram questão de afirmar as representantes da Secretaria Estadual da Mulher.

Esta falta de orçamento justificou alguns modelos de comportamento, como o baseado em contatos pessoais e arranjos informais para levar a cabo algumas ações. Este modelo rudimentar de “participação” estava relacionado, principalmente, à incipiente sociedade civil da cidade. Esta incipiência se dá, preponderantemente, devido à temporalidade com que

⁴³ É importante ressaltar que a capilaridade nem sempre está relacionada ao orçamento. Como bem afirmou a coordenadora regional do sertão do São Francisco, da Secretaria Estadual da Mulher, a atual secretaria municipal não conseguia fazer as alianças necessárias em outras esferas do governo. Sabemos que estas alianças dependem de muitos fatores, que não estão relacionados apenas a uma falta de capacidade da gestora. Principalmente se estamos falando de uma cidade e de um poder público alheio às questões de gênero e aos discursos que os embasam.

os debates políticos levam para se espriar das metrópoles até o interior do país. Há o tempo “do político”, em que os discursos se adensam e conformam uma atmosfera democrática. Este é um movimento que só pode ser contemporizado por “gambiarras” políticas, como feitas pela Secretaria Estadual ao tentar “formar” estes grupos. O que a Secretaria Municipal fez foi, na ausência de grupos, buscar pessoas interessadas e engajadas no tema. Este não é um modelo ideal de participação, mas é o que muitas vezes ocorre em cidades do interior dos estados. O modelo ideal de diálogo com a sociedade civil organizada pode até ocorrer nas grandes cidades, que possuem uma maior “densidade discursiva”, mas nas de médio e pequeno porte os arranjos precisam ser outros. Mesmo com a presença de um Conselho da Mulher, entidade por excelência de participação na atual conjuntura, vimos que as relações não acontecem nem perto deste modelo “ideal”. O conselho é formado por entidades que não representam as mulheres organizadas e é composto por mulheres alheias ao debate e luta feminista.

Mas este modelo de participação e relação não foi de todo problemático. Em meio aos contatos estabelecidos com pessoas conhecidas (alunos e professores basicamente), a Secretaria mudou consideravelmente o perfil das suas ações⁴⁴. Segundo uma antiga funcionária que entrevistei, a Secretaria não mantinha nenhuma relação com a comunidade externa, bairros, movimentos sociais e muito menos capitaneava causas que não estivessem relacionadas à mulher, em seu sentido global do termo. Na verdade, ela me afirmou que nem mesmo os debates mais basilares sobre gênero, patriarcado ou dominação masculina, faziam parte do horizonte de ações e discursos daquela Secretaria.

No entanto, durante o período que mantive contato com a sua equipe notei uma mudança neste sentido. A secretária me falava, em conversas informais, sobre pessoas, alunos e ex-alunos que conhecia, que tinham propostas de inserir debates sobre gênero e identidade sexual

⁴⁴ No capítulo quarto me referi a como esta Secretaria passou a abraçar demandas relativas às mulheres trans, lésbicas e negras.

ainda escassos na cidade e nas políticas públicas do município. Foi assim que, a partir do ano de 2014, ela inseriu o dia da Visibilidade Lésbica no calendário da secretaria. Foi assim também que ela inseriu, em 2015, o debate sobre mulheres negras em atividades dos 16 dias de ativismo, e foi assim que presenciei, no meu último dia de trabalho de campo, no início de 2016, um grande seminário, com as equipes dos CRAS, AMES, varas da família, polícias civis e militares, sobre patriarcado, gênero, violência contra a mulher, e as especificidades das violências nas zonas rurais e urbanas da cidade.

Este dia, em especial, foi diferenciado. Primeiro que o auditório, de uma das Fundações da cidade que o cedeu ao encontro, estava lotado. Percebi, pelas conversas que tive aqui e ali, que muitas eram assistentes sociais, psicólogas, pedagogas, agentes de saúde e policiais. Estavam interessados em saber mais sobre gênero e violência contra a mulher, pois afirmavam desconhecer por completo o assunto, apesar de trabalharem diretamente com ele nas funções que desempenhavam nos organismos municipais citados acima. Além deste público pouco habitual, haja vista que a maioria das pessoas que compareciam eram estudantes ou as mesmas faces das secretarias e conselhos, me senti realizada quando a secretária começou a sua fala dizendo que muito já tinha sido feito em relação ao combate à violência doméstica, mas que ainda falamos muito sobre penalização, e que o tema transcende em muito este foco isolado. E que seria por isso que íamos iniciar os trabalhos daquele dia com uma apresentação sobre patriarcado, para entendermos os fundamentos da violência contra a mulher. Além disso, ela mencionou que o trabalho precisaria ocorrer no sentido de proporcionar uma relação maior entre organismos governamentais com os não governamentais⁴⁵.

Mencionei que fiquei satisfeita com a fala da secretária, porque consegui perceber certo avanço nas suas perspectivas e na atuação da secretaria. Antes não havia nenhuma discussão sobre gênero, quiçá com

⁴⁵ Apesar de esta relação com as ONGs já estar sendo praxe na forma de operacionalização das políticas neoliberais, estamos vendo que em Petrolina nem isso está acontecendo.

aquele público. Também havia pouco, ou nenhum interesse em dialogar com os movimentos sociais ou ONGs. E, naquele momento consegui notar uma considerável mudança.

Nesta atmosfera, a professora de Serviço Social da Faculdade de Ciências Aplicadas de Petrolina, e coordenadora do CREAS regional, começou a sua exposição sobre o patriarcado. Na sua fala, ela mencionou as origens do conceito, sobre o contrato social, as ideologias de gênero que foram fundadas, assim como as desigualdades entre os sexos, sobre a divisão sexual do trabalho, as divisões sociais de papéis, sobre como o Estado e o sistema capitalista reforçavam esta desigualdade e da importância de tudo isso para as discussões sobre violência contra a mulher.

Logo após a sua fala, uma convidada, representante da Secretaria Estadual da Mulher, direcionou seus comentários para as concepções sobre o conceito de gênero e a sua conexão entre as relações de gênero e a violência. Muitas pessoas da audiência colocaram questões, e estas se resumiam, basicamente, as dificuldades que ela/es tinham em mudar suas práticas cotidianas. Que até entendiam o que era dito, mas que nas suas esferas de sociabilidade elas não conseguiam inserir estas críticas e realizar a transformação. Os policiais presentes também se colocaram neste sentido, afirmando que na corporação o preconceito baseado no gênero ainda é alarmante e que isso dificulta até mesmo a inserção do debate nesta esfera. As respostas da secretária e das palestrantes foram no sentido de promover uma formação continuada, daquele tipo, também no próprio batalhão de polícia⁴⁶.

Após este momento, a secretária chamou à frente da audiência a representante das mulheres do Sindicato Rural da cidade para falar sobre o acesso das mulheres rurais às políticas voltadas à violência contra a mulher. Ela fez uma fala breve, mas que contemplou suas principais

⁴⁶ Como este episódio coincidiu com meu último dia de trabalho de campo, não tenho como afirmar, com segurança, se este momento se repetiu, ou se fizeram a formação no batalhão. Sei que a Secretaria da Mulher do Estado promove ações com a polícia militar, frequentemente, em todo o estado. Mas, sei também que com o golpe de Estado no ano passado, e a crise financeira e política pela qual passa nosso país, com visível desmonte do Estado e suas políticas sociais, acredito que estas formações, se ainda acontecem, estão sendo de forma esporádica.

inquietações. A principal dizia respeito à dificuldade de acesso das mulheres rurais aos equipamentos de atendimento às mulheres disponíveis na cidade. Ela disse que são esses equipamentos que deveriam chegar até elas. Ela mencionou os inúmeros casos de violência que presenciava nos projetos de irrigação⁴⁷ e como sua casa mais estava parecendo uma casa abrigo, visto que estava tendo que abrigar mulheres que fugiam de casa com medo dos maridos e não tinham onde ficar. Ela mencionou a necessidade de um “CRAM itinerante” para conseguir amenizar estes problemas.

Posterior a sua fala, a presidente do CDM foi chamada à frente para discorrer sobre as dificuldades por que passavam as mulheres urbanas no que tange à violência contra as mulheres. Ela fez referência, apenas, aos problemas de a DEAM não funcionar 24 horas, haja vista que a maioria dos casos de violência contra as mulheres ocorriam finais de semana e à noite. Ela mencionou, também, as dificuldades que sua equipe, do núcleo de violência da Secretaria de Saúde, tinha para fazer o acompanhamento das mulheres em casa, devido ao risco que corriam, visto que muitas delas permaneciam em casa com o agressor. Quanto ao caso da delegacia, a representante da Secretaria Estadual afirmou que a demanda já foi colocada ao Governo Estadual, e que isto dependia de orçamento e vontade política. E, quanto à segurança das visitas, o sargento do 5º BPM disse que solicitaria ao batalhão uma viatura para acompanhá-las.

A partir desta atividade, podemos notar algumas permanências relativas às formas de aplicar políticas para as mulheres, e como estão relacionadas a um modelo neoliberal de pensamento e ação. A primeira delas diz respeito ao foco do debate ter permanecido o mesmo: a violência contra a mulher. Até mesmo a coordenadora regional da Secretaria Estadual já havia falado sobre a dificuldade de a Secretaria Municipal transcender esta temática específica. Ela afirmou que a Secretaria Municipal carece de planejamento mais estratégico, se apega a casos pontuais e se dedica quase que exclusivamente aos casos de violência contra a mulher. Neste sentido,

⁴⁷ Já mencionei neste trabalho a forma como a zona rural é configurada por meio de vilas formadas pelos projetos de irrigação pelo rio São Francisco.

não podemos afirmar que este apego consiste em uma forma tradicional de fazer política ou, por outro lado, também não podemos afirmar que ele advém das dificuldades em articular políticas mais robustas devido aos problemas orçamentários. Talvez um pouco de cada fator esteja a influenciar neste quesito. Até porque, como mesmo informou a antiga funcionária da secretaria, elas até chegavam a pensar ações mais perenes, mas o orçamento não permitia que fossem além do planejamento. Ela chegou até afirmar que as determinações sobre a forma de atuação, baseada em acompanhamento de casos, tinha sido uma saída da equipe para não que não ficassem sem trabalhar, haja vista as dificuldades orçamentárias.

Estas dificuldades no orçamento se mostraram evidentes diversas vezes. Vimos como a criação desta secretaria foi uma prerrogativa do Governo do Estado e se deu quase como uma imposição. A necessidade maior era ter o dado, relativo a implantação de mais uma Secretaria da Mulher, contabilizado. Como ela iria atuar, não se via como mais um problema tão urgente. Este fator, aliado à perspectiva da transversalidade das ações deste tipo de secretaria, como já mencionado, desresponsabilizou a prefeitura em direcionar maiores verbas para este setor. Além disso, já foi mencionada, diversas vezes neste trabalho, as dificuldades relativas às pautas e debates feministas e sua articulação com as políticas públicas, já propostas nos PNPMs.

Estas questões estão articuladas, diretamente, tanto à ideia de eficiência, por cerceamento de gastos e orçamentos, quanto a concepção de discurso tecnicizado e às “acomodações discursivas” típicas da forma gerencialista neoliberal de operacionalizar as políticas públicas. Não é de interesse do executivo que o seu corpo de funcionários seja composto por feministas com discursos radicais. E isso foi comprovado pelo histórico das secretárias que ocuparam a pasta. Destas três, nenhuma delas tinha inserção em grupos de mulheres ou feministas, tampouco tinham formação acadêmica em áreas que contemplassem os debates de gênero. Assim, não se tornou estranho que os debates ficassem circunscritos às temáticas mais visíveis, como as relativas à violência contra a mulher.

A segunda permanência diz respeito às tentativas de empoderamento. Na situação narrada, apesar de o empoderamento englobar uma conscientização a respeito da dominação masculina, do patriarcado e das discussões de gênero, o que se mostrou como um avanço, a metodologia baseada em seminário permaneceu, de modo que até as pessoas da audiência reconheceram o fosso que havia entre o entendimento teórico e a prática cotidiana.

O mesmo modelo de seminário aconteceu no debate promovido na Câmara de vereadores sobre os 16 dias de ativismo. Com o tema “Mulher: empoderamento, gênero, raça e igualdade de direitos” o seminário tinha uma proposta interessante, uma vez que focava em assuntos ainda não debatidos pela secretaria, como sobre as mulheres nos espaços de poder, outra sobre identidades de gênero e sexualidade e a última, protagonizada por mim, sobre violência contra as mulheres negras. Somente o fato de a equipe da secretaria ter voltado sua atenção para estes temas demonstrou uma mudança significativa em suas perspectivas, antes voltadas apenas para a violência contra as mulheres em geral. No entanto, o problema esbarrou no formato da ação. O modelo seminário, em um espaço esvaziado (não havia nem 15 pessoas), que na verdade compunham aquelas mesmas faces que já expus no capítulo anterior, composta por pessoas que já possuíam sensibilidade para a causa e já dedicavam parte de seu tempo para a luta.

Assim, por mais que nos esforçássemos para levar vídeos e encaminhar o debate com maior ludicidade, o formato permitia poucas variações. Este fator parte do mesmo pressuposto racionalizante e individualizado sobre o processo de empoderamento das mulheres. A mesma observação posso fazer sobre as ações do dia da Visibilidade Lésbica. Estive presente em duas destas, e o modelo se manteve o mesmo: seminário teórico, com exposição e discussão de filmes. As pessoas presentes eram basicamente as mesmas, e por mais que levantássemos temas como heterossexualidade compulsória, homoafetividade e saúde reprodutiva, as limitações de público, composto em sua maioria por con-

selheiras e estudantes universitários, impedia que a mensagem, mesmo que teórica, tivesse um alcance maior.

Não posso afirmar, todavia, que este modelo está apenas relacionado às dificuldades orçamentárias. Já falamos no capítulo anterior como ainda estamos apegados a um modelo de autonomia arraigado a pressupostos liberais racionalizantes e individualizantes. Que, também, são os mesmos que estão por trás das propostas neoliberais de políticas públicas, e, por que não, aos modelos educacionais que prevalecem no país. Este modelo, mesmo abarcando temáticas concebidas como tabus sociais (sexualidade, homossexualidade, etc.), não realiza seu potencial emancipador porque não sensibiliza de forma satisfatória a audiência. E não sensibiliza porque ainda insiste em desconsiderar o modo corporal, performático e emocional pelo qual os conhecimentos são apreendidos. No entanto, estas concepções (corpo, emoção) estariam relacionadas, em demasia, àquilo que consideremos como feminino e, logo, desprovido da legitimidade racional que devem ter as ações advindas do Estado e que compõem a “esfera pública”. Desse modo, mais uma vez, não é o conteúdo que deixou “a desejar” e sim o formato que não condisse com as perspectivas emancipatórias.

No entanto, para além dos programas que se dão no âmbito do Governo Federal, e pelas mudanças visíveis no que diz respeito às temáticas abordadas e a multiplicidade de identidades de mulheres contempladas, a Secretaria Executiva da Mulher de Petrolina coloca em prática ações que possuem pouca capilaridade, tanto entre as secretarias, como na sociedade como um todo. Ela ainda possui uma efetividade limitada devido ao seu modelo de empoderamento pela via teórica, individualizada e racionalizante. A secretaria proporciona mudanças pouco significativas porque ainda apegadas a casos pontuais e acompanhamentos individualizados dos casos pela secretária. Assim como nas ações da Secretaria Estadual, da Rede e do CDM, não abordam assuntos considerados tabus para a nossa sociedade como, por exemplo, a violência obstétrica, as dificuldades em realizar o aborto legal nos hospitais e o tratamento de-

sumano e preconceituoso dado pelas equipes do hospital da mulher. Além de tudo isso, ainda não é possível visualizar uma continuidade das suas ações em relação aos PNPMs do Governo Federal, principalmente no que tange às políticas nas áreas de educação formal, para as mulheres idosas, deficientes e as que dizem respeito ao acesso a cultura e lazer. Estas temáticas são completamente desconsideradas e nos fazem refletir a respeito do real espraiamento das políticas para as mulheres no Brasil. E, se o modelo neoliberal de pensa-las e executá-las tem promovido transformações significativas.

Desse modo, podemos até verificar que os principais pressupostos e conceitos relativos às políticas para as mulheres em Petrolina se relacionam com as concepções e críticas da teoria e política feminista. No entanto, vimos que as formas como se dá esta relação está aberta a inúmeras críticas, que, ao fim e ao cabo, vêm a caracterizar o modelo gerencialista neoliberal de aplicação de políticas públicas para as mulheres no Brasil. Assim, fundamentos e concepções, como aqueles referentes à identidade das mulheres; ao foco em um tipo de política específica, e em um tipo de violência singular (a física); as propostas de ações despolitizadas e desarticuladas dos debates de gênero e feminista; a ênfase no discurso técnico em detrimento do crítico; as formas rudimentares de diálogo com a sociedade civil; o desconsiderar das interseccionalidades de gênero; os problemas relativos a orçamento; e o modelo pessoal de levar a cabo as ações para as mulheres; todos eles refletem um modelo peculiar de pensar e efetivar as políticas para as mulheres. Mas, vimos, também, como esta peculiaridade é apenas reflexo dos pressupostos centrais da gestão neoliberal do Estado, que veem na descentralização, focalização, eficiência, corte de gastos e nova participação da sociedade civil organizada uma maneira de amenizar as consequências nefastas do desenvolvimento em prol do capital, e não incluir os grupos historicamente subjugados, e suas pressuposições de mundo, em uma sociedade mais justa.

Considerações Finais

Os contatos iniciais com meu campo de estudo, as conversas informais e o trabalho já desenvolvido como docente na Universidade Federal do Vale do São Francisco, me levaram a trilhar os caminhos que os agentes municipais e estaduais, engajados em levar a cabo políticas e ações para as mulheres, formavam para promover a igualdade de gênero na cidade de Petrolina. No processo de formação da rede desses agentes, exposta no segundo capítulo, me engajei, inicialmente, no sentido de costurar os contornos das conexões e dar limites ao ilimitado processo que é a formação de redes de associação de pessoas. Neste trabalho, localizei alguns atores institucionais centrais, a saber: o Conselho de Direitos da Mulher de Petrolina, A Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da cidade, a Secretaria Executiva da Mulher do município, e a Secretaria Estadual da Mulher, de Pernambuco. Vimos que estas instituições e seus atores se relacionavam, ora ou outra, e que possuíam características peculiares nas suas formas de gestar as ações para as mulheres no município.

No capítulo terceiro e quarto deste trabalho selecionei os elementos centrais¹² presentes dentre estas características, à medida que eles apareciam nos espaços e conversas em que estive presente. Assim, vimos que, no que tange às formas de operacionalização das concepções que respaldavam as ações para as mulheres, a violência contra a mulher se mostrava enquanto preocupação central e, por meio dos interesses em

¹ Importante destacar que esses elementos são centrais não porque eu os elegi enquanto tais, e sim porque as pessoas engajadas no processo os destacavam em suas falas, ações e planejamentos.

² Outro elemento que se faz necessário destacar está relacionado ao limite imposto na seleção destes elementos. Várias foram as concepções que julguei como centrais para a operacionalização das políticas para as mulheres em Petrolina. Todavia, assim como fiz ao evidenciar a rede de atores, precisei limitar, de forma arbitrária, tais concepções. Tal trabalho precisou ser realizado devido, apenas, aos limites de tamanho da tese de doutorado.

lidar com tal problema, alguns elementos se tornaram fundamentais para operacionalizar as ações. Dentre estes, aqueles referentes à concepção identitária do sujeito das políticas, as mulheres, e as noções de empoderamento para superação da condição de desigualdade pelo qual elas passavam, se tornaram basilares. Por elas vimos como se tornou problemático o fato de que a concepção sobre o sujeito “mulher” se mostrou desprovida de todo o debate teórico, epistemológico e político que a respaldava. E, também, como as denominações sobre o “empoderamento das mulheres”, foco central a ser alcançado, estavam relacionados à busca de um conhecimento tecnicizado, individualizado e pautado em um conhecimento racional e superficial da dominação masculina, quando esta era mencionada.

Esta forma de operacionalizar as concepções surgidas em meio ao trabalho de campo estava relacionada, diretamente, a uma maneira peculiar de atuação dos atores envolvidos e das instituições que faziam parte. Desse modo, vimos como a temática central, e quase única, da violência contra a mulher, além de ser pensada de uma forma desconectada de seus condicionantes de gênero, ainda era concebida e operacionalizada a partir de casos concretos e pontuais. As ações voltadas para seu combate e prevenção eram, da mesma maneira, eventos isolados, postos em prática por meio de campanhas, panfletagens, seminários, palestras e esforços para organização e divulgação dos equipamentos que atendem as vítimas em questão. Vimos, também, como o foco em palestras, seminários e afins se davam sem nenhuma conexão com as experiências da pedagogia feminista ou com as temáticas centrais dos debates sobre gênero, e possuíam ou um discurso tecnicizado, baseado apenas no conhecimento dos equipamentos para as mulheres, ou racionalizado em demasia e sem relação com o perfil do público da audiência.

Por fim, compreendemos como estes pressupostos e os modelos como são operacionalizados nas políticas para as mulheres de Petrolina, estão relacionados a um modelo gerencialista neoliberal de gestão de políticas pública no Brasil. Este modelo, que tem o intuito central de

inserir os grupos mais atingidos pelas políticas nefastas em prol do desenvolvimento, se mostrou pautado em características que primavam noções, como de autonomia, empoderamento e emancipação extremamente criticáveis. Estas críticas puderam ser lançadas, fundamentalmente, à sua ênfase em um discurso técnico, em detrimento do político, e nas “acomodações discursivas” que proporciona. Este modelo, apropriado pelas agentes de políticas para as mulheres de Petrolina, desencadeou práticas e ações mais pautadas em “gambiarras” políticas, que muitas vezes operacionalizam este modelo neoliberal da maneira mais rudimentar.

Por este desenrolar dos argumentos e suas considerações, pretendi desenvolver um trabalho que se mostrasse, acima de tudo, condizente com as propostas da Antropologia Feminista, e por isso crítico dos modos como o neoliberalismo vem despolitizando o debate feminista e suas conquistas em toda a América Latina. Os desafios impostos por um posicionamento crítico frente não apenas ao objeto de pesquisa como, também, no que diz respeito às epistemes que fundamentam a noção de ciência não se mostram fáceis de digerir. Desde a introdução deste trabalho, situei o meu posicionamento e análises na Teoria Feminista e Antropologia do Estado, e nos pressupostos metodológicos da etnografia para o acompanhamento dos eventos, posteriormente analisados. No entanto, foi demonstrado, também, que este amalgama de pressupostos teóricos e metodológicos repousam, muitas vezes de forma não deleitável, sobre a crítica epistemológica feminista e sobre a consequente Antropologia Feminista que lhe apoia. Digo não deleitável porque este posicionamento crítico muitas vezes me colocou em posições desconfortáveis, não apenas ao me deparar com certas situações em campo, mas também porque proporcionou, de forma lenta e gradual, mudanças em minha própria condição enquanto mulher.

A importância em destacar as transformações ontológicas promovidas por um trabalho de pesquisa engajado e feminista em nada foge das perspectivas epistemológicas propostas neste trabalho. Ao contrário, as

reforça, à medida que aponta uma das facetas do caráter político do conhecimento e sua construção. Esta pressuposição, tão cara à crítica feminista, desvela processos de transformação que vão além daqueles propostos pelas ações dos interlocutores da pesquisa. Desse modo, se faz importante destacar que a presença da pesquisadora em campo, mesmo nos momentos de maior esforço de invisibilidade, promove transformações ora imperceptíveis, ora explícitas nos mais variados agentes.

Para além das transformações de foro íntimo, posso destacar aquelas relativas às incorporações de debates e posturas que muitos destes interlocutores passaram a assimilar no decorrer da pesquisa. Algumas vezes destaquei, no corpo deste trabalho, a ambiguidade da minha posição em campo: ora como pesquisadora, ora como extensionista da Universidade que leciono, ora como militante. Esta ambiguidade muitas vezes se travestiu em angústia e confusões. No entanto, no processo que foi a pesquisa deste trabalho, acostumei-me com a confusão e, ao invés de ver nesta sobreposição de papéis supostos conflitos para a minha análise, me aproveitei da situação para amadurecer enquanto pesquisadora e, com isso, compreender não apenas as transformações pelas quais passavam os agentes de políticas públicas da cidade, mas como a minha presença ali promovia, também, esta transformação.

Posso afirmar, com serenidade, que estas transformações aconteceram com fins de promoção de uma maior complexidade das relações dos meus interlocutores. Muitas vezes eles se aproveitavam da minha presença em uma entrevista ou bate-papo informal para pedir uma rápida consultoria em uma ação ou projeto. Noutros momentos, em que me via não apenas como a pesquisadora, mas também como um dos membros da Rede ou do CDM, me atrevi a expor meu ponto de vista enquanto socióloga e estudiosa de gênero, principalmente nos momentos em que a minha opinião era requerida. Muitas das minhas interlocutoras viam em mim uma parceira de luta, uma representante do conhecimento, em uma cidade que ainda está na infância da sua vida universitária. Não tinha como negar tal pedido de ajuda. Tenho total consciência que as minhas

colocações influenciaram muitas das falas, opiniões, ações e projetos aqui expostos. Mas, o que é importante questionarmos é se esta influência se deu apenas devido a minha posição de ambiguidade em campo, ou se acomete qualquer trabalho de pesquisa baseado em um trabalho qualitativo? Estou certa que a segunda opção é a mais legítima. Ter consciência desta “contaminação”, das mudanças que ela proporciona no nosso campo e interlocutores e, acima de tudo, que ela se configura enquanto uma relação de poder é o mais proveitoso e honesto neste momento. O mais importante é saber para onde direcionar o pêndulo desta relação de poder: se vamos aponta-lo para o lado dos opressores, ou dos oprimidos. Acredito que, pelo teor deste trabalho, a resposta a este questionamento já está clara.

Conceber o posicionamento do pesquisador em campo enquanto transformador por si só é uma porta de entrada para a crítica da neutralidade científica, da racionalidade instrumental e da “desideologização” da ciência. Assim, começar e terminar um trabalho por estas críticas se mostra um posicionamento no mínimo honesto para com a Antropologia Feminista. Mesmo porque, foram estas mesmas críticas, aquelas referentes aos pressupostos cunhados na modernidade para a ciência e para as relações políticas e sociais, que respaldaram não só a construção de uma epistemologia feminista como impulsionaram o projeto de políticas públicas para as mulheres em todo o mundo ocidental, objeto deste trabalho.

Desse modo, podemos afirmar que concepções como universalidade humana, igualdade de direitos, liberdade e igualdade universais, esfera pública democrática, racionalidade instrumental e neutralidade das esferas de poder e da ciência foram alvo do escrutínio de feministas engajadas em muitos países do globo. Esta reavaliação de pressupostos e categorias, tão caros não só a nossa vida política, como a nossa construção enquanto sujeitos, gerou concepções de mundo completamente inversas às prevalentes durante muitos anos. O trabalho político das mulheres engajadas possibilitou que pensássemos as diferenças no inte-

rior das categorias, que criticássemos o modo binário, cartesiano e hierarquizado do mundo, que problematizássemos o caráter político das relações de intimidade e da ciência, e que concebêssemos as múltiplas formas de enxergar o mundo, alheias ao modo frio da racionalidade instrumental.

Estas críticas, como vimos, respaldaram reformas políticas neoliberais em toda a América Latina, de modo que muitas das principais propostas feministas foram abraçadas por governos que viviam a “promiscuidade” da relação entre governo popular e neoliberal. Compreendemos, também, o desencadear muitas vezes rudimentar desta aliança, e as conseqüências políticas que elas podem gerar. Além disso, vimos como é possível contemplar pautas relativas à inserção de grupos excluídos sem questionar as estruturas que colocaram estes grupos em exclusão; como é possível falar em empoderamentos terceirizados e baseados em conhecimentos utilitaristas; como a autonomia pode estar circunscrita, apenas, as possibilidade de se inserir na lógica do consumo; vimos até como a liberdade pode se tornar um conceito relativo, porque condicionada à uma emancipação limitada; e como as múltiplas visões de mundo e seus saberes, tão exaltados pela crítica feminista, podem estar acomodados às conveniências dos Estados neoliberais.

As possibilidades de rearranjar estas categorias e pressupostos segundo a conveniência das reformas políticas do gerencialismo neoliberal só reafirmam a questão colocada pela teoria feminista de que as categorizações não são naturais e sim fruto das relações de poder. Esta ficção política acerca da suposta naturalidade das categorias e pressupostos apenas denuncia o caráter político do conhecimento, desvelando o sexo, gênero, cor e até nacionalidade dos engenheiros responsáveis pela sua construção.

Esta crítica nos abre um leque de possibilidades interpretativas da realidade, uma vez que não apenas revela novos campos de estudo, como anuncia novas possibilidades de visão sobre eles. Inicialmente sentimos o desconforto de olhar por meio de outras lentes, a náusea provocada por

uma suposta distorção da realidade, a vertigem desencadeada pelo descenramento do nosso mundo. No entanto, as possibilidades de apreensão da realidade segundo outro “sul” nos encaminha para uma confortável resignação tanto acerca da facticidade dos conflitos na vida social, quanto das infundáveis formas de conhecimento e ação sobre a realidade que estão além dos projetos políticos baseados na racionalidade dos procedimentos, na neutralidade científica, e nas ações “desideologizadas”.

Neste sentido, teóricas feministas, como Chantal Mouffe (1999), já nos assinalaram este estado ontológico das relações sociais, de modo a encaramos o conflito enquanto condição das relações democráticas. E esta aceção apenas nos faz perceber que a busca pelo consenso não é nada mais que uma busca. Todavia, este pressuposto em nada nos imobiliza para a superação das desigualdades. Ao contrário, nos faz ver além das “verdades” que afirmam que as unidades surgidas pelas articulações dos sujeitos são estáveis e coerentes. Para Mouffe, toda definição de um “nós” implica a designação de um “eles”, o que gera uma produção da ideia de “nós” em contextos que são sempre de diversidade e conflito. Para ela, uma democracia radical deve sempre conceber “o bem comum como um ‘ponto que se desvanece’, algo a que devemos nos referir constantemente quando atuamos como cidadãos, mas que nunca pode ser atingido” (ibid, p.43). A ideia de “bem comum” é vista por ela mais como um horizonte do que como facticidade. Se um “nós” não pode existir sem um “eles”, e os consensos produzem sempre uma exceção, o problema já não pode ser a constituição de uma comunidade política totalmente inclusiva, sem conflitos. Segundo a sua perspectiva esta nunca poderá existir. Pluralismo, para ela, sempre implica conflitos e antagonismos. Desse modo, a democracia pluralista é vista como “um bem impossível, ou seja, como algo que só existe enquanto não for possível alcançar perfeitamente” (ibid, p.275). Este foco nos faz desviar o olhar de uma busca incessante por um projeto de democracia pautado no consenso, na homogeneidade de opiniões e busca por verdades, que nunca vai existir. E sim, direcionar nossas atenções para um projeto que atente para a for-

mulação dos dissensos, para a construção de alteridades e para as relações de poder que nestes espaços democráticos criam identidades baseadas na subordinação.

As esferas de construção do político e das políticas possuem apenas uma impressão de organicidade desideologizada. A racionalidade e neutralidade, características centrais da imaginada esfera pública, servem apenas enquanto concebemos a ideia de consenso enquanto fim último a ser alcançado. Ela repousa na pressuposição de que, enquanto indivíduos que possuem a mesma “lógica” racional, todos temos por objetivo a homogeneização dos grupos, procedimentos, relações e sistemas de poder.

Todavia, a partir do momento que aceitamos os modos de conceber o mundo em toda a sua multiplicidade e, quando encaro os consensos apenas enquanto potência, porque sempre repletos por formações de grupos que não se enquadram em uma lógica unitária, novos caminhos interpretativos e novas formas de ação transformadoras são concebidos. Estas ações, não pautadas na racionalidade instrumental, se mostram tão transformadoras quanto quaisquer outras. Na verdade, ainda há quem afirme que o que prevalece nas atitudes presentes no mundo público não é esta racionalidade instrumental e sim uma inteligência criativa que está implicada na resolução dos problemas sociais.

Segundo Dewey, no seu livro “O Público e seus Problemas”, nas ações coletivas nos deparamos com problemas que provocam consequências involuntárias e inesperadas que só podem ser resolvidas no contexto mesmo das ações. Em seu pragmatismo, há uma crítica enfática aos modelos de ação racional, que pressupõem a determinação de um fim em um momento anterior ao do curso da própria ação. Para ele será a própria ação que determina quais serão os estímulos relevantes dentro de seu próprio contexto. O que ele vai dizer é que uma definição clara de um fim não constitui a norma. As ações só são teleológicas de maneira difusa. Para ele, é muito mais importante atentar para a inteligência criativa dos sujeitos na capacidade de superar os problemas que surgem no curso da própria ação do que para supostos procedimentos racionais

que lhe antecede, até porque, não há esse momento de pura consciência, anterior as ações (JOAS, 1999, p. 135-141). Sua perspectiva de público supõe, então, uma comunidade de comunicação constituída por aqueles que sofrem as consequências da ação e não pressupõe unanimidade e conformidade social e sim uma ideia de autogoverno, entendido como resolução de problemas coletivos (ibid, p.140-141).

Atentar para a crítica pragmática de Dewey à ação racional e sua proposta de “público” se mostra importante para complementar as contribuições da teoria feminista efetuadas até agora. Sua crítica nos permite realizar algumas ponderações finais. Estas dizem respeito aos esforços realizados pelos agentes das políticas públicas de gênero em Petrolina no seu fazer prático, de execução de seus programas e as transformações que foram proporcionadas.

Em alguns momentos deste trabalho utilizei o termo “gambiarra” política para ilustrar melhor o argumento referente às inúmeras estratégias alternativas que tinham que ser utilizadas para levar a cabo políticas e ações para as mulheres. Estas “gambiarrras” se mostraram como arranjos necessários para a operacionalização do modelo gerencialista de políticas públicas, uma vez que as propostas racionalizadas a partir de um modelo “ideal”, mesmo que criticável pelo seu fundamento neoliberal, só existe enquanto potência e no papel. Assim, frente aos cortes de gasto, à apatia e despolitização quanto às questões de gênero da sociedade civil, aos problemas relativos à falta de densidade discursiva na cidade e a uma participação débil dos agentes incumbidos de realizar o diálogo com o Estado, notei que muitos arranjos criativos precisaram ser feitos. Dentre estes, as parcerias conquistadas no boca a boca com amigas e construídas nos mais diferentes espaços; os esforços pessoais frente à escassez de políticas, pessoal e orçamento; as dinâmicas aparentemente desconectadas de um sentido político; e as ações de visibilidade limitadas podem nos desvelar sentidos que só perceptíveis para aqueles que des centraram o olhar e focaram nas possibilidades de ações criativas no universo da política.

Estes sentidos estão relacionados ao que Cláudia de Lima Costa, se referindo à tradição hermenêutica, vai chamar de “lugar de enunciação”. Problematizar o lugar de que se fala, o contexto e história que estão presentes nos processos discursivos, significa promover uma “política do lugar”. Nosso posicionamento em um dado lugar (geográfico, político, mental...) implica na narrativa e nas ações que levamos a cabo em nosso cotidiano, uma vez que somos produto e efeito de práticas discursivas que nos atravessam em nossa história. “(...) Nossa localização em posições específicas ‘autoriza e reprime nossas possibilidades de experiência, de representar aquelas experiências e de legitimar aquelas representações” (COSTA, 2002, p. 86). Estas localizações são eivadas de relações de poder, diferenças e tensões múltiplas. Para a autora, pensar sobre o lugar do sujeito na teoria se torna importante uma vez que tal reflexão pode revelar os modos pelos quais os sujeitos constroem novos *loci* de enunciação, proporcionando outras formas de ver, saber e aprender. Além disso, aquilo que é pronunciado não é só delimitado pelo lugar de fala como também pelas ausências de onde se diz (ibid, p. 85-90).

Dessa maneira, podemos inferir que a descentralização das políticas para as mulheres para o interior dos estados, por mais que estejam gerando “gambiarras” políticas no que tange à efetivação das políticas públicas para as mulheres, ela também tem conformado novos “lugares de enunciação” para sujeitos até então desautorizados. De modo algum tenho o intuito de afirmar que esta forma de operacionalização das políticas, por meio das citadas “gambiarras”, tem se efetivado apenas em Petrolina, ou em cidades do interior do Brasil, ou do nordeste. Até porque, comecei este trabalho afirmando que o formato racionalizado pressuposto nas políticas públicas tem sido refutado já há algum tempo pela Antropologia do Estado. Meu objetivo, nesta tese, foi assinalar algumas idiosincrasias destas práticas rudimentares, caracterizadas pela baixa “densidade discursiva” e por uma sociedade civil incipiente, estas sim normalmente encontradas nas cidades mais distantes das grandes metrópoles.

Além disso, o intuito de trazer estes arranjos configurados nas “gambiarras” políticas esteve relacionado ao modo como possibilitam a criação de novos “lugares de enunciação”. Não estou afirmando que estes novos lugares correspondem, necessariamente, à configuração de uma sociedade civil organizada, que antes não havia. A noção tomada aqui é muito mais abrangente. Isto porque estas políticas não apenas criaram novos espaços institucionais, que por sua vez serviram de *locus* de novos debates e propostas, como, também, resignificaram outros já existentes. Vimos como as propostas de políticas para as mulheres possibilitaram a abertura das Secretarias das Mulheres no estado e município, do Conselho de Direitos da Mulher, do CRAM e da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica. Vimos, também, como possibilitaram a resignificação de espaços já existentes, como as ONGs que passaram a inserir os debates de gênero nas suas propostas, a escola de referência que passou a contemplar os debates no seu currículo, o CREAS regional que protagonizou a formação da Rede e a Câmara de Vereadores que, mesmo de forma duvidosa, ainda sedia os debates dos organismos citados.

Estes espaços têm se tornado lugares onde novos discursos são formados e conformados, apesar das críticas que possamos lançar a eles. Estes novos lugares se relacionam diretamente com algumas “ausências”, como a relativa aos movimentos sociais, ONGs marcadamente feministas e grupos diversos de mulheres (como indígenas e quilombolas, por exemplo). Estas ausências direcionam alguns discursos, principalmente aqueles relativos aos essencialismos identitários e as propostas focalizadas em demasia sobre um sujeito universal. No entanto, podemos afirmar que estes novos “lugares de enunciação” têm dado visibilidade a sujeitos e discursos que, mesmo de forma paulatina, tem transformado a realidade da cidade.

Dentre estes sujeitos, podemos localizar as integrantes das ONGs que, mesmo pelas suas dificuldades em operacionalizar as políticas segundo uma pedagogia emancipatória, tem multiplicado os discursos de modo que algumas mulheres do Chapéu de Palha têm conseguido fazer

inferências sobre o seu lugar nas relações de dominação. Podemos ver, também, como a secretária da mulher do município tem mudado as suas perspectivas sobre o sujeito “mulher” a partir do diálogo com novos agentes das Universidades da região. Principalmente da recente Universidade Federal, que já formou ao menos quatro alunos que se tornaram parceiros e/ou funcionários da secretaria e influenciaram os discursos da secretária, principalmente no que tange às concepções sobre identidade sexual e de gênero.

Outros espaços que sediaram debates e seminários, apesar de criticáveis quanto ao seu formato baseado em uma pedagogia tradicional, também têm se tornado “lugares de enunciação” de novos discursos, como vimos no seminário sobre patriarcado e gênero. Neste local, psicólogas, policiais e assistentes sociais puderam expor suas demandas e dificuldades, assim como pensaram em conjunto formas de superação das mesmas. Mesmo as conselheiras, alheias aos debates de gênero, já tem demonstrado maior abertura para entender sobre elaboração de projetos e sobre as funções do conselho.

Desse modo, podemos afirmar que, ao menos, a proposta de descentralização das políticas públicas para as mulheres tem possibilitado a formação de novos “lugares de enunciação”. Estes lugares têm possibilitado novas formações discursivas que, em certa medida, podem ser concebidas como contra poderes à ordem social vigente. Neste sentido, se faz premente não apenas historicizar e problematizar as formações discursivas e os processos de naturalização das categorias. Este esforço tem sido feito por teóricas feministas e outros teóricos, como Foucault e Bourdieu, que têm problematizado a dominação masculina. Faz-se necessário, também, historicizar e politizar estes micro lugares de enunciação. Uma vez que, ao problematizar o micro, os espaços marginais de produção crítica do conhecimento, novos contextos, até então invisibilizados, sobem a tona, evidenciando como as ações para as mulheres são vividas no interior dos estados. O foco nestes micro contextos também salientam os diferentes saberes populares, as performances, as identidades cultu-

rais e as estratégias criativas do cotidiano para lidar com as relações de dominação. Elementos estes tão caros às propostas feministas para a emancipação.

Por esta perspectiva podemos tanto contemplar as propostas críticas do feminismo, ao propor a historicização das relações sociais naturalizadas de subordinação e a politização dos lugares de enunciação, quanto as propostas de políticas públicas neoliberais. Com isso não quero afirmar que a saída do feminismo que buscou o Estado como *locus* de ação seja se dobrar as investidas do capital. Quero apenas afirmar que as mesmas categorias utilizadas por eles, como as de focalização, descentralização, eficiência e participação da sociedade civil podem ser ressignificadas na medida em que os novos espaços proporcionados por estas políticas sejam problematizados e politizados enquanto novos lugares de enunciação. No entanto, para que isso ocorra, devemos pensar as propostas presentes nos PNPMs não como algo a ser copiado, e sim como guias para a elaboração das ações. Uma vez que sabemos que nas experiências cotidianas, mais vale a criatividade na resolução dos problemas que surgem no fluxo das ações do que a frieza de uma racionalidade instrumental. Esta, por sua vez, só existe enquanto modelo ideal típico que os homens brancos, ocidentais e heterossexuais conceberam enquanto via neutra e universal de conhecimento.

Referências

- ALBUQURQUE JR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALMEIDA, Luana Costa. Políticas Sociais: focalizadas ou universalistas. É esta a questão? **Revista Espaço Acadêmico**, n. 123, ano XI, agosto de 2011.
- ALVAREZ, Sonia. Engajamentos Ambivalentes, efeitos paradoxais: movimentos feministas e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. **Revista Feminismos**, v. 2, n. 1, jan-jun 2014.
- ANUÁRIO da Secretaria da Mulher: um novo ciclo de políticas públicas para as mulheres em Pernambuco. Ano 9, Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 2015. 132p.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**. v. 18, n.2, Campinas, novembro de 2012.
- BANDEIRA, Lourdes. A Violência Doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. In: VENTURI, Gustavo, GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla. Além da Política de Gênero. In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (orgs.). **Feminismo como Crítica da Modernidade**: Releitura dos Pensadores Contemporâneos do Ponto de Vista da Mulher. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.
- BENTO, Berenice. Nome Social para Pessoas Trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, v.4, n.1, jan-jun, 2014.
- BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BIROLI, Flávia. O Público e o Privado. In: MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BONETTI, Alinne de Lima. **Não basta ser mulher, tem de ter coragem**: uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife – PE. 2007. 258 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

_____. FONTOURA, Natália, MARINS, Elisabeth. “Sujeito de Direitos? Cidadania feminina nos vinte anos da constituição cidadã”. In: **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. V. 3, n. 17. Brasília: IPEA, 2009, p. 104-129.

_____. Antropologia Feminista no Brasil?: reflexões e desafios de um campo ainda em construção. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 36, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRUSCHINI, Cristina. et al. Trabalho, renda, e políticas sociais: avanços e desafios. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jaqueline (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011 (p. 142-178).

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do ‘pós-modernismo’. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

_____. Corpos que Pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado**: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Feminismo e construção da cidadania das mulheres: avanços e desafios nos campos da educação, trabalho e política no início do século XXI. In: ANTONELLI, Tânia Suely e BRABO, Marcelino (orgs). **Gênero, Educação e Política**: múltiplos olhares. São Paulo: Ícone, 2009.

- CASTRO, Maria Soledad Maroca de. **A Integralidade como Aposta**: etnografia de uma política pública no Ministério da Saúde. 2013. 344 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- CAZUQUEL, Hélio Mendes. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Futuro da Humanidade: Conceitos Filosóficos e a sua Efetividade. In: **Bahia Análises e Dados**, v. 14, n. 1. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, p. 37-47, 2004.
- CINTRÃO, Rosângela; SILIPRANDI, Emma. O Progresso das Mulheres Rurais. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jaqueline (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011 (p. 186-230).
- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado*. São Paulo. Cosac Naify, 2003.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan-abr, 2016.
- COSTA, Cláudia de Lima. O Sujeito do Feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, n. 19, 2002.
- III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES: Texto base. Brasília, 2014, 29 p.
- DAMATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A Aventura Sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- _____. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIETZ, Mary G. O Contexto é o que conta: Feminismo e teorias da cidadania. In: **Debate Feminista** (edição especial “Cidadania e Feminismo”), 1999.
- DRAIBE, Sônia M. As Políticas Sociais e o Neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, n. 17, 1993.

- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**: Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2008.
- FARAH, Marata Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, jan-abr, 2004.
- FARIA, Claudia Feres; SILVA, Viviane Petinelli; LINS, Isabella Lourenço. Conferências de Políticas Públicas: um sistema integrado de participação e deliberação? **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, 2012.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.
- FLAX, Jane. Pós-modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pós-modernismo e Política**. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.
- FORTES, Meyer e EVANS-PRITCHARD, E. E. **Sistemas Políticos Africanos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1981.
- FOCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2007.
- FRANCA, Celso. **A imagem do vale**: Reestruturação Agrícola e mudança social. Petrolina: Editora Franciscana, 2008.
- FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários á prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREITAG, Bárbara. Habermas e a Teoria da Modernidade. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 22, p. 138-163, jan/jun, 1995.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método II**. (Cap. III – Complementos). Petrópolis: Vozes, 2002, p. 145-252.

GEERTZ, Clifford. **Negara**: o Estado Teatro no Século XIX. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil. (Coleção Memória e Sociedade). 1991.

GUZMÁN, Virginia. A equidade de gênero como tema de debate e de políticas pública. In: FARIA, Nalu, SILVEIRA, Maria Lucia e NOBRE, Miriam (orgs). **Gênero nas Políticas Públicas**: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista. São Paulo: SOF, 2000.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, 1995.

HEILBORN, Maria Luiza, et. al. (orgs). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPP – GeR**: Módulo I/Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília: Secretaria de Políticas para Mulheres, 2010.

HINSHAW, Robert E. Anthropology, Administration and Public Policy. **Annual Review of Anthropology**. v.9, 1980.

HITA, Maria Gabriela. Igualdade, Identidade e Diferença (s): feminism na reinvenção dos sujeitos. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de et. al.(orgs) **Gênero em Matizes**, São Paulo: UDUSF, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, , 1995.

HOOKS, Bell. Mulheres Negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, Brasília, jan-abr, 2015

IVO, Anete B. L. POLÍTICAS SOCIAIS, POBREZA e TRABALHO: dilemas do bem-estar em países de capitalismo periférico. **Bahia Análise & Dados**. V. 17, n. 4, Jan-Marc, 2008

_____. O Paradigma do Desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65. Maio-Ag, 2012.

- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.
- JOAS, Hans. “Interacionismo Simbólico”. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (orgs.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o social**. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.
- LEINER, Piero. O Campo do “Centro” na “Periferia” da Antropologia. **Revista de Antropologia**. v.57. n. 1 São Paulo, 2014.
- LEÓN, Magdalena. El Empoderamiento de las Mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **La Ventana**, n.13, 2001.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza; CASTRO, João Paulo Macedo. Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s). **Revista Antropológicas**. Ano 19, v. 26, n.2, 2015.
- MAGESTE, Gizelle de Souza. *et. al.* **Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações**. In: V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. 5, 2008, Belo Horizonte-MG, p. 1-15.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. **RBCS**, v. 17, n. 49, jun 2002.
- MARIANO, Silvana Aparecida. Feminismo e Estado: desafiando a democracia liberal. **Revista Mediações**. Londrina, v. 6, n.2, 2001.
- _____. **Incorporação de Gênero nas Políticas Públicas: Incluindo os Diferentes na Cidadania**. In: II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimento Sociais, 2, 2003, Florianópolis/SC, p.1-13.
- _____. Modernidade e Crítica da Modernidade: a sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise. **Cadernos Pagu**, n. 30, Jan-Jun, 2008.
- MARRUL, Indira Bastos. A Indivisibilidade dos Direitos Humanos: da Desagregação à Integração. In: **Bahia Análises e Dados**, v. 14, n. 1. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, p. 9-24, 2004.

MATOS, Marlise, PARADIS, Clarisse Goulart. **Mulheres e Políticas Públicas na América Latina e Caribe: desafio à democracia na região**. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, 37, 2013, Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindóia de Lindóia, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Win-7/Downloads/Matos-Paradis.pdf>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. A Identidade e a Diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Antropologia, Estado Moderno e Poder: perspectivas e desafios de um campo em construção. **Avá Revista de Antropologia**, 2005 Disponível em: <http://app.redalyc.org/articulo.oa?id=169021460008>

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. **Debate Feminista** (edição especial “Cidadania e Feminismo”), 1999.

NICHOLSON, Linda. Interpretando Gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, 2000.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração Pública Brasileira: Entre o Gerencialismo e a Gestão Social. **RAE Debate**, v. 5. n. 1. Jan-Mar de 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. **Revista do Serviço Público**, v.47, n.1. Brasília, 1996.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba v. 18, n. 36, jun. 2010.

PINTO, Suênia, MONTENEGRO, Sandra. **Pedagogia Feminista: o Caso do Programa de Formação Sociopolítica “Cidadania e Direitos das Mulheres”**. Disponível em https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2015.2/pedagogia-feminina.pdf (acesso em 30 de março de 17).

PISCITELLI, Adriana. As Viagens da Teoria no Embate entre Práticas Acadêmicas, Feminismos Globais e Ativismos Locais. In: MORAIS, Maria Lygia Quartim (org.). **Gênero nas Fronteiras do Sul**. Campinas, PAGU, Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, 2005.

III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

PRÁ, Jussara; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, janeiro-abril 2012.

_____. **Política Feminista e Questões de Gênero**. In: Fazendo Gênero 10: Desafios dos Feminismos, 10, 2013, Florianópolis. Anais Eletrônicos. Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1385581028_ARQUIVO_JussaraReisPra.pdf. Acesso em: 7 de junho de 2016.

_____. **Democracia Paritária, mulheres e cidadania política de gênero**. In: 2º Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2, 2014, Anais do 2º Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, Brasília, 2014. Disponível em: http://www.sndd2014.eventos.dype.com.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=4124. Acesso em: 7 de junho de 2016.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa I** (Cap. III – A tríplice Mimesis). Campinas: Papyrus, 1994, p. 85-131.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e Gestão de políticas públicas**. Curitiba: Ibiapex, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16. 2001.

_____. **A Mulher na sociedade de classes**: Mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Ana Célia de Sousa, BONFIM, Maria do Carmo Alves. **Pedagogia Feminista na construção de uma “alternativa de gênero”**. In: Fazendo Gênero: Diásporas, diversidade, deslocamentos, 9, 2010, p. 1-9.

SARDENGERG, Cecília M. B. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista**. I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, Salvador-BA, NEIM-UFBA, 2006 (comunicação oral)

_____. Gênero e Políticas para as Mulheres no Brasil: reflexões em torno de uma experiência doída. **Caderno Espaço Feminino**, v. 28, n. 2, Uberlândia-MG, jul-dez, 2015

SCHAVELZON, Salvador. La Antropología del Estado, su Lugar e Algunas de sus Problemas. **Publicar**. Ano VIII, n. 9, junho de 2010.

SCHWADE, Elisete. Heterossexualidade Compulsória e Continuum Lesbiano: diálogos. **Bogoas**, n. 5, 2010.

SCOTT, Joan W. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, n. 3, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 1994.

SHORE, Cris. La Antropología e el Estudio de la Política Pública: reflexiones sobre la “formulación” da las políticas. **Antípoda**, n. 10, enero-junio, 2010.

SILVA Salette Maria da. Constitucionalização dos Direitos das Mulheres no Brasil: um desafio à incorporação da perspectiva de gênero no direito. **Interfaces Científicas – Direito**, Aracaju, v. 1, n. 1, 2012.

SILVA, Camilla de Almeida. **Trabalhadoras e Militantes**: construção de uma política sindical voltada às trabalhadoras assalariadas da fruticultura irrigada da região do submédio São Francisco. 2014, 77f. Monografia (conclusão de curso em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro/BA, 2014.

SOARES, Vera. “Muitas faces do feminismo no Brasil”. In: BORBA Ângela, FARIA Nalu, Godinho Tatau (orgs.). **Mulher e Política**: Gênero e Feminismo no partido dos trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOS CORPO: Instituto Feminista para a Democracia. **Violência Contra as Mulheres em Pernambuco**. Recife, 2015.

THEODORO, Mário e DELGADO, Guilherme. Política Social: Universalização ou Focalização – Subsídios para o debate. **Políticas Sociais Acompanhamento e Análise**. IPEA, 2003.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A Aventura Sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VIANA, Raquel. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo e GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos espaços públicos e privados**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e edições SESC, 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: **Homicídio de Mulheres no Brasil**. FLACSO Brasil: Brasília, DF, 2015.

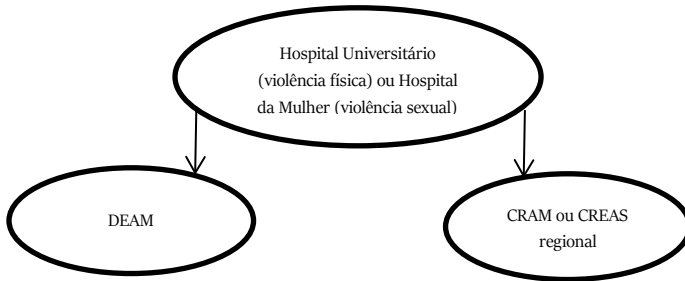
WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WEDEL, Janine R. et. al. Toward na Anthropology of Public Policy. **The Annals of the American Academy**, AAPPS, 600, July, 2005.

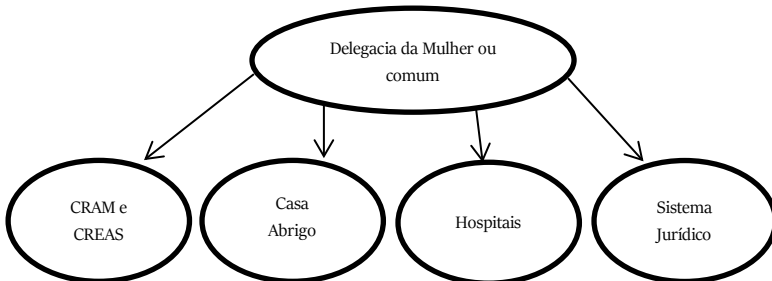
Anexos

Fluxograma das portas de entrada das mulheres vítimas de violência

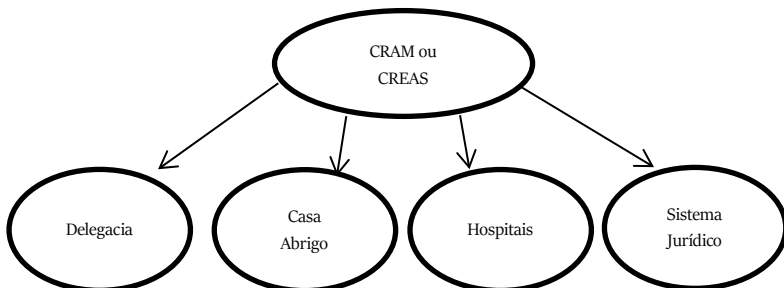
- *Hospitais como portas de entrada:*



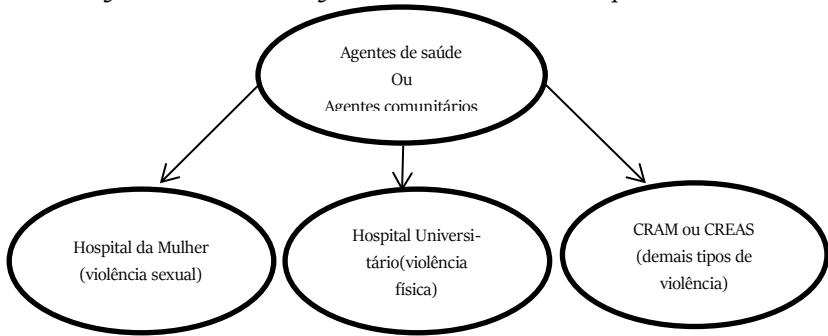
- *Delegacias como portas de entrada:*



- *CRAM ou CREAS como portas de entrada*



- *Agentes de Saúde e agentes comunitários como portas de entrada*



Roteiro para entrevista

1) ONG ou órgão dos governos estadual ou municipal

- Nome
- Ano de fundação
- Possui sede? Qual o endereço?
- Contar a história do surgimento da ONG ou do órgão, localizando os eventos no tempo.
- Quais são os objetivos centrais desta instituição?
- Como é a forma de atuação? E onde atuam?
- Conta com quantos membros atualmente? Você sabe dizer a proporção por sexo, idade e naturalidade? Como estes integrantes atuam?
- Vocês possuem algum vínculo com outras organizações ou com algum órgão do Estado ou município? Como é este vínculo?
- Você acredita que esta instituição tem conseguido promover algum tipo de mudança nos espaços em que atua ou nas pessoas que consegue sensibilizar? Como?

2) O integrante

a) Dados pessoais e atuação política

- Nome

- Idade
 - Estado Civil
 - Escolaridade
 - Endereço
 - Trabalho/emprego
 - É migrante/ qual a cidade de origem?
 - Você possuiu quais empregos em sua vida/ o que fazia neles?
 - Qual o bairro em que você mora (é considerado de classe média, baixa, ou rico)?
 - Você já realizou ou realiza alguma atividade em seu bairro/ qual?
 - Onde costuma ter lazer/ e vai com que frequência?
 - Você já esteve engajado em algum movimento ou organização social/ qual/ o que fazia nele?
 - Neste movimento ou organização você está engajado em algum projeto (ou tem algum objetivo) específico? Qual? Em que consiste? O que faz nele?/ se não, gostaria de estar em algum, qual, por quê?
 - Qual a sua opinião sobre o papel dos movimentos ou organizações sociais na sociedade como um todo?
 - De forma geral, como você se vê na região:
 - a) Você tem pretensões de continuar vivendo aqui, por quê?
 - b) O que você pretende fazer aqui no futuro?
 - c) Você está descontente com algo na região?
 - d) Se sim, acha que você ou os movimentos ou organizações sociais podem mudar isso de alguma forma?
- Para membros do governo
- Quais são os programas, ações e projetos desenvolvidos por esta secretaria ou gerência?
 - * Em que consistem?
 - * É proposto por que instância governamental (municipal, estadual, federal, organismo internacional)?

- * Qual o público alvo?
 - * Estão relacionados a outro órgão, secretaria ou setor? Como se dá esta relação?
 - * Quando começou? Tem prazo para terminar?
 - * Tem alcançado algum resultado? Quais e como?
 - * Você atua pessoalmente na execução destes projetos? Quem atua neles? Como atuam?
- Quais as principais dificuldades para efetivar projetos e políticas públicas?
- * A que (ou quem) você atribui estas dificuldades?
 - * Como faz para superá-las?
- Quais são os projetos para o futuro e qual o intuito de desenvolvê-los?

Quadro sinoptico das visitas à campo¹

<i>Encontro ou reunião/ grupo ou instituição</i>	<i>Objetivo do encontro ou reunião</i>	<i>Quantidade aproximada de pessoas presentes</i>
1-CDM	Proposição do plano de ação do ano	6
2- CDM	Discussão sobre a lei do CDM e sobre um caso de abuso de adolescente	11
3- CDM	Minuta da lei do conselho, atendimento às mulheres no hospital da mulher da cidade	6
4- CDM	Reunião com a Secretária Estadual da Mulher	8
5- CDM	Aumento do número de suicídios em Petrolina e o Outubro Rosa	10
6-CDM	Violência contra a mulher em Petrolina e apresentação do CRAM	11
7-CDM	16 dias de ativismo	9
8-CDM	Nova composição do CDM	8
1-REDE	Reunião para minha apresentação	4
2-REDE	Apresentação do CREAS Regional	14
3-REDE	Apresentação do modo de atuação das instituições da rede	12

¹ Importante ressaltar que no processo da pesquisa perdi um dos cadernos de campo, de modo que as informações que constam neste quadro refletem, apenas, os dados contidos nos cadernos que restaram. No corpo da tese introduzi algumas informações oriundas das minhas lembranças e que não foram contabilizadas neste quadro. Além disso, não foram contabilizados neste quadro, também, as conversas informais nos mais diversos espaços e as atividades que ocorreram nas ruas, como as campanhas do Outubro Rosa, do mês da mulher e do carnaval, por exemplo.

4-REDE	Discussão sobre a porta de entrada das mulheres vítimas de violência	18
5-REDE	Feedback sobre a Conferência Municipal da Mulher e sobre os suicídios na região	10
1-SecMulher-PE	Reunião de planejamento dos cursos do Chapéu de Palha	15
2- SecMulher-PE	Curso Chapéu de Palha	25
3- SecMulher-PE	Curso Chapéu de Palha	8
4- SecMulher-PE	Curso Chapéu de Palha	13
5- SecMulher-PE	Curso Chapéu de Palha	27
6- SecMulher-PE	Encontro Núcleos de Gênero	40
7- SecMulher-PE	Encontro Núcleos de Gênero	40
8- SecMulher-PE	Encontro Núcleos de Gênero	35
9- SecMulher-PE	Encontro Núcleos de Gênero	35
10- SecMulher-PE	Encontro Núcleos de Gênero	10
1-SecMulher de Petrolina	1º Encontro Visibilidade lésbica	25
2- SecMulher de Petrolina	2º Encontro Visibilidade lésbica	20
3- SecMulher de Petrolina	Cadastro projeto profissionais do sexo	6
4- SecMulher de Petrolina	Cadastro projeto profissionais do sexo	6
5- SecMulher de Petrolina	Palestra 16 dias de ativismo	13
6- SecMulher de Petrolina	Seminário Enfrentamento à violência contra a mulher	38
7- SecMulher de Petrolina	Curso profissionais do sexo	15
8- SecMulher de Petrolina	Curso profissionais do sexo	15

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org